



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº165 -QUINTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2008 -BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Moraes - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu ⁽¹⁾ Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ^(2,3) Maria do Carmo Alves ⁽⁴⁾ Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. A Senadora Kátia Abreu encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008.
2. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
3. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 37 , DE 2008


Dá o nome de “Arquivo Cora Coralina” ao Arquivo do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Passa a ser denominado “Arquivo Cora Coralina” o Arquivo do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de outubro de 2008.



Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 190ª SESSÃO ESPECIAL, EM 15 DE OUTUBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o Dia da Criança, com objetivo de se discutir e encontrar meios para inclusão social das crianças do nosso País, e o Dia do Professor, nos termos dos Requerimentos nºs 153, 246 e 1.142, de 2008, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores. 39775

1.2.1 – Execução do Hino Nacional

1.2.2 – Oradores

Senador Cristovam Buarque..... 39776

Senador José Nery 39779

Senador Sérgio Zambiasi 39781

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Mão Santa)

Sobre a Mostra de Livros Infantis e Infanto-juvenis, realizada em parceria com a Academia Taguatinguense de Letras, o Sindicato dos Escritores do DF e o Movimento Internacional Cultural Abrace, no espaço “Senado Galeria”, hoje e amanhã, de 9 às 18 horas... 39782

1.2.4 – Oradores (continuação)

Senadora Ideli Salvatti 39782

Senador Leomar Quintanilha 39783

Senador Jefferson Praia 39785

Senadora Marisa Serrano..... 39786

Senador Romeu Tuma 39787

Senador Augusto Botelho 39789

Senador Inácio Arruda 39790

O Sr. Presidente (Senador Mão Santa) 39795

Senador Valdir Raupp (Nos termos do art. 203 do Regimento Interno)..... 39795

Senador Flexa Ribeiro (Nos termos do art. 203 do Regimento Interno)..... 39795

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 191ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE OUTUBRO DE 2008

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR *RENATO CASAGRANDE* – Registro de denúncia sobre a situação de insegurança

por que passa o Município de Novo Repartimento, no Pará, onde foi assassinado o Sr. Antônio Martins, coordenador da campanha de reeleição do Prefeito Bersajones Moura..... 39798

SENADOR *JOÃO PEDRO* – Opinião de S. Ex^a sobre a crise internacional que abala todos os países, e que teve início no setor imobiliário dos EUA..... 39799

SENADOR *MÁRIO COUTO*, como Líder – Anúncio de tomada de posição, a partir do dia 26 próximo, com relação à apreciação das matérias em favor dos aposentados. Alerta para a situação de intranquilidade e insegurança por que passa o Estado do Pará. 39801

SENADOR *PAULO PAIM* – Cumprimentos ao Senador Cristovam Buarque pela iniciativa da Sessão Especial de hoje, em homenagem ao Dia da Criança e do Professor. Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Professor. 39803

SENADOR *MÃO SANTA* – Questionamento sobre os benefícios do Programa Bolsa Família para a população do Piauí. Apelo ao Presidente Lula no sentido de que leve obras ao Piauí..... 39809

SENADOR *MARCO MACIEL* – Comentários sobre artigo publicado no jornal **Correio Brasileiro**, de autoria de Ives Gandra Martins Filho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, sobre as inovações da Constituição de 1988, que trouxeram conquistas importantes para o sistema legal brasileiro. Considerações sobre o programa de consolidação das leis. 39811

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Considerações sobre as avaliações e questionamentos a respeito da crise econômica, feitos durante a sessão de ontem, destacando as medidas adotadas pelo Governo brasileiro, de redução do compulsório e permissão do redesconto, bem como do pedido de punição para bancos que se aproveitaram dos recursos do compulsório..... 39813

SENADOR *OSMAR DIAS*, como Líder – Observações sobre o projeto de lei que fixou o piso salarial e garantiu a hora-atividade aos professores, e solicita o apoio dos Srs. e Sras. Senadores para a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2008-Complementar, de autoria de S. Ex^a. 39816

SENADOR CASILDO MALDANER – Justificação pela apresentação de projeto de lei complementar, que institui a Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC), transforma o Fundo Especial para Calamidades – FUNCAP, em Fundo Nacional para a Defesa Civil – FUNDEC, e dá outras providências.	39818	76 e 78, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.....	39837
SENADOR ALVARO DIAS – Posicionamento da Oposição frente à atual crise financeira mundial, com críticas reiteradas à postura adotada pelo Governo brasileiro diante da questão. Propostas de aperfeiçoamento da Medida Provisória nº 442.....	39819	Nº 1.234, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, <i>solicitando a realização de auditoria do Tribunal de Contas da União, nas aplicações de recursos de doações e patrocínios com incentivos fiscais, destinados a fomentar o desporto.</i>	39837
SENADOR NEUTO DE CONTO – Considerações sobre a atual crise financeira mundial, a posição dos EUA e as consequências da crise para o Brasil.	39820	Nº 1.235, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana e outros Srs. Senadores, <i>solicitando a realização de Sessão Especial no dia 11 de novembro de 2008, destinada a homenagear os 40 anos de criação do Teatro Experimental do SESC do Amazonas – TSESC.</i>	39838
SENADORA FÁTIMA CLEIDE, como Líder – Reflexões sobre a educação como instrumento de cidadania e liberdade, a propósito da comemoração ao Dia do Professor.	39822	Nº 1.236, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso ao poeta manauense Luiz Bacelar.</i>	39838
SENADOR CÉSAR BORGES – Preocupação com o reduzido número de registro de arma de fogo no País, seu uso indiscriminado, e considerações sobre o Estatuto do Desarmamento.....	39824	Nº 1.237, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de lembrança para os discursos proferidos na Câmara dos Deputados pelo ex-Deputado Márcio Moreira Alves, em 2 e 3 de setembro de 1968.</i>	39838
SENADOR RENAN CALHEIROS, como Líder – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Professor.	39827	Nº 1.238, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento do Desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas Affimar Cabo Verde.</i>	39839
SENADOR JEFFERSON PRAIA – Enaltece os impactos econômicos, sociais e ambientais positivos do PIM – Pólo Industrial de Manaus para os manauaras, para os amazonenses e para todos os brasileiros.	39830	Nº 1.239, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de aplauso à acadêmica amazonense Carmen Novoa Silva.</i>	39839
SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo “Verbas Públicas não chegam aos atletas”, da autoria de Márcio Braga.	39832	Nº 1.240, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, <i>solicitando voto de pesar pelo falecimento do amazonense Raimundo Pedrosa.</i>	39839
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro do artigo de autoria do Senador Sérgio Guerra, com análise da atual crise internacional.....	39835	2.2.3 – Comunicações da Presidência	
2.2.2 – Leitura de requerimentos		Recebimento do Aviso nº 61, de 2008 (nº 1.481/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.201/2008, proferido nos autos do processo TC 028.729/2006-0, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, visando conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais aos Estados e Municípios.	39840
Nº 1.230, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 747, de 2008, <i>solicitando que a homenagem pela passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antônio Vieira seja realizada no período do Expediente da sessão do dia 4 de novembro próximo.</i>	39836	Destinação do período do Expediente da Sessão Deliberativa de amanhã, dia 16, quinta-feira, a comemorar o bicentenário do Banco do Brasil, primeira instituição financeira do País, criada em 12 de outubro de 1808, pelo Rei Dom João VI, nos termos do Requerimento nº 886, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Senhores Senadores.....	39840
Nº 1.231, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, <i>solicitando informações ao Presidente do Banco Central.</i>	39836	2.2.4 – Leitura de projetos	
Nº 1.232, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, <i>solicitando informações ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.</i>	39836	Projeto de Lei do Senado nº 386, de 2008, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que <i>altera o art. 7º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para modificar os requisitos de recrutamento dos conciliadores e juízes leigos dos Juizados Especiais.</i>	39840
Nº 1.233, de 2008, de autoria do Senador Maciel Maciel, solicitando a tramitação conjunta das Propostas Emenda à Constituição nºs 3 e 11, de 2007; 14 e 21, de 2004; 25, de 2008; 31, 32, 35, 45 e 56, de 2004; 58, de 2007; 69 e 71, de 2003;			

Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera a redação do caput do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de consolidar perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física*..... 39843

Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que *institui a Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC), transforma o Fundo Especial para Calamidades (FUNCAP) em Fundo Nacional para a Defesa Civil (FUNDEC) e dá outras providências*..... 39843

2.2.5 – Ofício

Nº 99/2008, de 15 do corrente, da Liderança do Democratas no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Temporária para reforma do Regimento Interno do Senado Federal. *Designação do Senador Marco Maciel para compor a referida Comissão*..... 39851

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 7 (Apreciado em primeiro lugar conforme acordo de Lideranças)

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal. Não houve oradores na quarta sessão de discussão, em primeiro turno*..... 39851

Item extrapauta (Incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 1.241, de 2008) (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 503, de 2003; 60 e 96, de 2008)

Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios e dá outras providências (artigo 18, § 4º, da Constituição Federal)*. Lido e aprovado o Requerimento nº 1.441, de 2008, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002. Lido e aprovado o Requerimento nº 1.242, de 2008, de desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2003. Aprovado em turno único a Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), tendo usado da palavra os Srs. Renato Casagrande, Jayme Campos, Sérgio Zambiasi, Flexa Ribeiro, a Sra. Lúcia Vânia e os Srs. Arthur Virgílio, Expedito Júnior e Antonio Carlos Valadares. À Comissão Diretora para redação do vencido, para o turno suplementar..... 39856

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar, em turno suplementar **(Parecer nº 1.050, de 2008-CDIR). Aprovado** ressalvadas as emendas, após o Parecer nº 1.051, de 2008 – PLEN, proferido pelo Senador Tasso Jereissati, em

substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo favoravelmente à Emenda nº 1-PLEN, lida nesta oportunidade, e apresentando a Emenda nº 2-PLEN, de redação, tendo usado da palavra a Sra. Serys Slhessarenko, os Srs. Renato Casagrande, Eduardo Azeredo e Mário Couto..... 39874

2.3.1 – Comunicações da Presidência

Adiamento da homenagem que seria realizada no Período do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária de amanhã..... 39883

Cancelamento da Sessão do Congresso Nacional, anteriormente marcada para hoje, às 18 horas e 30 minutos. 39883

Realizações de sessões não deliberativas. . 39883

Realização de reunião na Comissão de Assuntos Econômicos, no dia 21, terça-feira, com a presença do Ministro da Fazenda, Guido Mantega e do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, com vista a debater a crise do sistema financeiro internacional. 39883

2.3.2 – ORDEM DO DIA (continuação)

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar. **Aprovadas as emendas**, tendo usado da palavra os Srs. Delcídio Amaral, Expedito Júnior, José Maranhão e César Borges. À Comissão Diretora para redação final..... 39883

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar **(Parecer nº 1.052, de 2008-CDIR). Aprovada**. À Câmara dos Deputados. 39886

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 16:

Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003*..... 39890

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Sena-

dor Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*..... 39890

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*. 39890

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*. 39890

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50-A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*. 39891

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*. .. 39891

Item 8 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*..... 39891

Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*..... 39891

Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*..... 39891

Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris

Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*. ... 39891

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*. 39892

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*..... 39892

Item 14

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*. 39892

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele)*..... 39892

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*. 39892

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*. ... 39892

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento*

familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde). 39892

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais). 39892

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior). 39893

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 39893

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela. 39893

Item 23 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços. 39893

Item 24 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos. 39893

Item 25 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 39893

Item 26

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal. 39894

Item 27 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade. 39894

Item 28

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. 39894

Item 29

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). 39894

Item 30

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. 39894

Item 31

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos auto produtores de energia elétrica. 39894

Item 32

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator

ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo *favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontra em tramitação na Casa.*..... 39894

Item 33

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*..... 39895

Item 34

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*..... 39895

Item 35

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*..... 39895

Item 36 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC.*..... 39895

Item 37

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*..... 39895

2.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR VALTER PEREIRA – Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar, aprovado hoje no Senado. ... 39896

SENADOR GILBERTO GOELLER – Solicitação de apoio do Governo Federal aos produtores rurais, em face da crise financeira internacional. ... 39897

SENADOR JAYME CAMPOS – Satisfação com a aprovação, hoje, do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar. 39901

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Homenagem pelo transcurso, em 18 do corrente, do Dia do Médico. 39901

O SR. PRESIDENTE (Senador Garibaldi Alves Filho) – Sentimento de gratificação diante de tudo o que aconteceu hoje, no Senado, na votação do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar. 39901

2.3.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.244, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao lutador e empresário Ricardo Libório.* 39902

Nº 1.245, de 2008, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, além do despacho inicial, seja ouvida, também, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*..... 39902

2.3.5 – Leitura de pareceres

Nº 1.053, de 2008, da Comissão Diretora, *oferecendo a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem).*..... 39902

Nº 1.054, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008 (nº 4.572/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.*..... 39903

Nº 1.055, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2008 (nº 1.356/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Associação Cristã de Moços.*..... 39905

Nº 1.056, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2008 (nº 7.606/2006, na Casa de origem), que *estabelece o dia 3 de maio como o Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias.*... 39907

Nº 1.057, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2008 (nº 6.575/2006, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Rotariano.*..... 39909

Nº 1.058, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, de autoria do Senador

Papaléo Paes, que *altera o caput do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão “fins não econômicos” por “fins lucrativos”*..... 39911

2.3.6 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 125/2008, de 8 do corrente, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007 de autoria do Senador Papaléo Paes..... 39914

2.3.7 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 39914

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 6, 66, 77 e 124, de 2008, cujos pareceres foram lidos anteriormente.. 39914

2.3.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Professor. 39915

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do artigo intitulado “O presidente e o cigarro”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 14 de setembro último. 39916

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “A UNE domesticada”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 20 de agosto último. 39917

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “MINC e o lixo da Paciência”, publicada na revista **IstoÉ**, edição de 25 de junho último. 39918

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Carvalho prometeu a petista ajudar Dantas”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 10 de julho último. 39920

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro da matéria intitulada “Funcionária da Casa Civil for-

matou o dossiê tucano”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de maio último..... 39921

SENADOR ROMERO JUCÁ – Registro do relatório que sintetiza as atividades da Fiocruz, em 2007..... 39922

2.3.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quinta-feira, dia 16, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 39922

2.4 – ENCERAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 15-10-2008

4 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.135, de 2008..... 39929

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 190ª Sessão Especial, em 15 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Sr. Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 2 minutos, e encerra-se às 14 horas e 16 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente Sessão Especial destina-se a comemorar o Dia da Criança, com o objetivo de se discutir e encontrar meios para a inclusão social das crianças do nosso País, e o Dia do Professor, nos termos dos **Requerimentos nºs 153, 246 e 1.142, de 2008**, do Senador Cristovam Buarque e outras Sr^{as} e Srs. Senadores.

É com satisfação que anuncio a presença de alunos do Centro de Ensino Fundamental de Arapoanga, Planaltina, e do Centro de Ensino Fundamental 619 de Samambaia, Distrito Federal.

Convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro, que será cantado por Andressa Nunes.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Peço que os meus aplausos como Presidente, neste momento, se somem aos aplausos de vocês em homenagem a essa grande artista, cantora, representante do melhor do nosso Brasil, da criança brasileira, Andressa Nunes. (Palmas.)

Convido as crianças Ana Paula Lopes Almeida, Augusto Paulino dos Santos, Taina Micaela, Michael Alves, Jilvaneide Vieira, Erick Chaves, Dhuliana Cavalcante, Frederico Miranda, Jonas Beirão e Iara Lopes Gomes para prodecerem à leitura dos dez artigos da Declaração dos Direitos da Criança.

A SRA. ANA PAULA LOPES ALMEIDA – I Princípio. Todas as crianças são credoras destes direitos, sem distinção de raça, cor, sexo, língua e religião, condição social ou nacionalidade, quer sua ou de sua família.

O SR. AUGUSTO PAULINO DOS SANTOS – 2º Princípio – A criança tem o direito de ser compreendida e protegida, e devem ter oportunidades para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual

e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. As leis devem levar em conta os melhores interesses da criança.

A SRA. TAINA MICAELA – 3º Princípio – Toda criança tem direito a um nome e a uma nacionalidade.

O SR. MICHAEL ALVES – 4º Princípio – A criança tem direito a crescer e criar-se com saúde, alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas, e à mãe devem ser proporcionados cuidados e proteção especiais, incluindo cuidados médicos antes e depois do parto.

A SRA. JILVANEIDE VIEIRA – 5º Princípio – A criança incapacitada física ou mentalmente tem direito à educação e cuidados especiais.

O SR. ERICK CHAVES – 6º Princípio – A criança tem direito ao amor e à compreensão e deve crescer, sempre que possível, sob a proteção dos pais, num ambiente de afeto e de segurança moral e material, para desenvolver a sua personalidade. A sociedade e as autoridades públicas devem propiciar cuidados especiais às crianças sem família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas.

A SRA. DHULIANA CAVALCANTE OLIVEIRA – 7º Princípio – A criança tem direito à educação, para desenvolver suas aptidões, sua capacidade para emitir juízo, seus sentimentos e seu senso de responsabilidade moral e social. Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais. A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

O SR. FREDERICO MIRANDA – 8º Princípio – A criança, em quaisquer circunstâncias, deve estar entre os primeiros a receber proteção e socorro.

O SR. JONAS BEIRÃO – 9º Princípio – A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligên-

cia, abandono, crueldade e exploração. Não deve trabalhar, quando isto atrapalhar a sua educação, o seu desenvolvimento e a sua saúde mental ou moral.

A SRA. IARA LOPES GOMES – 10º Princípio – A criança deve ser criada num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para compor a Mesa, nesta sessão em homenagem às crianças do Brasil, os Senadores aqui presentes: Cristovam Buarque, Jefferson Praia, Leomar Quintanilha e, representando todas as crianças, convido a Senadora Marisa Serrano, encantadora Senadora e professora.

Dando continuidade a esta solenidade, concedemos a palavra ao Senador Cristovam Buarque, primeiro subscritor do requerimento desta sessão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom dia a cada uma e a cada um de vocês.

Cumprimento o Senador Mão Santa, que preside esta sessão, e, por meio dele, todos os demais Senadores e autoridades aqui presentes. Cumprimento os senhores embaixadores que aqui estão e especialmente os professores e as crianças que vieram de suas escolas e de suas casas, para estarem conosco neste dia em que queremos prestar homenagem dupla aos professores e às crianças.

Quem já me ouviu falar aqui sabe que não costumo ler discurso. Acho que muitas vezes a leitura tira a ênfase, o impacto. Mas hoje decidi ler dois textos: um que fiz no passado e um recente. O do passado é um texto sobre crianças, e o recente é uma carta que enviei aos professores do Distrito Federal, que, se não receberam ainda, receberão.

Eu leio, porque gostaria que as pessoas que nos estão assistindo pela televisão pudessem tomar conhecimento dessas mensagens.

A primeira é um artigo que chamei de *Os Nomes da Criança*, que começa, lembrando que, entre os esquimós, Senador Mão Santa, existem muitas palavras para dizer “neve”. Para nós, “neve” é neve, mas para os esquimós não pode ser, porque, se eles pisarem numa neve sem substância, afundam! Eles têm que ter uma palavra para denominar a neve que afunda e outra para a neve sólida. Para nós, não há diferença.

Os homens, os povos das florestas também têm mais de um nome para dizer “mato”. Para nós, da cidade, “mato” é mato. Para uma pessoa da floresta, cada mato tem um nome próprio, porque há alguns que, se furarem, matam. Há alguns que, se forem comidos,

matam a fome, e outros, que envenenam. Eles têm de saber os nomes diferentes de cada mato.

Os povos que vivem nos desertos também têm palavras diferentes para dizer aquilo que chamamos de areia. Se eles não prestarem atenção e não souberem que aquela areia é a que o vento leva, podem morrer, porque o vento vai criar uma tempestade.

Pois bem, no Brasil, Senadora Marisa, para proteger-se do meio ambiente, o mundo brasileiro criou palavras diferentes, para dizer uma coisa tão simples, que é “criança”. A cultura evolui conforme o número de palavras que se tem para dizer uma só coisa. Os esquimós têm uma alta cultura no que se refere à neve; as pessoas das matas, para o que significa “árvore”; as pessoas do deserto, para o que significa “areia”.

O Brasil tem uma alta cultura para dizer “criança” – porque a gente sabe que no Brasil criança não é uma só coisa. Por exemplo, para poder andar com segurança nas ruas, os brasileiros têm maneiras diferentes de dizer “criança”, para saber se podem ficar perto ou longe delas. Não se trata de sinônimos, como antigamente, para indicar a mesma coisa, ou seja, “menino”, “guri”, “pirralho”. Isso são sinônimos. Não. Trata-se agora de que cada nome indica uma sutil diferença no tipo de criança.

O português falado no Brasil é hoje o mais rico e o mais imoral dos idiomas do mundo, no que se refere à definição de criança. É um rico vocabulário que mostra a degradação moral de uma sociedade que trata suas crianças como se não fossem apenas crianças.

Por exemplo, “menino-de-rua”. Nós tivemos que inventar essa conceituação, de “menino-de-rua”, diferente de “criança”. É uma criança diferente, chamada de “menino-de-rua”. “Menino-de-rua” significa aquele que fica na rua, em lugar de estar na escola, em casa, brincando ou estudando, mas às vezes tem até uma casa aonde ir. Por isso, existe uma sutileza para diferenciar “menino-de-rua” de “menino na rua”. O “menino na rua” é o que tem uma casa para ir de noite; o “menino-de-rua” é aquele que não tem uma casa onde ficar.

Ao vê-los, esses “meninos de rua” ou “na rua”, um habitante das nossas cidades os distingue das demais crianças que ali estão passando. Ele sabe a criança que é de rua e a que não é de rua, da mesma maneira que um esquimó sabe uma neve sólida, onde pode pisar, e uma neve tênue, onde não pode pisar.

Flanelinha, outra maneira de dizer criança, um tipo de criança.

“Flanelinha é aquele que, nos estacionamento ou nas esquinas, dribla os carros dos ricos, carregando um frasco de água em uma mão e um pedaço de pano na outra, na tarefa de convencer o motorista a

dar-lhe uma esmola, em troca da rápida limpeza no vidro do veículo.”

Criamos um outro tipo de criança, chamada flanelinha, que são diferentes dos esquineiros, que tentam vender algum produto ou apenas pedem esmolas aos passageiros dos carros, ou dos meninos-de-água-na-boca, milhares de pobres que carregam uma pequena caixa com chocolate que eles não podem comer, porque eles têm de vendê-la para terem o direito de, depois, comerem um pão. Meninos-com-água-na-boca.

Não vou ler aqui, até porque fica duro ver a quantidade de palavras que temos hoje, no Brasil, para nos referir às meninas e aos meninos explorados sexualmente. Há, pelo menos, oito ou dez palavras para dizer, de acordo com onde está, de acordo com o quanto cobra, de acordo com o cliente que recebe. Vou pular essa parte que coloquei no artigo, mas vou dizer outras palavras:

Delinqüente, infrator, avião, pivete, trombadinha, menor, pixote. Só aqui são sete palavras para o conjunto de relação das nossas crianças com o crime. Cada qual dessas palavras tem uma maldita sutileza conforme o artigo do Código Penal em que cabe, o crime que comete, a maneira como abordam suas vítimas, o crime ao qual se dedica...

Podem também, no lugar de crianças, serem chamadas de *boys*, engraxates, meninos-do-lixo, recicladores-infantis, de acordo com o trabalho que eles fazem em de estarem na escola.

Ainda há os filhos-da-safra, para indicar crianças deixadas para trás, por pais que emigram todos os anos em busca de trabalho, nos lugares onde há emprego para bóias-frias, nome que indica – filhos-da-safra – essa riqueza cultural do sutil vocabulário da realidade social brasileira.

E o que dizer de uma outra palavra, pagãos-civis, vivendo sem registro que lhes indique a cidadania de suas curtas passagens pelo mundo, em um País que lhes nega não apenas o nome de criança, mas também a existência legal? Pagãos-civis!

E creio que, como resumo de todos esses tristes verbetes, há um outro que é criança-triste. Não a tristeza que nasce de um brinquedo quebrado, de uma palmada ou reprimenda recebida, ou mesmo da perda de um ente querido. No Brasil há um tipo de criança que não apenas fica ou está triste, mas nasce e vive triste. Seu primeiro choro mais parece um lamento pelo futuro que ainda não prevê do que um respiro no novo ar em que vai viver, quando pela primeira vez recebe o oxigênio em seus diminutos pulmões.

Criança-triste como substantivo, não como adjetivo, como um estado permanente de vida. Essa talvez seja a maior das vergonhas do vocabulário da realidade

social brasileira, assim como a maior vergonha da realidade política é a falta de tristeza no coração de nós, líderes e autoridades, diante da tristeza das crianças brasileiras com as sutis diversidades refletidas no vocabulário que indica os nomes da criança.

Não são os nomes das crianças; são os nomes da criança, do ente criança. Esse ente criança tem diversos nomes, porque elas são diferentes.

A sociedade brasileira, em uma maldita apartação, foi obrigada a criar palavras que distinguem cada criança conforme sua classe, sua função, sua casta, seu crime. Essa cultura brasileira, medida pela riqueza de seu vocabulário, enriqueceu perversamente ao aumentar as palavras que indicam uma coisa chamada criança. Um dia, essa cultura vai se enriquecer criando nomes para os Presidentes, Governadores, Prefeitos, políticos em geral que não sofrem, que não ficam tristes, que não percebem a vergonha trágica de nosso vocabulário. Mas ainda não existe essa maneira de diferenciar a nós, os políticos.

Quem sabe não será preciso que um dia chegue ao Governo uma das crianças-tristes de hoje, para que o Brasil torne arcaicas as palavras que hoje enriquecem o triste vocabulário brasileiro e construamos um dicionário onde criança... seja apenas criança.

Este é um desafio, e esse desafio só será cumprido pelos professores, obviamente passando por nós, Senadores, ao regulamentarmos e ao agirmos para que haja uma boa escola.

Por isso, leio o segundo trecho, que é para os professores. Começo lembrando que a História do Brasil registra três datas marcantes. Temos muitos feriados, mas há três especiais – o 7 de setembro, o 13 de maio e o 15 de novembro –, mas comemoramos essas datas sem percebermos que a Independência não foi completada, que a Abolição não foi completada e que a República não está completada.

Afinal de contas, que Independência é essa que é tão vulnerável a qualquer aspecto que acontece lá fora? Que Independência é essa onde estou falando no microfone, cuja maior parte dos componentes são importados?

Nós não somos independentes, nem somos uma República.

Que República é essa em que existe uma escola para uns diferente da escola dos outros, em que existe escola para ricos e escola para pobres, em que existem escolas de cidades grandes e escolas de cidades pequenas, em que existem até mesmo escolas para os filhos dos eleitos diferentes das escolas para os filhos dos eleitores? Não é uma República.

E que Abolição é essa em que dissemos aos escravos: “Vocês não são mais escravos. Podem ir para

a miséria nas cidades. Não tem mais trabalho forçado para vocês. Vocês podem ficar desempregados. Não têm mais que viver na senzala. Podem ficar morando na rua. Não têm mais que comer o resto da casa grande. Podem ficar com fome.” Isso não é uma Abolição completa, e essa Abolição não é completa, porque o caminho para completá-la é a escola.

Um príncipe, D. Pedro I, uma princesa, Dona Isabel, um marechal, Deodoro da Fonseca, eles ficaram conhecidos pelas viradas da História, mas só os professores vão completar aquilo que eles começaram. E isso não aconteceu ainda, porque, ao negar escola de qualidade para todos, o Brasil continuou semi-independente, com a escravidão disfarçada e uma pseudo-república.

Nós não teremos Independência sem uma população educada, capaz de desenvolver o conhecimento que a sociedade moderna exige; não há Abolição plena se a educação não chega a todos; não é República um país em que a escola do filho do rico é diferente da escola do filho do pobre.

Só a escola de qualidade para todos será capaz de fazer com que aquelas três datas que eu citei possam merecer toda a dimensão que deveriam ter.

E a escola é sobretudo o professor: um país não se completa se o professor não for a categoria mais bem preparada, mais dedicada e com os melhores salários. Não tem como construir um país onde os professores não sejam os mais bem remunerados, os mais dedicados e os mais qualificados. E, lamentavelmente, esse não é o caso do Brasil ainda. Só agora, 500 anos de história depois, quase 200 anos de Independência, 120 anos de Abolição e República, conseguimos um Piso Nacional para o Salário do Professor. Mesmo assim, é um piso que equivale a 10% do piso salarial de outras categorias do setor público.

Ainda não somos escolhidos, os professores, e tratados como se fôssemos a elite dos profissionais brasileiros, nem recebemos as condições que nos permitem plena dedicação ao desempenho de nossas funções. Por isso, o Brasil precisa colocar o 15 de outubro como a data-mãe de todas as outras datas históricas, como o Dia do Construtor do Futuro, que é o professor. Só quando o 15 de outubro for uma grande data, é que 7 de setembro, 13 de maio e 15 de novembro vão merecer de fato a dimensão que deveriam ter, de datas simbólicas da Independência, da Abolição e da Proclamação da República.

Mas, para que isso aconteça, os professores têm um papel importante: além de educadores, eles devem ser também educacionistas. Além do trabalho profissional dentro da sala de aula, eles precisam lutar politicamente nas ruas e nas urnas pelo educacio-

nismo. O educacionismo é uma sociedade na qual o filho do trabalhador estude na mesma escola do filho do patrão; o filho do eleito, na mesma escola do filho do eleitor; todos estudando com o máximo de qualidade, algo que os tempos atuais exigem. Sem sair da sala de aula, é preciso que entremos na política para defender uma revolução no Brasil. E a única revolução possível hoje, libertária, eficiente e igualitária, é a revolução pela educação, a revolução de termos todos os sessenta milhões de alunos, os dois milhões de professores, as quase duzentas mil escolas públicas com a mesma qualidade, não importando a cidade ou a renda da família do aluno, todas com professores bem-remunerados, dedicados e qualificados, em edifícios bonitos e bem-equipados.

A revolução atual não está mais, como se dizia no passado, em transferir o capital das mãos dos capitalistas para as mãos dos trabalhadores. A revolução está em levar os filhos dos trabalhadores para a mesma escola dos filhos dos capitalistas. Por isso, a revolução passa pelas mãos dos professores.

Neste 15 de outubro, quero não apenas prestar uma homenagem a vocês, professores como eu quero pedir que reflitam sobre a importância de cada professor, sobre a responsabilidade de cada professor, sobre o compromisso de cada professor de lutar pela revolução no Brasil, mas uma revolução educacionista. Não mais na economia, não mais na propriedade das coisas materiais, não mais na igualdade dos bens de consumo: trata-se agora da revolução na igualdade do acesso ao conhecimento. Que sejamos diferentes e desiguais pelo talento, pela persistência, e não pelo lugar onde nascemos, não pela família de onde viemos. Eu peço que não esmoreçam nem se acomodem e que tenham a mesma dedicação na sala de aula de sua escola e na luta pela educação de todo o Brasil.

É isso que eu venho aqui pedir, quando deveria apenas homenagear, mas a homenagem ficaria tão incompleta quanto a Independência, quanto a República e quanto a Abolição se ela não viesse acompanhada deste pedido: sejam educadores e sejam também educacionistas.

Sejam bons professores e professoras, mas sejam também lutadores por uma revolução: a escola igual para todos, o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão. Essa é a revolução de que precisamos. Que este 15 de outubro sirva como um momento para refletirmos a possibilidade, a necessidade de que isso seja feito e o nosso compromisso de levarmos essa luta adiante.

Parabéns a vocês, mas vocês têm muito ainda o que fazer por este País, na sala de aula e nas ruas.

Um grande abraço para cada uma e para cada um de vocês, construtores do futuro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está escrito no Livro de Deus que a árvore boa dá bons frutos. Esta é a boa árvore boa do Senador e Professor Cristovam Buarque. Ninguém mais do que S. Ex^a interpreta os sentimentos das cores da nossa Bandeira, e S. Ex^a teve e tem um sonho: ver nela escrito “Educação e Progresso”.

Dando continuidade a esta solenidade, que também é um bom fruto do nosso Senador Cristovam Buarque, concedemos a palavra ao Senador José Nery, Líder do PSOL que representa o Estado do Pará.

No dia em que o Senado homenageia a bravura dos professores, aproveitaria também para homenagear a brilhante Senadora Heloísa Helena, presidente do seu partido e professora. O povo a aplaudiu elegendo-a vereadora da capital de seu Estado.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, ilustres convidados, professores, professoras, nossas crianças e adolescentes que nos honram com sua presença no plenário do Senado Federal, em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Cristovam Buarque pela brilhante iniciativa de homenagear os professores e as crianças simultaneamente.

Percebemos no pronunciamento há pouco feito aqui pelo Senador Cristovam Buarque, ao falar do Brasil, da educação, das crianças e de futuro, em cada palavra e em cada gesto, a convicção quanto ao que era dito, porque dito não por dizer, mas dito por fazer, porque o Senador Cristovam Buarque foi professor, reitor da UnB e Governador do Distrito Federal. Portanto, sem dúvida, tudo o que disse aqui não foi por dizer, foi por fazer.

O Senador Cristovam Buarque, tendo tido a oportunidade de dirigir uma universidade e governar o Distrito Federal, foi capaz de implementar aqui as políticas públicas mais essenciais à construção desse futuro diferente. Aqui nasceu a Bolsa-Escola; foi no Distrito Federal que ela nasceu.

Não ouvi todo o discurso do Senador Cristovam Buarque, mas, provavelmente, ele não fez referência à Bolsa-Escola, que muitos governos estaduais e municipais adotaram e que o Governo Federal adotou sob a forma de Bolsa-Família com características diferenciadas em relação ao projeto concebido e implementado aqui no Distrito Federal. Talvez o Professor, Senador e Governador Cristovam Buarque não tenha dito aqui, mas a Bolsa-Escola, que nasceu aqui no Distrito Federal, desde aquele primeiro momento, em 1995, foi

uma importante declaração do seu compromisso com o futuro deste País.

A homenagem é para todos os professores, todas as professoras, todos os educadores e todas as crianças do Brasil, mas, neste meu início de pronunciamento, tenho certeza de que conto com a concordância dos meus pares, de todas as Senadoras e de todos os Senadores, quando digo que, neste momento, aqui homenageamos, de verdade, o grande professor e educador Cristovam Buarque.

(Palmas.)

A educação é a base mais sólida para qualquer modelo de desenvolvimento que se pretenda sustentável. Infelizmente, o nosso País ainda não enfrentou de forma decidida esse desafio. Nosso País cresceu, o produto interno bruto aumentou, nossa população se multiplicou, mas nossos indicadores educacionais não acompanharam esse crescimento. E o motivo é claro: a educação não é o principal vetor do nosso desenvolvimento.

Em 2001, o Congresso Nacional aprovou o Plano Nacional de Educação, definindo diretrizes e metas para dar um salto de qualidade na área educacional. Entre as metas, destaco a universalização do ensino fundamental, o aumento expressivo da cobertura da educação infantil e do ensino médio e a elevação dos indicadores de qualidade.

Os dados divulgados pelo IBGE relativamente à última Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), realizada no ano de 2007, mostram que ainda temos um longo caminho a percorrer. Ainda temos milhões de crianças fora da escola na educação infantil, mais de catorze milhões de analfabetos e dificuldades imensas de acesso de nossa juventude ao ensino médio, especialmente o profissionalizante.

Mas talvez o aspecto mais preocupante dos indicadores educacionais seja aquele relativo à aprendizagem de nossas crianças. De nada vale garantir o acesso à escola e depois não propiciar o sucesso, ou seja, o direito de aprender corretamente. Nesse quesito, o nosso País está muito atrasado. As notas aferidas pelo Ideb são alarmantes: nossas crianças chegam à antiga quarta série do Ensino Fundamental sem ler corretamente e com enorme dificuldade em matemática.

Início meu pronunciamento com esses dados para falar da importância decisiva dos professores para a superação desse quadro. Não é possível pensar em educação de qualidade sem investimento maciço nos profissionais de educação, especialmente nos professores.

Recentemente esta Casa aprovou a lei que cria o Piso Salarial Nacional para os profissionais do Ma-

gistério. Foi um passo importante. O valor está muito aquém do que os professores merecem e do que o nosso País pode pagar. E a sua implantação gradual também frustrou as expectativas depositadas nessa lei. Preocupo-me com a reação de muitos gestores que se posicionam pelo não cumprimento da lei, o que considero um verdadeiro absurdo. Aliás, quero aproveitar para recordar aos Srs. Prefeitos, eleitos ou reeleitos no último dia 5 de outubro, que eles terão até 31 de dezembro de 2009 para enviar às respectivas Câmaras Municipais e ali aprovar os novos planos de carreira, instrumento essencial para a valorização do Magistério. É bom dizer que essa regra vale também para os nossos Governadores de Estado.

Recentemente, o MEC disponibilizou para análise da sociedade uma minuta de decreto instituindo o Sistema Nacional Público de Formação de Professores. É uma idéia muito interessante, principalmente diante do dado de que apenas 15% dos professores concluem seus estudos em instituições públicas e muitos nem conseguem completar um curso de nível superior.

Senador Cristovam Buarque, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, não sou membro da Comissão de Educação do Senado, mas elaborei um requerimento para que a referida Comissão realize uma audiência pública sobre a idéia de criação desse sistema público de formação de professores. E é claro que, como não posso apresentar o requerimento diretamente, podendo ser apenas o seu co-autor, solicito ao Senador Cristovam Buarque que seja o primeiro subscritor desse requerimento, o qual, tenho certeza, muitos Senadores também terão a satisfação de subscrever.

Assim, ao apresentar o requerimento e pedir sua aprovação na Comissão de Educação, tenho a convicção de que será uma forma de o Senado Federal ouvir a posição do Governo, dos especialistas e dos gestores estaduais e municipais no sentido de propor sugestões que aperfeiçoem o decreto a ser assinado pelo Senhor Presidente da República.

Queria deixar registrado, nesta oportunidade, que precisamos alterar os rumos da política econômica para que a educação brasileira possua recursos suficientes para dar um salto para o futuro.

É verdade que aprovamos o Fundeb no final de 2006 e sua regulamentação no ano de 2007, mas também é verdade que não podemos acreditar que nosso País só tem condições de investir nas suas crianças menos de R\$95,00 por mês. É muito pouco! Basta que façamos a conta do que a atual crise financeira está consumindo de nossas reservas, dos recursos direcionados pelo superávit primário para chegarmos à conclusão de que o que foi alocado pela União no Fundeb é uma

gota no oceano dos recursos alocados para salvar os banqueiros e os especuladores de plantão.

Espero que daqui a dez anos, quando estivermos homenageando os professores e professoras e refletindo sobre o futuro de nossas crianças, seja possível anunciar melhores indicadores educacionais e termos mais motivos para comemorar essas duas datas tão importantes.

Quero homenagear os sindicalistas ligados à área da Educação nos diversos níveis de ensino, tanto em nível municipal como estadual e nacional, que em nosso País são os grandes aliados na luta pela valorização do Magistério, pela valorização da educação e pela valorização das nossas crianças.

Quero homenagear todos os dirigentes e sindicalistas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, e faço referência, em particular, ao Sintepp (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará) e ao Sinpro (Sindicato dos Professores), mas não posso, como disse, esquecer de homenagear a todos e todas que se dedicam, além da luta sindical, à busca de condições de fortalecimento das políticas educacionais em nosso País.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, falando em educação, vou relatar rapidamente a visita que fiz ao Município de Igarapé-Açu, no Estado do Pará.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos homenagear também as crianças, porque têm muitos oradores inscritos e elas têm fome.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Se V. Ex^a seguir esse raciocínio, tenho certeza de que futuramente não irá me imitar; também falará menos, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente Mão Santa, sei que V. Ex^a é sempre condescendente com os seus Pares. Tenho certeza que vai permitir que eu conclua o pronunciamento. Mas muito obrigado a V. Ex^a, porque, de antemão, sei que vai nos conceder o tempo de mais, pelo menos, cinco minutos.

Como eu dizia, estive recentemente no Município de Igarapé-Açu, no Estado do Pará, e segundo os dados do Ideb, em 2007, a nota desse Município foi de apenas 2,9 numa escala que vai de zero a dez. A nota do Brasil foi de 4,2 e da rede municipal...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em um minuto Cristo fez o Pai-Nosso.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Mas V. Ex^a não segue quando fala também desta tribuna, por isso peço isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cinquenta e seis palavras e nós saímos daqui ao céu.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço isonomia.

Em 2006, aquele Município possuía 55 escolas municipais, sendo 46 na zona rural. A formação dos professores é sintomática: somente 11% possuem nível superior, e a distorção idade/série é de quase 50%. Tive oportunidade de visitar uma escola na zona rural daquele Município chamada Escola Boa Esperança, e ela é simbólica nas dificuldades enfrentada pelos professores e pelas crianças brasileiras.

A escola funciona numa casa de taipa, porque a anterior ficava em um pequeno barracão que desabou. Na verdade, naquele local nunca existiu escola; era um local improvisado. Ela funciona na casa de um morador, o Sr. Carlos Antônio, e tem mais ou menos 4m². As carteiras são amontoadas, não há iluminação adequada, as crianças não recebem merenda escolar e, quando a recebem, dá para apenas uma semana. Não há merendeira, não há profissional para fazer a merenda, é a família das crianças que a fazem, para que possam ter o direito à alimentação escolar, quando isso é possível. O acesso é muito difícil, pega-se estrada, atravessa-se córrego, Igarapé para chegar à escola. Essa escola nunca foi visitada pelo Prefeito, pelo Secretário de Educação e, segundo disseram, nem por Vereadores – nem em campanha.

Talvez seja uma das escolas mais pobres do País, mas pudemos perceber ali o gesto de uma família que cedeu a própria casa, Senador Mão Santa, para ser a sede da escola – e o Município não paga aluguel.

Se não me engano, a cobertura da casa é de palha, não tenho muita certeza disso, mas é um ambiente absolutamente insalubre; não é o local mais apropriado para uma escola. Todavia, a generosidade daquela família permitiu que ali funcionasse uma escola. Eu diria que aquele pai e aquela mãe são os maiores educadores que nós temos naquela comunidade.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu disse àquelas crianças, àqueles professores e àqueles pais ali reunidos que o Brasil ia tomar conhecimento daquela tragédia.

Nesse sentido, Senador Cristovam Buarque, quero fazer um convite a V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, para que V. Ex^a e, quem sabe, uma equipe de Senadores possam fazer uma visita àquela comunidade, que talvez tenha uma das escolas mais pobres do País. Com esse gesto, poderemos incentivar e estimular que outros professores, outras crianças e outras comunidades também denunciem a tragédia de escolas como aquela. Uma

das autoridades municipais de Igarapé-Açu, o Prefeito que disputou a reeleição, declarou um patrimônio de R\$25 milhões, sendo que a cerca de quinze quilômetros da sede do Município está talvez uma das piores escolas do nosso País.

Então, acho que deveríamos fazer uma visita pedagógica àquela escola, Senador Cristovam Buarque, para que aquele exemplo de uma comunidade que exigiu seu direito passe a ser exemplo para outras tantas que sofram igual constrangimento.

Quero reproduzir as palavras do Sr. Carlos Antonio, proprietário da casa-escola, que disse uma frase da qual não posso me esquecer: “Tudo aqui é do coração do povo”.

Naquela comunidade, Senador Tuma, não tem estrada adequada, não tem escola, não tem energia elétrica. Falta tudo, falta incentivo à produção, não tem ninguém lá financiado pelo Pronaf ou por outros programas de geração de renda.

Então, a frase “tudo aqui é do coração do povo” expressa bem aquela realidade e a luta daquele povo, à qual nos somamos e com a qual nos solidarizamos.

Quero, por fim, homenagear o heroísmo dos professores brasileiros, homenageando dois professores daquela localidade: Marcelo e Éderson. Eles continuam trabalhando em condições desumanas e são símbolo de resistência e perseverança.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, de acordo com a orientação da Secretaria-Geral, o Senador Sérgio Zambiasi, Vice-Líder do PTB, enquanto aguardamos a comunicação do Senador Aloizio Mercadante sobre a transferência da sua inscrição à líder Ideli Salvatti.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, que representa o Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um pronunciamento muito rápido, muito objetivo, até respeitando essa gurizada que está aqui no plenário desde as 10 horas e 30 minutos. Já estamos submetendo essa turminha a um certo sacrifício.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Sérgio Zambiasi, o dez que lhe dei foi a nota de V. Ex^a; não quer dizer que seja o tempo de dez minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Não quero utilizar dez minutos, Sr. Presidente.

Inicialmente quero saudar todos os colegas que são professores. Estou vendo a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cristovam, que fez um maravilhoso

pronunciamento. Fiquei muito impressionado com a pontualidade e a objetividade dos temas abordados. Ao mesmo tempo, Senador Cristovam, ainda percebo o quanto é difícil alguém, na vida pública, direcionando a sua atuação para a educação, encontrar um espaço na vida política. Li um estudo, antes das eleições, segundo o qual dificilmente um Prefeito que investe tudo em educação se reelege. Vivi uma experiência dessa no meu Estado, onde um amigo orientou sua administração com prioridade para educação e não foi reeleito. Está comprovada, portanto, a tese. Ainda falta muito para alcançarmos essa conscientização.

Parabéns por tua luta, parabéns pela iniciativa. O Brasil te entende, te reconhece e te aplaude, Cristovam. Aqui, realmente temos de reconhecer e nos somarmos a essa luta pela educação, pelos professores, pelos vocacionados, porque ser professor é uma vocação, sem dúvida nenhuma. Temos que fazer com que essa vocação seja minimamente reconhecida em termos de remuneração, em termos de qualidade de vida, para que o professor e a professora se sintam mais estimulados dentro desse processo, que é uma extensão da família – a sala de aula deve ser uma extensão do lar, da família –, e para que se sintam mais protegidos.

Vejo a professora Senadora Ideli Salvatti, que representa bem essa classe; estava há pouco aqui a Senadora Fátima Cleide, que é professora também; há mais colegas aqui que são professores, como os Senadores José Nery, Jefferson Praia, professor lá de Manaus; o Senador Tuma assinala que a esposa dele é professora e que ele foi professor também. Nossa, temos inúmeros colegas professores! Portanto, temos algumas obrigações aqui.

Acho que deveríamos, em um momento como este, em que se celebra de forma conjunta o Dia do Professor e o Dia da Criança, como disse nesta manhã o Senador Cristovam fazer uma força-tarefa sobre alguns temas aqui no Congresso. E talvez tenhamos que, nas nossas comissões, fazer uma força-tarefa em relação a alguns projetos que tratem da educação e da criança, para que possamos produzir efetivamente – aliás, vim à tribuna para isto, especialmente para trazer esta proposta à consideração do Plenário – de maneira que seja dado regime de urgência a todas as proposições que tramitam na Casa e que contemplem a questão da criança, do menor, do adolescente e da educação.

Essa força-tarefa a que V. Ex^a se referiu hoje na Comissão de Educação é necessária, fundamental. Seria um gesto do Congresso. Fizemos isso em relação à segurança pública. Naquela oportunidade, não foi uma força-tarefa, mas foi um esforço concentrado pela aprovação de alguns projetos, dando uma demonstração

de que o Congresso brasileiro preocupa-se, sim, com a questão da segurança pública. Seria um movimento do Congresso para a sociedade, um reconhecimento, dizendo: sim, nós estamos preocupados; sim, nós temos projetos; sim, nós temos propostas. Elas estão aqui e queremos aprová-las para que o Presidente Lula possa sancioná-las, a fim de que logo entrem em vigor, melhorando as condições da educação, melhorando as condições do educador e melhorando as condições, por consequência, da família brasileira. Basicamente, é esta minha intenção.

Prometi que seria objetivo nesta tribuna, sem submeter a todos ao sacrifício de um longo discurso. Eu havia preparado, inclusive, uma manifestação mais longa, porém, entendo que, se nós sairmos daqui, Senador Cristovam e Sr. Presidente, com este compromisso, nós já teremos avançado muito neste dia em que comemoramos o Dia da Criança, com o objetivo de se discutir e encontrar meios para a inclusão social das crianças em nosso País e, também, para celebrarmos o Dia do Professor.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Temos, como iniciativa associada à realização desta sessão especial, uma Mostra de Livros Infantis e Infanto-juvenis, realizada em parceria com a Academia Taguatinguense de Letras, o Sindicato dos Escritores do Distrito Federal e o Movimento Internacional Cultural Abrace. Convido todos a visitarem, após a sessão, essa Mostra de Livros Infantis e Infanto-juvenis, onde autores brasilienses e também os que vivem em Brasília exibem suas obras para comemorar o Dia da Criança e o Dia do Professor.

A Mostra encontra-se no espaço “Senado Galeria”, onde ficará hoje e amanhã aberta à visita, de 9 às 18 horas. São 30 obras expostas, com uma pequena biografia de seus autores e resumo das obras.

Espero que aproveitem essa iniciativa.

Continuando a sessão, vamos convidar para usar da palavra, representando a Liderança do apoio ao Governo, a Senadora Ideli Salvatti, que também é professora e homenageada.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cumprimento o Sr. Presidente, as Sr^{as} e os Srs. Senadores e, de forma muito especial, as nossas crianças, bem como os professores e professoras, particularmente os presentes neste plenário, nesta sessão que, além de homenagear aqueles que cuidam e tratam do futuro do nosso País, tem um tema, Senador Cristovam, muito pertinente e relevante: a questão da inclusão social das crianças do nosso País.

Nós temos acompanhado, de forma muito atenta, o resultado das políticas públicas de inclusão social. Nós temos evoluído e muito. Os resultados estão aí, apresentando-se com a inclusão, com a mobilidade social, com milhões de brasileiros saindo das classes D e E e incorporando-se à classe C, melhorando a renda. Mas todos os estudos – frise-se: todos os estudos – que tratam das políticas públicas de inclusão social demonstram, de forma inequívoca, que é mais fácil fazer a inclusão do idoso, do adulto do que da criança.

Se pegarmos o perfil, por idade, das pessoas que estão na extrema pobreza, na miséria, o maior volume é exatamente de crianças. Portanto, temos que continuar reforçando as políticas públicas de inclusão, mas a mera recuperação do salário mínimo, da geração de emprego, da recuperação de renda não é suficiente para fazermos a inclusão dos milhões de crianças do nosso País que estão exatamente colocadas nas faixas de menor renda.

Por isso, considero corretíssimo quando o Senador Zambiasi propõe que tenhamos prioridade, que adotemos o regime de urgência para os projetos que tratam desse assunto.

É muito interessante – e não poderia deixar de citar isso aqui – a reação quando o Congresso aprovou – e ainda é opcional, não é obrigatório – a licença-maternidade de quatro para seis meses. Houve manifestação de setores empresariais do nosso Brasil: “Ah! mas isso vai ter um custo! Mas isso vai nos acumular ainda mais despesas e tal”, como se tratar bem e dar a melhor condição para os primeiros meses, que são tão importantes na formação física, mental e psicológica das nossas crianças, tendo o acompanhamento direto da mãe por um período maior, como se isso pudesse ser considerado como custo. Isso é o melhor investimento que podemos fazer, preparando bem, dando a estrutura física, emocional e mental para as futuras gerações, permitindo que a mãe esteja num contato maior, por mais tempo, com a criança após o nascimento.

Por isso, entendo que é de fundamental importância esta sessão especial. O tema – a inclusão social das crianças do nosso País – é muito importante porque precisamos ter políticas focadas, muito específicas, muito especiais para revertermos a exclusão, o que é muito mais difícil, até porque, efetivamente, o maior volume de indivíduos na condição de menor renda são crianças. Portanto, tem que haver uma política muito especial para isso, que obviamente passa pelas políticas de inclusão das famílias, mas temos que ter um foco especial, específico para as crianças.

E, por último, para não me estender... Até porque fizemos a sessão e não nos preocupamos com

a merenda, não é, Senador Cristovam? A gurizada está aí desde às 10h30min e não teve merendinha ainda na sessão, o que deveríamos ter providenciado, obviamente. Mas quero dizer, como professora, que nós estamos ainda comemorando, e muito – e vamos comemorar ainda mais a partir de 1º de janeiro –, se, em todo o Brasil, nenhum Governador, nenhum Prefeito deixar de cumprir a lei do piso. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação está com mobilização nacional marcada para amanhã. Para nós é muito importante que estejamos muito atentos, muito vigilantes nessa luta histórica pela instituição do piso nacional, até porque, Senador Cristovam, aquela nossa meta de nacionalizar a educação... A educação tem que ser uma política nacional. Gosto muito daquele exemplo que V. Ex^a usa: se a agência do Banco do Brasil é igual em todo e qualquer canto do País, a escola brasileira também tem que ser igual em qualidade, em condição de atendimento.

Por isso, nós, como professores, estamos comemorando e estamos muito vigilantes para que o piso efetivamente entre em vigor a partir do dia 1º de janeiro.

Parabéns a todos nós, parabéns a todos aqueles que dedicam a sua vida à educação, à preparação das novas gerações, e o nosso carinho muito especial para todas as crianças brasileiras nesta sessão de homenagem!

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Leomar Quintanilha, do PMDB do Estado do Tocantins.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão especial, Senador Mão Santa, caros colegas Senadores e Senadoras, queridas crianças do Centro Educacional Arapoanga, de Planaltina, e da Escola 619, de Samambaia, do DF, queridos professores, senhores e senhoras, é certamente, Senador Cristovam Buarque, um dia para o Senado festejar, porque seguramente esta é uma das sessões mais importantes que o Senado pode realizar, exatamente pelo foco, exatamente pelo objeto da sessão, que é de homenagear as nossas crianças e homenagear os nossos professores. Aliás, V. Ex^a já conquistou, dentre seus pares, um respeito muito grande, uma admiração muito maior exatamente por desfraldar, como prioridade da atividade parlamentar, a defesa da educação brasileira.

Não há como se comentar no Senado, em foro de discussão, em debate, temas mais importantes, que envolvem a sociedade, que dizem respeito ao ser

humano, que dizem respeito ao homem e à mulher, que constroem a grandeza do Brasil, sem questionar, sem discutir a educação. E V. Ex^a aborda esse tema com muito brilho, com muita experiência e com muita propriedade. Por isso, merece nossos elogios, nossas homenagens. Quando, hoje, homenageamos nossos professores, destacamos, sem sombra de dúvida, o educador, o educacionista, o nosso colega, para satisfação e orgulho nosso, Senador Cristovam Buarque.

Eu comentava, há pouco, com algumas crianças que estão aqui presentes, que somos investidos de uma função relevante para o País. Somos 81 Senadores, representantes dos Estados brasileiros, e aqui discutimos questões relacionadas a cada cidadão, inclusive às crianças, muitas vezes sem termos tido oportunidade de ouvir a opinião, o sentimento das crianças e dos adolescentes. Tomamos decisões sobre o que entendemos ser o melhor para a criança e para o adolescente. Talvez a experiência de pai nos confira alguma condição, por meio da convivência com a criança e com o adolescente, para traduzirmos o sentimento da nossa criança, da criança e do adolescente brasileiro, em relação àquilo que eles acham que é significativo e importante para sua vida.

Conversei brevemente com algumas crianças. Comprometi-me com elas no sentido de ouvir delas o que pensam sobre sua escola, sobre seu convívio com a família, sobre seu convívio com a comunidade. Pedi que nos transmitissem isso, porque estamos aqui imbuídos do dever e da obrigação de normatizar, de transformar em lei, em obrigação, aquilo que é importante na relação da criança com os demais membros da sociedade.

O Senador Cristovam falou aqui com muita propriedade sobre esta grandiosa Pátria, este gigantesco Brasil, tão amado, mas de tantos contrastes, que ainda penalizam muitas – satisfazem algumas e penalizam muitas – crianças. S. Ex^a comparou a criança bem protegida com a abandonada, o que nos remete à reflexão do nosso compromisso e da nossa responsabilidade para com a criança brasileira.

Seguramente, precisamos realmente nos dedicar muito mais. Defendo uma tese parecida com a do Senador Cristovam Buarque com relação à criança; e o faço com relação ao cidadão, ao lembrar que o Estado brasileiro deve ter a responsabilidade de estabelecer um programa de proteção ao cidadão exatamente durante sua fase de formação, que vai de 0 aos 18 anos de idade. É nessa fase que ocorrem as maiores mutações do cidadão, do ser humano. É quando experimentam as grandes transformações, de 0 a 18 anos. É o período em que o cidadão precisa de orientação, de apoio, para que possa, efetivamente,

dar prosseguimento ao curso da sua vida da melhor forma possível, aproveitando nesse período de 0 a 18 anos as melhores orientações que poderiam receber da sua família, da sua escola e do Estado brasileiro. Entendo que esse colchão de proteção ao cidadão precisa ser discutido, para que o Estado brasileiro assumira sua responsabilidade em todo esse período e para que não continuemos a ver os desastres, as situações perversas que agredem a dignidade humana, como tantas crianças ao abandono, ao relento, nesse nosso gigantesco, próspero e rico Brasil.

Portanto, é com muita alegria que empresto minha modesta contribuição a esta homenagem que o Senado brasileiro faz às nossas crianças, ao futuro deste nosso grandioso País; e o faz concomitantemente com a homenagem ao professor.

Eu gostaria de dizer, meu caro, querido educador, educacionista, colega Cristovam Buarque, Marisa Serrano, senhores professores aqui presentes, que não consigo pensar em educação sem lembrar imediatamente na minha mãe. Acho que, se há um sentimento muito forte e muito profundo em qualquer um de nós, é exatamente a ligação que cada um de nós tem com sua mãe. O pai é importante, os irmãos, todos os parentes são importantes para todos nós, mas a ligação mais forte que cada um de nós tem é com sua mãe.

E não consigo me lembrar da minha mãe com muita saudade – porque Deus já a levou – sem lembrar da educadora emérita do ensino fundamental que conheci. Ela dedicou sua vida inteira a investir na inteligência, a investir na formação do caráter, a investir na capacitação das novas gerações com a intensidade que só fazem aqueles que têm vocação para ensinar, aqueles que têm vocação para educar. E isto é parte da idiossincrasia das pessoas: ter vocação para fazer aquilo que fazem. E só se faz bem feito, só se faz colhendo bons resultados e bons frutos quando há paixão, quando há amor naquilo que se faz. Por isso, eu me lembro com muita saudade da minha querida mãe, da Professora Lili, porque ela fazia educação por vocação, com muito amor, com muito carinho, com responsabilidade. Ela queria ver a criança que está recebendo suas informações, suas orientações bem encaminhada, para desenvolver-se de forma feliz na sua vida futura.

Por isso, meus queridos e eméritos professores, quero render minha mais profunda e respeitosa homenagem aqui, hoje, nesta sessão do Senado, a essa categoria profissional. Qualquer nação, qualquer povo que quer se desenvolver sabe da sua importância, do seu significado. O próprio professor sabe da sua importância e do seu significado, porque ele se dedica por inteiro à função, pois reconhece a importância da

sua atuação na formação das novas gerações, e menos pelo salário que recebe.

Aliás, o Brasil precisa, para crescer, para amadurecer, para tornar-se uma Nação grande, eliminar uma diferença muito grande que ele estabelece nas suas categorias profissionais. No meu entendimento, é o educador, é o professor o profissional de primeira categoria, e não outras categorias...

(Interrupção do som.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – ... profissionais que aqui o Brasil elege, começando pela remuneração e pelas condições de trabalho. Nota-se que o Brasil elege como prioritárias outras categorias profissionais, mas não é esse meu entendimento. Vou ficar muito feliz o dia em que o Brasil, no mínimo, nivelar as categorias profissionais, elegendo o professor como o profissional de primeira categoria nessa nossa querida Nação brasileira.

Meus parabéns, meus queridos professores. Meus parabéns, minhas queridas crianças. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Leomar Quintanilha teve o privilégio – li num livro de Juscelino – de ter a mãe professora. Assim como a mãe de Juscelino lhe ensinou a disciplina, o Leomar foi disciplinado em dez minutos. Nota 10 pra ele!

Convidamos para usar da palavra o Senador Jefferson Praia. Ele representa o Estado do Amazonas e o Partido Democrático Trabalhista, do extinto Leonel Brizola.

Aqui, ele nos faz recordar um dos Senadores que mais simbolizaram a ética, num momento difícil da democracia: Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, professores, crianças, professores do Colégio Militar, crianças do Centro de Ensino Fundamental Arapoanga, estamos, aqui, prestigiando essa iniciativa do nosso querido Senador Cristovam Buarque, uma pessoa que vem lutando há muito tempo pela educação e tem sua vida voltada para a educação.

Não se preocupem com este monte de folhas. Eu acho que, quando chega um de nós aqui, eles devem dizer: “Olha aquele, já vem com umas dez páginas. É mais meia hora.” Não vou fazer isso. Eu gostaria apenas, primeiramente, de lembrar um grande mestre que tive na minha vida, um mestre na Economia e, também, um mestre na política, citado agora pelo nosso Presidente, Senador Mão Santa, que foi o ilustre Senador Jefferson Péres, aquele que eu sucedi há pouco mais de três meses. Estou me empenhando ao máximo para que possamos fazer um trabalho em prol

da nossa população, especialmente da população da Amazônia.

Eu entendo que a questão da educação é primordial, nós sabemos disso, e ouço muitos discursos, mas acredito que, nas questões práticas, nas ações, nós deixamos a desejar. Muitas vezes, percebemos a lentidão do Congresso em relação às questões de educação e a lentidão dos Governos Estaduais e Federal, também, em relação à educação.

Muitos políticos, como falou muito bem o nosso Senador Zambiasi, só fazem aquilo que o povo quer. O povo percebe a importância da educação, mas, na hora em que o político faz algo pela educação, não consegue ser reeleito. Aí, aqueles que querem ser sempre reeleitos acabam investindo em outras áreas, deixando a educação de lado.

Nós sabemos que este só será um grande País quando tiver crianças, adolescentes, jovens e adultos bem formados, bem-educados, que possam contribuir para com o desenvolvimento do Brasil.

Quero, finalizando, parabenizar todos vocês, professoras e professores que estão aqui, professoras do Colégio Militar e das demais escolas aqui presentes, e quero parabenizar aquelas professoras e professores da Amazônia.

Senador Mão Santa, no meio da floresta!

Vocês não sabem o que é ser um professor ou uma professora da Amazônia, no meio da floresta, muitas vezes tendo que ir de barquinho com os alunos, por uma hora, para uma escola muito simples. Às vezes, a sala de aula tem só um ambiente e todo mundo fica junto ali dentro, mas o professor vai até lá para se dedicar a educar as crianças da Amazônia.

Quero, portanto, nesta sessão, parabenizar todas as professoras e professores da minha querida Amazônia pelo seu desempenho, pela sua dedicação, e, dessa forma, parabenizar todos os professores, também, que dedicam a sua vida, a sua alma em prol da educação, como os professores que estão aqui.

Parabenizo meus colegas Senadores professoras e professores, porque entendo que ser um educador é uma grande missão.

O maior prazer da professora e do professor não é o contracheque – e nós sabemos da importância do contracheque –, que, para alguns, é um atestado de miséria. É isso o que dizemos, não é mesmo? Eu sou professor, também, da Universidade Federal do Amazonas, do Departamento de Economia, e alguns companheiros meus dizem: “Olha, vou receber o meu atestado, lá.” Isso mostra o quanto nós precisamos valorizar os professores com uma boa remuneração, para que possamos ter, cada vez mais, uma educação melhor.

Parabenizo as crianças que estão aqui.

Eu gostaria de dizer a vocês e, principalmente, às crianças da Amazônia que eu, recentemente, apresentei um projeto a esta Casa que estabelece para os ensinamentos fundamental e médio um maior conteúdo sobre a Amazônia.

Eu sei que aqui estão crianças de Brasília, mas lá há uma região para a qual o mundo inteiro tem os olhos voltados, uma região fantástica que é nossa, dos brasileiros. Eu quero, com esse projeto, fazer com que as nossas crianças, os nossos jovens percebam aquela região sob os seus mais diversos aspectos – aspectos histórico, cultural, geográfico, social e político –, para que, com isso, possamos amar muito mais a Amazônia.

Parabéns a todos.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem sido um dos grandes lutadores pela educação. V. Ex^a tem na alma a educação, o que serve de estímulo a todos nós que somos companheiros de V. Ex^a neste Parlamento.

Muito obrigado. Contem com o meu apoio, contem com o meu trabalho no sentido de transformarmos o discurso em ações, em coisas concretas, porque é disso que o Brasil precisa.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, que representa o Mato Grosso do Sul e o Democratas.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Democratas, não.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ela é professora.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Bom dia a todos.

O Senador Mão Santa disse, aqui, que venho de Mato Grosso do Sul, mas o meu Partido – é muita honra ser do Democratas – é o PSDB. Sou socialdemocrata.

Quero falar a todos da alegria de estarmos aqui, numa cerimônia capitaneada por uma pessoa que estimo muito, que é o Senador Cristovam.

O Senador Cristovam tem, nesta Casa, se dedicado muito. E oxalá o povo de Brasília pense bem, pois nós não podemos ficar nunca sem o brilho, a tenacidade e a luta que o Cristovam tem encenado nesta Casa e neste País. Nós dependemos muito de que o povo de Brasília esteja ao seu lado nessa sua caminhada, porque o Brasil todo está, tenho certeza.

Eu vim de Mato Grosso do Sul, e o Senador Jefferson Praia falou das pessoas da Amazônia. O Senador Valter Pereira também é de Mato Grosso do Sul. As nossas crianças conhecem muito mais de Ge-

ografia do que eu, provavelmente, e sabem onde fica Mato Grosso do Sul.

O meu Estado, também como o Senador Jefferson Praia disse aqui, é um Estado diferente. Ele tem uma área lindíssima, chamada Pantanal, uma região de grandes baías, de grandes lagos e que, nesta época do ano, fica lindíssima e cheia de pássaros. Eles fazem aqueles ninhaios em árvores que são berçários de pássaros, que ficam cobertinhas de pássaros nessa época do ano. Belíssimo!

Oxalá as crianças de Brasília possam ser levadas pelos professores, um dia, para visitar o nosso Pantanal.

Ela também é uma região diferente. Lá, há professores que não só trabalham no Pantanal, mas também na fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Paraguai. O trabalho do professor de lá é diferente do trabalho do professor de Brasília. Lá, ele tem uma outra cultura interagindo, todos os dias, na sala de aula, e tem o guarani sendo falado por muitas crianças, além dos nossos índios que habitam aquela região.

Eu quis, com isso, dizer como o nosso País é grande, como ele é diversificado e como nós, aqui, temos de olhar não só para o centro do País, mas também para as diversidades que encontramos em cada região do nosso imenso País.

Quero dizer às crianças que estão aqui que tenho uma preocupação. Preocupa-me que as nossas crianças não tenham, aqui em Brasília e em nenhuma região do País, os equipamentos de lazer que deveriam ter – para o lazer com segurança. Onde estão os nossos equipamentos de lazer? Não os vejo. Não vejo as pracinhas, as praças em que nossas crianças possam brincar. Não vejo as trilhas que as crianças possam percorrer. Não vejo o lugar das caminhadas das nossas crianças.

Isso é preciso, mas também é preciso que pensemos nos equipamentos esportivos. Ontem, falamos disso. É difícil as escolas terem equipamentos esportivos suficientes para as nossas crianças, não só uma quadra coberta, que geralmente nossas escolas não têm, mas também equipamentos para judô e equipamentos para tantas outras atividades esportivas que nossas crianças querem fazer. Às vezes, nem uma bola as nossas escolas têm.

E os equipamentos culturais então, o que dizer, não só das nossas bibliotecas?

Mas eu gostaria que nossas crianças tivessem, sim, condições de trabalhar a música, que elas tanto amam, que elas tivessem a dança como o local para que elas possam exercitar seu corpo, por meio também da música e da dança. Mas também o teatro, que nem se fala! Também não há equipamentos na escola. Anti-

gamente, algumas escolas ainda tinham um pequeno palquinho para as crianças. Hoje, nem isso tem. O teatro ficou relegado ao esquecimento também.

Mas o que pensar aí do acompanhamento das nossas TVs? Se nossas crianças hoje não têm parquinho, trilha, teatro, música, esporte. Ah! Onde ficam nossas crianças? Na frente da TV. E não estamos, talvez, acompanhando muito todos os programas de TV a que nossas crianças assistem.

Portanto, é uma gama de problemas que temos que resolver.

Esta Casa pode ajudar? Pode.

Mas quero pedir aqui às nossas crianças que escrevam para os nossos Senadores, escrevam para os nossos Deputados. Não precisa ser apenas para os de Brasília. Penso que nossas professoras e professores tinham que fazer um mutirão. Em cada escola de Brasília, em cada escola deste País, aqueles que estão nos vendo e ouvindo através da TV Senado, que escrevam para os nossos Deputados e Senadores, expondo suas sugestões de mudança. Eu fui à Caixa Econômica falar com a Dr^a Maria Fernanda, uma mulher que, pela primeira vez na história da Caixa Econômica, preside a Caixa, para pedir a ela que nos ajude no projeto que tenho aqui no sentido de que, em cada conjunto habitacional cujas verbas a Caixa intermídia, tivesse pelo menos uma creche para atender a nossas crianças, como obrigatoriedade, e equipamento esportivo completo para atendê-las e atender à população que ali habita. É uma dificuldade! Não consegui sucesso até hoje. Vou continuar brigando, mas, quem sabe, se nossas escolas, no Brasil inteiro, mostrasse ao Congresso Nacional, mostrasse às Assembléias Legislativas dos seus Estados, mostrasse às Câmaras de Vereadores dos seus Estados, mostrasse do que a cidade precisa para que nossas crianças tenham uma vida melhor. Aí, então, eu acho que, com essa pressão – esse exército brigando –, nós teríamos mais sucesso em nossas empreitadas.

Quero dizer aos nossos queridos professores e professoras que vale a pena continuarmos lutando. Há um orgulho enorme de ser professora e há orgulho de lutar pela educação de nosso País.

Com todas as dificuldades, vamos continuar brigando por aquilo em que acreditamos: um País melhor, um povo mais educado e mais culto, e um País que possa socializar, para todos, a cultura e a educação. Essa tem que ser nossa briga, e não vai ser ingloria, não, porque nós vamos ver um País cada vez melhor, se continuarmos acreditando na luta que empreendemos e pela qual existimos.

Pelo menos, minha parte é essa. Tenho certeza de que a dos educadores aqui, também.

Deixo aqui um abraço enorme às crianças não só de Brasília, mas às crianças de todo o Brasil que estão nos ouvindo. Um abraço enorme aos professores e professores que continuam, nos mais recônditos rincões de nossa Pátria, acreditando no seu mister. Que Deus nos ouça sempre! Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os nossos aplausos e cumprimentos. Se eu errei a sigla partidária, corrijo agora. Esta Senadora, mulher, justifica aquilo que o mundo civilizado pratica: não chama nem os poderosos, não chama os ricos, os milionários, os empresários, os banqueiros de mestre. Só uma classe a sociedade civilizada chama de mestre, igual a Cristo: os professores. Isso acontece graças a professores como o Cristovam e a Marisa que simbolizam os mestres, homem e mulher que engrandecem e dão esperança ainda a este País.

Convidamos para usar da palavra o Senador Romeu Tuma. Ele é do Partido Trabalhista Brasileiro, representa o grandioso Estado de São Paulo e teve a felicidade de casar com uma professora.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Presidente Mão Santa, Prof. Marisa, educador Cristovam Buarque e exemplo permanente para os membros desta Casa e para todos que o conhecem – realmente as homenagens que estão sendo prestadas às crianças e aos professores são extensivas a ele. Isso porque ele conseguiu colocar na agenda do País a educação como um dos princípios mais importantes da formação da nossa sociedade.

A primeira coisa seria atender às professoras do Colégio Militar que me passaram um folheto, Senadora Marisa, para serem incluídas na Medida Provisória nº 431. É isso? Medida Provisória nº 441 com 431, que dispõem sobre a reestruturação de carreira de várias categorias. Os professores do ensino militar não foram incorporados. Sei que aqui há emendas do Senador Cristovam Buarque, a primeira que é citada aqui. depois, do Senador José Sarney, que já havia baixado um decreto-lei quando Presidente; a do Senador Romero Jucá; a da Deputada Maria Helena e a da Deputada Marinha Raupp.

Acredito, Senador, tendo em vista V. Ex^a liderar as emendas – e sou solidário a elas – que é importante que, na discussão da medida provisória, possamos incorporar as emendas solicitadas neste projeto.

Interessante, Senadora Marisa, conversando com o Senador Mão Santa, ele me fez lembrar um samba que dá saudades: “Vestida de azul e branco, a linda normalista”. E essa é uma história de muita gente desta Casa e faz parte da minha.

Hoje pela manhã, a primeira coisa que fiz foi cumprimentar a minha esposa por ser professora e porque eu sei o caminho que ela, como tantas outras, percorreu na sua formação, no seu aprendizado profissional dentro da sala de aula, ingressando na escola rural, posteriormente no setor urbano, com a soma de pontos, que era o sistema antigo.

Ela me pediu hoje, Senadora Marisa, para que eu não a citasse nem contasse a história do sacrifício que fazia, porque ficava muito chato. Mas sinto emoção, porque minha mulher teve a alegria de alfabetizar, dentro da sala de aula, meus quatro filhos, de quem tenho muito orgulho porque todos são formados na universidade. E ela conseguiu – e quis fazê-lo por um prazer de ordem pessoal – no grupo escolar, alfabetizar cada um dos filhos no primeiro ano do primeiro grau. Trata-se de uma coisa tão gostosa de lembrarmos, e acho que é uma homenagem que não podemos deixar de prestar todos os dias aos professores, não só no dia 15 de outubro.

V. Ex^a teve a virtude de trazer hoje à nossa discussão essa homenagem que é feita ao professor, e o Senador Jefferson Praia, que vive nas praias do rio Negro, não nas praias do Guarujá, fez referência às dificuldades de o professor ensinar na selva Amazônica.

Visitei, quando delegado de polícia, vários pelotões de fronteira. O tenente, saindo da academia, às vezes, recebe como primeira missão comandar esse pelotão. Às vezes, casado, leva a esposa, Senador Augusto Botelho, e ela arregimenta as crianças, os caboclos da floresta e as comunidades indígenas e os leva para uma sala de aula improvisada dentro do pelotão, do quartel que ali existe, e lá vão ser alfabetizados por essa professora que deixou a cidade grande para acompanhar seu marido dentro da floresta Amazônica e trazer uma realização pessoal que é a vocação de ensinar as crianças que, muitas vezes, não têm acesso ao ensino, como reportou o pelo Senador José Nery, no caso que ele aqui descreveu.

Portanto, temos que homenagear sempre as professoras. E sempre perguntar, Senador Mão Santa, quem foi sua primeira professora. Todo mundo lembra; hoje não lembra mais, porque a violência está tomando conta da sala de aula. Hoje, se a professora chama a atenção do aluno, ele, vivendo em uma comunidade de violência, às vezes passa a agredir a professora, acovardando-a, fazendo com que ela não mais volte à sala de aula com medo da represália dos alunos por chamar sua atenção ou querer educá-los perfeitamente.

Sei que às vezes é difícil concluirmos alguma coisa que possa trazer um benefício. Apresentei a pro-

posta de criar a presença de um psicólogo nas escolas, Senadora – ou nas delegacias –, dentro de cada unidade escolar, para acompanhar de perto crianças que têm dificuldade de acompanhar a classe ou, pela violência, tentam impor à professora ou ao professor a sua vontade. A assistência de um psicólogo – provavelmente uma psicóloga – poderá colaborar para a sua formação profissional.

Quando pequenos, no catecismo, aprendemos que Jesus disse: “Deixai vir a mim as crianças, que é delas o Reino dos Céus!”.

E hoje, depois de ter passado cinquenta anos na Polícia, vejo quantas crianças vivem o inferno aqui na Terra. Quantas!

Como vice-Presidente da CPI da Pedofilia, pior fiquei na agonia de ver o sofrimento dessas crianças, que não têm o respaldo, a proteção que deveriam ter, com abuso às vezes de políticos, de governadores, de prefeitos. A cada dia, recebemos denúncias de abuso de crianças de meses ou de um ano de idade por pedófilos que não têm respeito e não acreditam em Deus. Provavelmente não são seres humanos.

Não é uma questão para ser abordada agora. Como disse a Senadora Marisa Serrano, essas crianças gostariam de brincar de roda, de ter um campo de futebol, uma quadra de basquete, e tantas outras coisas que poderiam segurá-las na escola, educando-as e trazendo-as para um futuro melhor.

Ontem, o Senador Cristovam Buarque convidou alguns atletas que prestam serviços sociais à sociedade. Lembrei-me de dois: a Magic Paula, do basquete, com quem certa vez recebi uma homenagem em São Carlos, e o Grael, iatista de primeira grandeza que teve a infelicidade de perder uma das pernas, mas não desistiu de prestar um serviço à sociedade. Em São Paulo, na Praia Grande, ele tem uma escola de iatismo para crianças, que constroem seus barquinhos. Juro que um dia fui lá com ele e fiquei com vontade de andar em um barquinho, mas fiquei com medo de cair. A Paula também tem sua escola. Ela presta serviços gratuitos e muitas vezes luta com dificuldade, buscando apoio para a realização do seu sonho.

V. Ex^a teria que formar um exército aqui dentro, e brigar para conseguir suas reivindicações, que são realmente necessárias para a formação dessa comunidade brasileira tão importante.

Senador Cristovam, assim como V. Ex^a colocou na agenda nacional a importância da educação, a Senadora Marisa também terá a importância da formação do cidadão por meio do esporte e da presença permanente na escola.

Sr. Presidente, eles não comeram o lanche, e até eu estou com fome agora.

Desculpem-me, mas quero deixar o meu abraço e meus cumprimentos aos professores pelo trabalho, pelo sacrifício. Nós sabemos que o piso do professor, de R\$950,00, não representa o ideal e o que seria correto pagar ao professor para a dedicação exclusiva a uma escola só, mas muitos prefeitos e governadores reclamaram. O Governo tem que ter um fundo para auxiliar os Municípios que não têm essa capacidade, mas jamais deixar de pagar esse salário mínimo, que não representa o ideal para os professores, pelo sacrifício, pelo trabalho, pela dedicação e a importância da vocação, a fim de que continuem exercendo essa atividade tão importante na formação das crianças e dos jovens de hoje.

Parabéns! Que Deus os abençoe. Que sigam o caminho correto que os professores ensinarem, e que os professores tenham as bênçãos de Deus para continuarem seu brilhante trabalho. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após os aplausos de todos ao pronunciamento do nosso Senador Romeu Tuma, convidamos para usar da palavra o Senador Augusto Botelho, que representa o Estado de Roraima e é do Partido dos Trabalhadores.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, crianças aqui presentes, professoras e professores, serei rápido.

Sr. Presidente, peço que meu discurso seja dado como lido. Vou apenas prestar uma homenagem a todos os professores do Brasil, especialmente aos que ensinam nas escolas do meu Estado, onde uma professora ensina a várias séries na mesma sala. Eles não nos verão falando aqui, porque, geralmente, nessas escolas não há luz elétrica, muito menos uma televisão ou uma parabólica, que é o que pega lá.

Gostaria de homenagear esses professores em nome da minha professora Cidalina Tomé, que foi minha professora no Ensino Fundamental, e o Padre Bindo, que foi meu professor de canto orfeônico, aproveitando para parabenizar o Senado, porque reintroduziu na LDB o ensino da música nas escolas.

Faço também uma reflexão rápida. Eu nunca tinha convivido com um professor. Meu pai era médico e minha mãe enfermeira – ainda é enfermeira, está viva. Quando terminei o Ensino Fundamental, que seria o Ginásio na época, em Roraima não havia 2º Grau. Então, fui estudar no Espírito Santo, na casa da minha avó. Sempre respeitei meus professores e considerava o trabalho deles importante. E foi lá, convivendo com minha madrinha e minha tia Eny, que é professora primária, que fui ver o trabalho que o professor tem para

conduzir uma aula, o tempo que passa em casa corrigindo os trabalhos das crianças, o tempo que passa elaborando as provas, as aulas, tudo. Foi aí que vi que só pode ser professor quem tiver vocação, quem realmente amar a sua profissão. Meus parabéns a todos os professores e a todas as crianças do Brasil.

Sei que estão todos com fome, alguns já cochilando.

Senador Mão Santa, muito obrigado pela oportunidade, e peço que V. Ex^a considere meu discurso como lido.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR AUGUSTO BOTELHO

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia consagrado aos professores brasileiros, que se comemora neste 15 de outubro, é ocasião mais que propícia para que reflitamos sobre a Nação que estamos construindo. Afinal, as condições históricas que caracterizam e singularizam a civilização contemporânea conferem à educação – logo, aos seus principais artífices, os mestres – extraordinária importância. A ela cabe, entre outras responsabilidades, a produção do saber indispensável à evolução da Humanidade, a transmissão do conhecimento às gerações que se sucedem e levar as pessoas, notadamente as mais jovens, a compreender o sentido das regras da em vida em sociedade.

Por tudo isso, Sr. Presidente, os professores que atuam nos mais diversos níveis da escolaridade merecem o respeito, a admiração e a reverência que ora lhes prestamos. Mais: sabemos que alguns aspectos marcantes da sociedade contemporânea, os quais poderiam ser sintetizados na perda das grandes referências e na fragmentação que pulveriza o próprio indivíduo, acabam por transferir à escola – portanto, ao professor – tarefas de extraordinária magnitude, antes reservadas às próprias famílias. Chegamos a um ponto em que atuar no magistério requer bem mais que preparação específica, domínio das técnicas pedagógicas e presença vigorosa em sala de aula. Exige-se hoje em dia, do professor, que ele seja também pai, psicólogo e orientador para a vida.

Quero assinalar, ainda, que estamos longe de atingir o ponto de equilíbrio na educação brasileira. A despeito das conquistas já efetivadas, das quais a universalização do acesso ao ensino fundamental é a ponta mais visível, ainda não logramos oferecer à sociedade brasileira, sobretudo no que concerne aos milhões que freqüentam a rede pública de ensino, seja municipal ou estadual, a educação básica de qualida-

de que todos merecem e que a realidade contemporânea exige.

Nessa perspectiva, Sr. Presidente, além do justo reconhecimento ao trabalho dos docentes em nosso País, que faço questão de reiterar neste momento, é preciso ir além. Há que reconhecer, em primeiro lugar, o caráter de atividade profissional do magistério. A velha idéia que identifica na docência não mais que mero sacerdócio não se sustenta. Ser professor, para além da óbvia vocação – que implica desprendimento, sentido de doação e sensibilidade para aceitar e compreender as diferenças –, significa abraçar uma profissão, preparar-se para isso e exercê-la com zelo e proficiência. Assim, é absolutamente indispensável que sejam oferecidas a esse profissional as condições essenciais ao seu trabalho e uma remuneração condigna.

Registro, com satisfação, o recente anúncio feito pelo Ministro Fernando Haddad acerca do lançamento de um amplo programa de dimensão nacional voltado para a formação dos professores. Bela e inteligente decisão do Governo do Presidente Lula! Afinal, estamos todos de acordo quanto às deficiências hoje presentes na formação inicial de nossos mestres. Seja pela omissão das grandes universidades públicas, seja pelas limitações das pequenas instituições isoladas de ensino superior, o certo é que os cursos de licenciatura, salvo as exceções que apenas confirmam a regra, não estão conseguindo responder à altura o desafio de formar pessoal adequadamente preparado para atuar em sala de aula.

Fico ainda mais feliz por verificar que a proposta do Ministério da Educação não se restringe à formação inicial dos professores. Ela também envolve a formação continuada, em serviço, dos docentes em atividade. Num mundo tão dinâmico quanto o atual, em que novos conhecimentos praticamente são desvelados da noite para o dia, não estimular o professor a acompanhar a marcha do tempo, jamais parando de estudar, é medida contraproducente, socialmente absurda e moralmente reprovável.

Penso, inclusive, Sr. Presidente, ser essa atitude uma louvável iniciativa do Governo Lula, no sentido de levar a União assumir responsabilidades maiores na condução da educação básica no Brasil. Conquanto correta, a estratégia de descentralização do sistema acabou por jogar nos ombros já financeiramente combalidos de Estados e Municípios uma carga de despesa incompatível com sua capacidade de arrecadação. Ao separar recursos orçamentários federais para melhorar e expandir os mecanismos de formação docente, a União dá mostras de comprometimento com a melhoria dos padrões de qualidade da educação no País.

Vencer a batalha da qualidade do ensino é desafio a que todos nós devemos nos sujeitar. Os indicadores de que dispomos na atualidade, incluindo avaliações internas e externas, apontam para graves deficiências no conjunto do sistema. A rigor, não são muito significativas as diferenças de desempenho entre as regiões brasileiras. A propósito, tive o cuidado de examinar os números oferecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o SAEB, bem como os da Prova Brasil, aplicada entre os matriculados no ensino fundamental, e verifiquei que o desempenho dos estudantes de Roraima não foge ao que é mostrado pela média nacional. Aliás, há casos em que a nota obtida em Roraima ultrapassa a meta estipulada para 2009.

Ao encerrar, Sr. Presidente, renovo meus cumprimentos aos professores de Roraima e do Brasil. Hipoteco-lhes integral solidariedade na luta pela dignificação de sua profissão. Sugiro, por fim, que esta Casa, notadamente por meio de sua Comissão de Educação, acompanhe atentamente as ações federais voltadas para a valorização do magistério. Que faça sugestões. Que cobre os resultados. E assim que estaremos dando nossa contribuição para que o Brasil alcance o objetivo maior de contar com uma educação de qualidade para todos, sem nenhuma forma de exclusão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Nossa Secretária-Geral anuncia que, depois de encerrada a sessão – que já se encaminha para o encerramento, pois só temos mais um orador inscrito –, haverá um lanche. Nossa Secretária-Geral, a Dr^a Cláudia Lyra, não se esquece.

Como último orador inscrito, convidamos para usar da palavra o Senador Inácio Arruda. S. Ex^a representa o PCdoB do Estado do Ceará, que tem a felicidade de ser vizinho do Piauí. Na Geografia – vocês se recordam, não é? –, temos, entre o Ceará e o Maranhão, o Piauí no meio. A **Bíblia** diz que a sabedoria e a virtude estão no meio – e é o Piauí.

V. Ex^a pode usar da palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço as palavras do Senador Mão Santa. Da mesma forma que S. Ex^a, eu contei o Piauí e o Rio Grande do Norte, e nós ficamos no meio, o Ceará.

Senador Mão Santa, primeiro vou dizer que sou do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB. E as homenagens que hoje são feitas vêm pelas mãos de uma das pessoas mais dedicadas à causa da educação e à causa humana, o Senador Cristovam Buarque. E dois homenageados que se unem e são muito ligadas: as crianças e os professores. Você veja que o

pronunciamento dos Senadores e Senadoras sempre se remetem à sua vida como crianças – não é verdade, Senador Augusto? –, ao homenagear, às vezes, a primeira professora.

Eu conversava com o Professor Cristovam, Senador da República, lembrando exatamente isso, a primeira escola em que ingressei. À época, não se ingressava na escola com um ano e meio, três anos ou quatro anos de idade. Normalmente se entrava na escola com sete, oito, nove anos de idade. E ali encontrei um professor, que hoje já está quase com 70 anos, José Duarte Pinheiro, o Zequinha, lá num bairro muito pobre da periferia de Fortaleza, chamado Dias Macedo. Mas a vida inteira dele foi dedicada à educação, quase exclusivamente; ele não fez outra coisa na vida, senão se dedicar a formar as pessoas, a cuidar das pessoas, a fazer com que elas compreendessem o que era a sua comunidade, o seu bairro, o seu Estado.

Muitas vezes se falava da nossa região. Aqui ouvimos falar do Amazonas, daquela floresta imensa, com salas de aulas no meio daquela mata; de um professor dedicado, ali, a cuidar das crianças no meio daquela selva enorme. Ou no Pantanal, da Senadora Marisa Serrano, que se pronunciou, há pouco.

Lá falamos muito das secas, do semi-árido, do bioma que é chamado de caatinga e que é único no mundo. Esse bioma só existe no Brasil. Está lá naquela região.

Então, são os professores que nos vão ensinando, que nos vão dizendo. A música, a arte, a cultura... Nós ouvíamos muito as letras cantadas, porque, na nossa escolinha, havia também aulas de música. E as principais músicas eram as cantadas por Luiz Gonzaga, que falavam do Nordeste; que falavam do meio ambiente; que falavam da seca; que falavam da época da chuva; que falavam da luta do povo, do seu cotidiano, da sua vida. Isso estava ali dentro da escola, nas letras do Humberto Teixeira, cantadas pelo Luiz Gonzaga, que eram verdadeiras peças que se apresentavam ali para nós.

E, hoje, ao discutir esse tema – porque o Senador fez bem, não é só uma homenagem, é homenagem com discussão. À época que cheguei à escola para estudar, a educação no Brasil e a escola eram para pouquíssimas pessoas. Poucas pessoas tinham acesso à escola. Só nos anos 70 e início dos anos 80, buscou-se universalizar a educação no Brasil. É muito recente, muito recente. Até os anos 60, a escola era para poucos. Poucos tinham oportunidade de ir a uma escola. E, praticamente, os professores tinham dedicação exclusiva, porque havia pouca gente para cuidar. E o professor era dedicado só àquela turma, só àquela escola. O professor não ficava saltitando – de manhã

numa escola municipal, à tarde numa estadual, à noite numa particular e, nos finais de semana, ainda em algum cursinho preparatório para concurso público ou para vestibular para as universidades. Esse professor estava, na situação de hoje, inviabilizado. Ele é uma pessoa inviabilizada; não tem como se dedicar exclusivamente àquela escola. É um esforço atual.

Quando aprovamos, por iniciativa do Senador Cristovam Buarque, o piso salarial... E muitos podem dizer que é pouco, alguns Governadores dizem que é muito, os Prefeitos dizem que é muito, nós dizemos que é pouco, os professores também dizem que é pouco; é pouco mesmo, porque não dá para ter uma vida digna e ser o responsável por educar as pessoas com aquele salário. Mas quando fizemos aquilo, ou seja, quando tomamos essa medida importantíssima, vi duas cenas assim espetaculares: primeiro, Senador Cristovam Buarque, foi a aprovação da matéria aqui no Congresso Nacional; depois, a sanção da lei. Vi o abraço emocionado do Presidente da República em V. Ex^a, porque era a sua causa. O Presidente da República não teve essa oportunidade. Ele sabe o que é haver a garantia de que os professores terão um recurso mínimo para cuidar das crianças brasileiras e oferecer mais e melhores oportunidades ao nosso povo.

Quando aquilo aconteceu, dissemos: “Precisamos agora tomar outras medidas”. Quem sabe, num esforço grandioso do povo brasileiro, o Congresso Nacional e o Presidente da República possam adotar outra medida. Se hoje há piso salarial nacional para os professores; quem sabe não possamos alcançar a dedicação exclusiva. O professor só vai dar aula naquela escola; não poderá dar aula numa escola do Município, depois em outra do Estado, depois em outra particular e em mais uma particular. Não. Ele só vai dar aula naquela escola, com dedicação total.

Eu disse, na Comissão de Assuntos Sociais, que tive esta sorte: estudei numa escola pública em que os professores lecionavam em regime de dedicação exclusiva, no ensino que é hoje o fundamental. Depois, fui para o que hoje é o Centro Federal de Educação Tecnológica, onde os professores tinham dedicação exclusiva. E, quando cheguei à universidade, porque era uma universidade federal, também os professores tinham dedicação exclusiva. Então, pude ter este cuidado: sair de lá, de um bairro bem pobre, mas ter a oportunidade de estudar com professores que estavam dedicados exclusivamente a tratar daquilo que interessava àquela turma.

Então, acho que hoje é o passo seguinte que devemos dar. E devemos aproveitar a oportunidade, mesmo diante dessa crise imensa que vive o mundo. Os países mais desenvolvidos estão numa crise pro-

funda, mas países como o nosso têm grandes oportunidades; nós temos grandes oportunidades no Brasil de dar passos mais alargados.

Mesmo com essa situação de dificuldade da educação, eu que me formei numa escola técnica, que tenho um curso de formação técnica, sei a importância de se ter uma escola fundamental e, depois, de se formar, de ter uma profissão na vida.

Neste curto período de oito anos, o atual Presidente da República criou mais escolas técnicas do que em 100 anos. Desde a criação da primeira escola técnica do Brasil, em 1909, até o ano de 2002, foram criadas 100 escolas técnicas, e, no atual Governo, já foram criadas mais de 200 escolas técnicas federais, expandindo-se a rede de formação técnica para o interior do Brasil.

Então, podemos somar ao piso salarial dos professores, a construção e a compra de equipamentos das novas escolas técnicas federais e a expansão das universidades. Em função dos salários míseros que se recebem no Brasil, não se queria ir para o interior. Então, as universidades estão sendo expandidas para o interior do nosso País. Acho que é uma vitória que conseguimos, e temos de pressionar as autoridades econômicas para manterem o País no ritmo do crescimento, do desenvolvimento, porque é isso que tem dado a oportunidade de melhorarmos os salários dos professores, de aumentarmos o número de escolas de ensino fundamental, de formação técnica e de expandirmos a universidade.

Escuto, muitas vezes, a mídia, principalmente a brasileira, dizer o seguinte: “O Governo precisa acabar com a ganância, está gastando muito”. Ora, mas está gastando em quê? É para a educação o gasto? É para a saúde pública o gasto?

Não podemos aceitar este discurso de que aumentar o salário dos professores, o número de escolas técnicas e de universidades significa ganância. Isso não é ganância, não; isso é estar, mesmo no momento de crise, investindo numa saída melhor para o povo brasileiro. Não devemos aceitar nunca que se faça esse discurso de ganância do Brasil, para cortar os recursos orçamentários, exatamente naquilo que mais interessa à cidadania do nosso povo.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PcdoB – CE) – Meu caro Senador Casagrande, a quem dou o aparte.

E já concluo a minha fala, para que V. Ex^a feche esta brilhante sessão de homenagem aos professores e às crianças do nosso País.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador. Quero agradecer e parabenizá-lo, Inácio Arruda, pelo seu pronunciamento. Estou pedindo um aparte a V. Ex^a nesta sessão – e parabeno o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa –, porque não quero assumir a tribuna e fazer um pronunciamento, porque as crianças e os professores já estão cansados desta sessão longa. Mas não poderia deixar de trazer o abraço do Partido Socialista Brasileiro às crianças aqui presentes, aos alunos, aos professores, aos Senadores e Senadoras, bem como de concordar com o seu pronunciamento e de dizer que ontem estávamos debatendo, na Comissão de Educação, as políticas na área de esporte. Nós constatamos, verificamos – e vamos continuar este debate com o Ministro do Esporte, que é do Partido de V. Ex^a, o PcdoB – que precisamos incentivar, cada vez mais, projetos de esporte de base. Isso começa na escola. Há necessidade de se ampliarem cada vez mais os investimentos, mas mais do que os investimentos. Às vezes, não falta dinheiro; falta projeto, falta motivação, falta incentivo, falta mobilização. Não só o Governo Federal, mas especialmente os Estados e os Municípios precisam dedicar-se ao trabalho de incentivo e de valorização do professor e dos profissionais da área de educação e, ao mesmo tempo, entender que a escola não substitui o pai e a mãe de uma criança. A educação em casa é fundamental, mas a escola complementa, e muito, a formação dos jovens. Esta sessão solene de homenagem às crianças e aos professores no Dia do Professor é uma homenagem boa que o Senado presta a todos os que estão presentes e àqueles que não puderam vir a esta sessão. Deixo o meu abraço e o abraço do meu Partido para as crianças e para os professores que estão hoje conosco e também para os que estão acompanhando pela TV Senado esta sessão solene. Obrigado, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sou eu quem agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento, primeiro agradecendo a oportunidade que me é dada pela iniciativa do Senador Cristovam, que, ao lado de V. Ex^a e de outros Senadores, simboliza a presença de Senadoras e Senadores que pensam o Brasil, que pensam o nosso País e, assim fazendo, evidentemente pensam o nosso futuro.

Parabéns a todos!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, brasileiras e brasileiros, quis Deus que eu presidisse esta sessão histórica. Este Senado da República tem 183 anos e escreveu as mais belas páginas da democracia do Brasil. Foi

fechado algumas vezes – é verdade –, mas quis Deus também eu estivesse ao lado do piauiense que presidiu com muita grandeza esta Casa, quando, pelos idos de 1976, o Parlamento, discutindo uma reforma do Judiciário, o regime militar e os canhões a fecharam. Eu estava ao lado daquele democrata, Petrônio Portella, que enriquece a democracia no Brasil e a história do Piauí. A imprensa foi entrevistá-lo. Professor Cristovam Buarque, ele disse apenas uma frase – aí aprendi que autoridade é moral: “Este é o dia mais triste da minha vida”. Senador Casagrande, eu estava ao lado. E essa força moral fez com que os militares recuassem e fosse reaberto o Parlamento.

E hoje sei que a história é bela. Aqui jogaram flores em Senadores, como Rui Barbosa, que fizeram a lei sancionada pela Princesa Isabel.

Mas hoje é um dia bonito. Árvore boa dá bons frutos, fruto do professor Cristovam Buarque, que se iguala aos grandes Senadores que viram na educação a esperança de dias melhores, como João Calmon, Pedro Calmon, como Darcy Ribeiro.

Eu queria fazer uma reflexão, ao passo que agradeço porque presidi esta importante sessão na história: Padre Antonio Vieira, que viveu lá no nosso Nordeste – ele saía da Fortaleza, do Arruda, ao São Luís, lá do Presidente Sarney, passava pelo meu Piauí –, dizia que o exemplo arrasta.

Então, o Senado da República dá exemplo a todo o País para homenagearem os professores e as crianças.

E eu faria minhas, em nome do Senado da República, as palavras daquele poeta, um dos criadores da Academia Brasileira de Letras ao lado de Machado de Assis: Olavo Bilac.

Atentai bem ao que ele dizia, crianças, no poema “A Pátria”:

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!

Criança! não verás nenhum país como este!

Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!

A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,

É um seio de mãe a transbordar carinhos.

Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,

Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!

Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!

Vê que grande extensão de matas, onde impera

Fecunda e luminosa, a eterna primavera!

Boa terra! jamais negou a quem trabalha

O pão que mata a fome, o teto que agasalha...

Quem com o seu suor a fecunda e umece,

Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!

Criança! não verás país nenhum como este:

Imita na grandeza a terra em que nasceste!

Nosso Bilac viveu de 1865 a 1918.

E, hoje, nós vimos a tristeza. Eu vi um Senador acostumado a enfrentar a violência, Romeu Tuma, chorar pelas violências que tem visto neste Brasil, sintetizada pela pedofilia.

Atentai bem! Nós nos orgulhamos de fazer parte deste Senado. Como o maior dos Senadores da história do mundo dizia “O Senado e o povo de Roma...”, eu posso dizer: o Senado e o povo do Brasil, juntos, construindo aquela Pátria sonhada por Olavo Bilac.

Eu traria exemplos a todos os nossos jovens e crianças, o exemplo maior de brasileiros. Ele passou aqui, ele tinha que passar aqui. D. Pedro II deixava coroa e cetro para adentrar e igualar-se aos Senadores e sonhara ser Senador. Juscelino, na sua vida de político – de tumultos, percalços, glórias e sofrimentos – nos deixou um exemplo. Ele foi tirado bem dali, cassado, humilhado, mas fez renascer, como mártir, essa redemocratização que nós vivemos.

Eu fui buscar, para homenagear as crianças, a maior criança do Brasil, que foi Juscelino Kubitschek, uma esperança a todos. Menino pobre, órfão aos três anos, viu seu pai passar morto de tuberculose. Não podia morar na mesma casa.

Então, o que ele disse aqui, sintetizando, em homenagem à professora, porque ele dedica à sua mãe, que simboliza o exemplo maior de professora que hoje nós homenageamos.

E colho essas palavras nesse livro daquele que foi Seu Cirineu, Affonso Heliodoro, que viveu a vida política com ele... Atentai bem, Senador Cristovam, Juscelino disse aqui – e faço minhas as suas palavras:

Diamantina teve ouro, teve diamante e acabou-se, mas não se acabou aquilo que era mais importante, a gente, a gente minei-

ra, simbolizada pela grandeza da gente de Diamantina”.

Apesar do aspecto alegre e folgazão do diamantinense, ele sempre deu valor ao trabalho. Aprendeu a lidar com as dificuldades no labor das catas e lavras, de onde tirava seu sustento ou sua riqueza. Depois provou os rigores de outros trabalhos para sobreviver com decência à pobreza que assolava sua cidade. Lá ninguém vivia à-toa.

Atentai bem, tem muita gente vivendo à toa neste Brasil.

Nem mesmo os tipos populares, ninguém vivia à-toa, buscava um trabalho.

Em Diamantina, quem não se dedicava aos estudos, trabalhava. Aos meninos mais pobres, era usual o aprendizado de algum ofício. E foi nesse ambiente de trabalho, de fé religiosa, de preocupação com o saber, que Juscelino viu passar os seus primeiros anos de vida.

Em “Dona Júlia – a mãe”, a homenagem dele à professora. Como foi dito aí, eu fui alfabetizado no colo de minha mãe. Como era costume da geração do Arruda, fui ao Colégio Nossa Senhora das Graças, onde os meus filhos todos se educaram por uma irmã Carmosina.

Olhem o que disse Juscelino Kubitschek, o maior de todos os brasileiros: *“Na verdade, tudo o que sou, como cidadão, como brasileiro, como homem público, à minha mãe devo”*.

E o que ela ensinou a Juscelino? Ao responder, presenteio, em nome do Senado, todas as crianças do Brasil: dar valor ao trabalho e desprezar a ociosidade.

O severo pragmatismo orientava seus atos. Houve uma época em que a mãe e professora trabalhava até dezesseis horas por dia, além dos trabalhos rotineiros do lar: cozinhar, lavar e costurar. Assim foi a Mestra Júlia de tantas gerações, que Juscelino assim definiu: *“Bondade, ternura, firmeza e disciplina, e eis os traços marcantes do caráter de minha mãe. É indispensável combiná-los para recompor, com exatidão, sua verdadeira personalidade”*.

Dona Júlia, viúva e professora, pobre, criou seus filhos como as velhas mães mineiras: trabalho, respeito a Deus e vontade de contribuir, sempre servindo, de qualquer forma, a seus semelhantes. Esses princípios nortearam a vida de Juscelino Kubitschek.

Juscelino foi sempre um madrugador e, por isso, seus dias eram grandes. Havia sempre tempo para uma nova tarefa, mas um trabalho começado devia ser terminado. Isso a sua mãe e professora ensinava.

A formação cristã de Juscelino completou-se em casa, na escola e na Igreja. De dona Júlia, herdou a coragem, a determinação, a energia, o sentimento de dever e as reservas típicas da raça eslava. Do pai, ele herdou a alegria, o gosto de servir ao próximo e a alegria.

Esta é a homenagem que, neste instante, fazemos a todas professoras, revivendo a mãe de Juscelino Kubitschek, professora, e a todas as crianças, revivendo o maior dos brasileiros, criança órfã e pobre que foi buscar no saber um caminho.

O Senador Suplicy, como não poderia deixar de ser, quer prestar uma homenagem, mas eu estou procurando aqui a homenagem maior. É um retrato, Suplicy, que mostra um momento em que ele beija sua mãe. Antes de ceder a palavra a V. Ex^a, que representa com grandeza o Estado de São Paulo, eu terminaria com a homenagem do maior brasileiro, que foi criança pobre que percorreu caminhos difíceis antes de chegar a ser médico e Presidente da República: o beijo que ele dá e a gratidão que ele mostra por sua mãe, D. Júlia.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, quero aqui me solidarizar com a iniciativa do Professor Cristovam Buarque de saudar todos os professores e todas as crianças neste dia. Como professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, quero aqui dizer a todas as crianças, a todos os estudantes e a todos os professores como é importante que estejamos sempre a estimulá-los a buscar, sobretudo, a ética, a verdade e a realização da justiça.

Anteontem, o professor que ganhou o Prêmio Nobel de Economia, Paul Krugman, divulgou alguma coisa sobre a sua vida e falou de seus ideais como professor: sempre procurar a verdade, a beleza e, obviamente, o sucesso em sua vida.

Na conclusão, gostaria de saudar aqui uma experiência muito simples, mas muito positiva.

Em Taboão da Serra, o Secretário de Educação César Calegari, que foi Deputado Estadual, tomou a iniciativa de fazer com que todos os professores da rede pública passassem a fazer uma visita, pelo menos uma vez ao ano, a cada uma das residências para saber como as crianças estavam, em que ambiente viviam, dialogando com seus pais e com as crianças.

Isso resultou num aumento muito significativo da participação das crianças nas escolas. A vista dos professores, em média por cinquenta minutos, às residências das crianças, seus alunos, despertou um enorme interesse nas próprias crianças, fez com que tivessem um melhor aproveitamento na escola.

Registro, portanto, essa experiência de integração da escola com a família, que, inclusive, foi premiada por ter conseguido elevar o grau de aproveitamento e as notas dos alunos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Para encerrar esta sessão, eu pediria que os meus aplausos se somassem aos vossos aplausos em homenagem às crianças e aos professores do nosso Brasil.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Valdir Raupp e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o registro do Dia do Professor merece, ao mesmo tempo, momentos de reflexão e júbilo de nossa parte.

Na data em que celebramos e parabenizamos aqueles que têm como ofício o ensino e a formação dos cidadãos do amanhã, não podemos deixar de sublinhar o esforço e o desprendimento desses profissionais cuja relevância para a Nação transcende nossa capacidade de expressão.

Ser professor é abraçar o mundo, é dedicar-se à construção de valores e conceitos, é influenciar decisivamente no futuro de gerações.

Afinal, Sr. Presidente, meus nobres Colegas, quem ensina não repassa somente conhecimento – transmite, sobretudo, princípios de vida, de afirmação da cidadania, de dignidade humana.

Infelizmente, contudo, é forçoso reconhecer que, em nosso País, o ofício de professor nem sempre é tratado com a devida deferência e valorização.

E refiro-me, aqui, não somente à remuneração, aos salários nominais. Falo sobre o **status**, sobre a reverência que devemos ter pela figura do mestre, pelo guia intelectual que está representado em sua imagem como símbolo supremo de sabedoria e proficiência.

O título de Professor, Sr^{as} e Srs. Senadores, deveria ser suficiente para honrar quem o ostenta com um tratamento absolutamente diferenciado e respeitoso. Deveria se situar, sempre, no lugar mais alto no panteão de nossas figuras ilustres, no topo do prestígio social.

Como já nos ensinaram grandes educadores deste País, valorizar o professor não significa a concessão, simples e meramente, de aumentos salariais. Não que não seja importante fazê-lo, mas tal medida

deve estar inserida dentro de um processo muito mais amplo de reafirmação da importância do professor em nossa sociedade.

Nesse sentido, Sr. Presidente, para que possamos progredir verdadeiramente como Nação, precisamos incentivar as melhores cabeças, os maiores talentos intelectuais, os mais virtuosos oradores de nosso País para a carreira docente, para a grandiosa missão do magistério.

Meus caríssimos Colegas, tenho certeza de que todos desta Casa comungam desse sentimento. E posso garantir que envidaremos todos os esforços para que essa categoria profissional seja cada dia mais valorizada, respeitada e, sobretudo, ambicionada pelos jovens talentosos do nosso Brasil.

Viva o professor brasileiro!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: estamos comemorando hoje, nesta sessão especial, realizada por iniciativa dos nossos colegas Cristovam Buarque, Patrícia Saboya, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena e Marconi Perillo, o Dia da Criança e o Dia do Professor.

Feliz conjunção essa, que a proximidade das datas comemorativas enseja! Nada mais próprio e mais adequado que comemorar, num único momento, os Dias da Criança e do Professor. Crianças e professores são feitos uns para os outros. Não é possível imaginar crianças sem professores – ainda que em nosso País muitas ainda não os tenham – e, muito menos, professores sem crianças. É esse par fundamental que forja uma nação!

Eu poderia discorrer longamente aqui sobre a criação dessas datas, desde a iniciativa de D. Pedro I, que, em 15 de outubro de 1827, outorgou uma Lei Geral do Ensino Elementar extremamente avançada para a época.

Prefiro falar, no entanto, sobre o futuro das crianças do Brasil e sobre o que ainda precisamos fazer neste País para que os mestres possam cumprir o seu papel com eficiência, orgulho e dignidade. É que, quero enfatizar, uma nação é construída nas escolas por professores e crianças!

Mas, para nossa vergonha, ainda precisamos ter, em pleno século XXI, um Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil! Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como bem sabe a Senadora Patrícia Saboya, que tem se dedicado muito a essa questão, cerca de três milhões de crianças, entre cinco e quinze anos de idade, ainda trabalham no Brasil.

Que futuro se reserva para essas crianças? E que futuro se espera para o País, se é verdade que o futuro de uma nação repousa sobre o futuro das crianças? Uma das respostas pode ser encontrada na falta de profissionais qualificados para fazer frente aos avanços tecnológicos do mercado de trabalho dos dias atuais.

Que perversidade! Quanta inversão de valores! Colocamos as nossas crianças para trabalhar na idade em que elas deveriam estar nas escolas, preparando-se adequadamente para se tornarem cidadãos e profissionais aptos a ganhar a vida dignamente quando adultos.

Mudar esse quadro é tarefa longa e árdua. Em primeiro lugar, é preciso que os Governos federal, estaduais e municipais elejam a educação como prioridade absoluta. Só a educação nos resgatará da miséria e da ignorância que ainda existem neste País! Só a educação nos tornará um povo forte e capaz de conduzir o nosso próprio destino!

É imperioso investir recursos de maneira ordenada tanto na formação, no aperfeiçoamento e na remuneração dos professores, quanto na transformação das escolas de todo o Brasil em ambientes propícios à aprendizagem e à formação da cidadania.

É fundamental transformar os currículos escolares e as escolas, para dar a jovens e crianças uma formação moderna, consentânea com o mundo de hoje. É imperativo prepará-los para a cidadania e para o mercado de trabalho, ensinando-lhes os valores da civilização e dando-lhes as ferramentas intelectuais necessárias para que se tornem profissionais conscientes e capazes nas suas respectivas atividades.

Essa é a experiência dos países civilizados, esses foram os mecanismos que levaram alguns deles à liderança mundial hoje e em todos os tempos! Não há outro caminho, Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores! Não avançaremos sem um sistema educacional de qualidade, com professores aptos, motivados e bem remunerados, capazes de dar às nossas crianças a formação de que necessitam.

E se a tarefa é longa e árdua, é preciso encetá-la o quanto antes, sob pena de perdermos o passo da História. O Brasil está, hoje, entre as dez nações economicamente mais importantes do mundo, o que não é pouca coisa. Contudo, ainda temos graves problemas a resolver e muito que fazer se desejamos continuar no patamar a que nos alçamos, ou, mais ainda, caminhar na direção da liderança mundial, ocupando o lugar que formos capazes de alcançar.

O conhecimento sempre foi a maior riqueza da humanidade. E ele começa sempre a ser construído nas escolas elementares. Os americanos entendem muito bem essa questão. Quando, em plena Guerra Fria, os soviéticos foram pioneiramente ao espaço, vencendo momentaneamente a corrida espacial, eles empreenderam imediatamente uma grande reforma de todo o seu sistema educacional, para poderem seguir na disputa da liderança mundial nesse e em todos os outros campos.

Nós precisamos compreender essa verdade universal em toda a sua extensão. Precisamos saber nos preparar para os desafios que certamente teremos que enfrentar se desejarmos ser uma grande nação. Precisamos entender de uma vez por todas que a educação é o caminho real para a prosperidade e para o bem-estar da população brasileira.

Desejo concluir esta fala dirigindo uma saudação especial às crianças e aos professores de todo o Brasil. Às crianças e aos mestres, desejo agradecer. Às crianças, pela alegria e pelos sorrisos com que permanentemente reavivam as nossas esperanças na vida e no ser humano. Aos mestres, a minha gratidão eterna pela sagrada missão, que cumprem diuturnamente, de transmitir o conhecimento e os valores da civilização.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 17 minutos.)

Ata da 191ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 15 de outubro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias e Antonio Carlos Valadares

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 19 minutos, e encerra-se às 21 horas e 23 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 15/10/2008 07:24:13 até 15/10/2008 21:27:03

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	X
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PJ	MÃO SANTA	X	X
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PT	AC	MARINA SILVA	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Inscreva-me para falar pela Liderança da Minoria, por obséquio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito para falar em primeiro lugar entre as lideranças.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Também gostaria de ser inscrito para fazer uma comunicação inadiável, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para uma comunicação inadiável, o Senador Renato Casagrande será o primeiro, e o Senador Mão Santa, o segundo.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Já posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está com a palavra o Senador João Pedro, a menos que faça uma permuta com V. Ex^a. S. Ex^a é o primeiro orador inscrito; depois, V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – S. Ex^a fala e eu depois?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exato.

O Senador João Pedro dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O Senador João Pedro pode fazer uma permuta?

Falo em um minuto, Senador João Pedro, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se o Senador concordar, não há problema.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Falarei daqui mesmo. É só um minuto, para o registro de um assunto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, V. Ex^a tem a palavra, Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Acho importante o Senador Mário Couto estar presente e ouvir.

Eu recebi hoje, Senador Mário Couto, uma ligação do Prefeito Bersajones Moura, de Novo Repartimento, no sudeste/sul do Pará, que estava muito angustiado e amedrontado. Na verdade, está querendo providências. Inclusive, liguei para a Governadora Ana Júlia, do Pará, que já tomou as providências: encaminhou para o Município de Novo Repartimento investigadores e delegados da capital.

Lá, no domingo à noite, foi assassinado o Sr. Antônio Martins, coordenador da campanha de reeleição do Bersajones Moura, companheiro do PSB. E ele também, Prefeito reeleito, está ameaçado de morte. Então, no Município de Novo Repartimento, no Pará, estamos numa situação de total intranquilidade e insegurança.

Conversei com o Deputado Estadual, do PSB do Pará, Cássio Andrade, Líder da Bancada do PSB na Assembléia Legislativa, que encaminhou, com diversas assinaturas de parlamentares estaduais, um manifesto ao Ministro da Justiça Tarso Genro, que, por sua vez, fez um pronunciamento com relação à execução do líder socialista, o Sr. Antônio Martins.

Então, a situação em Novo Repartimento é de muita insegurança. A Governadora já tomou as providências. O Ministro da Justiça já foi comunicado. O Secretário de Segurança está atendendo ao Prefeito reeleito e atual Prefeito Bersajones Moura. Mas é inconcebível que, na época em que estamos hoje, num Brasil moderno, tenhamos que conviver com esse tipo de prática de homicídio, de assassinato e extermínio por questões políticas, seguramente por questões políticas. Todos os indícios apontam para questões políticas. Lá no Município há uma lista de 15 nomes que já foi divulgada.

Antônio Martins foi assassinado agora no domingo e a notícia que corre na cidade, de 52 mil habitantes, é de que isso deve continuar. Esse tipo de intimidação, e mais do que intimidação, esse tipo de prática ultrapassada, nós, definitivamente, não podemos aceitar.

Então, quero registrar no Senado a minha ligação para a Governadora, que já tomou as providências, e o meu contato com o Líder do PSB na Assembléia Legislativa. Mas também quero deixar registrado, aqui,

no Senado, a preocupação com relação à situação de insegurança em que vive o Município de Novo Repartimento. Portanto, que o Governo Estadual e o Federal tomem as providências necessárias.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Senador João Pedro, por dez minutos. Depois, o Senador Mário Couto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me associar ao Senador Renato Casagrande acerca desta denúncia gravíssima sobre o óbito, o assassinato de uma pessoa, o coordenador da campanha no Município de Novo Repartimento. Espero que a nossa querida Governadora Ana Júlia, do Estado do Pará, tome as providências. Não podemos aceitar calados esse comportamento de querer resolver uma eleição, que é resultado da escolha da sociedade, com a intimidação, com a tentativa de assassinato. É inconcebível isso!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses últimos dias, o Senado tem-se manifestado acerca da crise internacional que abala todos os países, crise que começou no setor imobiliário norte-americano, passando para o setor financeiro e, conseqüentemente, para todos os setores da economia. Vou registrar aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha opinião sobre esse quadro, essa situação.

Estamos cientes de que o mundo vive momentos de turbulência e de que seus efeitos irão atingir todos os países, embora em magnitudes diferenciadas. Os especialistas – e aqui, nesta Casa, temos alguns dos mais respeitados neste País – apontam que o pânico gerado pela crise de crédito nos Estados Unidos causa insegurança e incertezas na economia globalizada, cujo resultado imediato é uma retração na oferta de dinheiro. Sem dinheiro em circulação, a economia não anda. E economia parada não sustenta empregos, não sustenta a produção e não alimenta o consumo. Esse quadro de estagnação é aterrador!

O cenário de pânico, entretanto, não ajuda em nada. Ele expressa uma situação de medo desmedido que foge ao controle racional. Infelizmente, o mundo se acha preso a esse fenômeno neste momento. E nem as maiores economias, como a dos Estados Unidos e a da Comunidade Européia, conseguem desentupir as veias do mercado mundial com a injeção de dinheiro nas instituições financeiras que quebraram ou estão na iminência de quebrar.

A economia brasileira, certamente, não está livre dos impactos imediatos dessa crise. Afinal, as transações financeiras e comerciais nunca estiveram

tão globalizadas quanto agora, graças à transferência imediata de dados e informações por intermédio da rede mundial de computadores. A velocidade é o fator singular desse fenômeno nos dias de hoje, se levarmos em consideração que a sua versão anterior, igualmente aterradora, ocorreu em 1929.

É até compreensível que o pânico se alastre e contamine de incertezas sociedades pelo mundo afora. Não poderia ser diferente. Há um bombardeio de informações no ar, a maioria delas de conteúdo pessimista. O momento é de perigo para a estabilidade socioeconômica do mundo, mas devemos encará-lo com bom senso e determinação de que atravessaremos com segurança esse mar de incertezas.

Trago essa preocupação a esta tribuna porque nós, Senadores, temos responsabilidade na condução do País, e, por isso, devemos estar atentos ao jogo dos que se beneficiam do clima apocalíptico do momento. E eles existem! Eles transitam tanto na política quanto na economia. Lembremo-nos, pois, do pós-1929, que estimulou a Segunda Guerra Mundial e os regimes totalitários, que remeteram a humanidade à barbárie. É evidente que a crise de 1929 também gerou o estado do bem-estar social, experiência que, de certo modo, fez o capitalismo rever seus próprios fundamentos, ainda que momentaneamente.

O momento exige de todos nós cautela e bom senso. O pânico, irmão siamês da desordem, não pode contaminar os homens e mulheres das instituições responsáveis pela promoção do bem-estar do País.

Ora, é verdade que o mundo está em crise e que sua duração e desdobramentos não podem ser mensurados. Mas é igualmente verdade que o Brasil, o nosso querido País, está mais preparado do que antes para enfrentar turbulências econômico-financeiras de grande magnitude. Precisamos de muito cuidado para que a nossa preocupação não vire pânico, para que tomemos medidas de bom senso e na hora exata. O tumulto e o atabalhoamento não nos interessam.

A minha voz roga pela cautela, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque o Governo, suas instituições e a sociedade brasileira colhem, neste momento, os frutos do dever de casa cumprido.

O País resiste à crise, e creio que passará por ela sem comprometer os ganhos de qualidade de vida dos brasileiros, porque conquistou, entre tantos fatores positivos, o controle da inflação, crescimento econômico sustentado, crescimento da renda da população antes excluída e promoveu a migração de um enorme contingente para a classe média. Isso me leva a acreditar que temos um mercado interno vigoroso para fazer a economia rodar com certa segurança, mesmo sob impacto da crise internacional.

Ao contrário do cenário que possuía nas crises internacionais anteriores, o Brasil é um País de economia diversificada e com maior potencial de infraestrutura para assegurar os investimentos internos e atrair investimentos estrangeiros. A crise é fato, e dela devemos cuidar com seriedade e determinação, mas ela não pode consumir todas as nossas energias. Precisamos compreender este momento também como um sinalizador do futuro. Afinal, quem perceber melhor o ambiente do pós-crise, meu companheiro Senador Paulo Paim, terá mais possibilidade de passar pela turbulência sem ser destruído e, assim, manter-se em crescimento. Creio que esse será o caso do nosso País. E a nossa vitalidade não vem do acaso.

Não dá para desconsiderar que o Brasil possui tecnologias e áreas disponíveis para produzir alimentos – carnes, grãos – e biocombustíveis, enquanto a produção petrolífera está em franca expansão. O mais importante desse quadro é que o Brasil produz hoje com eficiência tecnológica, sejam alimentos, seja petróleo, seja bioenergia e seus derivados. De igual modo, temos um parque industrial e um setor de serviços competitivos. Isso é resultado de investimento em capital intelectual e em pesquisa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Ex^{as} sabem, no entanto, que todos esses fatores positivos estariam subtraídos se não tivéssemos reconquistado a democracia e atingido a maturidade democrática. Esse crédito é do povo brasileiro, que lutou de modo renhido para restabelecer o governo do povo, pelo povo e para o povo.

Nessa situação, somos, no meio desse furacão, um país confiável interna e externamente. E a confiança é o principal ativo dos que detêm capital. A fuga de capitais decorre, certamente, do pânico e da incerteza generalizada pelo estouro da crise, mas logo, logo, os países que fizeram o dever de casa, como o Brasil, vão ver a economia real se sobrepor à economia virtual.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – O Brasil não está imune à crise, mas os fundamentos da sua economia lhe proporcionam uma resistência mais robusta em relação às economias contaminadas pelo descrédito e pela desconfiança.

Sr. Presidente, mais dois minutos e encerro minha reflexão sobre a crise.

Acredito que o Senado se manterá atento aos movimentos da economia e às medidas que serão necessárias para protegê-la dos impactos da crise financeira internacional. Esta Casa deve se manter criteriosa, responsável e mais célere do que nunca para impedir,

por exemplo, um colapso no crédito, que afetaria em cheio o setor produtivo, ou o retorno da inflação. Vejo que o Banco Central age firme e rápido para conter os impactos da crise sobre a liquidez do mercado interno. As autoridades monetárias precisam contar, quantas vezes forem necessárias, com o bom senso e com o caráter republicano do Congresso.

Outra questão importante nesse cenário, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, é a mudança pela qual o sistema financeiro internacional precisa passar. Está mais do que provado: o mercado precisa de regulação pelo Estado, ainda que esse nível de acompanhamento dependa da definição de um tamanho. A crise atual e as anteriores deslegitimaram as deduções de certo neoliberalismo econômico que se esvai como remédio aos males da humanidade, assim como se derretem as instituições financeiras erguidas sobre fundações em terreno de areia movediça.

A regulação é necessária, principalmente para punir, de modo exemplar, os que tornam o risco inerente ao capitalismo ainda mais arriscado. Não somente por isso, mas, sobretudo, porque as crises são mais devastadoras sobre as populações de países pobres. A atual crise, por exemplo, tem origem e rastro, e seus responsáveis podem ser localizados, julgados e apenados, para que o próprio sistema retome sua credibilidade.

A regulação do sistema financeiro deve ser tarefa multilateral, para que o mundo reduza as possibilidades de crises profundas e longas e de impactos devastadores sobre a humanidade, como os decorrentes da quebradeira de 1929, que também começou nos Estados Unidos.

Certamente, em razão disso, na década de 1930, o mundo mergulhou em tensões políticas e sociais e retrocedeu à barbárie da guerra na década seguinte.

O Brasil não estava fora desse cenário, Srs. Senadores.

Repito, é para evitar esses dissabores que precisamos ter calma e cautela nesse ambiente de pânico.

Mas alguém pode dizer, para finalizar: é o discurso do Senador João Pedro, do Senador do PT. É providencial ler, nas páginas amarelas da revista *Veja*, o que diz o Ministro da Indústria e Comércio dos Estados Unidos acerca do país, acerca dos países que formam o BRIC.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, encerro dizendo da minha confiança no Governo do Presidente Lula, da minha confiança em várias instituições que cresceram com o Brasil, amadureceram no sentido de nós enfrentarmos a crise e apontarmos soluções, principalmente para estarmos ao lado da imensa popula-

ção pobre deste País e da população pobre em nível internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra pela ordem ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar.

Com a palavra o Senador Mário Couto, pela Liderança da Minoria, e, depois, o Senador Paulo Paim como orador inscrito, por permuta com o Senador César Borges.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero começar a minha fala, mostrando a minha preocupação com a situação dos aposentados deste País.

Combinei com o Senador Paulo Paim que, de acordo com a decisão da Comissão Parlamentar de Proteção aos Aposentados, começaremos a defesa dos aposentados a partir do término das eleições do segundo turno, ou seja, a partir do dia 26 deste mês.

Teremos, então, uma convocação geral, Senador Paulo Paim – e devo dizer-lhe que já temos o apoio do DEM, conseguido através do seu Líder, Senador José Agripino; com certeza o do meu Partido, o PSDB, e o de todos aqueles Senadores que já assinaram aquele documento, inclusive V. Ex^a, Sr. Presidente –, para que, a partir do dia 26 deste mês, comecemos a primeira etapa, que é não votar mais projetos de interesse do Governo até que a Câmara possa resolver a votação dos projetos de V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Se essa etapa não der resultado, estaremos, então, fazendo vigília nesta Casa, uma vigília programada. Se ainda assim, a vigília não der resultado, vamos convocar então os aposentados de todo este País para fazer uma grande marcha em direção ao Palácio do Planalto.

Esta é a proposta na qual foi batido o martelo em nossa reunião e que já tem, obviamente, o acordo de vários Senadores. Posso garantir que já somos a maioria nesta Casa. Não queremos tumultuar, Senador Paulo Paim, não queremos dificultar o Governo, não queremos dificultar nenhuma ação do Governo nesta Casa; mas nós queremos, definitivamente, resolver os problemas dos aposentados deste País.

Nós estamos cansados, Senador – eu, V. Ex^a, o Senador Alvaro Dias e uma série de Senadores –, de, quase todos os dias – senão todos os dias –, estarmos nesta tribuna para defender a situação dos aposenta-

dos. O País está bem. O País, diante de uma crise poderosa como esta, ainda não sentiu realmente a crise. O País tem saldo. Estamos cansados de ouvir que não dá: “não dá porque o INSS tem déficit”. Desde criança que escuto isso, Senador. Então, agora, basta! Chega! Ou se resolve de uma vez ou, então, vamos fazer o que nós combinamos e vamos mostrar, Senador Mão Santa, que este Senado tem a responsabilidade, tem o dever, tem a consciência de que os aposentados e aposentadas, os pensionistas deste País vivem uma crise de miséria muito grande, e que ninguém, absolutamente ninguém, olha por eles.

Quantas vezes já chamamos a atenção de Ministros, do Presidente da República? E não sei por quê – há coisas que não entendo neste País –, não consigo entender por que o Presidente Lula ainda não chamou os líderes desta Casa e da Câmara para sentarem com ele e com os Ministros e debater a questão com a classe dos aposentados. Eu não entendo por quê! Eu não consigo entender, Senador Paulo Paim. E os pobres, desgraçados, famintos, sendo aí... Não acho nem palavras mais, Senador, para dizer da miséria em que vivem os aposentados deste País, sem condições de comprar o mínimo necessário para dar conta da sua saúde, que, a partir dos 60 anos, todos sabem que exige gastos mais constantes, porque é mais inseguro o passar de cada um desses cidadãos ou cidadãs. Por que o Presidente Lula não se sensibiliza com essa classe? Haja massacre nela, Senador! A partir do dia 26, a Nação verá!

Mas, Senador Presidente, ainda há pouco, o Senador Casagrande, do PSB, que me antecedeu, em um aparte, falava da violência no Estado do Pará. Eu não tenho a menor dúvida, Nação brasileira, a menor dúvida de que o Estado mais violento deste País é o Estado do Pará! Nenhuma dúvida!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, mais dois minutinhos, porque eu gostaria de focar um assunto importantíssimo para que a Nação tome conhecimento.

O Pará, tenho certeza absoluta, vive hoje momentos de insegurança na sua totalidade, nos seus 143 Municípios, na sua capital. A capital do Pará é a mais violenta do Brasil!

Olhem aqui, no dia 30 de agosto... Se a TV Senado puder, mostre este jornal para a Nação. Se a Governadora do meu Estado... E torno a dizer que, quando faço crítica à Governadora, é para o bem da Governadora do meu Estado. Eu não desejo o mal da Governadora. Eu não desejo o mal do meu Estado, eu quero o bem do meu Estado. Mas olhem aqui: em agosto, este jornal

do Estado do Pará, um dos jornais de grande circulação, já dizia o seguinte: “Campanha movida a bala”. Daí até o término das eleições, candidatos a Prefeitos, Prefeitos, Vereadores, candidatos a Vereadores, todos morreram. E quantos morreram?! Coordenadores de campanha. Bala, bala mesmo. E que providência se tomou para amenizar essa situação?

Ainda agora vi, Senador Mão Santa, V. Ex^a presidir uma sessão em homenagem às crianças deste meu País. Olhem aqui, olha aqui, Brasil, olhem o meu Estado como está: uma criança de 10 anos de idade... Dez anos de idade! Olhem como está o meu Estado! Dez anos de idade! Olhem, Senadores: uma criança jogada na rua, morta. Vísceras para fora. Retirada da sua casa, onde brincava com seus irmãos. Foi servida por um bandido, que, de tanto se servir da criança, tirou suas vísceras.

Não é o único caso, Brasil. Eu tenho mostrado aqui, desta tribuna, sistematicamente, a violência no meu Estado.

Nada, absolutamente nada, Senador, absolutamente nada de providências são tomadas! E o crime se alastra, o crime arrasa, o crime destrói, o crime dá medo!

Nenhum cidadão paraense hoje tem coragem de andar tranqüilamente nas ruas do Pará, seja na sua cidade, seja na capital paraense! Nenhum cidadão paraense tem coragem!

Eu vou ler aqui, Senador Mão Santa, a carta de um cidadão, já não agüentando mais a violência no Estado do Pará.

O que dói, o que eu sinto, esta angústia que me vem no coração é por nenhuma providência ser tomada. Era preciso um Governador que tivesse pulso, que pudesse calçar umas botas e fosse para a rua, fazer com que aqueles bandidos soubessem respeitar os paraenses. Eles tomaram conta...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...do meu Estado diante da fraqueza das providências. Não há providências, não há determinação.

“Esta carta destina-se aos bandidos que assaltaram minha residência”. Veja, Senador Expedito – a rouquidão ainda é da campanha –, um cidadão, de tanto sofrer, um cidadão que vê seu Estado arrasado, tipo guerra.

Senador, hoje a pergunta no meu Estado é a seguinte: “Quem ainda não foi assaltado?” Senador, o caso desta menina de 10 anos de idade é bem mais forte do que o caso daquela menina de 12 anos de idade, que, há poucos meses, foi colocada numa cadeia – já vou terminar. Isso já está errado, porque não pode-

riam prender uma menina de 12 anos. Colocaram-na numa cadeia, no meio dos bandidos. Errado de novo. Os bandidos se serviram dessa criança, queimaram esta criança com cigarro. Essa criança, aos gritos, tentou chamar a atenção, para alguém vê-la presa, no meio dos bandidos, que se serviam dela todo dia. Essa criança sofreu como nunca!

O que aconteceu? Quem foi punido? Ah, a criança era pobre! Por isso, não havia quem falasse por ela. Abafaram tudo.

Nada aconteceu com ninguém. A família não tinha condições de pagar...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...um advogado.

Com esta é a mesma coisa: nada vai acontecer. E não é a primeira vez. Em várias cidades do Estado do Pará, o povo já se revoltou com casos semelhantes: queimaram câmara, fórum, prefeitura, em várias cidades do meu Estado. Parece mentira, mas é verdade.

E a Governadora ainda diz que tenho ódio dela. Não tenho, Governadora. Não tenho! Eu quero é o bem-estar do meu Estado; quero segurança para o meu Estado, Governadora! A senhora prometeu isso na sua campanha. Faça isso, Governadora!

Leio:

Esta carta destina-se aos bandidos que assaltaram minha residência [vejam aonde chegamos; vejam a revolta].

No dia 26 de julho passado, os senhores assaltaram a minha residência [está-se referindo aos bandidos], fazendo toda minha família de refém, trancando-nos em um dos quartos da casa. Ato contínuo, roubaram tudo o que puderam e coube em meu carro, que também foi roubado. Foram os mais diversos objetos, tais como televisores de 29 polegadas, forno microondas, DVDs, celulares, ventiladores, jóias, decodificador de sinais, luminárias, lupa eletrônica, relógios e até um sapato velho, isso sem falar nos objetos que no momento não lembro.

Ilustríssimos senhores bandidos, apesar do enorme prejuízo e dificuldade que os senhores me causaram, quero lhes avisar que já consegui comprar novamente o que os senhores roubaram.

A inércia da Polícia Civil neste caso específico é tão grande quanto a audácia dos senhores. Só consegui recuperar o carro, depenado, é claro, isto graças à competência da

gloriosa Polícia Militar. Outros objetos meus, não vi mais nenhum.

Mas, ilustríssimos senhores bandidos, quero lhes dizer que meu endereço é o mesmo, não mudei e que aguardo ansioso a visita ilustre dos senhores, covardes e desgraçados, com uma condição, agora estou preparado. Vocês entrarão andando, mas dificilmente sairão vivos. Em minha casa quem manda sou eu, nela eu sou a Polícia, a Justiça, os Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente, lá não metem o bedelho. Já que o Estado não tem interesse em acabar com a bandidagem, eu procurarei dar o meu jeito.

Assim, ilustríssimos senhores bandidos, estou ansioso aguardando sua ilustre visita.

Sérgio S. Castro.

Bancário e acadêmico de Direito.

Ananindeua (PA)”.
(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Vejam a revolta de um cidadão paraense!

Esse é o meu Estado, esse é o espelho do meu Estado hoje; o Estado que amo, o Estado em que vivo, o Estado em que nasci, o Estado abandonado, o Estado desprezado. O interior do meu Estado às vezes não tem delegacia, às vezes não tem Polícia Militar. É salve-se quem puder!

Presidente Lula, ouça deste humilde Senador: quantas vezes já vim falar da segurança do meu Estado? Ó Presidente, ajude a Governadora Ana Júlia! A Governadora sempre disse que era amiga de Vossa Excelência. A Governadora – infelizmente, Presidente Lula, infelizmente! – tem um jeito diferente de humildade. Infelizmente! A Governadora nem sequer procurou os Senadores do Estado do Pará.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou terminar, Sr. Presidente. Sempre dissemos aqui que estamos à disposição dela, porque, juntos, poderíamos ir ao Presidente da República, solicitar a ele – o Senador Nery, o Senador Flexa e eu – que defendêssemos o nosso Estado dos bandidos.

Pelo que se vê, a situação cada dia piora mais; pelo que se vê, a situação, trazida pelo Senador Renato Casagrande, é uma constante no nosso Estado. Não assusta mais ninguém. Acabou o Senador de falar, e mostrei a ele que, no dia 31 de agosto, os jornais publicavam que a campanha no Estado do Pará estava sendo movida a bala. E, depois disso,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...quantos tombaram! Encerro, Sr. Presidente.

Desço desta tribuna, mais uma vez, dizendo que os Senadores do Pará – falo em meu nome e no do companheiro Flexa Ribeiro – estão à disposição da Governadora, mais uma vez – quero dizer que minha humildade permite fazer isso –, para que, juntos, Governadora, possamos ir ao Presidente, para tentar ajudá-la. É só isto o que queremos: a tranquilidade da população paraense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretário.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se ainda é possível fazer inscrição para comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Se V. Exª se inscrever, seria o quarto, na suplência, a não ser, que V. Exª peça a palavra em nome do seu Partido.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não, eu gostaria de verificar, então, se há alguém inscrito pela liderança do meu Partido, pelo PR?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Não.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, então, eu gostaria de me inscrever como líder e não preciso officiar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Então, aguardamos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) Não, não precisa. Sou Vice-Líder. O Líder não estando presente, já passo a ter o direito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Exª deseja falar logo, de imediato, ou vai aguardar a alternância?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Não. Pode chamar o que está inscrito. Falarei em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, próximo orador inscrito. Em seguida, V. Exª, como Líder.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu pretendia falar pela manhã sobre a situação dos professores. Como a sessão iniciou-se às 11 horas, já eram 14:30 horas e as crianças não tinham almoçado, eu deixei o meu pronunciamento para a parte da tarde.

Quero cumprimentar, primeiro, o Senador Cristovam pela brilhante iniciativa, juntamente com outros Senadores e o Senador Mão Santa, que presidiu a sessão durante todo o período, e deixar um abraço carinhoso, respeitoso, solidário e afetuoso a Andressa Nunes – calculo eu, pela sua estatura, que ela deva ter em torno de 12 anos –, que cantou de forma brilhante, com emoção, com sentimento e com patriotismo, o nosso Hino Nacional.

Quero dizer, senhoras e senhores, que a grande homenagem feita, pela manhã, às crianças e aos professores com certeza haverá de repercutir em todo o País. Como, na última sexta-feira, eu fiz uma homenagem ao dia 12, domingo passado, a data das crianças, falarei um pouco sobre a jornada, a caminhada dos professores.

Quando a gente lembra esse tema, Senadora Fátima, que é uma especialista na área, muitos falam: “Mas o que dizer, ainda, sobre os professores? O que dizer que não foi dito?”

Muitas já foram as expressões usadas: a educação é a espinha dorsal, é o cerne, o vértice, a coluna central, e tantas outras com que poderíamos dimensionar a importância da educação e dos mestres, os professores.

Senhoras e senhores, o que, exatamente, faz com que a visão se estreite quando nos reportamos àqueles que são os condutores do conhecimento?

Os professores são uma extensão de tudo aquilo que sonhamos nos nossos lares. Eles fazem um trabalho conjugado pelo bem da formação das nossas crianças, dos nossos jovens, dos nossos adultos e, por que não dizer, dos nossos idosos. Quantos são os idosos que ainda são analfabetos?

São eles que ensinam a unir as letras e, assim, formar as palavras. Ensinam a lidar com os números, instruem sobre as revoluções, a história do mundo, os grandes tratados de paz, instruem sobre a fauna, a flora, ensinam tudo sobre o ecossistema, o meio ambiente, sobre a dinâmica, a eletricidade, a tabela periódica e, por que não dizer, sobre as artes, a cultura, a pintura, a escultura, a literatura, a música, enfim, sobre todos os temas que formarão a base de nosso universo de conhecimento.

No entanto, é lamentável ver os educadores expostos à violência em muitas escolas, como nos casos que observei aqui, em Brasília. Ela tem levado inúmeros professores a se afastar das salas de aula, porque sofrem ameaças, muitas vezes de morte, o que vira um pesadelo.

Os professores, no tempo em que eu freqüentava a escola, eram mestres respeitados. A palavra deles tinha um valor que não dá para dimensionar aqui. Não

sei como chegamos a esse nível de desrespeito aos nossos mestres. Não entendo como um aluno pode apontar o dedo para o rosto de um professor, pode esfaquear, esbofetear e humilhar um mestre.

Alguns dizem: “Ah, isso faz parte dos novos tempos.”. Novos tempos coisa nenhuma! Isso me parece bem mais a volta ao primitivo e não o moderno.

Enfim, professores, eu sei que a profissão de vocês, no meu tempo de escola, era um sonho a ser conquistado. Pois hoje, para muitos, parece um pesadelo.

É claro que a escola deve ser interativa, mas respeito a condição primordial em qualquer relação que se queira estabelecer, conforme bem demonstram as palavras dos líderes do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, Cpers/Sindicato: os trabalhadores em educação têm um papel fundamental com a função social da escola, com a aprendizagem de todos, com a construção de sujeitos sociais, históricos, autônomos, críticos e criativos, cidadãos plenos, identificados com os valores éticos e voltados à construção de um projeto social solidário.

Sr. Presidente, acho um pouco estranho que, sabedores disso, de como é o exato entendimento do papel fundamental que a educação exerce, muitos se mostrem contrários ou indiferentes à valorização do profissional que se dedica a essa grande arte, a arte de educar.

Historicamente, os trabalhadores em educação, em todas as redes de ensino, lutam pela valorização de sua carreira, pelas condições de trabalho, pela formação inicial e continuada, por uma política salarial digna e pela contratação de mais professores, pois se vêem, hoje, turmas lotadas de alunos, em número muito superior àquilo que poderíamos dizer que seja razoável para o bom aprendizado.

A pesquisa “Informações Municipais”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, coletou dados sobre a educação, conforme veiculado.

O levantamento feito em 2006 demonstrou que menos de um terço dos Municípios brasileiros mencionou que a contratação de professores estava entre as cinco principais medidas adotadas na área de educação. Mais de 85% dos Municípios informaram que a capacitação de professores foi uma das cinco medidas lembradas.

A Região Sudeste foi a responsável por mais de 45% do total de gastos, nos Municípios, em educação; a Região Nordeste, em segundo lugar, 25%, seguida pela Sul, com pouco mais de 16%; Região Centro-Oeste, com 7,4%; e Região Norte, com 6,5%.

Senhores e senhoras, fiquei preocupado ao saber que educadores da reforma agrária, por exemplo,

lá no Rio Grande do Sul, de escolas itinerantes, que ensinam em acampamentos os sem-teto, os sem-terra, tiveram de fazer um jejum de protesto contra o atraso do pagamento e a falta de material didático e merenda escolar.

As escolas itinerantes foram criadas no Rio Grande do Sul há 12 anos, e elas são reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação. Do mesmo modo que as demais escolas públicas, elas têm o seu financiamento vinculado ao Governo do Estado. É muito bom que essa questão seja resolvida, porque, além de o salário dos professores não ser o ideal, o justo, é inadmissível que eles fiquem sem pagamento. Espero que as outras demandas dessa categoria tão importante para todos nós sejam atendidas.

Existem reclamações no meu Estado, por exemplo, pelo descumprimento da Lei Federal nº 11.301/2006, que estende aos diretores, vice-diretores e professores de setores tais como bibliotecas, supervisão e orientação educacional, nas escolas públicas do Estado, o direito de se beneficiarem da referida Lei em matéria de aposentadoria. O governo gaúcho, infelizmente, recusa-se a cumpri-la, alegando que essa lei é inconstitucional, mas é importante salientar que a lei federal deve ser estendida a todos os Estados da Federação. Inúmeros Estados estão garantindo a aposentadoria especial para esses professores.

Também no Rio Grande do Sul nos preocupa – muito – a ameaça que paira sobre o CPERS, sindicato, para que todos os seus diretores ou, pelo menos, a maioria, sejam devolvidos à escola base. O CPERS propõe pagar os salários dos professores que ficam à disposição da entidade, nem assim está sendo aceito.

Essa liberação tem como base o direito da liberdade e autonomia, consagrada na Constituição brasileira, na Constituição estadual e na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos que, neste ano, completa 60 anos.

A alegação que vem sendo dada é de que é preciso ter mais professores na sala de aula. Pois bem, isso não é o problema. O CPERS, sindicato, pagaria os líderes sindicais, e outros poderiam ser contratados.

Faço aqui o que não quero fazer, Sr. Presidente. Não é nenhum ataque pessoal a esse ou aquele governante.

Então, faço um apelo ao Governo do Rio Grande do Sul de que seja sensível e estabeleça uma mesa de negociação com o CPERS/Sindicato, atendendo às reivindicações da categoria.

Educar exige, como nós sabemos, muita responsabilidade e compromisso. Exige, também, que os professores possam se qualificar, coisa da qual eles são cobrados. Mas como se qualificar se a maioria

deles não tem tempo e, além do mais, precisa de trabalho extra como vender roupa, jóias para completar sua renda?

Os educadores merecem que toda sua dedicação encontre eco na sociedade e nos governantes.

Nesse contexto, é importante salientar, primeiro, a votação, nesta Casa (Senado e Câmara) do piso nacional dos professores. Nós lamentamos que alguns Estados ainda não queiram cumprir o piso nacional aqui aprovado.

Sr. Presidente, a proposta orçamentária para 2009 prevê um aumento de 17.1% nos gastos sociais para a educação.

Em números absolutos, o chamado orçamento social reservou R\$456 bilhões para o próximo ano, contra R\$389 bilhões do ano anterior. É um pequeno avanço. Isso é importante. O orçamento social corresponde a 14.3% do Produto Interno Bruto de 2009 que o Executivo estima em torno de R\$3, 2 trilhões. É claro que esses números poderão mudar durante a tramitação do projeto aqui na Casa. Mas só de sabermos que a educação vai ter um espaço maior nesse processo, será uma ampliação de 31.6% nos recursos para a educação profissional, ficamos animados.

Isso está de acordo com a política do Ministério da Educação que tenciona reforçar os centros federais de educação tecnológica (Cefets).

Um avanço importante foi a Lei 11.738. aprovada por este Congresso, como eu dizia antes, e sancionada pelo Presidente Lula, que estabeleceu o piso de R\$950,00 para a jornada de até 40 horas semanais.

Sr. Presidente, eu quero terminar o meu pronunciamento. Ele é longo e sei que o tempo já não permite, somente dizendo aos Srs. e Sr^{as} que eu não tenho nenhuma dúvida de que o Governo Federal está fazendo um esforço gigantesco para valorizar a educação em todos os níveis, tanto o ensino básico, como o ensino técnico, como o ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM ((Bloco/PT – RS) – Vamos, em seguida, passar a V. Ex^a, devido ao tempo que eu estou aqui, já extrapolando, Senador Mão Santa, mas ainda queria dizer que estou convencido de que haveremos de avançar no campo da educação.

Quero só dar um exemplo. Fiquei muito feliz quando fiquei sabendo que, recentemente, cerca de 80 índios se formaram em nível superior e passaram a dar aulas nas suas correspondentes tribos, em todos os níveis. Isso significa um avanço no corte da diversidade.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim, V. Ex^a, como um parlamentar brilhante, volta a ho-

menagear os professores. Na sessão anterior, não falei, porque estava presidindo. Mas eu queria dizer que a mazela do País é totalmente a educação. Não merecíamos citar, Presidente Antonio Carlos Valadares, Primeiro Mundo, pois bem aí, na Argentina e no Chile, se chega à universidade, ao final da universidade, mais de 20% da população. No Brasil, temos 8%. Então, esse quadro vale por dez mil palavras. Mas, Paim, eu queria dizer que nós temos que refletir. Os salários das classes privilegiadas – e V. Ex^a sabe que existe aqui – no Brasil. E os professores? É uma vergonha e uma nódua. Há classes privilegiadas que ganham mais de cem salários dos professores, como se eles tivessem cem estômagos e o professor um estômago. Mas eu queria dizer, Paim, e por isso que essa Casa é importante, quando eu prefeito da minha cidade fui convidado – lá tem uma fábrica da Merck Sharp&Dohme, da Alemanha – a visitá-la e fui. E fui recepcionado por um diretor químico, e interessante, da Merck Sharp&Dohme, uma poderosa multinacional de medicamento.

Olha, Paim, quando eu vi esse diretor: Dr. Basedow. De vez em quando, ele dizia: “Professor Basedow”. Quando ele queria marcar um restaurante, quando ele tinha um problema no trânsito, ele: “Professor Basedow”. Parecia ser uma palavra mágica: “Professor Basedow”. Nós estávamos sentados, então, na melhor fila do teatro. Era uma palavra mágica. E eu, da minha maneira, disse: “Vem cá, não é...”

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...diretor químico da Merck Sharp&Dohme, poderosa, rica?”. Ele disse: “Eu sou, mas acontece que, na Alemanha, o título mais honroso é de professor. E antes de ser diretor químico da Merck Sharp&Dohme, eu era professor da universidade alemã, Heidelberg, e, para usar esse título, passei dez anos como professor, depois que entrei na Merck. Sou diretor químico, sou rico, mas o título honroso é professor. Tenho que toda semana dar uma aula para poder usar o título de professor”. Essa é a diferença. Ele, milionário, poderoso, diretor da maior, mas era professor de Heidelberg. Ele transitava na Alemanha e na Europa e recebia mais homenagem do que o dinheiro, e isso é o que está faltando no nosso Brasil. Então, que esse dia – e aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para uma reflexão do respeito na Alemanha. Daí a Alemanha que sofreu dois revezes em guerras mundiais e ela é poderosa e rica porque prestigia e homenageia e paga bem os seus professores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me deu a oportunidade para eu terminar o pronunciamento com a letra – e vou fazer só

um pedacinho dessa letra, não vou cantar a música. (Pausa)

Eu estou pedindo ao meu Presidente se pudesse me dar um minuto somente eu termino. Se V. Ex^a me der um minuto eu termino, Presidente.

Senador Valadares, se me der mais um minuto eu termino.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Está dado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, diz a música “*Los Hermanos*”:

Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar
No vale, na montanha,
No pampa e no mar.

Cada qual com seus trabalhos,
Com seus sonhos cada qual,
Com a esperança adiante,
Com suas recordações atrás

Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar

Por isso que eu professor entendo que a minha forma de lutar é educar, porque o sonho de um povo que eu possa alcançar está configurado na palavra libertar.

Os professores, num evento que eu estive, cantaram essa música e terminaram dizendo que “*a única forma de libertar um povo é educar*”. Por isso que os mestres dedicam a sua vida a educar.

Viva os professores!

Viva a educação!

Viva a liberdade!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu fiz questão de vir a esta tribuna hoje, quando comemoramos mais um Dia do Professor, para falar um pouco sobre a realidade que esses profissionais vivem nos dias de hoje.

Ao abordarmos esse tema certamente muitos pensarão: a educação, o que ainda não foi dito ou não se sabe sobre a educação?

Muitas já foram as expressões usadas em relação a ela: espinha dorsal, cerne, vértice, coluna central e tantas outras que tentam dimensionar o papel da educação na construção da cidadania plena.

Certo, nós sabemos de tudo isso, MAS o quê exatamente faz com que a visão se estreite quando nos reportamos àqueles que são os condutores do conhecimento?

Os professores são uma extensão da família e com ela fazem um trabalho conjugado pelo bem da formação das nossas crianças e dos nossos jovens.

São eles que ensinam a unir as letras e assim formar as palavras, ensinam a lidar com os números, instruem sobre as Revoluções Históricas no mundo e os Grandes tratados de Paz, instruem acerca da fauna e da flora, ensinam também sobre ecossistema, sobre dinâmica e eletricidade, tabela periódica, e ainda sobre pintura, escultura, literatura, música, enfim, sobre os mais diversos temas que formarão a base do nosso universo de conhecimentos.

É lamentável ver os educadores expostos à problemas como violência por parte de alunos, por exemplo. Ela tem levado inúmeros professores a se afastarem das salas de aula pois sofrem todo tipo de ameaças e muitas vezes as ameaças se tornam reais, um verdadeiro pesadelo.

Os professores, no tempo em que eu freqüentava a escola, eram mestres respeitados, sua palavra tinha valor.

Não sei como chegamos a este nível de desrespeito. Não entendo como um aluno pode apontar o dedo no rosto de um professor, pode esfaqueá-lo, esbofeteá-lo, humilhá-lo?

Se esse é considerado um comportamento típico de “tempos mais modernos”, devo lhes dizer que ele me parece bem mais primitivo que moderno.

Eu sei que a profissão de vocês professores, no meu tempo de escola, era um sonho a ser conquistado, pois hoje parece mais um sonho que virou pesadelo.

É claro que a escola deve ser interativa, mas respeito é condição primordial em qualquer relação que se queira estabelecer.

Conforme bem demonstram as palavras do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/ Sindicato: os trabalhadores em educação tem um papel fundamental com a função social da escola, com a aprendizagem de todos, com a construção de sujeitos sociais históricos, autônomos, críticos e criativos, cidadãos plenos, identificados com os valores éticos, voltados à construção de um projeto social solidário.

Eu acho muito estranho que sabedores disso, com o exato entendimento do papel fundamental que a educação exerce, muitos se mostrem contrários ou indiferentes à valorização do profissional que se dedica a esta grande arte, que é educar.

Historicamente os trabalhadores em educação, em todas as redes de ensino, lutam pela valorização de sua carreira, pelas condições de trabalho, formação inicial e continuada, por uma política salarial digna, pela contratação de mais professores, pois o que se vê hoje são turmas abarrotadas de alunos, em um

número muito superior ao aconselhável para o bom aprendizado.

A pesquisa de Informações Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) coletou dados sobre educação. Conforme veiculado na imprensa, “o levantamento, feito em 2006, demonstrou que menos de um terço dos municípios brasileiros mencionou que a contratação de professores estava entre as cinco principais medidas adotadas na área de educação. Mas 85% dos municípios informaram que a capacitação de professores foi uma das cinco principais medidas adotadas.

A Região Sudeste foi responsável por mais de 44% do total dos gastos municipais com a educação. A Região Nordeste ficou em segundo lugar, com quase 25%, seguida pela Sul, com pouco mais de 16%. A Região Centro-Oeste com 7,4% e a Norte, com 6,5%, foram as que tiveram os menores gastos com educação”

Sr^{as} e Srs. Senadores, fiquei apreensivo ao saber que educadores de reforma agrária, ou seja professores de escolas itinerantes do Rio Grande do Sul, que ensinam em acampamentos de sem-terra, fizeram um jejum em protesto contra atraso nos pagamentos e falta de materiais didáticos e merenda escolar.

As escolas itinerantes foram criadas no Rio Grande do Sul há doze anos e elas são reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação.

Do mesmo modo que as demais escolas públicas, elas tem o seu funcionamento vinculado ao Governo do Estado.

É muito bom que esta questão tenha sido resolvida porque além dos salários dos professores não serem os ideais, os justos, é inadmissível que eles fiquem sem pagamento. Espero que as outras demandas desses professores também sejam atendidas.

Existem reclamações no Rio Grande do Sul também, pelo descumprimento da Lei Federal Nº 11.301/2006, que estende aos diretores, vice-diretores e professores de setores, tais como: Biblioteca, Supervisão, Orientação Educacional, nas escolas públicas do Estado, o direito de beneficiarem-se com a referida Lei em sua aposentadoria.

O governo gaúcho recusa-se a cumpri-la, alegando a inconstitucionalidade da mesma, mas é importante salientar que a lei federal deve ser estendida a todos os estados da Federação.

É no Rio Grande do Sul também que paira a ameaça em suspender a liberação dos dirigentes sindicais do CPERS nos núcleos regionais.

Esta liberação tem como base o direito de liberdade de organização consagrado na Constituição

Brasileira, na Constituição Estadual e na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A alegação que vem sendo dada é de que é preciso ter mais professores em sala de aula. Ora, pois já não é sem tempo que se contratem mais professores e que se pague a eles salários dignos.

Faço aqui um apelo ao Governo do meu Estado para que se torne mais sensível às justas reivindicações da categoria.

Sr. Presidente, educar exige muita responsabilidade e comprometimento e exige também que os professores possam se qualificar, coisa da qual eles são muito cobrados.

Mas, como se qualificar se a maioria deles não tem tempo e além do mais precisa de trabalhos extras como vender roupas, jóias, para complementar sua renda?

Os educadores merecem que toda sua dedicação encontre eco nos Governos e na sociedade.

Nesse contexto é importante salientar os esforços que o Governo Federal tem feito para melhorar a qualidade de ensino no Brasil e também o fato de que ele tem voltado seu olhar para os educadores.

Segundo publicado na imprensa, “a proposta orçamentária para 2009 prevê um aumento de 17,1% nos gastos sociais e irá privilegiar a educação.

Em números absolutos, o chamado orçamento social reservou R\$ 456,3 bilhões para o próximo ano, contra R\$ 389,8 bilhões autorizados para 2008. Os maiores aumentos previstos estão nas áreas de educação e cultura, e saneamento e habitação – 34,8% e 31,2%, respectivamente.

O orçamento social corresponde a 14,3% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2009, que o Executivo estimou em R\$ 3,19 trilhões”

É claro que esses números poderão mudar durante a tramitação da proposta orçamentária no Congresso. Mas só de sabermos que a educação vai ter ênfase neste processo já podemos nos alegrar. Será uma ampliação de 31,6% nos recursos para a educação profissional.

Isso está de acordo com a política do Ministério da Educação que tenciona reforçar os centros federais de educação tecnológica (Cefets).

Um avanço importante é a Lei 11.738, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula, que estabeleceu o piso de R\$ 950,00 para jornada de até 40 horas semanais.

Ela reza também, que 1/3 da jornada – 33% da carga horária – será reservada para atividades extra-classe e que gratificações e abonos não podem ser computados na composição do Piso, garantindo desta

forma a manutenção do poder aquisitivo dos benefícios para os aposentados.

Dados do Ministério da Educação demonstram que o Piso beneficiará cerca de 60% dos trabalhadores em educação, além de amenizar as disparidades existentes no país com relação ao salário dos educadores, cujas variações chegam a até 400%.

A Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE) realizou no dia 16 de setembro, o Dia Nacional de Mobilização, com paralisação, sob o lema: “O piso é lei, faça valer!”

A campanha vai se estender até o mês de dezembro com várias ações. No dia 16 de outubro, os professores irão aproveitar o Dia do Professor para promover atividades. No dia 16 de novembro, haverá entrega de panfletos em feiras. E, no dia 16 de dezembro, será a vez das mobilizações nos estados.

A mobilização se estenderá a outras ações. Eles pretendem se organizar em caravanas até aqui para pressionar o Congresso Nacional contra projetos de lei que possam propor alteração da legislação do piso.

Também serão realizadas audiências públicas em Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas para debater a implantação do Piso nacional, o que deve ocorrer após as eleições municipais.

Eu faço questão de renovar meu total apoio à luta que os professores estão empreendendo em favor do piso nacional. É uma questão de justiça, de um avanço esperado há muito e retroceder seria negar aos nossos educadores seus mais legítimos direitos.

Outra ótima iniciativa do Governo Federal veio através do Decreto 6504, que instituiu, em julho deste ano, o Projeto Computador Portátil para Professores, no âmbito do Programa de Inclusão Digital.

O projeto é destinado aos cerca de 3,4 milhões de professores do ensino básico ao universitário.

Mediante este Projeto fica liberada a compra de computadores portáteis em condições facilitadas. Para atender o maior número de professores, o pagamento também poderá ser parcelado em até dois anos nos bancos credenciados, com taxas de juros bastante acessíveis.

Da mesma forma, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, lançou o Portal do Professor e o Banco Internacional de Objetos Educacionais.

Eles são importantes instrumentos de auxílio ao trabalho dos professores e ao processo de formação.

A proposta do Ministério da Educação é inserir os professores, porque muitos deles estão longe dos grandes centros, afastados do ambiente das novas tecnologias.

Com o conteúdo do portal, que inclui sugestões de aulas de acordo com o currículo de cada disciplina

e recursos como vídeos, fotos, mapas, áudio e textos, o professor terá meios de preparar melhor sua aula.

Com o Banco Internacional de Objetos Educacionais os professores terão acesso rápido e gratuito a vídeos, animações, jogos, textos, áudios e softwares educacionais.

Todas essas medidas que o Governo vem tomando são muito importantes para um país que quer melhorar o nível educacional de sua gente.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, para finalizar gostaria de falar sobre uma notícia que recebi com imensa alegria: oitenta e um professores índios receberam no dia 13, em cerimônia realizada em São Paulo, o diploma de graduação em Pedagogia.

A Secretaria de Educação informou tratar-se da primeira turma só de indígenas já formada por uma escola de ensino superior do país.

Todos esses formandos já trabalham em escolas instaladas em alguma das 30 tribos existentes no estado, ministrando aulas para alunos até da 4ª série do ensino fundamental.

Eu fico muito gratificado com isso pois é a igualdade de oportunidades acontecendo no nosso País.

Meus parabéns a esses professores e também a todos os demais pela passagem do seu Dia e eu peço a vocês que continuem lutando pelo ideal da educação, continuem acreditando no que fazem pois o trabalho de vocês pode definir uma caminhada.

Nas mãos de vocês está o futuro de uma grande parcela da nossa população. Muito obrigado por vocês continuarem nas salas de aula. Faço esta homenagem, com grande honra, a vocês que são verdadeiros heróis.

Obrigado por tanta tenacidade e grandeza de coração!

Deixo como homenagem a vocês a música “Los Hermanos” de Atualpa e Yupanki:

Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar
No vale, na montanha,
No pampa e no mar.

Cada qual com seus trabalhos,
Com seus sonhos cada qual,
Com a esperança adiante,
Com suas recordações atrás

Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso contar

Gente de mão calorosa
Pela força da amizade
Com uma oração para rezar
Com um canto para chorar...

...Eu tenho tantos irmãos
Que não os posso cantar
E uma irmã muito formosa
Que se chama liberdade.

(Dedico minha vida à educação
que é a verdadeira revolução
para o nosso povo ajudar)

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é apenas para solicitar a minha inscrição para falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a vai falar pela Liderança do PT oportunamente. Já está inscrita.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mão Santa, V. Ex^a é o próximo orador inscrito para falar, de acordo com o requerimento feito por V. Ex^a, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, solicito que seja considerado como lido na íntegra o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Antonio Carlos Valadares, que preside esta sessão, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, eu entendo que a esperança é a última que pode morrer.

Aliás, o Apóstolo Paulo, o Sérgio Guerra, disse: “Fé, esperança e caridade”. Estou com medo porque a esperança do meu povo, o povo do Piauí, está morrendo. Eu tive essa esperança em 1994. Votei no Partido dos Trabalhadores, votei no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, votei no Governador do Estado.

Mas eu quero dizer que faz seis anos, e eu vejo o meu Nordeste, o Nordeste ali do Guerra... Ô Guerra, ô Líder e Presidente Guerra, o nosso Nordeste trans-

formou-se numa “Venezuelazinha”. Não tem nada de concreto. Eu falo pelo meu Piauí.

Agora, que tem essa tal de Bolsa-Família, isso tem. Nós somos campeões da Bolsa-Família. Estávamos disputando com o Maranhão, mas acho que já passamos. E não sou contra não. Não sou contra porque... Fé, esperança e caridade. Caridade – o Apóstolo Paulo. Fé, esperança, que já está morrendo, e caridade. Caridade é importante. É um ato de caridade? É. Mas que vai resolver, não vai.

Tenho minhas crenças, ô Guerra. Como homem do Nordeste, creio em Deus, que é amor... Ô Antonio Carlos Valadares, e o que disse Deus? “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. É uma mensagem muito clara, que é o trabalho. É uma mensagem de Deus para os governantes. E vem o Apóstolo Paulo, atentai bem, Guerra: “Quem não trabalha não merece ganhar para comer”.

Tenho crença nesses homens, tenho crença justamente nisso, nesses valores.

E o que vejo? Vejo, no Nordeste... Há pouco estava lendo o livro sobre Juscelino. Que exemplo, Guerra. Em Diamantina, acabou o ouro, acabou o diamante, mas ele dá o testemunho de que nunca viu seu povo à toa. O povo do Nordeste está à toa, mais da metade do Piauí, é essa Bolsa-Família. É uma caridade. Vamos transformar essa caridade em prosperidade. E nós estamos aqui para isso, essa é a verdade.

Eu sei como fazê-lo. Eu fui prefeitinho e Governador de Estado. O Presidente da República tem sua luta e história, mas nós também temos. Eu sei como resolver isso. Ô Guerra, transforma isso e dá para os prefeitos, para eles darem até mais. Então, o prefeito está próximo. Se a pessoa beneficiada é forte, vai ser vigia de um grupo, vai ser jardineiro de uma praça. A minha cidade, que é a maior do Piauí, não tem mais nenhuma praça, nenhum jardim, não tem mais vigia. Coloca para trabalhar. Se ela tem dom de culinária, vai fazer merenda escolar. O trabalho dignifica, o trabalho engrandece.

Eu estou preocupado, Guerra. Mas muito. A ignorância é audaciosa, o povo está à toa. Juscelino disse que não tinha ninguém na sua cidade que não estivesse estudando ou trabalhando. Até aquelas figuras folclóricas típicas...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...na memória dele, ele cita que tinham trabalho. Esse negócio de ficar à toa... Guerra, atentai bem!

Contra tudo no mundo, eu acredito no estudo que leva à sabedoria, eu acredito no trabalho que faz a riqueza.

Hoje, uma mulher interiorana do Norte e do Nordeste, ao parir, ganha quatro salários mínimos. Vou contar um quadro. Guerra, eu, médico-cirurgião, encontrei agora em uma fazenda uma mulher: “Olha, eu vou te encaminhar para o Dr. Francisco Pires fazer uma cesárea e ligar tua trompa”. Sabe o que ela disse? “Senador, essa televisão foi este menino aqui; este da barriga eu vou parir e comprar uma moto para o meu marido”. É isso.

Que é do planejamento familiar?...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cadê a paternidade responsável e a maternidade? Essa é a inversão.

O Nordeste está aí. É uma “Venezuelazinha” já, e aumenta. Pode botar: se no Piauí tinha 50,09%, aumentou para 60% a 80%.

Essas pessoas são boas. São vítimas, precisam dessa caridade. Eu não estou preocupado com elas. Eu estou preocupado é com os que estão nascendo... Daqui a dez, doze anos...

Será que vai aparecer na nossa geração um Bilac que diz, Antonio Carlos Valadares: “Criança! Não verás nenhum país como este!”? Será que nós podemos dizer? As crianças aí estão engolindo fogo nos sinais luminosos. Há crianças dormindo debaixo da ponte.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – As crianças sofrendo pedofilia. Eu não estou preocupado com os que estão recebendo a caridade, Guerra, mas estou preocupado com o exemplo. Padre Antônio Vieira dizia que o exemplo arrasta. Veja o exemplo que essas crianças estão vendo dos pais.

Juscelino disse que não tinha mais ouro, que não tinha diamante, mas não tinha ociosidade em Diamantina. Estavam estudando ou trabalhando. Até as figuras folclóricas, viu, Antonio Carlos Valadares.

Isso está errado.

Com a palavra esse grande líder do nosso Nordeste, que foi glorioso em batalhas, e hoje está humilhado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pelo Regimento, o nobre Senador Sérgio Guerra não pode falar...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas o coração de V. Ex^a, a sensibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Mão Santa, V. Ex^a está falando para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu estou. Mas acontece que tem o espírito da lei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Inclusive, o tempo de V. Ex^a já está esgotado. Já foram concedidos três minutos, ultrapassando, portanto, o tempo regulamentar. Se eu conceder a palavra ao Senador Sérgio Guerra, vou cometer uma infração e serei cobrado pelos nossos colegas.

Certamente, ganharíamos muito em termos de conhecimento e de sabedoria com o aparte, mas peço desculpas ao nobre Senador Sérgio Guerra por não permitir que ocupe o microfone em atendimento a um aparte ao Senador Mão Santa. Para nós seria uma grande honra, um grande privilégio ouvir V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim. Mas o que eu queria dizer é o seguinte, Sérgio Guerra: Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex^a está aí e tem um grande compromisso com o Nordeste. Atentai bem!

Então, venho aqui e abro o Livro de Deus, que diz: “Pedi e dar-se-vos-á”. Eu sei. Cheguei aqui, estudando e trabalhando, trabalhando e estudando. Eu estou preparado. Ó Antonio Carlos Valadares, então eu queria obras para o Piauí.

Ao Luiz Inácio: aqueles cegos, aqueles que não têm visão e não têm futuro. Essas coisas só dão certo se houver sensibilidade política. O Luiz Inácio tem – responsabilidade e visão de futuro. Então, venho pedir ao Luiz Inácio que leve obras, que dê ao Piauí obras.

Nós temos um porto que foi iniciado por Eptácio Pessoa, vai fazer um século! Com poucos milhões de dólares... isso dá. Um porto, um bem nunca vem só. Consolidar lá a ZPE, a ferrovia. Vi Luiz Inácio, há dois anos, em campanha, dizer que, com 60 dias, ela funcionaria até o litoral e, com quatro meses, ao centro do Estado, a Teresina: não trocaram um dormente.

Shakespeare dizia: “palavras, palavras, palavras”. E eu digo: mentiras, mentiras e mentiras. Sou mais burro, porque só falo em mentir. Aeroporto internacional, em todo jornal tem: um é na minha cidade. Ora, São Paulo só tem um. O Piauí vai ter dois?! Na minha cidade não tem mais nem teco-teco. Está nos jornais. Lá em São Raimundo Nonato, pode haver jumento na pista, uma hora dessas. Então, é mentira e mentira. Vamos colocar o porto. Vamos terminar. Vamos terminar a ferrovia. A ZPE prometida, o aeroporto internacional.

Hidroelétrica...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Aí, a generosidade. Hidroelétrica: iniciou o sonho Juscelino, Castello Branco terminou com César Cals; falta uma eclusa que possibilitaria a navegação do rio Parnaíba. Eles prometem cinco! Ora, se não terminam uma?! Está nas páginas dos jornais de toda a imprensa: cinco hidroelétricas.

Então, Shakespeare dizia: “palavras, palavras, palavras” – Hamlet. Aqui é pior: mentira, mentira, mentira. Essa é a verdade. E eu diria, como Cristo: “Então, viemos aqui, pedir”. Botei todas as emendas e todos os recursos nesse porto – Porto de Luiz Correia, no Piauí –, quase R\$20 milhões, para dar início. Então, vimos pedir. Quando vi um Deputado...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Só um minuto, para terminar. O Pai-Nosso foi feito em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a terá um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em um minuto, Cristo ensinou o Pai-Nosso, e a gente sai daqui aos Céus. Então, vou aproveitar um minuto, para pedir ao Luiz Inácio ao menos o Porto de Luiz Correia.

Eu vi um Deputado Federal dizer que a vida era um naufrágio. Então, ele aceitaria, mas faria o esforço – José Alves de Abreu – de voltar à tona e ver as luzes do Porto de Luiz Correia. Então, queríamos pelo menos que se levasse, de tanta e tanta bolsa, uma obra de estrutura que desse riqueza ao Piauí: o nosso porto, que se iniciou com Eptácio Pessoa, mas que está paralisado.

E, aí sim, viríamos aqui, representando a grandeza do povo do Piauí, para agradecer ao Presidente da República, porque, até agora, eles nos têm levado à infelicidade.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, Sr^{as} e Srs. Senadores, Gilberto Freire, em seu livro intitulado *Quase Política*, relata basicamente o período em que viveu no Rio de Janeiro e exerceu o mandato de Deputado Federal por Pernambuco.

Nesse livro, ele se refere a um jornalista que escrevia sob o pseudônimo de Pedro Dantas. Na realidade, o nome dele era Prudente de Moraes Neto, vez que, neto do Presidente da República Prudente de Moraes, se escondia sob esse pseudônimo. Num dos seus artigos, o jornalista fez observações que considero atuais e foram registradas pelo mestre Gilberto Freire:

[...] parlamento não é fábrica que deva recomendar-se pelo número de projetos que elabore ou pela rapidez com que os produza. Isto fica para as fábricas de doce, de sabão, de tecido, de sapato ou de chapéu. Nem pelo número de projetos que apresente e defenda em eloqüentes discursos

Às vezes, a maior virtude de um parlamento está precisamente no número de projetos que elimina ou que depura, que corrige ou que substitui, depois de estudo quanto possível minucioso dos assuntos.

A expressão “parlamento não é fábrica” realmente deve nos levar à reflexão, mesmo porque sabemos que a sociedade deseja boas leis e não muitas leis.

Há uma parêmia latina que diz: **Corruptissima republica plurimae leges**. Traduzindo, de forma muito precária, eu diria que é mais ou menos: a multiplicidade de leis corrompe os costumes. Quer dizer, fica difícil para o cidadão cumprir muitas leis – leis às vezes criadas sem uma percuciente apreciação do tema, sem um debate mais acurado, sem uma preparação mais adequada, para que representem, de fato, algo essencial à vida social.

Faço essas observações, para dizer que o constituinte de 1988 teve o cuidado, extremamente correto, de admitir o instituto da consolidação das leis.

Em que consiste isso? Em permitir que se consolidem diferentes diplomas legais num só texto.

A Lei Complementar nº 95, sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, o Decreto nº 2.954, de 1999, pormenorizaram as normas de elaboração e redação dos atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo, neles incluídos os projetos de lei de consolidação, que tramitarão no Congresso Nacional e que, merecendo aprovação se converterão em leis de consolidação.

Valho-me, a propósito, para essas considerações, do artigo, esta semana, no jornal **Correio Braziliense**, de autoria do Ministro do Superior Tribunal do Trabalho Ives Gandra Martins Filho, filho do grande jurista Ives Gandra Martins.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que, ao tempo em que fui Deputado Federal – e tive ocasião de sê-lo em duas oportunidades, em duas legislaturas –, também expressei minha preocupação com o assunto “consolidação das leis”. Cheguei a apresentar um projeto de lei sobre o tema. Outro colega da Câmara, o Deputado Federal por São Paulo Henrique Turner, já falecido, tinha projeto semelhante ao meu, com o mesmo objetivo de consolidar leis e reduzir-lhes o número com que nos deparamos a todo momento.

E o que diz o Ives Gandra Martins Filho?

As inovações da Constituição de 1988, a partir da Lei Complementar nº 95/98, trouxeram conquistas muito importantes para nosso sistema legal, como a adoção da sistemática alemã de inserção de novos dispositivos nas leis vigentes, sem remuneração dos dispositivos seguintes, através da colocação de letra após o número do artigo (ex: art. 896-A da CLT, Con-

solidação das Leis do Trabalho), dando-se preferência às denominadas leis-agulha (que apenas insere no tecido da matriz dispositivos novos), em vez de se editar lei extravagante sobre o assunto [ou seja, uma lei especificamente sobre esse assunto].

Outra conquista que Ives Gandra expressa em seu artigo diz respeito à vedação à expressão genérica no fim do diploma legal: “revogam-se as disposições em contrário”, o que dá azo a discussões sobre a compatibilidade entre a lei nova e as já existentes. Isso está regulamentado em decreto.

Devo agora, Sr. Presidente, fazer algumas considerações sobre o programa de consolidação das leis.

A Câmara Federal está no bom caminho quando revela um desejo de trabalhar nessa questão. Eu mencionaria que o Deputado Cândido Vacarezza, do PT de São Paulo, se esforça no sentido de fazer uma consolidação da legislação trabalhista, da conhecida CLT.

Com isso, a meu ver – e subscrevo as palavras de Ives Gandra –, se concorre para “*propiciar a democratização do acesso à legislação*”. Geralmente o cidadão não tem conhecimento da lei.

É certo que a Lei de Introdução ao Código Civil, de 1916, dizia que ninguém pode deixar de cumprir a lei alegando que não a conhece. Mas, muitas vezes, o cidadão não conhece a lei e não está habilitado a interpretá-la. Isso se aplica não só ao cidadão comum, pois, chega o próprio magistrado a ter dificuldade em prolatar sua sentença, seu despacho, em função do grande número de leis, de um chorrilho de leis a que deve estar atento.

Então, com a consolidação das leis, o cidadão passará, primeiro, a conhecer a lei e, segundo, a ter condições de cumpri-la adequadamente. Esse processo de consolidação faz termos a consequência positiva de simplificar a quantidade de leis.

O excesso de leis [aí cito novamente Ives Gandra Filho] (...) torna muitas vezes difícil saber quais são as leis vigentes ou não, mormente quando seus comandos são, muitas vezes, contraditórios ou repetitivos.

A linguagem hermética, fechada, e pouco clara com que são redigidos muitos diplomas legais, leva também a controvérsias sobre qual comando ou dispositivo legal está efetivamente em vigor.

O programa de consolidação da legislação federal precisa ser executado com o maior empenho possível. Sei que a Câmara dos Deputados está – tenho acompanhado um pouco à distância esses trabalhos – interessada nessa questão e presta um bom serviço nesse campo.

O mesmo devemos fazer no Senado Federal. Sobre esse assunto, Sr. Presidente, nobre Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a que é membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sabe que ali nos deparamos com matérias que deveriam ter merecido uma prévia análise para dar o tratamento adequado a projetos afins ou conexos. E assim conseguirmos reduzir a quantidade de leis no Brasil.

É bom lembrar que, quando se fala em consolidação das leis, devemos ter a consciência de sermos fiéis ao texto consolidado. Esse texto deve estar compatível com as normas vigentes e também – considero isso importante –, ensejar que daí brote uma boa consolidação.

Sr. Presidente, estamos finalizando um trabalho na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que vai permitir que possamos apreciar mais projetos e, ao mesmo tempo, fazer com que esses projetos mereçam um tratamento que os leve a uma consolidação.

Acredito que cerca de 40 requerimentos já foram despachados com o objetivo de que projetos afins ou conexos tenham o mesmo Relator. Em vez de elaborarmos três ou quatro projetos de lei, possamos reduzir a um só, dando uma economia processual aos trabalhos da Comissão e ensejando que simplifiquemos o nosso ordenamento jurídico.

Convivemos com uma pletora de leis que dificulta a sociedade a entender exatamente a lei e, sobretudo, cumpri-la.

Concluo minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que trago essa questão ao Plenário com dois objetivos: para que possamos refletir um pouco sobre a consolidação das leis, a partir inclusive do artigo do Ministro Ives Gandra Martins Filho, intitulado “A Consolidação da Legislação Federal e a CLT”; e, por outro lado, possamos, no Senado Federal trabalhar direcionados para fazer boas leis e não muitas leis. Mais do que isso, produzamos leis que sejam percebidas adequadamente pelo cidadão e venham a ser aplicadas em toda a sua extensão.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, o espaço de tempo que me concedeu.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senadora Ideli, é V. Ex^a pela Liderança?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não, como oradora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Ah! como oradora? Não, porque o próximo orador inscrito, na realidade, que fez uma permuta com o Senador Paulo Paim, é o Senador César Borges, que está aqui ao nosso lado.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – V. Ex^a quer falar agora?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É que sou a próxima oradora...

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Por permuta com o Senador César Borges, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador César Borges. É que não estava anotada a permuta ali.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – É a elegância do Senador César Borges.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu lhe agradeço.

Senadores e Senadoras, ontem, entre outros, um dos temas que tomou conta do plenário, Senadora Serys, foram as avaliações, as análises, os questionamentos a respeito da gravidade da crise econômica que se abate sobre todo o mundo, crise que tem repercussões, obviamente, em nosso País. Gostaria de dar continuidade a discussão dessa questão, que, do meu ponto de vista, a todos nós preocupa.

Estamos todos muito atentos, acompanhando não só o que está acontecendo, mas também as medidas que o Presidente Lula vem adotando. Ontem, inclusive, tive oportunidade de, na tribuna, realçar a forma muito pronta com que o Presidente adotou a medida de alteração do Fundo da Marinha Mercante, numa alavancagem de financiamento da indústria naval importantíssima para o próximo período: nada mais nada menos do que R\$10 bilhões serão investidos na construção de inúmeros navios, navios esses importantíssimos para retomarmos um papel que o Brasil já teve – nós já fomos a segunda maior indústria naval do mundo, mas infelizmente perdemos essa condição; estamos, agora, retomando-a.

Todos nós sabemos que não se constrói navio com pouco dinheiro, é necessário um financiamento pesado. A construção de um petroleiro como o que a Petrobras encomendou agora leva de dois a três anos para ficar pronto e emprega muita gente – de mil e quinhentos a dois mil funcionários.

Portanto, é um investimento extremamente importante, porque continua gerando emprego, continua demandando, continua aquecendo a economia e distribuindo renda. Então, eu acho que a medida adotada pelo Presidente Lula, de alavancar o Fundo da Marinha Mercante e aprovar a ampliação dos recursos para financiar a indústria naval, foi corretíssima.

Agora eu gostaria de tratar de outras medidas adotadas pelo Governo que, do meu ponto de vista, também estão corretíssimas. Refiro-me à redução do compulsório e à autorização da realização do redesconto. Ou seja, permitir que bancos que estão em melhores condições possam comprar as carteiras de crédito dos bancos menores ou, na impossibilidade dessa operação ser feita entre bancos, ser feita com o Banco Central. Aliás, a medida provisória que o Presidente Lula assinou na segunda-feira da semana passada foi com esse intuito, no sentido de permitir que os bancos continuem tendo recursos para emprestar, para financiar, para manter a economia em desenvolvimento, crescendo, como até agora nós conseguimos manter.

Foi muito acertada a decisão de baixar o compulsório, ou seja, diminuir o volume de recursos que ficam retidos no Banco Central, permitindo que todas as instituições bancárias tenham um volume maior para emprestar e, ainda, de permitir que os bancos que queiram aumentar a sua disponibilidade de recursos possam vender suas carteiras para outros bancos ou para o Banco Central. São duas medidas corretíssimas, acertadas.

Qual é o problema então? Trata-se de algo cujos sinais já havíamos detectado e que, infelizmente, já está acontecendo. É que os bancos, com a redução do compulsório e com a possibilidade de fazer o redesconto, passam a ter um volume maior de recursos disponíveis, mas, em vez de emprestar esses recursos oriundos da diminuição do compulsório e do redesconto, em vez de colocar esse dinheiro para circular na economia e gerar investimentos, Senadora Serys, com ele estão comprando títulos do Tesouro Nacional que oferecem rendimentos de 14,75% ao ano. Os sessenta bilhões de reais oriundos das medidas adotadas pelo Banco Central, em vez de irem para a economia, estão indo resolver a rentabilidade dos bancos.

Não podemos admitir esse procedimento. Alguns economistas, inclusive, já o estão chamando de empacotamento de dinheiro, ou seja, o dinheiro é disponibilizado para o sistema financeiro, que, em vez de repassar o dinheiro para a economia, para o investimento, para a continuidade dos negócios – seja do crédito individual, seja do crédito comercial ou industrial –, empocha o dinheiro.

Ou seja, eles pegam os recursos disponibilizados pelo Banco Central e os utilizam para seu próprio proveito, para fazer aplicações de seu interesse – para o bolso deles, como está aqui muito bem observando a Senadora Serys.

Portanto, diminuir o compulsório sem resolver o problema da liquidez e da falta de crédito no País não interessa ao Brasil, é uma atitude contrária aos

interesses da Nação brasileira. Assim, as palavras do Presidente Lula devem ser levadas até as últimas consequências, ou seja, se o que está sendo feito para permitir a liquidez, a fluidez da economia, o crédito, o financiamento, não for acatado pelos bancos, que se reduza, que se retome, que volte o dinheiro a ficar no Banco Central. Nós não podemos permitir que as nossas reservas, tão suadas, tão dificilmente obtidas, construídas com o sacrifício de todo o povo brasileiro, sejam literalmente torradas sem que seja resolvido o problema da sociedade brasileira, da economia brasileira. Não podemos permitir que essas reservas sejam exclusivamente utilizadas para resolver o problema da lucratividade, da rentabilidade dos banqueiros, das direções e dos proprietários dos bancos.

O Presidente Lula, mostrando-se muito atento em sua viagem internacional, colocou que ninguém pode dizer que está faltando dinheiro no Brasil, já que medidas – redução do compulsório e permissão da venda das carteiras de créditos – foram adotadas prontamente.

O Presidente Lula já colocou também, de forma muito clara, que deverão ser punidos os bancos que não emprestem o dinheiro que o Banco Central disponibilizou, que não podemos torrar nossas reservas inutilmente.

Aliás, Henry Paulson, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, foi muito contundente quando disse: “Vou estatizar vocês, em parte, por algum tempo; vou colocar dinheiro no caixa de vocês, mas vocês vão ter de emprestar esse dinheiro”. Foram tomadas medidas de muito impacto, estatizantes mesmo. A gente fica pasma, estranha que, com tanto neoliberalismo, com tantas receitas de Estado mínimo, Senadora Fátima, a gente esteja vendo agora as principais economias torrando trilhões para manter, para salvar a economia da especulação, do verdadeiro cassino financeiro que está aí – e todos sabem quais serão as consequências se isso não for feito. Com essa sua fala, Henry Paulson se refere a algo que tem de acontecer, obrigatoriamente, nos Estados Unidos, na União Européia e, principalmente, aqui no Brasil, onde nós não tivemos os gravíssimos problemas de falta de fiscalização e de controle do sistema financeiro, como aconteceu nos Estados Unidos e em vários outros países.

Essas medidas são, portanto, muito importantes. Vamos aguardar que elas sejam tomadas de forma ampla, geral e irrestrita para com todos os bancos. O Banco do Brasil, a propósito, está dando o exemplo neste momento.

O Banco do Brasil está aproveitando a questão da diminuição do compulsório – para este Banco isso significa uma quantia de R\$11,4 bilhões, recur-

sos que estão disponibilizados a mais, adicionados à possibilidade, à potencialidade do Banco do Brasil de emprestar, fazer empréstimos com a flexibilização do recolhimento do compulsório – e ampliando de forma efetiva, até porque é muito interessante este dado: a taxa média de inadimplência tem se mantido baixa no Brasil, na casa de 3,3% nos atrasos superiores a 90 dias. Portanto, mesmo com toda a insegurança, com toda a crise, com toda a situação instável que o mundo vem passando, a taxa de inadimplência no Brasil continua muito baixa. Não há nenhuma explicação para banco algum pegar o recurso do compulsório, Senador César Borges – já vou lhe conceder o aparte –, e não emprestar, não colocar na economia.

Ouçó com muito prazer V. Ex^a.

O Sr. César Borges (Bloco/PR – BA) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a trata de um tema com o qual esta Casa toda se preocupa e que tem sido aqui, sem sombra de dúvida, um momento atualíssimo desta discussão que temos de fazer, até porque o Governo vai encaminhar medidas para cá e nós temos de estar atentos. Parece-me que toda Casa já se pronunciou no sentido de que estará disposta a colaborar para que esta crise não tenha efeito mais danoso sobre a nossa economia. Não tenho dúvidas de que as medidas que foram tomadas são corretas. Eu apenas faria a ressalva de que não podemos minimizar essa crise, porque ela é grave. Não interessa de onde ela veio, se começou nos Estados Unidos, se passou pela Europa, o importante é que ela é grave. E as autoridades monetárias brasileiras, para que a economia brasileira não sinta um impacto maior, têm que tomar essas medidas se antecipando aos efeitos perversos. Acho que todas as medidas tomadas até agora foram corretas. Se outras forem necessárias, até aportar recursos, como está sendo feito na Europa e nos Estados Unidos, capitalizando bancos para que não haja problema no sistema bancário, que sejam tomadas, porque o importante é manter a economia gerando emprego e renda e o País crescendo. Mas não tenho dúvida de que as medidas tomadas com relação ao compulsório e a carteiras dos bancos menores têm sido corretíssimas. Até em relação ao Banco Central e o dólar, para que o dólar não impacte a inflação brasileira. Se há reserva, é para ser utilizada exatamente neste momento, sem deixar o impacto inflacionário para após a reserva. Mas parabênizo o discurso de V. Ex^a e as medidas adotadas pelo Governo.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador César Borges. E volto a reforçar que a crise é gravíssima. Ninguém tem dúvida. A economia brasileira estava bem preparada para enfrentá-la. Não só bem preparada como as medidas adotadas estão

sendo muito prontas e decisivas para que não tenhamos consequências maiores aqui no Brasil.

Agora, é inadmissível que em um momento como este, quando o Governo está cumprindo com sua parte e fazendo sua tarefa de forma correta, os bancos aproveitem as medidas como a redução do compulsório e o redesconto para fazer o aumento da sua rentabilidade e não colocar esse recurso disponível para o mercado. Medidas de punição aos bancos terão que ser tomadas. Até porque estou usando como exemplo o Banco do Brasil, porque o referido Banco está aproveitando estes mais de R\$11 bilhões, que é a redução do compulsório, e ampliando a sua potencialidade de financiamento, já que confirma que a taxa de inadimplência continua baixíssima, portanto sem risco. Inclusive, as declarações do Vice-Presidente do Banco do Brasil, Aldo Luiz Mendes, são categóricas: o Banco do Brasil poderia emprestar, além do que já vem emprestando, mais de R\$40 bilhões, sem comprometer o Índice de Basiléia, que é aquele índice que mede a solvência do banco, exatamente a capacidade de um banco em promover o financiamento.

Por isso, para nós, é muito importante estarmos monitorando. Se for possível, ainda quero passar a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, rapidamente, para poder concluir, porque, Senador Suplicy, não tenho nenhuma dúvida, esse é o tema da hora.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Ideli Salvatti, quero cumprimentá-la pela análise que está fazendo sobre as medidas positivas que o Governo do Presidente Lula, em especial os Ministros Guido Mantega e Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, estão tomando. É possível até que V. Ex^a tenha mencionado, mas, como eu estava em outra atividade, não pude ouvir, mas, tendo em conta que o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Aloizio Mercadante, ter-me pedido para transmitir a todos os Senadores aqui em plenário que o Ministro Guido Mantega havia dito que, na próxima terça-feira, ele poderia vir junto com o Ministro Presidente do Banco Central Henrique Meirelles. Inclusive, já transmiti ao Senador Tasso Jereissati, que foi um dos que solicitou a presença de ambos e avaliou que seria melhor que ambos estivessem juntos na audiência pública. Assim, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade em que a Senadora Ideli Salvatti está analisando as medidas econômicas para, em nome do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloizio Mercadante, convidar a todas as Sr^{as} e Srs. Senadores para a audiência pública, na próxima terça-feira, na CAE, com o propósito de analisar, ouvir e debater a política econômica e medidas, tais como a medida provisória que V. Ex^a mencionou,

a fim de resolver o problema de liquidez do Sistema Financeiro, e todas as demais medidas preventivas, em que pese esse verdadeiro *tsunami* internacional, para que o Brasil possa caminhar bem. Aproveitei a oportunidade porque avalei oportuno transmitir esse convite a todos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço. Com a mudança de quinta para terça-feira, vai ser impossível a minha presença. Portanto, gostaria de delegar poderes a V. Ex^a para fazer essa cobrança pública tanto ao Dr. Meirelles quanto ao Ministro Guido Mantega. Que seja cumprido aquilo que o Presidente Lula falou de Nova Delhi, ou seja, banco que se está beneficiando da redução do compulsório e do redesconto e que não disponibilizar esses recursos para o financiamento da economia brasileira, que esses bancos sejam punidos e que o recurso do compulsório e do redesconto volte ao Banco Central; que não torremos as nossas reservas para aumentar a rentabilidade de banco, porque as reservas do povo brasileiro são para manter a economia funcionando, o País crescendo, gerando emprego e distribuindo renda, e não para aumentar rentabilidade de banco.

Era isso, Senador Eduardo Suplicy, agradecendo o seu aparte e lhe delegando poderes para que, em meu nome, possa fazer essa cobrança de forma muito efetiva ao Ministro Guido Mantega e ao Presidente do Banco Central.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Assim o farei.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e peço desculpas por ter passado alguns minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, próximo orador inscrito, pela Liderança do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje o Plenário se reuniu de manhã, os Senadores se reuniram neste plenário para comemorar o Dia da Criança, mas esta semana nós temos várias comemorações. Temos também o Dia do Professor.

Acredito que os professores não gostariam de ter como homenagem um discurso sem uma proposta concreta de valorização do seu papel perante a sociedade.

O objetivo que me traz à tribuna é dizer aos professores do Brasil que tive muita honra de ser o Relator do projeto de lei que fixou em R\$950,00 o piso salarial e, mais do que isso, garantiu a hora-atividade para os professores. relatei esse projeto, e o Presidente Lula

foi muito importante, juntamente com o Ministro da Educação, para garantir esse direito aos professores.

Em algumas regiões do País aonde eu fui, em algumas cidades do Paraná, os professores diziam: “Isso está abaixo do que nós já recebemos”. Para algumas cidades pode ser que isso seja correto, mas aquele projeto, aquela decisão que o Congresso Nacional tomou – e que eu tive a honra de ser o Relator – beneficiou pelo menos 1,5 milhão de professores no Brasil que não tinham um salário igual ao teto.

É uma pena que alguns Secretários de Fazenda e alguns Governadores se reuniram em Porto Alegre para dizer: “Se dermos isso, vai quebrar Município, vai quebrar Estado”.

Pelo amor de Deus, quem não tiver capacidade para cumprir o piso salarial para os professores não pode ser Prefeito, não pode ser Governador! É vergonhoso ter que ouvir de Governador e de Secretário de Fazenda que vai quebrar Município, que vai quebrar Estado, se cumprirmos o piso salarial de R\$950,00. É o mínimo, é o piso, é a garantia de que ninguém vai receber menos do que isso, para exercer um papel tão nobre, tão importante perante a sociedade brasileira.

Mas também apresentei um projeto – e quero que os Senadores prestem atenção – do qual é Relator o Senador Casildo Maldaner.

Às vezes, o Senador recebe um estudo técnico da Consultoria e desiste logo do projeto, porque o estudo diz que ele é inconstitucional. Vamos analisar o que é inconstitucional, Professora Fátima Cleide, para ver se a gente coloca esse projeto dentro da constitucionalidade. Defendo sempre a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101. Ajudei aprovar aqui, em 2000, essa lei e briguei muito para que ela fosse aprovada, para colocar um limite nos gastos públicos do País. E a Lei de Responsabilidade Fiscal foi, está sendo e será sempre muito importante.

Mas vejam o interessante: aprovamos o Fundeb aqui, Professor Flávio Arns. E o que diz o Fundeb? Que 60% dos recursos do Fundeb têm de ser destinados à remuneração dos professores. O Senador Tasso Jereissati está olhando para mim, porque falei da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não quero, de jeito nenhum, quebrar a Lei de Responsabilidade Fiscal; quero que ela seja mantida e cumprida. Mas o que estou propondo – se for absurdo, não vai ser aprovado e, se for bom, vai ser aprovado – é o seguinte: que os recursos do Fundeb não sejam contabilizados como receita líquida que está sendo repassada para os Estados e para os Municípios. Sabe por quê? Porque há casos em que está sobrando, Senador Casildo – V. Ex^a é o Relator –, dinheiro do Fundeb, porque não dá para o Prefeito ou para o Governador aplicar naquilo

que ele deseja. Ele tem de aplicar 60% no salário dos professores, mas não pode ultrapassar, no caso dos Municípios, 54% de despesas com pessoal; os Estados não podem ultrapassar 50% de despesas com pessoal; e a União, 45%.

Se não tirarmos o Fundeb da conta...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – ...desse dinheiro que é contabilizado como receita líquida para efeito de cálculo do que pode ser gasto ou não com pessoal, estaremos impedindo que, mesmo querendo, mesmo tendo condições – porque tem os recursos, porque às vezes não tem outra aplicação –, o Prefeito conceda o chamado aumento salarial. Os professores, sempre que me encontram, dizem: não é aumentar o salário que significa valorizar o professor. Mas também é aumentar o salário. Não é só aumentar o salário. Mas a remuneração dos professores pode melhorar – e muito – o ensino básico público.

Se retirarmos os recursos do Fundeb dessa conta que é feita do cálculo para a Lei de Responsabilidade Fiscal, tirando isso fora, aí sim, os recursos do Fundeb poderão ser utilizados para construir salas de aula, equipar salas de aula, aperfeiçoar e qualificar professores e para pagar o salário dos professores.

Se os professores estão ganhando um salário que consideram injusto e o Prefeito daquela cidade quer atender o pleito dos professores, hoje ele não tem instrumentos, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limite e os recursos do Fundeb também têm o seu limite. Agora, se retirarmos os recursos do Fundeb dessa conta, o que vai acontecer? Se for necessário e justo, o Prefeito e o Governador poderão utilizar aquele recurso do Fundeb para pagar melhor os professores.

Não sei se a Senadora Fátima Cleide está entendendo minha proposta. Está entendendo, sim, porque é professora.

Aí é o seguinte: se não tirarmos, vamos continuar de que forma? Vamos continuar vendo os professores com salários baixos e sobrando dinheiro do Fundeb, que não tem uma aplicação para ser feita. Isso está acontecendo? Isso está acontecendo. Se criamos a lei, por que não podemos corrigi-la, se, na sua aplicação, ela está trazendo problemas? Ela está trazendo problemas, porque os Municípios já não sabem mais o que fazer. Salários achatados, recursos disponíveis, mas sem poder aumentar o salário.

A aprovação desse projeto seria uma grande homenagem aos professores do Brasil.

Estou falando como Líder, mas, se o Presidente me permitir, eu gostaria de conceder um aparte à Senadora Fátima Cleide.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Muito rapidamente, Senador Osmar Dias. Quero apenas parabenizá-lo pela compreensão do processo. Em primeiro lugar, quero dizer que compreendo seu projeto e desejo inclusive registrar meus aplausos à iniciativa, até porque, na discussão do Fundeb, quando fui Relatora aqui no Senado Federal, não sei se V. Ex^a lembra, no final das discussões, apareceu um conjunto de Governadores aqui. Nós garantimos essa proposta da retirada dos recursos do Fundeb da receita líquida no relatório, e os Governadores vieram aqui para nos pressionar a mantê-los. Então, parabeno V. Ex^a pelo discurso, pelo pronunciamento e, mais ainda, por essa iniciativa, porque ela resgata aquilo que a gente buscou deixar garantido na lei que regulamentou o Fundeb aqui no Senado Federal. Meus parabéns, Senador Osmar Dias, pelo espírito educador que V. Ex^a demonstra ter com a apresentação desse projeto!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senadora Fátima Cleide, eu me lembro, sim. E, por isso, provoqueei V. Ex^a várias vezes e fiz questão do seu aparte. Apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2008, uma lei complementar, que vai precisar de 41 votos bons.

Mas o Senador Casildo está com dificuldade de apresentar seu parecer, exatamente porque há essa pressão dos Governadores. Parece que todas as vezes que falamos nisso aqui estamos sendo irresponsáveis. Eu não estou sendo irresponsável, porque, no momento em que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi votada neste Senado, fui um dos seus maiores defensores. Defendi a Lei de Responsabilidade Fiscal e continuo defendendo-a. Mas, se não fizermos ajustes para tornar possível determinadas políticas públicas, nós vamos ter uma lei muito boa, mas que pode trazer problemas para um setor tão importante quanto a educação.

Então, já conversei com o Senador Casildo, que está fazendo um esforço grande para dar um parecer favorável. Nós vamos tentar tirar esse problema de ilegalidade ou de inconstitucionalidade – o que for –, porque é uma proposta boa, que V. Ex^a, Senadora Fátima Cleide, já havia apresentado. Eu aproveitei para apresentar em forma de projeto e acredito que a aprovação dele seria uma grande homenagem aos professores, aos educadores, aos profissionais da educação deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador César Borges. (Pausa.)

Senador Neuto De Conto. (Pausa.)

Por permuta com o Senador Neuto De Conto, concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, pretendo reapresentar hoje, nesta Casa, um projeto que, na legislatura passada, tramitava nesta Casa e, por alguns princípios, por algumas incongruências, não teve seqüência. Até por levantamento de dispositivo constitucional, ou que o valha, não teve seguimento.

Mas, hoje, depois de analisarmos com a assessoria técnica, inclusive da Casa, chegamos a um denominador comum: ao entendimento, Sr. Presidente, nobres colegas, da possibilidade de tratarmos desse tema. É em razão disso que volto para reapresentar essa proposta. A ementa diz o seguinte: “Institui a Contribuição Social...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Por favor, vamos aumentar o volume do microfone.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, a ementa diz o seguinte: “Institui a Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC), transforma o Fundo Especial para Calamidades (Funcap) em Fundo Nacional para a Defesa Civil (Fundec) e dá outras providências”.

Qual é a idéia, Sr. Presidente? É a de reapresentarmos uma proposta, dentro de novos patamares, para que instituamos no Brasil um fundo para calamidades, um Fundo para a Defesa Civil no Brasil.

Vou ler, Sr. Presidente, a justificativa do projeto, sem me demorar na parte técnica. Se for necessário e se sobrar tempo, analisaremos mais minuciosamente.

Justificação para criarmos um Fundo Nacional de Defesa Civil. Quais são as razões?

O rápido adensamento dos aglomerados urbanos tende a provocar a degradação do meio ambiente, em função das dificuldades de ordenamento da ocupação do espaço urbano, aumentando muito mais a probabilidade de desastres. A explosão demográfica e o vertiginoso processo de urbanização experimentados pelo Brasil levaram à formação de áreas de extremo risco de calamidade em praticamente todas as zonas metropolitanas das médias e grandes cidades brasileiras.

Nesse contexto, é vital para a sociedade dispor de um sistema de Defesa Civil eficiente e organizado, dotado de recursos humanos – suficientes e bem-treinados –, da infra-estrutura – instalações e equipamentos – e dos recursos financeiros necessários ao seu adequado funcionamento.

O Brasil dispõe de um Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec) e de um bem-estruturado Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), ambos regulados

pelo Decreto nº 5.376, de 2005. De acordo com esse decreto, Sr. Presidente, as ações de defesa civil objetivam, fundamentalmente, a redução dos desastres, e compreendem a prevenção, a preparação para emergências e desastres e a resposta a eles, bem como a reconstrução e a recuperação das regiões afetadas.

Por sua vez, o Fundo Especial para Calamidades Públicas destina-se a financiar as ações de socorro, de assistência à população e de reabilitação de áreas atingidas.

Há, portanto, uma clara lacuna no que se refere às ações de prevenção de desastres e de preparação para emergências e desastres. Tais ações ficam à mercê de dotações orçamentárias que, além de historicamente pífias, estão sujeitas a constante contingenciamento.

Propomos, Sr. Presidente e nobres colegas, a reformulação do Fundo, de modo a preencher essa incômoda lacuna referente à provisão de verbas para as ações de defesa civil, da forma como são concebidas modernamente. Mas de nada adiantaria apenas modificar a denominação do Fundo e manter o atual aporte de recursos. O rateio do mesmo montante também para ações de prevenção e preparação apenas reduziria os recursos destinados à resposta aos desastres e à reconstrução e recuperação das regiões afetadas.

O incremento dos recursos destinados ao novo fundo, agora denominado Fundo Nacional para a Defesa Civil (FUNDEC), advirá da criação de uma Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC), a incidir sobre operações de seguros privados de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias contratados ou cujos sinistros devam ser liquidados no País.

A relação entre os temas é simples. Quanto mais eficiente a prevenção de acidentes, por meio da estruturação ainda mais adequada dos órgãos de defesa civil, menores serão os efeitos dos desastres e, portanto, menores as perdas de vidas humanas e os prejuízos materiais. Nessas condições, menores serão os riscos assumidos pelas empresas seguradoras e, desse modo, maiores os seus lucros, ou – o que seria mais desejável – menores os valores dos prêmios, o que aumentaria a procura pela contratação de seguros.

Dessa maneira, Sr. Presidente, nobres colegas, ganha a população – em especial, a mais carente, moradora de áreas de risco – e ganham as empresas de seguros. Além disso, o consumidor de seguros não é demasiadamente onerado, uma vez que a alíquota preconizada para a CSDEC é de apenas 1% do valor do prêmio a ser pago. Apenas 1%.

As Contribuições Sociais foram concebidas na Constituição Federal de 1988 – festejada nos seus 20 anos agora – como uma forma de garantir, além da eficácia normativa e processual, os recursos materiais necessários à efetivação dos direitos sociais. Com efeito, a segurança figura entre esses direitos, elencados no art. 6º do texto constitucional. E, de acordo com o art. 144, inciso V, §5º, as atividades de defesa civil, a serem desenvolvidas pelos bombeiros, integram o conceito de segurança pública.

Destinadas a preservar a vida, a incolumidade física e a saúde das pessoas, em especial as mais carentes, as ações de defesa civil devem ser financiadas mediante a contribuição social de toda a sociedade. Registre-se que, conforme o art. 21, XVIII, da Lei Maior, figura entre as competências da União “planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações”. Além disso, compete privativamente à União legislar sobre defesa civil (art. 22, XXVIII).

Em função disso, oferecemos à consideração de nossos pares o presente Projeto de Lei Complementar. Acreditamos tratar-se de uma importante iniciativa do Senado Federal no sentido de promover a segurança à população, em especial dos brasileiros que vivem em zonas de risco, por meio de ações anteriores e posteriores a ocorrência de desastres. Mais que simples manifestação de solidariedade humana, a prevenção de desastres e o socorro à população constituem função essencial do Estado moderno.

Sr. Presidente, nobres Colegas, a presente proposta, o presente PLS propõe resolvermos e sermos mais providentes quanto às calamidades, porque, hoje, no Brasil, sabemos quando é o Natal, sabemos quando é o primeiro dia do ano, todos os anos. Também, todos os anos as calamidades acontecem. E o que ocorre? Senti na pele, quando Governador do meu Estado de Santa Catarina: calamidades ocorreram e aconteceu de eu interrogar, muitas vezes, à noite, à Defesa Civil do meu Estado se havia recursos. Não há preparação para isso. No Orçamento também não, porque não se sabe de antemão.

E, aí, o que se faz? Os Municípios decretam calamidade pública ou coisa que o valha; a Defesa Civil do Estado recolhe as propostas e faz o levantamento; a Defesa Civil do Estado envia esses dados à Defesa Civil Nacional. Como a Defesa Civil Nacional não tem o Orçamento da Integração Nacional, o que ocorre, daí? As informações e propostas são encaminhadas à Casa Civil da Presidência da República, onde se elabora uma proposta de medida provisória. Manda-se essa proposta ao Congresso Nacional, onde ela tramita de meio ano a oito meses. Isso ocorreu: o posto

de saúde caiu, a pinguela ruiu, a coisa aconteceu. Aí não tem mais jeito.

Temos que ser mais providentes. Então, essa proposta de projeto, Sr. Presidente, resumindo, prevê que, de todo seguro que fizermos no Brasil, de todo seguro de carro, por exemplo, que se fizer lá em Itapiranga, em Santa Catarina, que faz divisa com o Rio Grande do Sul – e os Prefeitos eleitos de Cruz Alta e de Erebango estão aqui neste plenário agora, ambos gaúchos –, de todo seguro de automóvel que se fizer, 1% do prêmio vai para a Defesa Civil Nacional, sendo que 1/3 desses recursos vai para a Defesa Civil do Estado respectivo. E o outro terço, para completar o inteiro, Sr. Presidente, vai para o município cuja Defesa Civil está organizada. Ou seja, 1/3 vai para o município de origem em que a defesa civil estiver organizada. Se acontecer um desastre, uma calamidade, um vendaval, por exemplo, a cidade disporá de um recurso na hora, porque a Defesa Civil organizada estará cuidando disso. O indivíduo é motivado até a fazer o seguro, porque uma parte volta para o seu município. Se o seguro for maior, o Estado estará preparado, porque sua Defesa Civil estará organizada. Se ainda assim faltar, a Defesa Civil Nacional organizada estará preparada. Aí, nós podemos atender às demandas com mais rapidez. Essa é a proposta, Sr. Presidente e nobres colegas. Por isso, deixo a proposta. Estou fazendo-a chegar à Mesa, e espero que a tramitação tenha seqüência, espero a concordância dos nobres colegas.

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, um pouco mais de tolerância.

Senador Valadares, a tolerância de V. Ex^a é com as calamidades que acontecem no Brasil. É por isso que eu concluo, fazendo, novamente, um apelo. E apresentando à Casa essa proposta, que sei que será de grande relevância para todos nós no Brasil.

Era essa a proposta e era o que eu queria dizer, Sr. Presidente e nobres colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Senador Alvaro Dias, para uma comunicação inadiável, concedo a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a Oposição tem enfatizado a sua postura de responsabilidade pública diante da crise em diversos pronunciamentos desta tribuna do Senado Federal.

A par da crítica que estamos formulando reiteradamente porque o Governo, a meu ver demonstrando excesso de confiança ou irresponsabilidade, não assumiu uma postura de rigor em relação à grandeza da crise que atormenta o mundo, no dia de hoje o pessimismo está de volta com turbulências no sistema financeiro internacional.

Nosso Governo timidamente encaminha ao Congresso Nacional uma medida provisória como se por si só fosse capaz de resolver todos os nossos problemas, tranquilizando a Nação brasileira. É evidente que a Oposição deseja aprovar todas as medidas legislativas necessárias para que o Governo tenha os mecanismos indispensáveis para o enfrentamento da crise.

Por isso pretendemos melhorar a medida provisória, que chegou já ao Congresso Nacional, com a apresentação de algumas emendas que consideramos indispensáveis. A primeira delas tem por objetivo preservar ou resguardar os interesses e direitos dos correntistas das instituições financeiras que serão beneficiadas pela Medida Provisória 442.

O Governo transferiu ao Banco Central poderes excepcionais e não procurou adotar mecanismos de proteção aos brasileiros. É evidente que queremos a salvação de bancos ameaçados, mas não podemos, de forma alguma, permitir que os brasileiros, correntistas, aplicadores, corram o risco de sofrer prejuízos que poderão se tornar irreversíveis. Este País já viveu esse drama.

Uma outra emenda procura resguardar o Banco Central. Resguardar o Banco Central de aceitar moedas podres como garantia das operações de redesconto. Esse cuidado foi adotado na Medida Provisória nº 1.182, de 95, do Governo Fernando Henrique Cardoso, que criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, o chamado Proer. O Governo Lula copia instrumentos adotados no Proer de Fernando Henrique Cardoso, mas copia mal. Não adota os mecanismos de proteção que aquela medida provisória adotou.

Uma outra medida provisória procura evitar que ocorra a estatização de instituições financeiras pelo Banco Central. A estatização é uma possibilidade, pois essa medida provisória permite que sejam oferecidas ações da instituição financeira – ações ordinárias – como garantia das operações de empréstimo.

Caso os empréstimos não sejam pagos, e as garantias em ações da instituição executadas, tem-se a possibilidade de o Banco Central, de o Governo, portanto, tornar-se acionista majoritário dessas instituições financeiras. O que pretendemos com essa emenda é exatamente evitar a estatização de bancos.

E, por último, Sr. Presidente, uma emenda que procura preservar este patrimônio do trabalhador brasileiro, que é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O Governo do Presidente Lula, que foi operário, Senador Mão Santa, não teve esse cuidado. Abrir mão da exigência de regularidade dos banqueiros no recolhimento do FGTS para poderem se beneficiar...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ...dessa medida provisória que institui o Proer do Lula é negar aos trabalhadores aquilo que foi conseguido a duras penas. Além disso, percebe-se no texto que, até para confiar, o atual Governo é ruim. Não há como admitir colocar-se nas costas dos trabalhadores brasileiros mais essa fatura para salvar instituições financeiras em perigo, em razão da crise financeira que assola os principais países do mundo.

Portanto, Sr. Presidente, são propostas que estamos apresentando – eu sei que outros colegas Senadores também o fizeram; o Senador Tasso Jereissati também apresentou uma proposta de emenda – com esse cuidado. Resumindo: a preservação dos direitos dos brasileiros, correntistas, depositantes, aplicadores, mas também preservando o interesse público, com a preservação do dinheiro público aplicado, impedindo que o Banco Central seja depositário de moedas podres no momento de efetuar operações de redesconto pelos bancos beneficiados com esta medida provisória.

Portanto, Sr. Presidente, a Oposição está disposta a colaborar, quer colaborar, é nossa responsabilidade dar suporte ao Governo aprovando rapidamente medidas legislativas para o enfrentamento desta crise. Mas queremos também que o Governo nos ouça.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSDB, eu solicito a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a está inscrita. Eu gostaria que providenciasse o requerimento do Partido de V. Ex^a.

O próximo orador inscrito é o Senador Neuto De Conto, que permutou com o Senador Casildo Maldaner.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srs. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o final da semana foi recheado de reuniões importantes nos Estados Unidos e na chamada Zona do Euro. Em Washington, a Assembléia Anual do Fundo Monetário Internacional, FMI, e do Banco Mundial contou com representantes da área econômica de mais de cem países. Separadamente, também em Washington, dois outros encontros

de grande repercussão foram realizados: o do G-7 e o do G-20, do qual faz parte o Brasil.

Na França, os representantes dos 15 países da União Européia do G-15, que têm o euro como moeda, firmaram, no final da segunda-feira, um pacto para salvar o sistema bancário da bancarrota.

O Presidente francês, Nicolas Sarkozy, que foi o anfitrião, afirmou que a decisão não representa nenhum presente para os bancos, e sim uma medida de emergência para ajudar o mundo a sair da crise.

O pacote europeu foi aprovado com 14 itens e envolve a soma de 1 trilhão e 700 bilhões de euros, cerca de 2 trilhões e 200 bilhões de dólares. O ponto mais importante é o que garante os créditos interbancários até 31 de dezembro de 2009.

Logo na abertura da plenária do FMI, o Diretor-Gerente da entidade, o alemão Dominique Strauss-Kahn, que esteve de mau humor durante toda a semana, declarou que o encontro era uma grande oportunidade para se discutirem “as intensas preocupações sobre o resgate de algumas das maiores instituições financeiras dos Estados Unidos e da Europa que empurraram o sistema financeiro global para perto do derretimento sistêmico”. Segundo ele, se, ao final dos debates, os participantes conseguissem apontar um caminho viável para uma nova estratégia econômica mundial, a reunião deveria ser vista como um grande sucesso, porque a economia mundial estaria entrando em recessão e não poderia mais esperar.

Não muito longe dali, pouco antes do início da abertura da reunião do FMI e logo depois de se reunir com os Ministros das Finanças do G-7 – grupo formado pelas sete economias mais desenvolvidas, Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Itália, Alemanha e Reino Unido –, o Presidente George W. Bush, em tom de desespero, fazia mais um discurso nos jardins da Casa Branca. Sem muito brilho, como de costume, e amargando o pior momento de sua interminável gestão, o Presidente americano procurava mais uma vez alertar todos os países sobre a dimensão da crise, que já se alastrou de maneira incontrolável pelos quatro cantos do mundo.

É importante destacar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Presidente Bush, hoje completamente desgastado perante a opinião pública norte-americana, poderia ter evitado as consequências globais dessa crise, mas perdeu a grande oportunidade. Ao ser anunciada há pouco mais de seis meses, ela já vinha sendo nutrida há muito tempo pela desorganização do Sistema Financeiro Internacional, pela especulação desvairada, pelo consumo compulsivo e pela falta de responsabilidade dos governos dos países ricos. O detonador foi o anúncio da quebraadeira das carteiras

hipotecárias das principais instituições bancárias americanas. Na ocasião, o Presidente americano relegou a questão a um segundo plano. Não tomou as providências necessárias, subestimou a gravidade do problema e contribuiu para espalhar as turbulências.

Agora, o principal articulador do Governo americano para a crise, Sr. Henry Paulson, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, em uma verdadeira maratona, correu às pressas em busca de apoio internacional. Durante toda a semana passada, o Brasil foi alvo desse assédio quando lhe foi solicitada uma interferência para a realização de uma reunião do G-20, como de fato aconteceu no final de semana, como fiz alusão no início deste discurso. A pauta das discussões desse grupo incluiu as questões de liquidez, proteção ao capital dos investidores, respostas macroeconômicas para garantir o bom funcionamento da economia global, ambiente regulatório e reformas de longo alcance para modernizar a estrutura financeira mundial e combater outras fragilidades do sistema.

Em meio a todo esse esforço empreendido pelo articulador americano, o que nos chama mesmo a atenção é a generosidade repentina dos Estados Unidos em relação ao futuro do comércio internacional. Segundo ele, daqui para frente, os Estados Unidos estão dispostos a combater o protecionismo. Afirma que: “Grande parte da força de nossa economia se baseia em sua abertura ao comércio internacional e ao investimento. Os Estados Unidos continuarão comprometidos com as resistências às pressões protecionistas”. Ora, essa declaração americana, em meio à profunda crise que estamos atravessando, no final do mandato do Presidente Bush e após tantos e tantos clamores feitos na rodada de Doha, merece no mínimo ser entendida como uma piada de mau gosto.

Em nenhum momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os Estados Unidos deram ouvidos aos apelos feitos pelos países em desenvolvimento, que estão cansados de pedir a diminuição dos pesados subsídios agrícolas que são concedidos aos seus agricultores e a redução da salgada taxa de *commodities* em seus portos de desembarque. Aliás, não é necessário dizer que os Estados Unidos e a União Européia são os maiores responsáveis pelo fracasso da última negociação da rodada de Doha, que se realizou há mais ou menos três meses.

Durante o conclave do G-20, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, aproveitou o seu tempo para responsabilizar os países ricos pelo péssimo momento econômico que o mundo atravessa e para criticar o FMI. Na opinião do Ministro, a economia mundial é vítima da especulação intensa e desordenada dos mercados

financeiros, de supervisão inadequada e de mecanismos deficientes de resolução de crises.

Para ele, a ausência desses instrumentos de política econômica levou todos os países a sofrer amargamente com a pior debacle já vista desde a crise de 1929. O Ministro Mantega admitiu que os países em desenvolvimento estão sendo crescentemente afetados pela reviravolta dos mercados. No entanto, esqueceu-se de estender seus comentários às dificuldades que a economia brasileira já está enfrentando e às perspectivas sombrias que teremos de enfrentar em 2009.

Os especialistas já contam com redução da atividade econômica...

(Interrupção do som.)

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Os especialistas já contam com redução da atividade econômica no próximo ano, taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de no máximo 2,5%, queda no nível das exportações, diminuição dos investimentos internos e da entrada de capitais externos, aumento do preço dos insumos industriais e agrícolas, aumento das taxas de juros, aumento da taxa de desemprego e ameaça de volta da inflação. Em relação à desvalorização do real, acreditam que o dólar poderá estacionar entre R\$2,00 e R\$2,20. Porém, entendem que, se o dólar continuar subindo acima desse patamar, a moeda americana causará um estrago monumental nas bases econômicas do País.

(Interrupção do som.)

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Em menos de um mês, o Banco Central recorreu ao cofre das nossas reservas internacionais, de pouco mais de US\$200 bilhões, e sacou R\$160 bilhões para socorrer o Sistema Financeiro Nacional (SFN), para suprir a falta de dinheiro no mercado e para garantir as instituições de pequeno porte. Segundo o jornal *Valor Econômico*, a grande questão a ser levantada é a seguinte: até onde o Banco Central pode usar as reservas de US\$208 bilhões para equilibrar o mercado e minimizar os estragos da crise mundial? De acordo com o mesmo jornal, o limite para gastos seria de US\$20 bilhões.

(Interrupção do som.)

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – O consumidor brasileiro também já está sofrendo com o aumento das taxas de juros para empréstimos, com as dificuldades de obter esses créditos, com a retração do mercado de carros novos, com a alta dos produtos do consumo diário nas prateleiras dos supermercados, com o sobe-e-desce da Bolsa de Valores e com a cotação do dólar, que fechou a noite de segunda-feira em R\$2,15.

Nobres Sr^{as} e Srs. Senadores, a primeira lição que se pode aprender com essa crise é que os mercados não podem mais funcionar de maneira anárquica, a especulação absurda não pode mais ser tolerada, o consumo compulsivo não pode mais ser permitido, os governos não podem mais ser negligentes, e os Estados Unidos não decidem mais nada sozinhos. Certamente a crise está revelando novos atores no cenário internacional de poder. De um lado, os tradicionais, os Estados Unidos e a União Européia, e do outro, os novos atores, os chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), que poderão ser as novas grandes potências econômicas e industriais neste século XXI.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Agradeço pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, pela Liderança do PT.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito já foi falado no dia de hoje, principalmente na sessão solene, da qual não tive oportunidade de participar, e hoje à tarde, vários oradores que me antecederam também já puderam fazer suas homenagens com relação ao Dia do Professor.

Como professora, como educadora, como funcionária de escola, não poderia, Sr. Presidente, deixar passar em branco esta data sem também trazer aqui a este Plenário, a esta tribuna, algumas reflexões. Alegro-me o fato de muitos dos que me antecederam terem colocado também as suas contribuições e as suas reflexões na mesma linha.

Aqui, todos temos um consenso de que a educação é um instrumento de cidadania, de liberdade e, portanto, a necessidade da educação é consenso entre todos nós.

Falamos em educação, exigimos educação, lembremos a importância da educação para a evolução material e espiritual de seres humanos.

A educação é a grande esperança de construção de uma nova sociedade, fruto de uma nova humanidade, mais justa, mais fraterna.

É ainda a esperança de uma sociedade que saiba respeitar os direitos humanos e ambientais.

Essa educação deve ser a pauta nacional, para permitir que cada brasileiro e que cada brasileira tenham igualdade de oportunidades, um direito básico de cidadania!

A redução da taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais, conforme os resultados da Pnad 2007, divulgados pelo IPEA, no dia ontem, são

uma pequena conquista ainda, infelizmente, dessa caminhada.

A queda de 0,4%, em relação a 2006, fez recuar esse índice para 10%.

Analisando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a série histórica, constatamos que, nos últimos 14 anos, a taxa de analfabetismo reduziu-se em 7,2 pontos percentuais, com uma média anual de redução de cerca de 0,5 pontos percentuais.

Houve, também, uma ligeira ampliação do número médio de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, sendo que a média nacional atingiu 7,3 anos, aquém ainda dos 8 anos de estudos estabelecidos como escolarização mínima na Constituição Federal.

Nesse quesito, é terrível a diferença entre a população negra, com uma média nacional de 6,4 anos de escolaridade, e a população branca, com 8,2 anos de escolaridade.

Somente com a educação, a diversidade humana irá se manifestar em plenitude.

É importante salientar que o número médio de anos de estudo sofre com a incidência do elevado analfabetismo entre adultos e idosos, sendo que, quanto maior for a idade, menor é a média de anos de estudo, consequência evidente dos anos de descaso com a educação pública.

Essa situação exige um amplo e decidido investimento em Educação para Jovens e Adultos.

O hiato educacional, ou seja, o indicador que mede a quantidade de anos de estudos que, em média, faltam aos brasileiros que estão abaixo da meta da educação obrigatória por faixa etária, mostra um decréscimo, sendo que, para a população com mais de 30 anos, o hiato caiu de 5,6 anos para 5,1 anos – muito abaixo da meta, portanto –, enquanto para a população de 15 a 17 anos, ela passou de 4 para 2,8, números que revelam a dificuldade da população adulta em participar de programas educacionais e da elevada evasão e repetência no período escolar.

Uma boa notícia encontrada nos indicadores do Pnad são os avanços em relação a 2006 na taxa de escolarização por faixas etárias.

A faixa de 0 a 3 anos teve o maior incremento absoluto (1,7 p.p.), de modo que a taxa de escolarização nessa faixa etária ampliou-se para 17,1%. Para as crianças de 4 a 6 anos, continua a ampliação da escolarização (1,6 p.p.) em relação a 2006. Nesse caso, é plausível supor que esse aumento esteja relacionado com a mudança no quadro legal, que este Congresso tanto contribuiu para que ocorresse e que ampliou o ensino fundamental para nove anos, com início aos seis anos de idade, e especialmente com o incremento dos recursos financeiros por meio do Fundo de Manu-

tenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que hoje atende, inclusive, ao ensino infantil.

Na população de 7 a 14 anos, houve pequeno decréscimo de 0,1 p.p., o que fez com que a média nacional atingisse 97,6%. Considerando que, nesse caso, o índice já se aproxima da universalização, a tendência futura será de pouca variação.

Entre os jovens de 15 a 17 anos, também houve decréscimo de 0,1 p.p. Nessa faixa, observa-se uma grande oscilação do indicador durante o decorrer dos anos, com movimentos de pequenas quedas e subidas.

A educação, Sr. Presidente, é uma atividade social realizada sempre coletivamente. Esse fazer coletivo reúne – e assim deve ser – a família e a escola.

Os avanços conquistados nestes últimos anos são consequência do envolvimento da sociedade, da família com a escola.

É principalmente na escola que iremos encontrar o professor e a professora, que, por muitos anos, acompanharão cada um dos alunos e terão influência nas decisões da vida de cada um.

E, por isso, muitos foram lembrados aqui, no dia de hoje, inclusive nominalmente.

Em todo o Brasil, os professores lutam pela adoção imediata do Piso Salarial Profissional Nacional, uma conquista da sociedade brasileira que foi devidamente acatada por este Congresso Nacional e pelo Governo Federal, pelo Presidente Lula, que transformou em lei o Piso Salarial Profissional Nacional. Como diz a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – faço minhas suas palavras:

“A verdadeira homenagem que podemos prestar aos educadores é a valorização e o investimento em qualificação e profissionalização. Educação de qualidade se faz com investimentos nos profissionais da área. Não dá para aceitar o discurso de governantes que se dizem defensores da educação e barram o piso sob a alegação de que não há recursos para bancá-lo”.

Aqui já foram, inclusive nesta tarde, relatadas pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Osmar Dias, as dificuldades que estão sendo encontradas em diversos Estados brasileiros para a negociação da inicialização do pagamento do piso a partir de janeiro de 2009 – não é nem agora.

O Piso Salarial Nacional, Srs. Senadores, é a peça-chave no processo de construção do ensino de qualidade no Brasil.

Neste dia 15 de outubro, ao comemarmos o Dia do Professor, quero homenagear estes profissionais da educação, pela dedicação cotidiana, mesmo sob situações adversas: os professores das aldeias

indígenas, onde muitas vezes faltam as condições mínimas de infra-estrutura, que, apesar disso, buscam levar a descoberta do mundo para as crianças de sua etnia, para somar conhecimentos e compartilhar culturas sem perder a identidade; os professores das comunidades ribeirinhas, dos beiradões do Brasil, que superam as dificuldades com garra e criatividade; os professores das periferias, que sofrem junto com seus alunos a violência da sociedade, fruto do preconceito e do descaso; os professores das séries iniciais, que muitas vezes são a única referência estruturada no universo infantil, que sofrem com famílias desfeitas ou em situação de risco; os professores da educação básica, que despertam nos jovens a curiosidade na busca pelo conhecimento; os professores da educação profissional e tecnológica, que formam profissionais das mais diversas áreas, preparando-os para o mercado de trabalho; os professores universitários, mestres e doutores, que orientam os jovens no mundo da ciência e da razão.

Homenageio esses e tantos outros que não pude citar e que fazem da educação uma realidade e caminhem passo-a-passo rumo ao Brasil que todos buscamos, Sr. Presidente.

Precisamos reconhecer a importância do professor para podermos investir em educação.

Espero, Sr. Presidente, que, nos outros 364 dias do ano, os profissionais da educação sejam lembrados e recebam o tratamento digno que merecem, principalmente por parte desta Casa. Afinal, educação não pode ser apenas discurso.

Hoje mesmo somos todos nós chamados a legislar cada dia um pouco mais, inovando, como fez recentemente o Senador Osmar Dias, ao propor que os recursos do Fundeb não sejam incluídos na receita líquida dos Estados. Não podemos nós aqui nos curvamos à vontade única de Governadores, de governantes que, na hora de fazer a campanha política...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Vou conceder mais um minuto a V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Falam tanto na importância da educação, mas, no dia-a-dia, agem como sempre agiu a elite branca deste País: com desdém, quando se trata de inovar na valorização daqueles que fazem a educação no dia-a-dia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem) – Na condição de Líder da Minoria, eu gostaria de consultar V. Ex^a se hoje haverá Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Até o presente momento, não recebi nenhum comunicado da Presidência.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Ficou acertado entre as lideranças que a Ordem do Dia seria...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Agora mesmo a nossa Assessoria vai entrar em contato com o Senador Garibaldi para dar a informação a V. Ex^a e à Casa se teremos Ordem do Dia.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Enquanto isso não acontece, vamos concedendo a palavra aos oradores inscritos.

Senador César Borges, por dez minutos, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho a esta tribuna manifestar a minha preocupação, Sr. Presidente, com o reduzido número de registro de arma de fogo no País.

O jornal **Folha de S.Paulo** de ontem traz matéria que atesta que, um mês depois de o Ministério da Justiça lançar campanha publicitária de R\$6 milhões para estimular o registro de arma de fogo, a Polícia Federal contabilizou o registro de apenas 5.602 armas e o cadastramento de outras 12.706. Muito pouco, Sr. Presidente.

Aqui está o ex-Presidente desta Casa Renan Calheiros, que foi um dos idealizadores do chamado Estatuto do Desarmamento, que, lamentavelmente, na prática, na sua aplicação, não tem alcançado aquilo que se imaginava, porque tem que haver vontade política, recursos para aplicação.

Nós fizemos a nossa parte, o Legislativo, mas quem faz a aplicação da lei é o Executivo, é o Judiciário.

O problema, Sr. Presidente, é que o prazo para registro de arma na Polícia Federal já se esgotou por duas vezes desde a sanção do Estatuto do Desarmamento em 2003, e atualmente esse registro deve ser efetuado até o dia 1º de janeiro de 2009. Ou seja, leniência e morosidade para efetivar as punições que estão previstas no Estatuto do Desarmamento no tocante ao

porte de armas ilegais: criminalização do porte e detenção de um a três anos, além da multa.

Veja bem, Sr. Presidente, é a arma ilegal. Ninguém está falando daquela arma que está registrada, que está legalizada. Não é nem o desarmamento do cidadão; é a arma ilegal. E a arma ilegal está, na sua grande maioria, na mão dos criminosos. E a violência em todo o País, lamentavelmente, só tem feito aumentar nos últimos anos, em especial, nos grandes centros urbanos.

Sr. Presidente, as conseqüências para a população são extremamente nefastas. Todos os dias, cem brasileiros perdem a vida por causa de uma arma de fogo. São 19 mortes por ano, para cada grupo de 100 mil habitantes. No Brasil, as armas de fogo matam mais do que doenças respiratórias, cardiovasculares, câncer, Aids e acidentes de trânsito.

O elevado número de armas em circulação, somado ao pouco controle sobre quem vende, quem compra, e como elas são utilizadas, e a uma cultura que valoriza a arma como instrumento de poder e defesa, contribui, lamentavelmente, para essa tragédia cotidiana. Segundo pesquisa da ONG Viva Rio, existem cerca de 8,4 milhões de armas ilegais no País.

O Estatuto do Desarmamento representou importante avanço sobre o uso indiscriminado de arma de fogo, e os resultados foram sentidos. De acordo com dados do Ministério da Saúde, o número de mortes provocadas por essas armas reduziu-se mais de 10% entre os anos de 2003 e 2006. No entanto, a aprovação do Estatuto do Desarmamento, esse dispositivo legal, não foi suficiente para poupar os milhares de vítimas que a cada ano se acumulam, gerando perdas irreparáveis para as suas famílias.

É preciso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, atuar em várias frentes. Primeiro, é necessário intensificar as campanhas publicitárias, os instrumentos educacionais que alertam sobre os riscos e as conseqüências do uso de armas de fogo. Um bom referencial é a grande variedade de mecanismos de combate, por exemplo, ao cigarro, ao tabagismo, que hoje o País utiliza de forma intensa e que tem tido excelentes resultados, poupando milhares de vidas de brasileiros. Nós também conseguimos, no Brasil, praticamente debelar a poliomielite, o sarampo e outras doenças com campanhas de vacinação duradouras e persistentes. Portanto, se fizermos de forma idêntica e aplicarmos recursos idênticos, o País vai reduzir também a demanda por arma de fogo e poupar muitas vidas de brasileiros, principalmente da nossa juventude, pois a incidência se dá principalmente nos jovens de 18 a 24 anos.

Por outro lado, também é preciso agir no âmbito da oferta, fazendo o combate ao contrabando. É

preciso fiscalizar a produção, a venda, a exportação, a importação de armas e de munições para que não haja desvios. Além disso, é preciso efetuar o controle de estoques, que pode ser eficaz com a destruição dos excedentes de armas e com o impetuoso programa de entrega voluntária e mesmo de fiscalização, para que o Governo possa, somando esforços dos entes federativos – Governo Federal, Governos Estaduais e até Municipais – fazer a verificação de quem está circulando com arma ilegal, arma que não foi registrada e que normalmente – volto a repetir – não é usada pelo cidadão de bem. O cidadão de bem quer sua autodefesa, tem sua arma registrada, tem seu porte de arma. É diferente de quem tem arma ilegal. Normalmente, está na mão da criminalidade. E, pelo Estatuto do Desarmamento, a pessoa pode ser criminalizada imediatamente pelo uso da arma de forma ilegal, sem registro, sem porte.

Por outro, também é preciso agir pelo lado da oferta. Nesse sentido, defendo que a campanha do Governo Federal seja sempre uma campanha de fiscalização, de recolhimento de armas ilegais, que a campanha não deixe a ilegalidade fazer mais vítimas, seja prorrogada e seja intensificada.

Além disso, é preciso retomar os exemplos bem-sucedidos feitos pela própria propaganda oficial, que mostrou que o destino das munições, das armas sempre vai de encontro às vidas humanas, não vai em salvamento de vidas humanas, mas sim em perdas de vidas humanas. E são pais de família, são filhos, são jovens, são arrimos de família. São perdas irreparáveis. Uma vida humana não é recuperada nunca mais. Muitas vezes, perde-se uma vida humana por um motivo fútil. Há uma estatística de que os homicídios por arma de fogo se dão no final de semana, aos sábados, aos domingos, porque, às vezes, a população está no seu lazer, desprotegida da criminalidade que está armada, e há uma incidência maior do homicídio por arma de fogo.

Diante do número de vítimas e do problema social que é gerado, advogo, Sr. Presidente, que o Governo Federal, pelo Ministério da Justiça, deve e pode alocar mais recursos para as campanhas educativas e mesmo para as indenizações, para compensar a entrega das armas ilegais. Desde 2004, essas indenizações somaram apenas R\$ 41 milhões, o que é muito pouco, com uma média anual de pouco mais de R\$ 8 milhões.

Portanto, Sr. Presidente, o controle do uso de armas passa pelo fortalecimento do Estatuto do Desarmamento, impedindo, inclusive, Sr. Presidente, a proliferação de agentes públicos ou privados que possam ter acesso ao porte de armas. É estranha a quantidade de agentes públicos hoje que querem ter

o porte de arma. São pessoas que nunca o tiveram, mas hoje todos querem andar armados. Chego a dizer, Sr. Presidente, que querem transformar o Estatuto do Desarmamento em “Estatuto do Armamento” e que parece que a saída para combater a violência no País seria todos andarem armados. Pelo amor de Deus, isso não é saída! Não pode ser! A segurança é um direito do cidadão e um dever do Estado.

O Estado tem que investir para combater a violência, que está muito na arma de fogo que tira a vida humana.

Portanto, Sr. Presidente, reafirmo essa minha posição. Estive nesta tribuna no dia 24 de setembro e fiz um pronunciamento da mesma forma que faço hoje, porque fui o Relator do Estatuto do Desarmamento. Vi uma aprovação belíssima nesta Casa e na Câmara dos Deputados; praticamente por unanimidade, Senador Jefferson Praia, foi aprovado o Estatuto do Desarmamento. Mas a implementação não depende do legislador. Fizemos a nossa parte; era uma aspiração da sociedade nacional. Depois a coisa cai no esquecimento, não há a devida aplicação da legislação. E, então, o que nós temos? A sociedade de sobressalto e as mortes dos nossos jovens, dos nossos filhos, dos arrimos de família.

O Senador Sérgio Zambiasi quer usar da palavra. Com muito prazer, concedo um aparte.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador César Borges, comungo com V. Ex^a da preocupação em relação ao problema das armas. Porém, o problema das armas ilegais.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – É disso que estamos tratando.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – O problema do contrabando, Senador César Borges. Eu pertenço a um Estado fronteiriço. O Rio Grande do Sul faz fronteira com o Uruguai e com a Argentina. Semanalmente, a polícia apreende contrabandos que vêm daquelas regiões. Piores são as outras fronteiras, com o Paraguai e a Bolívia. Eu estou chamando a atenção para que possamos discutir com mais intensidade os nossos problemas de fronteira. O Brasil possui 15.600Km de fronteira com 10 países sul-americanos. A fiscalização, por mais que a Polícia Federal e o Exército se esforcem, não é suficiente para conter especialmente o contrabando de armas e de drogas, porque uma coisa está ligada à outra. A droga vendida lá nos morros do Rio ou nos morros de Porto Alegre é a que entra pelas nossas fronteiras. Boa parte das armas usadas pelos bandidos, seja das periferias da capital gaúcha ou da capital baiana ou do Rio de Janeiro, também entra nos contrabandos das fronteiras. Então, penso que temos de encontrar medidas para combater este

que é um dos mais graves e sérios problemas, o problema das nossas fronteiras, que, por mais esforço que a nossa Polícia Federal ou o próprio Exército faça, ainda assim há verdadeiras vastidões disponíveis para o contrabando, permitindo que esse problema avance. A Senadora Marisa Serrano e eu propusemos no Parlamento do Mercosul e na Comissão Mista do Mercosul do Congresso Nacional um amplo estudo sobre a questão de fronteiras. E, enquanto não trouxermos para este Plenário, para o Plenário do Congresso, para a pauta do Governo Federal, do Executivo, a questão de fronteiras, vamos ficar com esse problema latente, seja das drogas ou das armas, porque, como disse, os que mexem com as armas são os que mexem com as drogas, e vice-versa, e infelizmente o problema se acentua. Vemos pessoas inocentes morrendo todos os dias, crianças vítimas das ditas balas perdidas e por aí vai. Esse é um tema que tem de ser trabalhado em plenário constantemente, para que tenhamos a questão na Ordem do Dia, de maneira que nós, Parlamentares, nos conscientizemos ainda mais, e o Governo e o Executivo também. Cumprimento V. Ex^a, mais uma vez, pelo pronunciamento, porque ele traz a questão para a Ordem do Dia, o que é muito importante.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Agradeço pelo aparte de V. Ex^a, Senador Sérgio Zambiasi, que vem ao encontro do meu pronunciamento. Estamos tratando aqui exatamente das armas ilegais, até porque, se a arma é comercializada legalmente, ela terá de passar por um protocolo, por uma burocracia, pelo registro, o que vai exigir uma série de documentos de comprovação de idoneidade de quem vai usá-la.

Houve um referendo e a população disse que a comercialização deve persistir, mas a comercialização da arma legal. Estamos tratando da arma ilegal. Essa arma está, em sua grande maioria, de posse de marginais e, como disse V. Ex^a, vem por contrabando. Onde há droga, há arma e vice-versa. É preciso que o aparato policial brasileiro, seja ele federal, estadual e, eventualmente, municipal, das guardas municipais, possa dar segurança à nossa população.

É isso que nós estamos pedindo. Votamos aqui, inclusive, uma permissão constitucional para que as Forças Armadas pudessem participar de operações nas fronteiras de combate à criminalidade, ao crime organizado, ao contrabando de armas, de drogas. Mas, lamentavelmente, essas coisas são faladas, são conversadas, volta-se ao Estatuto do Desarmamento. Então o avanço é lento e, enquanto o avanço é lento, são milhares de vidas perdidas, de jovens, de cidadãos brasileiros.

É esse o meu pronunciamento, Sr. Presidente. E o encerro, dizendo que é preciso regular rigorosamente

a circulação de armas de fogo, que deve estar sempre atrelada ao desestímulo do uso por parte da população, em especial o uso ilegal. E há hoje um diploma legal, que é o Estatuto do Desarmamento.

Se não for colocado em prática, não será por culpa do Parlamento, mas porque faltou vontade política do Executivo ou do Judiciário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Antonio Carlos Valadares, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, que falará na qualidade de Líder do PMDB.

Após a palavra do Senador Renan Calheiros, iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, educar é um trabalho de grande impacto social, com repercussão direta no desenvolvimento do País. Seria impensável uma nação sem escolas, sem estudo e sem professores.

Neste 15 de outubro, é comemorado o Dia do Professor. Foi nesta data, em 1827, dia consagrado à educadora Santa Teresa D'Ávila, que Dom Pedro I baixou um decreto imperial, criando o Ensino Elementar no Brasil, mas, somente em 14 de outubro de 1963, a data foi oficializada nacionalmente como feriado escolar.

E o que diz, Sr. Presidente, a lei a respeito da atividade docente? A Constituição Federal é clara:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...)

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos [aos das redes públicas]; (...)

Daí vem a pergunta: Como pôr em prática esses princípios ou, em outras palavras, como valorizar os profissionais de ensino?

Um salário justo, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma expectativa legítima, um plano de carreira também o é.

Mas não basta a remuneração para o desenvolvimento pleno do professor. Há necessidade de se prover o profissional de estrutura física, tecnológica e intelectual para o melhor desempenho em sala de aula.

Como item prioritário, está o investimento na formação e capacitação contínuas para o trabalho.

Essa é a recomendação internacional da Unesco, órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, desde o ano de 2000.

Aqui no Brasil, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, podemos analisar a educação sob a óptica da “Síntese dos Indicadores Sociais 2008”, do IBGE.

O levantamento aponta que a taxa de analfabetismo das pessoas com mais de 15 anos caiu de 14,7 para 10%. Mas persiste, Sr^{as} e Srs. Senadores, um elevado número de pessoas que não sabem ler ou escrever: mais de 14 milhões de analfabetos. Destes, nove milhões eram negros e pardos e mais da metade residia no Nordeste.

Melhorou, Sr. Presidente, nesse período o percentual de estudantes que cursavam nível médio na idade adequada, de 15 a 17 anos, passando de 26,6% para 44,5%.

A pesquisa mostra que o alto índice de frequência à escola nem sempre se traduz em qualidade do aprendizado. Em 2007, pouco mais de 2 milhões de crianças, de 7 a 14 anos de idade, freqüentavam escola e não sabiam ler e escrever.

A síntese revelou que, nesses dez anos, subiu de 53,6% para 57,1% o percentual de mulheres entre os universitários.

Em Alagoas, Sr. Presidente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, também do IBGE, detectou avanços.

Em 2007, o Estado foi o que obteve a maior alta percentual no que diz respeito à taxa de escolarização entre crianças de 4 a 5 anos, pulando de 61,8% para 69,3%, com um total de 78 mil crianças na escola. Tenho acompanhado este tema com extrema atenção, aqui no Senado Federal.

Neste ano, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou, em julho passado, a lei que estabelece o Piso Nacional dos Professores. Esta, Sr. Presidente, era uma antiga bandeira das entidades representativas dos trabalhadores em educação. Sua implantação tem sofrido resistências em algumas regiões do País, porque alguns Estados e Municípios querem flexibilizar a interpretação da nova lei.

Sabemos que nosso País tem diferenças extremas entre as regiões mais ricas e mais pobres, mas não podemos colocar em risco uma conquista histórica e democrática como o piso salarial dos professores.

Acabamos de passar por eleições municipais. E é extremamente oportuno que vereadores e prefeitos eleitos, ou reeleitos, assumam este compromisso: um ensino público de qualidade.

É preciso a educação estar na pauta de prioridades dos Municípios brasileiro.

Os eleitos têm que assumir seus cargos com responsabilidade e dar um salto na educação, porque simplesmente não existe outro caminho para o Brasil.

É necessário respeitar os direitos dos educadores. Por isso, Sr. Presidente, os eleitos devem começar a implantar o piso salarial o mais rapidamente possível e oferecer escolas com boa infra-estrutura, na quais o educador tenha melhores condições de ensinar e o aluno, de aprender também.

Trago, Sr. Presidente, este assunto a esta tribuna com a mesma sinceridade, com a mesma legitimidade com que o levei para todos os palanques que frequentei nas campanhas municipais.

Alagoas, o Estado que tenho a honra de representar no Senado Federal, tem passado por momentos difíceis, todos sabem, como todos os Estados do Nordeste. Enfrentamos uma greve de professores, e as reivindicações da categoria eram sempre muito justas. Acompanhei de perto todo o processo de negociação da luta pela isonomia salarial dos professores alagoanos e colaborei modestamente com a sua implantação.

Já em Brasília, Sr. Presidente – e já encerro –, conversei em diversas oportunidades com o Presidente da República, com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e com a Ministra Dilma Rousseff.

Aliás, por falar em Ministro da Educação, S. Ex^a revolucionado verdadeiramente o ensino no País. As reformas que ele tem implantado em todos os níveis, em todas as esferas públicas surtem efeito a cada dia e estão expressas nos números positivos da educação nacional.

Mantivemos também contatos com os sindicatos, com os trabalhadores, com o Governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, e com o Arcebispo Metropolitano de Maceió, Dom Antônio Muniz.

Merece aqui uma homenagem especial – já estou encerrando, para facilitar o trabalho de V. Ex^a – a professora Lenilda, que foi candidata ao Governo do Estado e é um verdadeiro símbolo alagoano desta luta pela isonomia salarial dos professores.

Em nosso Estado, Sr. Presidente, felizmente, temos o que comemorar. Alagoas tem o terceiro maior piso salarial do Nordeste.

O valor do novo piso salarial nacional será de R\$950,00, passará a valer a partir de janeiro de 2009 e deverá estar completamente ajustado em todo território nacional até 2010.

Um levantamento feito por entidades de professores mostrou que, em pelo menos 12 Estados, os professores recebem menos de R\$950,00. E existem, no Brasil, mais de 5 mil pisos salariais diferentes para diversas categorias, variando entre R\$315,00 e R\$1,4 mil.

Sr. Presidente, se o Município comprovar que gastou 25% do orçamento em educação e, ainda assim, o custo não for coberto, o Governo Federal tem de entrar com um recurso complementar.

O piso será corrigido também anualmente em, no mínimo, 10%, na mesma base de cálculos do Fundeb, que estabelece o valor por aluno.

O Ministério da Educação vai fazer uma regulamentação administrativa baseada na receita municipal e informará às prefeituras.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Renan, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Concederei já o aparte a V. Ex^a, Senador Leomar, com muita satisfação. Estou só querendo avançar um pouquinho e depois darei um aparte, com satisfação, a V. Ex^a, porque o Senador Garibaldi está pedindo que eu me apresse.

Mas eu apressarei e ouvirei, com muita satisfação, recolherei com muita satisfação os argumentos de V. Ex^a que muito engrandecerão meu discurso. Já darei o aparte a V. Ex^a.

Como vimos, Alagoas tem evoluído muito, pode evoluir mais e haverá de evoluir mais. A educação alagoana segue dando sinais de recuperação. Aliás, boa parte desse resultado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, se deve ao modesto trabalho do PMDB na Secretaria de Educação do Estado de Alagoas.

Eu já disse aqui da tribuna – e quero repetir – que o Secretário Fábio Farias obteve avanços importantes na Secretaria. Conseguiu reduzir os custos, fazendo economia de 40% em 2007 com relação a 2006. Por causa disso, como dizíamos, sobrou dinheiro em caixa para consolidarmos a isonomia salarial dos professores alagoanos, o que permitiu estabelecer um cronograma de aumentos graduais.

O Governo Federal estabeleceu um plano de metas, que foi antecipado pelo então Secretário, de 2010 para 2007. Treinou professores de séries iniciais, criou a Superintendência Institucional, o que favoreceu

a relação com o MEC, e, com o apoio do governador, trabalhou intensamente para atrair investimentos.

Os investimentos são os seguintes, Sr. Presidente: além dos Cefets de Maceió, da Escola Técnica de Satuba e das unidades de Marechal Deodoro e Palmeiras dos Índios, novos centros serão construídos, como as unidades de Arapiraca, Maragogi, Penedo, Piranhas e de Murici.

Há, ainda, o **campus** da Universidade Federal em Arapiraca, inaugurado pelo Presidente Lula, que atende hoje, em pouquíssimo tempo depois de inaugurado, a mais de 1.700 alunos. Na oportunidade, o Presidente da República inaugurou em Alagoas também os **campi** de Palmeira dos Índios, de Viçosa e de Penedo.

Uma das maiores conquistas dos alagoanos será a construção de dez novas escolas de segundo grau: três em Arapiraca, uma em Murici, uma em Pariconha; duas em Maceió, uma delas em Guaxuma e outra no bairro do Novo Mundo.

Além dessas três escolas, teremos mais três escolas indígenas: duas em São Sebastião e uma escola também no Município de Traipu.

Como se vê, Sr. Presidente, muito já foi feito, mas ainda há muito por fazer. O Governo do Estado tem compromisso com esses resultados. Afinal, como disse o grande educador, com quem tive a honra de conviver neste Senado Federal, Senador Darcy Ribeiro, só há duas situações nesta vida: se resignar ou se indignar. E não se deve, Srs. Senadores, se resignar nunca. Vamos fazer de nossa indignação a mola mestra das mudanças no ensino nacional e proporcionar aos nossos filhos um futuro melhor, bem melhor.

Encerrando, Sr. Presidente, queria comunicar a V. Ex^a e à Casa que o Senado Federal aprovou hoje na Comissão de Assuntos Sociais um projeto de lei, de minha autoria, que institui programas de assistência psicossocial a policiais civis e militares, bombeiros, policiais federais, seus dependentes e companheiras. Agora, Sr. Presidente, o texto será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, vai à Câmara dos Deputados. Essa será, sem dúvida, uma importante conquista dos profissionais de segurança pública, que, em função de sua atividade, estão submetidos a constante estresse. Muitos deles, inclusive, se tornam dependentes químicos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Mantivemos também contato com os sindicatos e com os trabalhadores. Vou pessoalmente levar essa idéia ao Presidente Lula. Como essa conquista dos profis-

sionais de segurança pública não pode esperar, vou conversar com o Presidente da República para que Sua Excelência estude a possibilidade de implantar esse programa psicossocial por meio de uma medida provisória, porque o projeto, uma vez aprovado no Senado Federal, irá para a vala comum da Câmara dos Deputados, onde, infelizmente, não anda. Precisamos desse serviço psicossocial para os nossos policiais urgentemente, e, como disse, não se pode esperar.

Já encerrarei, mas quero, rapidamente, ouvir o nosso amigo Leomar, com muita satisfação.

Mais uma vez agradeço a V. Ex^a pela gentileza e a pela paciência que tem para com este seu liderado.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Renan, até para colaborar com a Mesa, serei muito breve no meu aparte. Congratulo-me com V. Ex^a pela justa e oportuna homenagem que presta aos professores brasileiros. Se há uma categoria profissional que merece a admiração e o respeito de todos nós são os nossos professores, que estão mais na atividade por vocação, por entenderem a importância e o significado da sua participação no processo de formação das nossas novas gerações do que pela resposta financeira e pelas condições de trabalho que lhes são oferecidas. Portanto, creio que o Brasil realmente só fará parte dos países do Primeiro Mundo quando reconhecer que a educação efetivamente é a prioridade número um do Estado brasileiro. Portanto, quero congratular-me com V. Ex^a e, ao mesmo tempo, transmitir o meu grande abraço aos professores do Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a que, com seu aparte, colabora demais para o êxito dessa nossa intervenção, desse nosso pronunciamento. E V. Ex^a fala, neste momento, com os argumentos que sintetiza, pelo Senado Federal. É muito importante mesmo, V. Ex^a tem razão, que nós prestemos essa homenagem aos professores brasileiros.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^s e Srs. Senadores, eu faria um apelo para que todos comparecessem ao plenário porque nós precisamos votar o projeto de autoria do ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti, a respeito do problema de criação e incorporação de Municípios, porque, como já é do conhecimento dos Srs. Senadores, 47 Municípios foram criados e precisam que sua criação seja consolidada pelo Projeto de Lei nº 48, de 2002.

Para votar esse projeto é necessário o voto favorável de 41 Senadores e Senadoras. No painel consta a presença de 60 Senadoras e Senadores, mas pre-

cisamos que isso se reflita aqui no plenário. Então, eu faço um apelo, porque é necessário aprovarmos esse Projeto de Lei Complementar.

Enquanto aguardamos a presença dos Líderes partidários e dos demais Senadores, eu concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a atual crise financeira internacional já é definida pelos economistas como um colapso global da confiança nos mercados.

Por isso, mais do que nunca, é reconfortador e honroso para o Amazonas e para o Brasil receber a ótima notícia de que um dos maiores gigantes das indústrias do mundo, o conglomerado japonês Kawasaki investirá o equivalente a US\$40 milhões, para a instalação de uma fábrica de motocicletas no Pólo Industrial de Manaus, proporcionando 450 novos postos de trabalho. Trata-se de uma demonstração de confiança no futuro da capital amazonense e na economia, Sr. Presidente, do nosso país.

A fábrica, anuncia a matriz da empresa, faz parte da estratégia da Kawasaki de trazer para o Brasil sua divisão de produtos de consumo e maquinário, e a previsão é de que a produção local se inicie já no próximo ano.

A presente crise mundial não altera os planos do grupo nipônico para o Brasil que incluem fazer dessa unidade do PIM, uma plataforma de exportação para a América Latina e outras regiões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sempre faço questão de enaltecer os impactos econômicos, sociais e ambientais positivos do PIM – Pólo Industrial de Manaus para os manauaras, para os amazonenses e para todos os brasileiros.

Criada há 41 anos, a Zona Franca de Manaus possibilitou e possibilita uma alternativa de prosperidade, de trabalho, de dignidade, integração à nossa população e, ainda, contribui para manter quase intacta a cobertura florestal original do Amazonas.

Somente, no ano passado, mais de 500 empresas instaladas no PIM faturaram o equivalente a US\$26 bilhões e geraram 105 mil novos empregos diretos, além de exportarem US\$11,1 bilhões, investirem US\$7 bilhões e arrecadarem para os cofres públicos R\$12,5 bilhões em tributos.

Se o PIM não existisse, aquela população fatalmente se teria voltado para a exploração predatória dos recursos da floresta em busca de uma sobrevivência precária e no limite insustentável, como comprova o bem documentado estudo “Impacto Virtuoso do Pólo

Industrial de Manaus sobre a Proteção da Floresta Amazônica: Discurso ou Fato?”, dos Professores Alexandre Rivas, José Mota, José Alberto da Costa Machado, a que já tive oportunidade de me referir aqui. Esse estudo, Sr. Presidente, comprova que o Pólo Industrial de Manaus contribuiu para que o Estado do Amazonas tivesse até hoje 98% dos recursos naturais preservados.

Em vista de todos esses benefícios, considero, portanto, tenham sido mais que justificáveis as duas prorrogações do regime de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, verificada a primeira em 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, estendendo sua vigência por mais 25 anos, e a segunda em 2003, prorrogando esse horizonte temporal por outros dez anos. Afinal, o amadurecimento das alternativas econômicas e institucionais que mantenham e fortaleçam a viabilidade do pólo para quando, mais cedo ou mais tarde, chegar o momento inevitável em que esses incentivos terão fim, esse amadurecimento – repito – precisa de tempo para se concretizar.

A longo prazo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou convicto de que a solução definitiva e politicamente palatável para o conjunto da Federação dependerá da inserção do modelo do Pim em uma estratégia nacional de desenvolvimento, que compatibilize os valores do crescimento econômico, da equidade social, da preservação do meio ambiente e da plena incorporação da Amazônia ao espaço geopolítico da soberania nacional.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Pois não, Senador Arthur Virgílio. É um prazer ouvi-lo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Estou quebrando um pouco o Regimento, uma vez que V. Ex^a já estava se despedindo da tribuna, mas, eu me apressei a vir a plenário para apartear-lo, para fazer o registro que é também o registro do Senador Jereissati, que estava aqui, ao meu lado: V. Ex^a causa nos seus colegas a melhor impressão, pelo seu conhecimento de política econômica regional, pela sua postura – dizia-me, ainda há pouco, o Senador Jereissati –, pela sua simpatia, pelo trato cordial com seus colegas.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Obrigado, Senador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu fico muito feliz, porque V. Ex^a, com a responsabilidade de substituir, como substitui, o Senador Jefferson Péres, que deixou uma herança tão bonita para todos nós, vai se saindo muito bem na missão. Mais: V. Ex^a será um

grande aliado com quem contaremos nós, da Banca do Amazonas, tanto na Câmara quanto no Senado, para colocarmos na cabeça do Brasil a importância ecológica para a soberania nacional de se preservar e ampliar a pujança do Pólo Industrial de Manaus. V. Ex^a hoje fez um pronunciamento curto, mas que bem revela o tamanho – aí é o inverso: pronunciamento curto *versus* mandato grande – do mandato que V. Ex^a vai dignificar nesta Casa.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Acolho o aparte de V. Ex^a, que serve para mim como um grande estímulo para continuarmos defendendo a nossa terra. V. Ex^a sabe que, por estudos recentes – antes, alguns apenas falavam como algo duvidoso –, reconhece-se que o Pólo Industrial de Manaus contribuiu e continua contribuindo para a preservação do meio ambiente no nosso Estado. Essa é uma informação importantíssima para refletirmos sobre a importância daquele modelo para a Amazônia, pois, se temos no Estado do Amazonas hoje 98% de áreas preservadas e conservadas, isso foi graças ao Pólo Industrial de Manaus.

Então precisamos refletir bem, porque essa não é a realidade dos demais Estados da Amazônia, infelizmente. Nós temos aqui os nossos irmãos do Pará, os nossos irmãos de Roraima e os nossos irmãos de Rondônia, que, infelizmente, não tiveram um modelo como o que nós tivemos – e tivemos a sorte de tê-lo há 41 anos. Conseguimos, assim, ter essa grande biodiversidade não aproveitada, que é a biodiversidade do Amazonas, e, conseqüentemente, da Amazônia.

Muito obrigado pelo aparte. Foi um prazer ouvi-lo e às contribuições que V. Ex^a deu ao nosso pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, convoco todos os Senadores do PSDB presentes à Casa no dia de hoje a comparecerem ao plenário, porque nós estamos nos preparando para votar importante matéria referente à questão municipalista, que exigirá 41 votos “Sim” para a sua aprovação. E precisamos fazer esse teste, mais do que vendo a presença no painel, vendo a presença física dos colegas. Portanto, convoco todos os Senadores tucanos a comparecerem – há um número muito sig-

nificativo no plenário, mas peço que venham todos os presentes à Casa.

Ainda, Sr. Presidente, encaminho à Mesa voto de aplauso à acadêmica amazonense Carmen Novoa Silva, assinado por mim e pelo Senador Jefferson Praia, para ver organizado e dado à publicação o livro **Andrômaca**, obra póstuma do grande escritor amazonense Pericles Moraes. Trata-se de figura da melhor qualidade intelectual e que a todos nos orgulha.

E, junto com esse voto de aplauso, encaminho para publicação pronunciamento em que homenageio tanto Pericles Moraes quanto a acadêmica Carmen Novoa.

E ainda, Sr. Presidente, voto de pesar pelo falecimento do amazonense Raimundo Pedrosa, pai de queridos amigos meus: Célio, Silvio, Sidney, Silas, Sales, Sandra e Sirlene, sendo o Sidney e o Silvio vitoriosos empresários no ramo de supermercados na minha terra e, repito, figuras muito queridas.

E ainda, Sr. Presidente, voto de aplauso, e aí é com muita alegria que o faço, ao lutador, atleta e empresário Ricardo Libório pelo êxito alcançado por sua academia nos Estados Unidos, American Top Team – ATT, que é a maior daquele grande país, e é gerenciada e tocada exclusivamente por brasileiros. Esse cidadão foi campeão mundial de jiu-jitsu e considerado pelo grande mestre Carlson Gracie o seu melhor e mais técnico aluno de todos os que teve; além do mais, revelou ser um empresário de muito tino, que vai vencendo num país como os Estados Unidos, gerando empregos, às dezenas, às centenas, e honrando o nosso esporte lá fora.

Portanto, requeiro este voto de aplauso junto com o voto de aplauso a Carmen Novoa da Silva e o voto de pesar pelo falecimento do Sr. Raimundo Pedrosa, figura tão querida, além dos pronunciamentos em que homenageio Carmen Novoa e o grande escrito amazonense Pericles Moraes, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro, com muito prazer, o recebimento de correspondência que recebi da acadêmica amazonense Carmen Novoa Silva, encaminhando-me um exemplar do livro **Andrômaca** (*Do meu livro de memórias*).

Trata-se de obra póstuma de um dos maiores intelectuais que o Amazonas já teve, Péricles Moraes, falecido em 1956. Preparando seu livro de memórias, ele começara, talvez numa premonição, pelo último capítulo, dedicado à sua esposa e grande companheira Andrômaca. Falei em premonição, porque das projetadas memórias, só conseguiu deixar a homenagem à esposa. A morte interrompeu o trabalho.

Há pouco tempo, um amigo fraterno meu e da acadêmica Carmen, João Albino Pereira, amazonense residente no Rio de Janeiro, conseguiu o material deixado por Péricles Moraes e o enviou à Carmen. Ela o organizou e fez publicar o livro, lançado, em abril, em sessão solene da Academia Amazonense de Letras, realizada para a entrega da Medalha de Mérito Cultural que traz justamente o nome de Péricles Moraes.

O Prof. Péricles Moraes foi figura de destaque na vida intelectual amazonense. E não apenas na vida intelectual. Teve participação também na vida pública. Foi, em 1926, prefeito de Coari e Parintins; em 1932 integrou o Conselho Consultivo do Governo estadual e foi Secretário-Geral do Estado em dois governos.

Na obra póstuma, Péricles Moraes destaca o relevante papel que sua esposa, Andrômaca, desempenhou em sua atividade literária. Ela tinha, como ele, amor às letras e foi incansável companheira de estudos.

Registro aqui os parabéns à acadêmica Carmen, por haver organizado essa obra póstuma e agradecimentos pela gentileza de ter-me agraciado com um exemplar. Pela sua contribuição à cultura do Amazonas, estou encaminhando à mesa requerimento de voto de aplauso.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Antonio Carlos Júnior; em seguida, concederei a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encaminhei à Mesa requerimento de informações dirigido ao Presidente do Superior Tribunal do Trabalho, ao Ministro do Trabalho e Emprego e ao Presidente do Banco Central, solicitando esclarecimento sobre os seguintes pontos:

– há mais de quinze dias os bancários estão em greve e não se vislumbra nenhuma solução;

– essa greve tem trazido graves transtornos à população brasileira com a impossibilidade de pagamento de compromissos, o que lhe imporá multa e juros de mora; e

– não há perspectiva, até o momento, para uma solução dessa grave crise.

Que medidas estão em andamento em relação ao movimento de greve?

Procede a informação de que os bancários não estão cumprindo a lei de greve, ou seja, mantendo 30% dos servidores em atividade?

Esses requerimentos foram enviados à Mesa para respectivo envio às autoridades competentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre nos Anais do Senado Federal artigo de Márcio Braga, publicado no Jornal **O Globo**, do último domingo, sob o título Verbas públicas não chegam aos atletas.

Faço isso, Sr. Presidente, porque Márcio Braga pede ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo providências a respeito desse assunto.

Ele alega que nunca houve tanto dinheiro público injetado em um ciclo olímpico. Foram cerca de setecentos milhões nos últimos quatro anos.

A melhor campanha brasileira da história, que foi em Atenas, em 2004, com cinco medalhas de ouro, demandou muito menos: cerca de R\$280 milhões.

O artigo do Presidente do Flamengo, Marcio Braga, faz um diagnóstico da situação do esporte olímpico no Brasil. Chama atenção para o esforço dos clubes, sem a necessária contrapartida do Poder Público, apesar de o Poder Público contar com vultosas importâncias para aplicação no esporte olímpico do País.

O Sr. Marcio Braga chega até a sugerir uma comissão parlamentar de inquérito, mas temos notícia de que já há essa solicitação na Câmara dos Deputados.

Por essa razão, Sr. Presidente, apenas faço o registro. Peço a V. Ex^a que autorize a publicação desse artigo e cumprimento Márcio Braga pela qualidade do texto que publicou no jornal **O Globo**, no último domingo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Verbas públicas não chegam aos atletas

Artigo de Marcio **Braga** publicado no jornal O Globo 12/outubro (pg7)

Está esculpida na entrada do Museu Olímpico, na Suíça, uma frase de Juan Antonio Samaranch que resume o espírito olímpico: "O importante é o atleta!". Samaranch, veterano líder do esporte mundial, é hoje o presidente de honra do Comitê Olímpico Internacional (COI).

Esse lema norteia a política esportiva dos países que se destacam nas principais competições esportivas mundiais. Não é o caso do Brasil, lamentavelmente. Nossos resultados nos Jogos de Pequim foram mais modestos que os alcançados no torneio anterior, embora os recursos financeiros à disposição do Comitê Olímpico Brasileiro (**COB**) tenham aumentado consideravelmente.

Nunca houve tanto dinheiro público injetado em um ciclo olímpico: foram cerca de R\$700 milhões nos últimos quatro anos. A melhor campanha brasileira da História, Atenas-2004, com cinco medalhas de ouro, demandou muito menos: cerca de R\$280 milhões.

Uma explicação para esse paradoxo é o distanciamento cada vez maior do nosso Comitê Olímpico dessa filosofia que privilegia o atleta em vez do poder burocrático. O dinheiro é imprescindível e os investimentos públicos e privados no esporte devem continuar crescendo no país. Mas também é *imprescindível que se assegure que os recursos serão usados efetivamente na formação e no treinamento do atleta. E é preciso que haja confiança no trabalho dos dirigentes esportivos.*

O recente episódio da reeleição do atual presidente do **COB** não contribui em nada para aumentar a confiança em nossa entidade esportiva maior por parte da sociedade, das empresas investidoras e mesmo das autoridades esportivas internacionais. A convocação às pressas de uma assembléia geral dessa importância não condiz com os princípios éticos que deveriam nortear a administração de uma entidade responsável pela gestão de vultosos recursos públicos e questões importantes como a candidatura do Brasil às Olimpíadas de 2016.

Toda eleição deve respeitar o espírito democrático e o movimento olímpico deve ser um exemplo, por ter sua inspiração na Grécia Antiga, berço da democracia. Embora apenas a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) tenha manifestado o seu protesto contra a forma obscura da reeleição no **COB**, todas as demais entidades do esporte brasileiro perdem com isso. O dano à reputação do nosso Comitê Olímpico significa desgaste para a confiança de todos os que estão envolvidos na causa do esporte.

Além do mais, é preciso oxigenar o movimento olímpico brasileiro para que sejam introduzidas mudanças que tornem mais democráticas as decisões, desonerem o custo administrativo das entidades e façam com que os recursos financeiros alcancem efetivamente os atletas. Enquanto as verbas públicas não alcançarem os atletas e as entidades formadoras, não haverá condições para realizar um trabalho consistente de formação esportiva.

Hoje, a formação dos atletas ocorre apesar do **COB** e não promovida por ele. O Clube de Regatas do Flamengo, por exemplo, investe recursos próprios na formação de atletas olímpicos e não recebe um tostão dos recursos públicos administrados pelo **COB**. O Flamengo tem tradição na formação esportiva em diversas modalidades, como ginástica, remo, basquete, judô, natação, nado sincronizado, waterpolo, entre outras. Temos contribuído com representantes de destaque nas delegações olímpicas do país. No último Pan, o Flamengo participou com 23 atletas, que conquistaram várias medalhas. Se fosse um país, ocuparia o 14º lugar no ranking dos jogos.

O esforço do Flamengo para formar e treinar esses e milhares de outros atletas é mantido com recursos na nossa principal fonte de renda, que é o futebol profissional. Como o Flamengo, outros clubes (Pinheiros - SP, Minas Tênis - MG, Sogipa - RN etc.) também investem nos seus atletas recursos próprios, seja do futebol ou de outras fontes. Além de não serem contemplados com o dinheiro gerido pelo **COB**, os clubes são penalizados porque seus atletas não podem usar as marcas dos patrocinadores nas competições oficiais. Este modelo restringe oportunidades de mercado para os clubes e atletas que disputam suas principais competições com o uniforme do **COB**, sem qualquer marca do clube ou patrocinadores.

Além de atletas e entidades formadoras, em sua maioria clubes, é fundamental trabalhar o esporte na escola, voltado para o desenvolvimento integral da pessoa humana, priorizando os recursos públicos ao desporto educacional, como estabelece a Constituição.

*O governo federal e o Congresso Nacional precisam discutir esse tema de forma mais ampla, com atletas, clubes e entidades de administração esportiva. A hora é agora! Um novo ciclo olímpico se inicia e não se pode cometer os mesmos erros. É preciso acompanhar com mais rigor a administração dos recursos públicos destinados ao **COB** e estabelecer uma política nacional para o Esporte.*

Ao mesmo tempo, a CBF, como única entidade membro da Assembleia Geral do **COB** que é independente de recursos públicos, tem a responsabilidade de reagir ao autoritarismo com que foi tratado o movimento olímpico nesta última eleição e participar da discussão sobre a aplicação dos recursos destinados à formação dos atletas olímpicos, para que os clubes poliesportivos possam continuar participando das demais modalidades sem onerar o seu principal esporte.

MARCIO **BRAGA** é presidente do Flamengo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero pedir a inserção nos Anais desta Casa de um artigo publicado ontem, do nosso Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra, no qual ele faz uma análise lúcida sobre a crise internacional, que teve origem na economia norte-americana e que atinge o Brasil, sem dúvida alguma.

O Governo Federal, durante o primeiro momento, menosprezou o risco que o Brasil corria, mas agora se vê que atinge o Brasil, sim.

Esse artigo do nosso colega Sérgio Guerra merece ser inserido nos **Anais** desta Casa pela importância que tem na análise e no alerta que faz.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Uma crise (inter) nacional

SÉRGIO GUERRA

VIVEMOS UM momento de angústia com o impacto da crise financeira internacional sobre o Brasil. Na crise, a queda da Bolsa brasileira em dólares só encontra paralelo na russa. A desvalorização do real equivaleu a mais de seis vezes a média das economias emergentes.

O governo brasileiro reagiu tarde e mal à crise. O Banco Central levou dias contemplando o mercado em pânico. Depois, começou a torrar dólares de reservas para tentar segurar o câmbio e assumir riscos da desvalorização cambial. Procura até uma justificativa para a nova escalada dos juros, os maiores do planeta, quando o razoável seria reduzi-los, como os bancos centrais pelo mundo afora estão fazendo.

Uma medida provisória, o Proer do presidente Lula, deu ao Banco Central capacidade inédita de adquirir bancos em dificuldades. É claro que algo de errado aconteceu na supervisão bancária até agora. Mas a medida provisória não delineia um programa ordenado de reestruturação bancária. Aprender com a experiência bem-sucedida do governo Fernando Henrique ajudaria a minimizar o risco de má gestão dos recursos públicos em programas desse tipo.

Era óbvio que a crise se espalharia a partir do colapso do sistema de financiamento residencial americano.

Mas, justamente nos últimos meses, o governo detonou dois sustentáculos da estabilidade, começando pela política deliberada do Banco Central de continuar valorizando o real, acelerando vertiginosamente as importações, freando as exportações e ajudando a disparar as remessas de lucros. Por isso, houve crescimento rápido do déficit em transações correntes, apesar das relações de troca altamente favoráveis ao Brasil.

Agora, depois da farra cambial, o que ocorrerá diante do declínio dos preços de nossas commodities?

Segundo, o quadro fiscal tende a se deteriorar no curto prazo, justamente quando os efeitos da crise passarão para o lado real da economia.

Seria preciso manter o crescimento das receitas reais da União num impossível 9% ao ano para absorver a expansão irresponsável dos gastos de custeio e pessoal da máquina federal e manter o superávit primário.

Porque o governo Lula não quis ou não soube, quando teve chance, conter a escalada dos juros e a apreciação insustentável do real, temos agora de

Lula perdeu a chance de preparar o Brasil para a crise. E o país depende agora de duas habilidades que seu governo ainda não mostrou

arcar com as consequências de uma maxidesvalorização cambial e de uma ameaça de crise financeira.

Ao mesmo tempo, de forma curiosa, procura tripudiar sobre os exportadores que sofreram perdas devido à interrupção das linhas de financiamento externo.

Mas foi o próprio Banco Central, com sua política monetária, que induziu os exportadores a especular no câmbio futuro, para que ficassem quietos e compensassem no ganho financeiro o prejuízo causado pelo câmbio supervalorizado.

O esquema era simples: o exportador antecipava a receita de suas vendas tomando empréstimos em dólares, convertendo-os em reais e desfrutando das maiores taxas de juro do mundo; ganhavam também na liquidação dos empréstimos em dólares, pois compravam os dólares com reais mais valorizados. Essa foi a Bolsa-Cassino "made in" PT.

E a farra fiscal dos últimos anos? O governo foi sócio preferencial dos bancos na temporada de lucros gordos. Mais de um terço do aumento da arrecadação da União neste ano veio do setor financeiro.

A crise, diminuindo a lucratividade e o movimento do setor, comprometerá o desempenho da Receita Federal, antes mesmo de espalhar prejuízos na economia real.

Outra parcela importante do aumento da arrecadação veio do setor automobilístico, cujas vendas a crédito cresceram muito alavancadas pela extensão dos prazos de pagamento e agora sente o repuxo de uma espécie de "subprime" caboclo.

Enfrentar a retração da receita exige rever decisões que impõem aumentos da despesa nos próximos anos, extrapolando o atual mandato presidencial, além de reduzir o gasto na proposta orçamentária para 2009, contingenciar preventivamente dotações do Orçamento em curso e revogar restos a pagar ainda em aberto de exercícios anteriores.

O governo perdeu a chance de preparar o Brasil para a crise. Num aspecto, estamos piores do que a própria Argentina, que não tem déficit na conta corrente do balanço de pagamentos nem déficit fiscal.

"A crise é do Bush, não é minha". "Aqui, se a crise chegar, vai ser uma marolinha". O talento do presidente Lula para se esquivar de responsabilidades é conhecido. Mas o país depende agora de duas habilidades que seu governo ainda não mostrou: firmeza e competência para tomar decisões difíceis e capacidade de negociação transparente e baseada no interesse nacional.

SÉRGIO GUERRA, economista, é senador da República pelo PSDB-PE e presidente nacional do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2008

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 747, de 2008, requeremos seja fixada, para o período do Expediente da sessão de 4 de novembro próximo, a homenagem pela passagem do 400º aniversário de nascimento do Padre Antônio Vieira.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2008

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.231, DE 2008

Solicita Informações ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco Central sobre quais medidas estão sendo tomadas em relação à greve dos bancários.

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Senhor Presidente do Banco Central pedido de informações no sentido de se obter os seguintes esclarecimentos em relação à greve dos bancários, tendo em vista que:

- há mais de quinze dias os bancários estão em greve e não se vislumbra nenhuma solução;
- essa greve tem trazido graves transtornos à população brasileira com a impossibilidade de pagamento dos seus débitos, o que lhe imporá multa e juros de mora; e

- não há perspectiva, até o momento, para uma solução desta grave crise.

Que medidas estão em andamento com relação ao movimento da greve?

Procede a informação que os bancários não estão cumprindo a lei de greve, ou seja, mantendo 30% dos servidores em atividade?

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – **Antonio Carlos Junior**, Senador.

(À Mesa, para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.232, DE 2008

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego sobre quais medidas estão sendo tomadas em relação à greve dos bancários.

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Senhor Ministro do Trabalho e Emprego pedido de informações, no sentido de se obter os seguintes esclarecimentos em relação à greve dos bancários, tendo em vista que:

- há mais de quinze dias os bancários estão em greve e não se vislumbra nenhuma solução;
- essa greve tem trazido graves transtornos à população brasileira com a impossibilidade de pagamento dos seus débitos, o que lhe imporá multa e juros de mora; e
- não há perspectiva, até o momento, para uma solução desta grave crise.

Que medidas estão em andamento com relação ao movimento da greve?

Procede a informação que os bancários não estão cumprindo a lei de greve, ou seja, mantendo 30% dos servidores em atividade?

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. –

Antonio Carlos Junior, Senador.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.233, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das PEC nºs 3/2007, 11/2007, 14/2004, 21/2004/25/2008, 31/2004, 32/2004, 35/2004, 45/2004/, 56/2004, 58/2007, 69/2003, 71/2003, 76/2007, 78/2007 por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2008. – Senador **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.234, DE 2008

Nos termos regimentais e do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, solicito seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria nas aplicações de recursos de doações e patrocínios com incentivos fiscais, destinados a fomentar o desporto, conforme disposto na Lei nº 11.438/2006, com vistas a verificar:

1) se os projetos aprovados atendem ao requisito de promover a inclusão social, conforme estipula o § 1º do art. 2º da Lei;

2) se os projetos que tiveram recursos captados foram efetivamente executados, acompanhados e avaliados pelo Ministério, conforme estipula o § 2º do art. 5º da lei, bem como se ocorreram os desvios e infrações previstas no art. 10 da lei;

3) se as prestações de contas apresentadas ao Ministério (art. 7º) contêm elementos suficientes para comprovar a execução física e financeira dos projetos.

Justificação

O **site** do Ministério do Esporte revela um valor total de projetos aprovados de R\$168 milhões, dos quais materializou-se a captação de recursos no valor de R\$64 milhões em 2007 e 2008.

Ao conceder incentivos fiscais para fomento de atividades desportivas, a lei estabeleceu o requisito de que os projetos fossem preferencialmente destinados a comunidades de vulnerabilidade social, de maneira a promover a inclusão social. Entretanto, esse requisito foi ignorado em pelo menos a metade dos projetos aprovados pelo Ministério do Esporte nos exercícios de 2007 e 2008, vez que os recursos destinam-se a esportes de elite, tais como hipismo, tênis, golfe, tiro, motociclismo e até mesmo beisebol e badminton.

Há sinais de que o Ministério limita-se a cancelar os projetos apresentados pelos interessados, inexistindo critérios voltados para preservar os interesses sociais, que justificam a renúncia fiscal.

Via de regra, os projetos são executados por entidades sem fins lucrativos, alguns dos quais de valores exagerados, tais como:

a) os R\$20 milhões aprovados para a CBDU – Confederação Brasileira do Desporto Universitário, para a realização de campeonatos estaduais, regionais e finais de basquete, vôlei, futsal e handebol;

b) a natação oferecida a 340 crianças de 6 a 12 anos de Ipatinga e Coronel Fabriciano em 2008, cujo projeto captou R\$1 milhão para a Associação Esportiva e Recreativa – USIPA;

c) projeto do Clube Atlético Mineiro, que captou R\$3,9 milhões para atender a 200 jovens.

Há projetos injustificáveis perante o espírito da lei, como aqueles que captaram vultosos recursos o São Paulo Futebol Clube, destinados à construção de alojamentos para atletas no valor de R\$6,7 milhões, à construção de arquibancadas e estacionamento no

valor de R\$4,3 milhões e um complexo médico no valor de R\$1,7 milhões.

Considerando a falta de controle sobre os recursos destinados a ONG já constatada pela CPI em curso no Senado, é lícito suspeitar que o mesmo ocorra com os recursos aplicados com incentivos fiscais, o que justifica a solicitação ao TCU para verificar a qualidade da fiscalização, acompanhamento e avaliação dos projetos por parte do Ministério dos Esportes.

Em função do exposto, é pertinente que o TCU examine esses aspectos com o propósito de verificar a extensão das distorções no cumprimento da Lei nº 11.438/2006.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.235, DE 2008

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial, no dia 11 de novembro de 2008, em homenagem aos 40 anos de criação do Teatro Experimental do Sesc do Amazonas – TSESC.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Ademir Santana** – Senador **Gim Argello** – Senador **Cristovam Buarque** – Senador **César Borges** – Senador **João Pedro** – Senador **Jayme Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.236, DE 2008

Requer Voto de Aplauso para o poeta manauense Luiz Bacelar, por ocasião do seu aniversário de 80 anos, ocorrido no último dia 4 de setembro.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso para o poeta manauense Luiz Bacelar, por ocasião do seu aniversário de 80 anos, ocorrido no último dia 4 de setembro.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Luiz Bacelar é um dos mais importantes escritores da literatura produzida no Amazonas. Sua obra retrata, com maestria, temas e motivos da cultura popular e do folclore da região.

Membro da Academia Amazonense de Letras, Luiz Bacelar é um dos estudiosos do patrimônio artístico e cultural da cidade de Manaus, onde vive e trabalha.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.237, DE 2008

Requer Voto de Lembrança para os discursos proferidos na Câmara dos Deputados pelo ex-Deputado Márcio Moreira Alves, em 2 e 3 de setembro de 1968, contra a invasão militar da Universidade de Brasília.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Lembrança para os discursos proferidos na Câmara dos Deputados pelo ex-Deputado Márcio Moreira Alves, em 2 e 3 de setembro de 1968, contra a invasão militar da Universidade de Brasília.

Justificação

Em 29 de agosto de 1968, a Universidade de Brasília foi invadida pelos militares como parte de uma reação militar aos movimentos estudantis que lutavam por uma abertura do regime. Cerca de 500 alunos ficaram sob o cerco da polícia durante a invasão que, sob muita tensão, se estendeu por toda a manhã.

Poucos dias depois, em 2 de setembro, o então Deputado Márcio Moreira Alves subiu à Tribuna para criticar a invasão e, no dia seguinte, voltou à mesma Tribuna para conclamar os pais a não deixarem seus filhos assistir ou participar dos festejos da semana da pátria, como forma de protestar contra o regime militar instaurado no País.

Os historiadores brasileiros concordam que o discurso de Márcio Moreira Alves foi o pretexto que os militares precisavam para endurecer o regime; enfim, foi a “gota d’água” para a realização de um projeto que se pretendia ser de longa duração e que passava pelo aumento da repressão.

E foi assim que, em 13 de dezembro de 1968, o então Presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 5, o mais radical dos atos desde o golpe de 1964, que autorizava o Presidente da República, entre outras arbitrariedades, a decretar o recesso do Congresso Nacional, a cassar o mandato de parlamentares e a suspender os direitos políticos de qualquer cidadão.

Portanto, o Voto de Lembrança que ora proponho tem como objetivo marcar, de forma definitiva na história da política brasileira, esse importante momento de resistência à ditadura.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.238, de 2008

Requer voto de Pesar pelo falecimento do desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas AFFIMAR CABO VERDE, ocorrido no último dia 31 de agosto deste ano.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento do desembargador do Tribunal de Justiça do Amazonas AFFIMAR CABO VERDE, ocorrido no último dia 31 de agosto deste ano.

Requeiro, também, que o voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

O Desembargador Affimar Cabo Verde foi um profissional totalmente dedicado à Magistratura. Juiz

respeitado, seu desaparecimento é uma grande perda não só para o Judiciário, mas para todo o Estado.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2008

Requer Voto de Aplauso à acadêmica amazonense CARMEN NOVOA SILVA, por haver organizado e dado à publicação o livro Andrômaca (Do meu livro de memórias), obra póstuma do escritor PERICLES MORAES.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso à acadêmica amazonense CARMEN NOVOA SILVA, por haver organizado e dado à publicação o livro póstumo do grande escritor PERICLES MORAES: **Andrômaca (Do meu livro de memórias)**.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da Diretoria da Academia Amazonense de Letras.

Justificação

A acadêmica amazonense Carmen Novoa Silva recebeu das mãos do seu amigo e nosso amigo João Albino Pereira uma preciosidade: escritos inéditos de uma das figuras mais proeminentes da intelectualidade amazonense de sua época: o professor Péricles Moraes, que nasceu em Manaus, em 1882 e faleceu em 1956. Pretendendo escrever suas memórias, ele começara, curiosamente, e talvez premonitariamente, pelo último capítulo, dedicado à sua esposa Andrômaca. A morte chegou antes. Das projetadas memórias ficou então o que para ele certamente era o mais importante: a homenagem à esposa. Carmen Novoa Silva organizou esse material sob o título de **Andrômaca (Do meu livro de memórias)**, lançado, em abril deste ano de 2008, em sessão solene da Academia Amazonense de Letras, realizada para a outorga da Medalha de Mérito Cultural que traz justamente o nome de Péricles Moraes; Por mais essa contribuição à vida cultural do Amazonas, a acadêmica Carmen Novoa Silva faz jus ao Voto de Aplauso que estou propondo.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.240/2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do amazonense RAIMUNDO PEDROSA, ocorrido em Manaus, dia 24 de setembro de 2008.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inscrição em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do senhor RAIMUNDO PEDROSA, ocorrido no dia 24 de setembro de 2008, em Manaus.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do empresário.

Justificação

O Voto de pesar que ora requeiro justifica-se. O Sr. Raimundo Pedrosa, era pessoa muito estimada no meu Estado. Ele é pai do empresário Sidney Pedrosa, do ramo de supermercados. Casado com a Sr^a Lídia de Queiroz Pedrosa, ele deixa sete filhos: Célio, Silvio, Sidney, Silas, Sales, Sandra e Sirlene.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 61, de 2008** (nº 1.481/2008, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.201/2008, proferido nos autos do processo TC 028.729/2006-0, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, visando conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais aos Estados e Municípios.

A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Período do Expediente da Sessão do dia 16 de outubro de 2008, quinta-feira, será destinado a comemorar o bicentenário do Banco do Brasil, primeira instituição financeira do País, criada em 12 de outubro de 1808, pelo Rei Dom João VI, nos termos do **Requerimento nº 886**, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Senhores Senadores.

Lembra, ainda, que usarão da palavra os Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 386, DE 2008

Altera o art. 7º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, para modificar os requisitos de recrutamento dos conciliadores e juízes leigos dos Juizados Especiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados entre bacharéis em Direito devidamente capacitados por tribunais, academias judiciais ou escolas da magistratura, conforme dispuserem as normas de organização judiciária locais, garantida a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público no processo de seleção.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A figura dos juízes leigos foi instituída pela Constituição Federal de 1988, para atuação nos Juizados Especiais e com competência para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menos complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo” (art. 98, I).

Posteriormente, a Lei nº 9.099, de 1995, expressamente considerou os juízes leigos “auxiliares da Justiça” – mesma condição que, a propósito, outorgou aos conciliadores – atribuindo-lhes funções para movimentar ações cíveis e criminais, sempre sob a supervisão do juiz togado (arts. 7º, 21, 22, **caput**, 24, § 2º, 37, 40 e 60).

Os Juizados Especiais constituem uma das mais democráticas instituições judiciais do Estado brasileiro, razão pela qual seu funcionamento precisa ser compreendido e potencializado pelos operadores do Direito.

Nesse contexto, o juiz leigo representa a consolidação da participação popular na administração da Justiça, na medida em que a própria lei lhe confere funções determinadas, a fim de que atue como coadjuvante do magistrado togado, desempenhando atividades quando realiza e conduz audiências, prepara o processo, promove a conciliação etc.

Com frequência, fala-se na demora do Judiciário em solucionar, definitivamente, as inúmeras questões

que lhe são submetidas pelas partes, imputando-se tal fato a diversas razões subjacentes, dentre as quais se podem destacar condições materiais, como o excessivo número de processos e a quantidade insuficiente de magistrados e de serventuários, bem como condições relacionadas ao processo mesmo, como o excesso de formalismo da legislação processual e a previsão, consubstanciada em lei, de vários recursos dirigidos a diversas instâncias de julgamento.

Por mais que se faça, não há estrutura apta a suportar, por exemplo, a propositura de cem mil ações no último dia do prazo prescricional estabelecido para a reivindicação de algum direito ou, ainda, milhares de pedidos contra fornecedoras de energia elétrica, companhias telefônicas ou bancos.

Notadamente, a quantidade de processos judiciais, que cresce em proporções geométricas, tem exigido grande esforço dos tribunais, para que estes possam fazer frente a um sem-número de demandas que lhes têm sido constantemente endereçadas.

Apesar das diversas iniciativas e ações administrativas implementadas por muitos dos órgãos do Poder Judiciário para abrandar o problema, há, ainda, imensa dificuldade para imprimir concretude ao postulado inscrito no art. 5º, LXVIII, da Carta Magna, que garante às partes a razoável duração do processo. Diante disso, cremos necessário associar a esses esforços alterações legislativas pontuais, tendentes a solucionar ou, ao menos, atenuar essa grave situação.

Como acentua Roberto Portugal Bacellar, em monografia sobre o assunto, “um dos problemas que prejudicam celeridade da Justiça reside, principalmente, no número insuficiente de magistrados e, portanto, no abarrotamento de suas pautas. O ideal seria um número três vezes maior de juízes do que o atual; entretanto, já se disse com, propriedade que desejar só o ótimo é impedir que o bom se realize”. (**Juizados Especiais – A nova mediação paraprocessual**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. pp. 71-72). Nesse diapasão, as soluções alternativas de conflitos constituem via segura para diminuir o número de ajuizamento de ações.

Em vista de tudo isso, os juízes leigos, assim como os conciliadores, são instrumentos que foram inseridos no sistema com o fito de catalisar, com eficácia, a prestação jurisdicional.

Não obstante, e embora os tribunais tenham logrado êxito em arregimentar e capacitar conciliadores para atuar à frente dos Juizados Especiais, sendo várias as iniciativas deflagradas com esse intuito (recentemente, por sinal, houve promoção nesse sentido, realizada pela

Comissão de Juizados Especiais no Conselho Nacional de Justiça), há uma quantidade pouco significativa de profissionais envolvidos com essas atividades permitidas pela Lei nº 9.099, de 1995.

São poucos os estados que possuem juízes leigos atuando efetivamente, a despeito do alto grau de eficiência não raro constatado nesses profissionais, justificando-se, por isso, a necessidade de modificação dos requisitos atualmente estabelecidos para seu recrutamento, ampliando, nesse passo, a utilização dessa importante ferramenta.

A atual redação do **caput** do art. 7º da Lei nº 9.099, de 1995, requer daqueles que se disponham a atuar como juiz leigo experiência profissional de mais de cinco anos na advocacia. Essa condição tem dificultado o recrutamento desses auxiliares, até porque, em regra, ao longo de cinco anos de efetivo exercício da profissão o causídico já se encontra estabelecido no mercado de trabalho.

Diante de tudo quanto exposto, alvitramos, com a presente proposição, a possibilidade de que bacharéis em Direito sejam admitidos a atuar não apenas como conciliadores, mas também como juizes leigos, e independentemente de tempo de exercício de atividades jurídicas. Além das virtudes já aduzidas, essa proposta tem o condão de prontificar aos recém-graduados importante módulo na capacitação para o exercício de atividades jurídicas, enquanto aguardam admissão nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou se preparam para prestar concursos públicos.

Poder-se-á, inclusive, viabilizar o suprimento da experiência exigida para a aprovação em certos concursos para carreiras públicas, cabendo aos tribunais, academias judiciais e escolas da magistratura oferecer cursos de capacitação teórica mínima para o treinamento de bacharéis interessados, de acordo com a regulamentação definida em normas de organização judiciária locais.

A fim de garantir plena integração de todas as instituições compostas por operadores de Direito que militam diretamente na distribuição de tutela jurisdicional, garante-se a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público no processo de seleção dos juízes leigos e dos conciliadores, de modo que todos possam colaborar, com sua experiência, para a capacitação dos candidatos.

São esses os motivos pelos quais submetemos esta proposição ao exame dos ilustres membros do augusto Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. –
Senadora **Ideli Salvatti**.

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.

Art. 7º Os conciliadores e Juizes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, os primeiros, preferentemente, entre os bacharéis em Direito, e os segundos, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

Seção VIII**Da Conciliação e do Juízo Arbitral**

Art. 21. Aberta a sessão, o Juiz togado ou leigo esclarecerá as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio, especialmente quanto ao disposto no § 3º do art. 3º desta Lei.

Art. 22. A conciliação será conduzida pelo Juiz togado ou leigo ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz togado, mediante sentença com eficácia de título executivo.

Art. 23. Não comparecendo o demandado, o Juiz togado proferirá sentença.

Art. 24. Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro pelas partes. Se este não estiver presente, o Juiz convocá-lo-á e designará, de imediato, a data para a audiência de instrução.

§ 2º O árbitro será escolhido dentre os juizes leigos.

Art. 37. A instrução poderá ser dirigida por Juiz leigo, sob a supervisão de Juiz togado.

Art. 40. O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

Capítulo III**Dos Juizados Especiais Criminais****Disposições Gerais**

~~Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por Juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. (Vide Lei nº 10.259, de 2001)~~

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juizes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. (Redação dada pela Lei nº 11.313, de 2006)

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis. (Incluído pela Lei nº 11.313, de 2006)

~~Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não-~~

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, DE 2008

Altera a redação do caput do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de consolidar perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado ou exposição à situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor 60 dias após a data de sua publicação.

Justificação

A segurança pública tem sido um dos grandes desafios do Estado, para suprir essa carência, cada vez mais às empresas utilizam-se de empresas particulares na defesa do patrimônio público e privado.

Trabalhadores como salva-vidas, vigilantes/vigias e seguranças privados estão sujeitos cotidianamente a perigo de vida e à violência física, principalmente por ser a figura jurídica do garante, ou seja, o que tem o dever legal de agir em situações de perigo.

Estas atividades profissionais, bem como as correlatas, não fazem parte do rol das perigosas descritas no artigo 193, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

A Previdência Social, já entende que a atividade de perigo, como a de vigilante, é merecedora de aposentadoria especial:

“Pessoa contratada por empresas especializadas em vigilância ou transportes de valores ou pelo próprio estabelecimento financeiro, habilitada e adequadamente preparada, em curso de vigilante para impedir ou inibir ação criminosa que tem por obrigação funcional proteger o patrimônio de terceiros contra roubos, depredações e outros atos de violência, estando devidamente autorizado a portar e utilizar-se de arma de fogo no exercício da atividade de que trata este subitem, ficando em decorrência sua integridade física exposta a risco habitual e permanente.”

O princípio para a aprovação deste projeto é o mesmo, o risco de violência e a constante exposição da vida em prol de terceiros.

Os valores do adicional de periculosidade, jamais serão capazes de repor o bem maior do trabalhador que rotineiramente está a exposição, que é a vida, mas serve de incentivo e de valorização destes importantes profissionais.

Consideramos da maior relevância a presente proposição por este motivo pedimos o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, Decreta:

.....
Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977.)

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977.)

§ 2º O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22-12-1977.)

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 388, DE 2008-COMPLEMENTAR**

Institui a Contribuição Social para a Defesa Civil(CSDEC), transforma o Fundo Especial para Calamidades (FUNCAP) em Fundo Nacional para a Defesa Civil (FUNDEC), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Contribuição Social para a Defesa Civil – CSDEC, que incidirá sobre operações de seguros privados de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias contratados ou cujos sinistros devam ser liquidados no País.

§ 1º A CSDEC não incide nas operações de resseguro e retrocessão.

§ 2º São isentas da CSDEC as operações de seguros:

I – vinculados à produção agrícola e ao financiamento de bens ou atividades rurais;

II – vinculados ao financiamento ou às operações de exportações de bens e serviços para o exterior;

III – contratados por pessoa jurídica de direito público.

§ 3º A alíquota da CSDEC é de um por cento sobre o valor do prêmio do seguro contratado.

§ 4º O fato gerador da obrigação de contribuir é a ocorrência de qualquer evento definido em lei ou em contrato que signifique e aperfeiçoamento do contrato de seguro ou, na ausência de definição, o pagamento ou a colocação à disposição da sociedade seguradora do valor do prêmio ou de sua parcela.

§ 5º O segurado ou o contratante do seguro é o responsável pelo pagamento da CSDEC.

§ 6º As sociedades seguradoras são responsáveis pela cobrança, retenção e recolhimento da CSDEC.

Art. 2º A falta de lançamento ou de recolhimento da CSDEC sujeitará as sociedades seguradoras às seguintes penas:

I – proibição de contratar com a Administração Pública, enquanto persistirem as condições previstas no **caput**;

II – multa diária de duas vezes o valor devido.

Art. 3º O Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), instituído pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, e ratificado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 18 de dezembro de 1990, passa a denominar-se Fundo Nacional para a Defesa Civil (FUNDEC).

Art. 4º O Fundec será gerido pelo órgão responsável pela condução da Política Nacional de Defesa Civil.

Art. 5º O produto da arrecadação da CSDEC será integralmente revertido ao Fundec, no qual será escriturado em conta distinta das demais receitas e despesas.

Parágrafo único. O regulamento definirá instrumentos que facilitem a fiscalização do emprego dos recursos advindos da CSDEC por representantes indicados pelo setor de seguros privados.

Art. 6º Os recursos da conta mencionada no art. 5º serão empregados segundo planos de aplicação especiais, em consonância com os planos e programas globais e setoriais aprovados pelo órgão superior do Sistema Nacional de Defesa Civil, objetivando a realização de campanhas educativas, a promoção de ações de Defesa Civil e a resposta a calamidades públicas.

§ 1º Somente serão contemplados com recursos do Fundec os órgãos de Defesa Civil integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil.

§ 2º Os recursos do Fundec não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa do órgão gestor ou de qualquer outro órgão ou entidade da Administração Pública, permitida a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento das finalidades do Fundo.

§ 3º Os recursos do Fundec terão a seguinte destinação, mediante repasse mensal em conta específica:

I – 33,4% para o órgão federal de Defesa Civil;

II – 33,3% para os órgãos estaduais de Defesa Civil, distribuídos em função dos padrões históricos de distribuição geográfica dos desastres, apurados anualmente;

III – 33,3% para os órgãos municipais de Defesa Civil, distribuídos em função dos riscos a que estão submetidas as populações de áreas de risco, apurados anualmente.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia primeiro de janeiro do ano subsequente.

Justificação

O rápido adensamento dos aglomerados humanos tende a provocar a degradação do meio ambiente, em função das dificuldades de ordenamento da ocupação do espaço urbano, aumentando muito a probabilidade de desastres. A explosão demográfica e o vertiginoso processo de urbanização experimentados pelo Brasil levaram à formação de áreas de extremo risco de calamidade em praticamente todas as zonas metropolitanas das médias e grandes cidades brasileiras.

Nesse contexto, é vital para a sociedade dispor de um sistema de Defesa Civil eficiente e organizado, dotado dos recursos humanos -suficientes e bem trei-

nados, da infra-estrutura instalações e equipamentos – e dos recursos financeiros necessários ao seu adequado funcionamento.

O Brasil dispõe de um Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) e de um bem estruturado Sistema Nacional de Defesa Civil (SIINDEC), ambos regulados pelo Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005. De acordo com esse decreto, as ações de defesa civil objetivam, fundamentalmente, a redução dos desastres, e compreendem a prevenção, a preparação para emergências e desastres e a resposta a eles, bem como a reconstrução e a recuperação das regiões afetadas.

Por sua vez, o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) – criado pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 66, de 1º de dezembro de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 1.080, de 8 de março de 1994 – destina-se a financiar as ações de socorro, de assistência à população e de reabilitação de áreas atingidas.

Há, portanto, uma clara lacuna no que se refere às ações de prevenção de desastres e de preparação para emergências e desastres. Tais ações ficam à mercê de dotações orçamentárias que, além de historicamente pífias, estão sujeitas a constante contingenciamento.

Propomos a reformulação do Funcap, de modo a preencher essa incômoda lacuna referente à provisão de verbas para as ações de defesa civil, da forma como são concebidas modernamente. Mas de nada adiantaria apenas modificar a denominação do Fundo e manter o atual aporte de recursos. O rateio do mesmo montante também para ações de prevenção e preparação apenas reduziria os recursos destinados à resposta aos desastres e à reconstrução e recuperação das regiões afetadas.

O incremento dos recursos destinados ao novo Fundo, agora denominado Fundo Nacional para a Defesa Civil (FUNDEC), advirá da criação de uma Contribuição Social para a Defesa Civil (CSDEC), a incidir sobre operações de seguros privados de coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos e garantias contratados ou cujos sinistros devam ser liquidados no País.

A relação entre os temas é simples. Quanto mais eficiente a prevenção de acidentes, por meio

da estruturação, ainda mais adequada dos órgãos de defesa civil, menores serão os efeitos dos desastres e, portanto, menores as perdas de vidas humanas e os prejuízos materiais. Nessas condições, menores serão os riscos assumidos pelas empresas seguradoras e, desse modo, maiores os seus lucros, ou – o que seria mais desejável – menores os valores dos prêmios, o que, aumentaria a procura pela contratação de seguros.

Dessa maneira, ganha a população – em especial a mais carente, moradora de áreas de risco – e ganham as empresas de seguros. Além disso, o consumidor de seguros não é demasiadamente onerado, uma vez que a alíquota preconizada para a CSDEC é de apenas um por cento do valor do prêmio a ser pago.

As Contribuições Sociais foram concebidas na Constituição Federal de 1988 como uma forma de garantir – além da eficácia normativa e processual – os recursos materiais necessários à efetivação dos direitos sociais. Com efeito, a segurança figura entre esses direitos, elencados no art. 6º do texto constitucional. E, de acordo com o art. 144, 1º e § 5º, as atividades de defesa civil, a serem desenvolvidas pelos bombeiros, integram o conceito de segurança pública.

Destinadas a preservar a vida, a incolumidade física e a saúde das pessoas, em especial as mais carentes, as ações de defesa civil devem ser financiadas mediante a contribuição de toda a sociedade. Registre-se que, conforme o art. 21, XVIII, da, Lei Maior, figura entre as competências da União “planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações”. Além disso, compete privativamente à União legislar sobre defesa civil (art. 22, XXVIII).

Em função disso, oferecemos à consideração de nossos pares o presente Projeto de Lei Complementar. Acreditamos tratar-se de uma importante iniciativa do Senado Federal no sentido de promover a segurança da população, em especial dos brasileiros que vivem em zonas de risco, por meio de ações anteriores e posteriores à ocorrência de desastres. Mais que simples manifestação de solidariedade humana, a prevenção de desastres e o socorro à população constituem função essencial do Estado moderno.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Casildo Maldoner**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 950, DE 13 DE OUTUBRO DE 1969.

Institui no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP) e dá outras providências.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 1º do Ato Institucional nº 12, de 31 de agosto de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETAM:

Art 1º Fica instituído no Ministério do Interior o Fundo Especial para Calamidades Públicas (FUNCAP), como um dos instrumentos de execução do programa previsto no artigo 8º, item XII, da Constituição Federal.

Art 2º Constituem recursos do FUNCAP:

- a) as dotações orçamentárias da União e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- b) os auxílios, subvenções, contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, destinadas à assistência a populações atingidas em caso de calamidade pública;
- c) os saldos dos créditos extraordinários abertos para calamidade pública não aplicados e ainda disponíveis;
- d) outros recursos eventuais.

Art 3º Os recursos a que se refere o artigo anterior serão depositados em conta especial, no Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único. A rede de bancos oficiais e privados poderá, ser utilizada para recebimento de auxílios e donativos, que serão transferidos até o fim de cada mês à conta especial.

Art 4º Incumbe a uma Junta Deliberativa, composta por representantes do Ministério do Interior, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, presidida pelo primeiro e indicados pelos respectivos Ministros, programar a aplicação dos recursos financeiros, segundo o Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades Públicas e aprovar a proposta do orçamento anual do FUNCAP.

Art 5º O Poder Executivo estabelecerá, através do Plano Nacional de Defesa Permanente contra as Calamidades, as diretrizes para aplicação do FUNCAP, especialmente para:

- a) assistência imediata às populações atingidas por calamidades públicas, cujo estado venha a ser declarado em decreto pelo Governo Federal;
- b) reembolso de despesas de entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços e socorros realizados nos termos deste diploma legal.

Art 6º O regulamento do presente Decreto-lei, disciplinando o mecanismo e condições de sua utilização, será expedido dentro do prazo de noventa dias.

Art 7º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de outubro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

AUGUSTO HAMANN RADEMAKER
GRÜNEWALD
AURÉLIO DE LYRA TAVARES
MÁRCIO DE SOUZA E MELLO
José Costa Cavalcanti

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 17.10.1969

Constituição Federal

Art. 21. Compete à União:

- I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;
- II - declarar a guerra e celebrar a paz;
- III - assegurar a defesa nacional;
- IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;
- V - decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;
- VI - autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;
- VII - emitir moeda;
- VIII - administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;
- IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- X - manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;
- ~~XI - explorar, diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União.~~
- XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95:)
- XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:
 - ~~a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações;~~
 - a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/95:)
 - b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;
 - c) a navegação aérea, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;
 - d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;
 - e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
 - f) os portos marítimos, fluviais e lacustres;
- XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

~~XIV - organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e a ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos Territórios;~~

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional;

XVI - exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

XVII - conceder anistia;

XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II - desapropriação;

III - requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV - águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V - serviço postal;

VI - sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII - política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII - comércio exterior e interestadual;

IX - diretrizes da política nacional de transportes;

X - regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI - trânsito e transporte;

XII - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV - populações indígenas;

XV - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX - sistemas de consórcios e sorteios;

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII - seguridade social;

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

XXV - registros públicos;

XXVI - atividades nucleares de qualquer natureza;

~~XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;~~

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXVIII - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

~~§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:~~

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

~~III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;~~

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

~~§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.~~

~~§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.~~

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º - às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

DLC 66/1990 (DECRETO LEGISLATIVO) 18/12/1990	
Situação:	NÃO CONSTA REVOGAÇÃO EXPRESSA
Chefe de Governo:	FERNANDO COLLOR
Origem:	LEGISLATIVO
Fonte:	21/12/1990
Link:	Texto integral não disponível
Ementa:	RATIFICA, NOS TERMOS DO ART. 36 DO ATO DAS DISPOSICOES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS, OS FUNDOS QUE MENCIONA. - ADCT. CONSTITUICAO/88. - FUNDO FEDERAL AGROPECUARIO (FFAP) - LDL 8, DE 11/10/1962 - FUNDO GERAL DO CACAU (FUNGECAU), DEC. 86179, 06/07/1981 - FUNDO DE ELETRIFICACAO RURAL DE COOPERATIVAS (FUER) - DEC. 67052, 13/08/1970 ; - FUNDO NACIONAL DE COOPERATIVISMO (FUNACOO), DEL 59, 21/11/1966; E 22/11/1985; - FUNDO ESPECIAL PARA CALAMIDADES PUBLICAS (FUNCAP), DEL 950, DE 13/10/1969.
Referenda:	CONSTITUICAO - 1988
Alteração:	
Correlação:	
Interpretação:	
Veto:	

Assunto:	
Classificação de Direito:	
Observação:	

(Às Comissões de Assuntos Sociais, e de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 099/08-GLDEM

Brasília, 15 de outubro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Marco Maciel para compor a Comissão Temporária para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência designa o Sr. Senador Marco Maciel para compor a Comissão Temporária para reforma do Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Vamos iniciar agora a Ordem do Dia, mas antes quero agradecer a compreensão da Senadora Marisa Serrano, que era a oradora inscrita para falar no horário das Lideranças; agradecer também a compreensão do Senador Gilberto Goellner e ainda do Senador Sérgio Zambiasi. Esses oradores ficarão para depois da Ordem do Dia, já que ela vai ser breve. Não vamos ter uma Ordem do Dia prolongada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 7:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o senador Gim

Argello, que *altera os arts. 21,22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

A matéria constou da Ordem Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando teve a sua apreciação transferida para hoje.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Quarta sessão de discussão em primeiro turno.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 503, de 2003, 60 e 96, de 2008.

Sobre a mesa, requerimento de urgência que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.241, DE 2008 (REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008-CCJ)

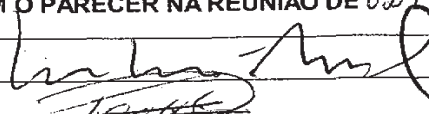
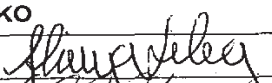
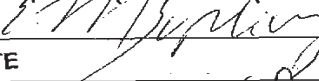
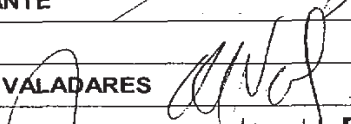
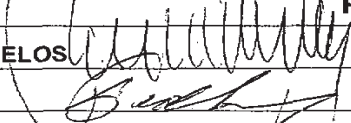
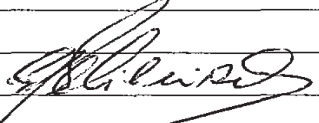
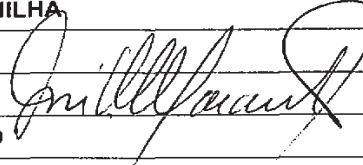
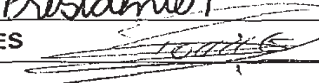
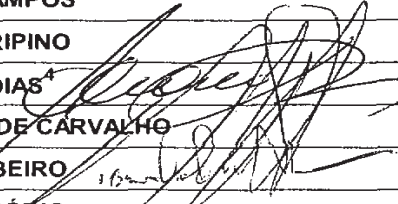
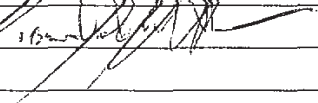
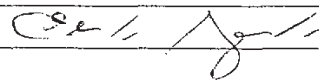
Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLS nº 98, de 2002 – Complementar.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Tasso Jereissati**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: ^{Requerimento de URGÊNCIA ao} PLS Nº 98 DE 2002

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 02/07/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
MARINA SILVA 	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLICY 	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
IDELI SALVATTI	5. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	6. JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA 	5. JOSÉ MARANHÃO 
GEOVANI BORGES ⁶	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ (Presidente)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS 
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO 	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	1. MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1. CRISTOVAM BUARQUE

Atualizada em: 04/06/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

⁶ Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento. (Pausa.)

Quero esclarecer que o Relator dessa matéria na Comissão de Justiça foi o Senador Tasso Jereissati.

V. Ex^a pede a palavra, Senador Tasso Jereissati?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este projeto foi motivo de tensa discussão e negociação na Comissão de Constituição e Justiça e colocado em regime de urgência em face de existir um prazo estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal em relação à regulamentação, à legislação da criação de novos Municípios. Se esse projeto não for votado dentro do prazo determinado pelo Supremo Tribunal Federal, teremos como consequência um vazio na lei, em que vai vigorar a determinação do Supremo, fazendo com que vários Municípios brasileiros desapareçam em função de não estarem de acordo com a legislação em vigor à época da votação no Supremo Tribunal Federal.

Desta maneira, fizemos uma discussão ampla, dentro do Senado, estabelecendo critérios bastante claros, bastante definidos, que dá a oportunidade de criação de novos Municípios, desde que eles provem, depois de um plebiscito, que tenham condições econômicas, condições estruturais, condições sociais e condições ambientais, para que venham a adquirir sua autonomia.

Por essa razão é que foi colocada a necessidade de se votar isto imediatamente. Há várias emendas acolhidas, do Senador Valter Pereira e de outros Senadores que participaram ativamente dessa discussão, e esclareço a todos os nossos colegas Senadores da necessidade de que este projeto seja votado hoje.

Apenas lembro que a matéria ainda precisa ir à Câmara e atender ao prazo do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não é sobre a matéria... Não é sobre a matéria, Sr. Presidente. Em seguida...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sobre a matéria, Presidente Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a matéria, fala o Senador Tião Viana. Depois, o Senador Eduardo Azeredo.

Lembro que está em votação um requerimento de urgência.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero apenas me associar às palavras do

Senador Tasso Jereissati. Essa matéria é um desafio ao Senado para cumprir sua agenda, independente das dificuldades que a política impõe à atividade legislativa normal. Eu sei que V. Ex^a está devidamente empenhado na decisão que a Casa toma sobre essa matéria. Chegamos ao ponto de o Supremo Federal estabelecer prazo – o que não é normal nas relações de Estado. Eu entendo que o Supremo Federal podia ter dialogado com o Parlamento brasileiro, ter tratado dessa questão, sensibilizando... Nós poderíamos ter assumido a responsabilidade que temos de votar uma matéria dessa importância para o Brasil, separando o oportunismo eleitoral, o oportunismo inconsequente para a criação de municípios do que é a sensatez da criação de municípios que precisam da consideração para o bem de sua comunidade. No entanto, eu vejo que nós temos tido, historicamente, a resistência de governos, através dos órgãos de planejamento e financeiros, dos órgãos de finanças, para que esta matéria não seja votada. É uma matéria de interesse da sociedade, da comunidade. As regras devem ser justas, têm de ser maduras, não podem ser de oportunismo eleitoral. Acho que está nas mãos de V. Ex^a, do Plenário, a resposta técnica, legislativa, para um desafio que se impõe a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, Senador Valter Pereira.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este assunto já vem sendo discutido há muito tempo, já esteve em pauta aqui, também uma proposta de emenda constitucional do Senador Sérgio Zambiasi sobre essa questão porque, ao ser aprovada a PEC nº 15, tivemos praticamente inviabilizada a criação de qualquer novo município no Brasil. E o Brasil é um País que cresce, tem áreas ainda que estão em desenvolvimento e portanto não há que se ter a rigidez.

Por outro lado, não podemos permitir o que aconteceu no passado, quando houve um abuso muito grande e municípios foram criados sem a mínima condição de viabilidade. Portanto o que temos que buscar é um meio termo, que devolva aos Estados, já que o Brasil é uma República Federativa, a prerrogativa de poderem fazer uma legislação estadual que possibilite a criação de novos municípios, mas respeitando critérios mínimos nacionais, que é o que o projeto propõe, aprovado que foi na Comissão de Constituição e Justiça.

Eu ainda considero que o número de habitantes está um pouco elevado, mas, de qualquer maneira, é fundamental aprovarmos já inclusive porque o projeto,

além de fazer essa regulamentação, também viabiliza municípios que foram criados na vacância de uma lei que estivesse complementando a PEC nº 15. Portanto são 50 e poucos municípios que estão ameaçados de deixar de existir, quando eles foram criados dentro de uma análise de uma interpretação de que a PEC não estaria ainda em funcionamento pela ausência da sua lei complementar.

Portanto é importante que aprovemos a matéria e também em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Valter Pereira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a urgência urgentíssima desse projeto decorre não só da orientação do Supremo Tribunal Federal, que, na verdade, tem até caráter mandamental, como também da situação de fato que vivem os Municípios que foram criados ou os distritos que estão em fase de criação. Há numerosos casos em que todas as medidas preliminares para a criação dos Municípios já foram adotadas e cujas populações inclusive expressaram sua vontade por meio da realização de plebiscito, como é o caso de Paraíso das Águas, no meu Estado.

Em função disso, eu e a Senadora Marisa Serano subscrevemos uma emenda, considerando que estamos em turno suplementar, o que é admissível pelo Regimento. Conversamos longamente e negociamos com o ilustre Relator Tasso Jereissati sobre o texto dessa emenda. Essa emenda procura respeitar, procura garantir aqueles casos em que medidas foram adotadas e providências foram tomadas, como, por exemplo, a realização de plebiscito e a implantação, em alguns casos, de Municípios.

E o Senador Jereissati foi muito objetivo ao aceitar essa emenda, dando inclusive um prazo para que, caso não haja o cumprimento integral de todas as exigências, se cumpram essas exigências ao longo de quatro anos.

Então, eu acho que o projeto está inteiramente acabado, está pronto para ser votado, daí por que a urgência da sua aprovação, da sua votação.

Quero registrar a presença de um Vereador de Paraíso das Águas, que foi líder do movimento em favor da emancipação na memorável campanha realizada em favor da emancipação e para que o plebiscito desse a sua manifestação no caso de Paraíso das Águas. Registro a presença do Vereador Ivan, mais conhecido lá no Município como Vereador “Xixi”. O Vereador está aqui presente, “linkado” ao seu distrito, cuja população

está ansiosa, acompanhando esta sessão hoje. E ele está aqui também acompanhado de duas outras lideranças do Município, que são o Fernando Brito e o Jair Boschetti, que estão representando aquele distrito, que só aguarda a votação deste projeto para que seja elevado à condição de Município.

É o caso também do Município de Figueirão, que terá um prazo de quatro anos para ajustar-se às condições que foram estabelecidas pela redação dada pelo Senador Tasso Jereissati.

Portanto, Sr. Presidente, vamos hoje ver se nós desencahamos este projeto, que é muito importante para muitos Municípios brasileiros.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votação do requerimento de urgência.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu pediria só que fosse distribuído o substitutivo. O que foi distribuído para nós foi apenas o projeto original, e há o substitutivo aprovado na CCJ, que não é de conhecimento dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já está sendo providenciado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Inclusive a emenda. A emenda a que me referi está na mesa, em poder de V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E a emenda também.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu gostaria que ela fosse relatada pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A emenda também vai ser distribuída.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

É sobre o requerimento?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – É para parabenizar a Presidência por cumprir aquilo que disse. Ontem, no plenário, V. Ex^a disse que, se houvesse quórum, hoje nós votaríamos o projeto que vai permitir a criação de novos Municípios no Brasil, cujo parecer é do Senador Tasso Jereissati.

Eu sou a favor do requerimento de urgência, e vamos votar o projeto e aprová-lo, para encaminhamento à Câmara, porque nós temos de, até o final deste exercício, ter resolvida a legislação que permita

a retomada com critérios, não da forma como era feita no passado, a criação de novos Municípios. Parabéns ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex^a, porque ontem, em um pronunciamento meu, V. Ex^a disse que só dependia de um acordo de Líderes do Plenário.

V. Ex^a cumpre exatamente a sua palavra, trazendo à votação hoje o Projeto de Lei do Senado nº 98, que é o complementar. Neste momento, espero que todos os Senadores que acusaram a presença no painel possam se fazer presentes, porque nós precisamos de 41 votos “Sim” ao projeto para vê-lo aprovado. São 41 votos. Então, não é preciso apenas ter o nome no painel. É preciso estar presente, aqui, em plenário.

Mas parabeno V. Ex^a, que atendeu a um pleito de 58 Municípios brasileiros que estão em pleno funcionamento, com suas instituições, Prefeitura, Câmara de Vereadores, Secretarias Municipais, ou seja, atendendo à sua população. No caso particular da Bahia, Sr. Presidente, dois grandes Municípios: Luís Eduardo Magalhães e Barrocas, sendo que, particularmente, Luís Eduardo Magalhães é, sem sombra de dúvida, um dos Municípios que mais se desenvolve, senão o que mais se desenvolve no Estado e, também, no País. E não poderia, de forma alguma, estar sujeito a um retrocesso para que voltasse à condição anterior. Isso seria inaceitável em qualquer hipótese, Sr. Presidente.

Portanto, neste momento, faço um apelo aos Srs. Senadores: que votem “Sim” ao projeto, que estejam presentes no plenário. E a Bahia estará extremamente grata ao Senado por ter cumprido o seu papel e, também, 58 Municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nós temos 33 Srs. Senadores em plenário.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, eu quero discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande, V. Ex^a quer discutir? Então, é numa fase posterior.

Lembro que nós temos no plenário 33 Srs. e Srs. Senadores. Portanto, precisamos contar ainda com a presença de mais Senadores e Senadoras.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, também venho

aqui apoiar a votação do Projeto de Lei do Senado Complementar nº 98, que trata da regularização de 58 Municípios brasileiros, dois inclusive no Estado da Bahia, e que também normatiza a criação de novos Municípios.

É da maior importância este projeto que foi relatado pelo Senador Tasso Jereissati na CCJ, e nós apelamos aos Srs. Senadores presentes à Casa que venham a Plenário para nós o votarmos, pois temos prazo exíguo para aprová-lo, não só no Senado, como na Câmara. Até novembro, nós temos de aprovar este projeto, para que não desapareçam Municípios importantes, inclusive o Município de Luís Eduardo, na Bahia, de grande crescimento econômico e, hoje, com agronegócio da maior importância. Portanto, nós precisamos aprovar com urgência este projeto.

Então, apelamos aos Srs. Senadores e agradecemos à Presidência da Casa, V. Ex^a, que se dispôs a submeter à votação desde que – claro – os Senadores estejam presentes. Então, é necessária a presença de todos para que nós votemos este projeto hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu acho que temos a oportunidade de aplinar um assunto que, de qualquer maneira, não está resolvido: a questão da criação de Municípios novos.

Há muitos Municípios criados, há Municípios em processo de criação e há uma expectativa de criação de novos Municípios.

Eu acho que é oportuno que esse projeto de lei complementar, cujo Relator, Senador Tasso Jereissati, esmerou-se em apresentar um relatório que reputo consistente, seja apreciado e votado logo. O quórum pode até estar baixo, é uma questão de fazermos uma avaliação. Eu votarei e votarei a favor.

Há um claro posicionamento do Relator, com o qual concordo, com relação aos Municípios que foram criados, aos Municípios em processo de transição para criação e a Municípios que venham a ser criados.

Para os Municípios criados, estabelece-se uma espécie de definição: aceita-se. Para os que estão em processo de transição para criação, estabelecem-se normas e exigências a serem cumpridas. Para aqueles cujo plebiscito já tenha sido realizado – o plebiscito não significa dizer que o Município está automaticamente criado –, eles vão se submeter a uma série de regras, tudo no intuito de fazer a criação de Municípios com regras de responsabilidade, objetivando o interesse coletivo, o interesse de quem mora no Município, o in-

teresse do Estado. Igualmente com relação à expectativa para criação de Municípios novos, que devem ter uma infra-estrutura mínima, devem ter uma população mínima, devem ter uma renda pública mínima. Do contrário, apenas vão-se dividir cotas de Fundo de Participação e distribuir pobreza. E distribuir pobreza. É bom isso? Acho que não é bom.

Acho que bom é o relatório do Senador Tasso Jereissati, que estabelece normas para os processos em transição de criação de Municípios e estabelece normas claras com relação à criação de futuros Municípios.

A minha opinião é a de que está na hora de votar. Esta matéria há muito tempo vem em discussão. Acho que o relatório é bom, o projeto de lei é consistente, e o meu voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder da Minoria, Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, enquanto aguardamos o quórum, quero parabenizar também V. Ex^a. V. Ex^a é conhecedor, tem conhecimento de que há muito tempo vários povoados – vamos chamar assim – estão aguardando a votação deste projeto, procurando a sua independência. É lógico que este projeto vai mostrar a cada um deles o que eles têm que ter para poder se emancipar: viabilidade econômica, uma série de exigências; e aqueles que se enquadrem nessas exigências serão emancipados.

Só no meu Estado, Senador, vários estão esperando este momento, o momento desta votação. Esta matéria, há muito tempo, está aqui neste plenário aguardando votação. E quantos de nós Senadores já observamos a necessidade de votar esse processo de emancipação? Logicamente, sem contar aqueles cinquenta e poucos Municípios que estão esperando essa lei para se tornarem legais.

Então, Senador Presidente, quero, nesta tarde, dizer da minha alegria, da minha satisfação de poder votar este projeto, sabendo que, no meu Brasil e no meu Estado, principalmente no Estado do Pará, várias povoações querem a sua independência, porque sabem que têm condição de se tornarem Município e de se tornarem economicamente viável.

Por isso, quero aqui, nesta tarde, parabenizar o Senado Federal pela votação daqui a pouco deste projeto que trará a cada habitante daqueles que querem se emancipar uma imensa satisfação de poder se tornar um Município independente, ter vida própria e viabilidade econômica de crescimento.

O Senado está de parabéns na tarde de hoje.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a relatoria do Senador Tasso Jereissati, como sempre, foi segura, conseqüente e competente e dá a resposta final para uma demanda muito antiga que assombrava o Congresso Nacional.

Final de contas, por aí, nós consolidamos e salvaguardamos os Municípios já existentes e, ao mesmo tempo, terminamos com a farra da criação de Municípios inviáveis doravante. Eu vejo que é meritório o que se tem a discutir e a votar. Por isso, reitero a solicitação de que os Senadores do PSDB compareçam ao plenário para ajudarmos, com nossa bancada, a oferecer quórum real para a aprovação de uma matéria que exige 41 Senadores votando “sim”, e não 41 Senadores presentes para deliberação, mas, sim, 41 Senadores votando a favor da propositura.

E o PSDB, portanto, se coloca unanimemente a favor de matéria relevante e, repito, muito bem relatada pelo Senador Tasso Jereissati e, mais ainda, em muito boa hora votada e, se Deus quiser, aprovada pelo Senado da República, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento de urgência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 98, DE 2002 – COMPLEMENTAR

*(Tramitando em conjunto com os
Projetos de Lei do Senado nºs 503, de 2003;
60 e 96, de 2008.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento dos Municípios e dá outras providências (art. 18, § 4º, da Constituição Federal)*.

Pareceres sob os nºs 673 e 968, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, 1º pronunciamento (sobre os Projetos): favo-

rável ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar, nos termos da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela prejudicialidade das demais matérias que tramitam em conjunto; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 a 5, de Plenário): favorável parcialmente às Emendas nºs 3 e 4, consolidadas na Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), e pela rejeição das Emendas nºs 2 e 5.

Discussão dos projetos e das emendas, em turno único.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais o desapensamento do PLS nº 503/2003, de autoria do Senador Sibá Machado, que “dispõe sobre o procedimento para criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando o § 4º do art. 18 da Constituição Federal e dá outras providências”, a fim de que tenha curso próprio.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento de desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2003.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2003, fica desapensado das demais matérias e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em discussão os Projetos de Lei do Senado nºs 98, de 2002, nºs 60 e 96, de 2008, e as emendas, em turno único.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para discutir. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, naturalmente nós estamos acompanhando a instabilidade que alguns Municípios estão vivenciando, porque foram, na prática, emancipados, elegeram prefeitos, elegeram vereadores, constituíram sua administração, estão trabalhando há alguns anos. O Supremo deu um prazo para que o Congresso possa estabelecer os critérios das emancipações dos Municípios. Têm toda a minha sensibilidade esses municípios que estão com essas dificuldades. Lá no meu Estado tem um Município, Governador Lindenberg, cujo Prefeito esteve aqui ontem e está aqui hoje, acompanhando essa situação; a população está apreensiva,

porque há muito tempo, há alguns anos, eles estão com autonomia administrativa e financeira.

Eu, na verdade, vim à tribuna para que nós posamos, com a minha provocação, esclarecer alguns assuntos. Nós tivemos, no passado, uma febre de emancipações de Municípios. Uma febre! Municípios que não tinham viabilidade foram emancipados; tivemos lideranças políticas que faziam política em busca de poder por meio das emancipações. Depois, com a legislação, ou com a definição constitucional, isso se encerrou. A minha única preocupação é que possamos de novo abrir essa janela, abrir essa porta, para que a gente volte à febre das emancipações dos Municípios, porque nós estamos com isso represado há muitos anos. Não podemos tornar àquela mesma prática que tínhamos no passado.

Estou aqui lendo o parecer do Senador Tasso. Esse projeto saiu da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, veio para cá pela urgência com relação aos Municípios que precisam ser regularizados. Estou aqui lendo, discutindo, para que a gente possa tirar as dúvidas e votar daqui a pouco.

O art. 5º do relatório de V. Ex^a, Senador Tasso, diz o seguinte: “É vedada a criação, incorporação, fusão, desmembramento de Municípios, quando implicarem inviabilidade dos Municípios preexistentes”.

Quem vai definir essa inviabilidade dos Municípios preexistentes? Isso está dito mais à frente, em seu relatório, dessa definição de inviabilidade?

Farei alguns questionamentos e, depois, acho que podemos estabelecer aqui o debate.

O art. 14 trata dos critérios de criação dos Municípios: nunca a população inferior a cinco mil habitantes na Região Norte. Na Região Norte do País, a população da área que quer ser desmembrada, que quer se emancipar, nunca inferior a cinco mil habitantes. Na Região Centro-Oeste e Nordeste, nunca inferior a 10 mil habitantes. Nas Regiões Sul e Sudeste – aí os Senadores de cada região vão fazendo seus cálculos e vendo quais são as situações –, nunca inferior a 15 mil habitantes.

Há o segundo critério: eleitorado inferior a 50% da população – nunca com eleitorado inferior a 50% da população da região que quer se emancipar –; que não disponha de núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de Município – também não há uma definição sobre o que é um núcleo urbano constituído. Isso depende do critério, da avaliação de cada região, de cada local –; com área urbana situada em reserva indígena; e assim por diante.

Aqui tem também, no art. 15, a questão da viabilidade do Município que vai se emancipar, se ele tem

viabilidade econômica e financeira. Acho que eu não estava no momento da apresentação do relatório de V. Ex^a. A grande dificuldade que tivemos no passado foi de fato a viabilidade econômica e financeira dos Municípios emancipados e a inviabilidade dos Municípios preexistentes.

Aqui está mais claro, pelo que vi, a forma de calcular a viabilidade dos Municípios que serão criados.

Sr. Presidente, acho que o Senador Tasso poderia nos responder como se calcularia essa questão da inviabilidade dos Municípios preexistentes. Se for possível falar sobre isso, Senador, eu gostaria de ouvir.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Senador Casagrande, a sua dúvida básica é esta sobre a viabilidade do Município que fica, do restante do Município. Concorde com V. Ex^a que isso pode ficar mais claro, pode ter uma redação mais específica. Mas, no meu entendimento, está subentendido aqui que um Município novo, para ser criado, precisa de tais e tais pré-requisitos, como o pré-requisito populacional, pré-requisito econômico, que são definidos: número de imóveis, arrecadação própria, infra-estrutura própria, etc. Evidentemente, o Município que fica, que será o que sobra da criação do novo Município, não poderá ter condições inferiores a essa.

Mais adiante, fica estabelecido que será a Assembleia Legislativa, acompanhada dos órgãos de fiscalização, Secretaria da Receita do Estado, Tribunal de Contas do Estado, que fará a avaliação desses pré-requisitos.

Portanto, concordo com V. Ex^a que se pode deixar mais explicitados quais são os pré-requisitos. A meu ver, são os mesmos que viabilizariam a criação do novo Município. Se o novo Município não pode começar a existir com menos do que aquelas condições, evidentemente, o Município que fica não pode ter também condições inferiores àquela.

Mas estou de acordo que podemos explicitar melhor.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Talvez pudéssemos, então, neste debate...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Pela ordem, não; um aparte, por favor. Só para colaborar com V. Ex^a e com o Relator.

O próprio Relator diz aqui o seguinte – olhe na página 21 do relatório. artº 8º...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – “A aprovação do requerimento de fusão e incorporação...”

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Aliás, art. 9º: “A Assembleia Legislativa, após homologação do Estudo de Viabilidade Municipal, nos termos desta lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município...”

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Este não é o art. 9º, não, Senador.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Aqui está artº 9º, página 21.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Não deve ser o relatório. O relatório final do Senador Tasso Jereissati está na última parte.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Está aqui no título “Da Análise”. É o projeto mesmo! É na página 21.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Não, mas o Senador Tasso alterou o projeto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Ah, eu estou com a redação anterior.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Pegue a redação final do Senador Tasso, porque acho que é importante.

O prazo que nós temos para esses Municípios se encerra agora, no final do ano, não é isso? Encerra-se em novembro.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – No final de novembro. E lembro que precisa ir à Câmara.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Talvez nós precisássemos – se V. Ex^a pudesse acatar – de um órgão que pudesse ser responsável por declarar a viabilidade de um Município preexistente; colocar uma responsabilidade nisso. Ou que ele não ficasse com menos de 70% da arrecadação do Município. Tem de ter um critério de amarração para não inviabilizarmos os Municípios preexistentes.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Só para seu conhecimento. Parágrafo 7º do art. 13: “Não será permitida a criação de Municípios se a medida resultar para o Município preexistente na perda dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo”. Mas concordo com V. Ex^a que isso pode ficar mais claro, mais explicitado, quais são as...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Mas V. Ex^a tem condições regimentais de fazer alguma alteração nessa fase?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Tenho impressão de que aqui é basicamente de redação, não? Basicamente de redação.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Tem o turno suplementar, a Assessoria da Mesa está aqui...

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – O §7º, isso não lhe satisfaz? Leio o § 7º: “Não será per-

mitida a criação de Municípios se a medida resultar para o Município preexistente na perda dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo”.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Vamos fazer o seguinte, vamos votar e vamos discutir isso em turno suplementar, para ver se a gente consegue...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Senador Casagrande, para colaborar com V. Ex^a. Realmente, eu tinha me reportado à página 21, que era outro dispositivo, mas aqui, se V. Ex^a olhar na página 70, o art. 15, V. Ex^a vai ler o seguinte: “Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa fará proceder no prazo de 180 dias estudo de viabilidade municipal do Município que se pretenda criar e a área remanescente do Município preexistente, que deverão demonstrar, obrigatoriamente, a viabilidade econômico-financeira, a viabilidade político-administrativa, a sustentabilidade sócio-ambiental”. Portanto, acredito que não há necessidade de explicitar mais, Senador Tasso Jereissati. V. Ex^a colocou aqui, de forma bastante clara, que é uma competência da assembléia e definiu inclusive quais os critérios. Acho que está resolvida a questão suscitada por V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O art. 15 começa a esclarecer as coisas.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Exatamente, é verdade.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Então, eu vou parar o debate e conversar um pouco com o Relator, independentemente de darmos sequência, porque temos o turno suplementar para que possamos votar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, inscrito para discutir a matéria.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sérgio Zambiasi está inscrito.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma matéria muito importante que temos de votar hoje, se possível, tendo em vista que é uma preocupação e, sobretudo, uma inquietação de todos os Municípios envolvidos no assunto. Hoje recebi treze Prefeitos de

Mato Grosso, cujos Municípios se encontram nessa situação preocupante.

Neste caso, o projeto do Senador Tasso Jereissati é perfeito. Fizemos duas emendas, tendo em vista que, em princípio, havia uma preocupação muito grande, particularmente em relação ao nosso Estado. Mas foram contempladas todas as regiões do Brasil, quando o Senador Renato Casagrande diz que, para criar Municípios nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – e no Mato Grosso – fica contemplado o número de cinco mil habitantes; a Região Nordeste, com sete mil habitantes; e as Regiões Sul e Sudeste, com dez mil habitantes. Acho que são números satisfatórios.

Acima de tudo, na relatoria do Senador Tasso Jereissati, está claro e evidente que todos os mecanismos e instrumentos para aprovação e criação de Municípios estão tomados, principalmente quando é um desejo e um clamor das Assembléias Legislativas ter a competência de que seriam suficientes para a criação de Municípios.

Então, eu acho fundamental aprovarmos esta matéria, na medida em que ela vai ser encaminhada ainda à Câmara dos Deputados para ser aprovada e, depois, promulgada pelo Presidente da República.

Portanto, eu quero, aqui, mostrar a minha preocupação, tendo em vista que, hoje, há uma inquietação muito grande nas três cidades mato-grossenses, que esperam que o Senado Federal aprove o Projeto de Lei nº 98, de 2008.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi. Em seguida, falará o Senador Flexa Ribeiro e, depois, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para, primeiro, dizer que sou plenamente favorável a todos os projetos que tratem de emancipações. Eu tenho um princípio emancipacionista. Porém, eu quero trazer, aqui, uma preocupação, especialmente em relação à Região Sul do Brasil.

O Senador Tasso Jereissati, quando faz o relatório, estabelece números mínimos de população para cada região: cinco mil habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste; sete mil habitantes na Região Nordeste e dez mil habitantes nas Regiões Sul e Sudeste.

Bom, eu faço um olhar para o Rio Grande do Sul. O meu Estado possui 496 Municípios. Trezentos e sessenta e um Municípios gaúchos, Sr. Presidente, têm menos de dez mil habitantes e não têm nenhum problema de desenvolvimento nem de administração.

Aliás, eu tenho um estudo realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, destacando o progresso e o desenvolvimento desses pequenos Municípios.

Tem um outro aspecto que deve ser observado. Se a questão, Senador Tasso, é regionalizar, então, o Rio Grande do Sul tem duas metades muito claras. A metade norte do Rio Grande do Sul é a que mais possui Municípios e aquela dita mais desenvolvida. A metade norte possui cerca de 380 Municípios contra 100, ou menos de 100, da metade sul. Na metade norte, as distâncias entre um Município e outro, muitas vezes, não ultrapassam cinco ou dez quilômetros, e não tem nenhum problema de desenvolvimento. Muito pelo contrário.

Eu costumo chamar a atenção, inclusive, para os mapas de desenvolvimento. É só a gente visualizar os nossos Estados, visualizar o mapa de cada Estado. Onde há mais Municípios, maior desenvolvimento; onde há menos Municípios, menos chance de desenvolvimento. Isso é muito evidente. Basta que a gente projete um olhar sobre o mapa de cada Estado, e vamos ter essa percepção bastante clara.

O meu temor, Senador Tasso, é que, estabelecendo esse limite de dez mil habitantes para as Regiões Sul e Sudeste, nós vamos criar um impasse lá na Câmara. Nós estamos resolvendo, de um lado, um problema sério. Nós temos 29 Municípios, no Rio Grande do Sul, que estão na berlinda.

Aliás, em dezembro do ano passado, eu fiz o primeiro pronunciamento alertando aqui sobre esta questão constitucional, de Adin. Na retomada dos trabalhos, este ano, eu voltei a falar aqui sobre esse mesmo problema. Eu já fiz três ou quatro pronunciamentos a respeito. Felizmente, a Casa acordou para a gravidade do problema.

Eu tenho como exemplo do problema que se cria o Estado do Rio de Janeiro: a cidade carioca de Mesquita possui mais de 150 mil habitantes, mas pode voltar a ser um distrito se nós não resolvermos esse problema aqui.

Então, eu gostaria de pedir compreensão ao Senador Tasso e a Casa, para que o Relator pudesse apresentar uma emenda em plenário, uniformizando o número de habitantes em nível de Brasil. Que sejam cinco mil, seis mil, sete mil, mas que seja para todo o Brasil. Não trabalhando essas desigualdades regionais. Isso é tornar o Brasil desigual. É impedir que uma metade sul do Rio Grande do Sul, por exemplo, com Municípios prontos para serem emancipados com seis, sete, oito, nove mil habitantes não possam se emanci-

par. Eu tenho dúvidas se a Câmara vai acatar. Nessas condições, ela poderá fazer uma mudança e remeter novamente para o Senado.

De outra parte, Presidente, a Câmara, ontem, reuniu-se com a Confederação Nacional dos Municípios do Brasil. Foi criada uma comissão especial da Câmara dos Deputados para discutir e aprovar a PEC nº 495, de 2006, do Senador Luiz Otávio, que, em princípio, tratava, exclusivamente, destes 57 Municípios brasileiros que estão nessa situação de dificuldade em relação à lei. A Câmara detectou que a PEC apresentada pelo Senador Luiz Otávio tem um problema de constitucionalidade que está sendo corrigido por uma emenda...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, apresentada e aprovada essa emenda, a PEC volta ao Senado, e nós possamos também corrigir. Nada impede de votarmos este projeto de lei complementar. Acho que nós precisamos definitivamente resolver essa questão.

Eu mesmo apresentei a PEC 13, de 2003, de iniciativa das Assembléias, que trata do mesmo assunto. Agora eu peço a sensibilidade da Casa para que não se trabalhe essa discriminação regional, porque fatalmente nós vamos enfrentar um problema na Câmara e o projeto voltará aqui para o Senado.

Então, o que eu peço a Casa é que nós tornemos as regiões próximas umas das outras pelo menos, próximos umas das outras. Cinco mil para a região...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Zambiasi...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não, Senador Tasso.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu gostaria de dizer, apenas para correção – eu estou ouvindo todos os seus argumentos, já ouvi todos os seus argumentos com bastante atenção –, que respeito profundamente o seu conhecimento do Estado, os estudos que foram feitos no Estado do Rio Grande do Sul. No entanto, eu acho que não é bem o termo, não existe a palavra discriminação, porque ela pode tomar outra conotação. Eu quero dizer que isso foi bastante discutido por representantes de todas as regiões, sem querer privilegiar nenhuma região, apenas olhando a realidade geopolítica de cada uma delas. Evidentemente, Senador Zambiasi, que a região Amazônica ou o Centro-Oeste têm características demográficas, econômicas e políticas completamente diferentes daquelas do Rio Grande do Sul. Só para dar um exemplo, o Rio de Janeiro é um Estado densamente povoado, pequeno

geograficamente, e muito denso. Essas características são completamente diferentes daquelas da região Amazônica, onde, com frequência, acontece o que o Senador Flexa me falava, trazendo como exemplo, na discussão, um Município no Estado do Pará, em que o distrito distava mil quilômetros da sede do Município. Evidentemente, é uma realidade com infra-estrutura zero e com acesso à sede do Município precaríssimo. Já no Rio Grande do Sul, um Estado populacionalmente denso, em que o desenvolvimento e a infra-estrutura seriam muito maiores, o pré-requisito seria diferente do pré-requisito lá. Não se trata de discriminar, sobretudo porque não colocamos Rio Grande do Sul. Estamos falando aqui de Sul e Sudeste. Por quê? Porque Sul e Sudeste têm características geoeconômicas, políticas e demográficas completamente diferentes das do Norte do País, que, por sua vez, são muito diferentes das do Nordeste brasileiro. É isso. Então, não leve para esse lado, pelo amor de Deus. Longe de mim ou de qualquer um de nós, uma discriminação desse tipo.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Senador Tasso, retiro a palavra discriminação, mas acho que vamos criar uma grande dificuldade para uma região do Estado que, guardadas as proporções, também tem suas diferenças. O Rio Grande do Sul tem sua metade norte com 70% dos Municípios e a metade sul, geograficamente do mesmo tamanho, a metade, com 30% dos Municípios do Estado. Vamos continuar com essas diferenças regionais.

Peço a sensibilidade do Plenário para que reduza e ofereça oportunidade para que algumas regiões do sul do meu Estado.... Acredito que não seja diferente com São Paulo, com Paraná, com Santa Catarina – não conheço outros Estados, eu não poderia falar a respeito. Eu conheço o meu Estado, talvez não o suficiente ainda, mas sei das dificuldades de algumas das nossas regiões. Então, que igualasse à Região Nordeste, que o Sul tivesse o mesmo número da Região Nordeste, que se privilegiasse as Regiões Norte e as Regiões Centro-Oeste.

Eu conheço a questão da Lagoa do Céu, se não me engano. É um distrito de Altamira, do qual falei no meu primeiro pronunciamento aqui, porque eu recebi uma comissão lá do seu Estado, do Pará, e fiquei impressionado. O Prefeito leva seis dias para chegar lá. Acho que nós temos que avançar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Zambiasi, o distrito Castelo de Sonhos, fica a 1.050Km da sede do Município de Altamira. E esse distrito tem mais de 15 mil habitantes.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Perfeitamente. Eu estudei do seu município.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – E sem estrada, sem infra-estrutura nenhuma.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Eu ouvi os depoimentos das pessoas. Não conheço o local, mas conheço os depoimentos e solidarizei-me com o trabalho e já conversamos sobre esse assunto, inclusive.

O que eu proponho é uma emenda de plenário para que nós tenhamos, no mínimo, um processo de igualdade regional e maior possibilidade de o projeto passar na Câmara sem que as bancadas do Sul possam levantar essa questão.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Zambiasi?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Pois não.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador, a Emenda de Plenário que V. Ex^a está propondo muda em que termos esse inciso que trata da população?

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Estou tentando sensibilizar o Relator para que possa apresentar essa emenda, reduzindo de 10 mil habitantes para, pelo menos, 7 mil no Sul, de maneira que as Regiões Sul e Sudeste possam emancipar com 7 mil habitantes, o que considero ainda muito.

Vou repetir: 361 Municípios do meu Estado têm menos de 10 mil habitantes. Não têm nenhum problema administrativo, geram emprego, renda, inclusão social, evitam migrações para as regiões maiores. Um Município, quando se emancipa, é um freio imediato a migrações para bolsões de miséria de regiões metropolitanas. Qualquer estudo sociológico e socioeconômico comprova que as migrações partem especialmente dessas regiões, que acabam, por falta da presença da mão do Estado, da mão do Governo Municipal, reduzindo a chance de desenvolvimento, e as pessoas acabam migrando para outros centros. É uma forma, inclusive, de frear as migrações dessas regiões.

Espero que o Plenário possa debater essa possibilidade, e o Relator alterar, reduzir esse número, para que possa transitar melhor a fim de que possamos aprovar com toda a tranquilidade aqui e possamos defender, inclusive, na Câmara, esse projeto que considero de extrema importância.

Agradeço a compreensão! Presidente, sei que estendi no horário, mas é importante que realmente possamos trazer ao plenário essa discussão, para fazermos uma reflexão da importância do momento. Não estamos resolvendo o problema dos 57 Municípios. Se fosse um projeto único, exclusivo sobre ele, era assunto

pacífico. Porém, estamos trazendo também a questão das emancipações aqui, e, ao misturarmos os temas, acabamos, de alguma maneira, criando algum tipo de problema ali na frente. Então, esse é o meu alerta.

A urgência neste momento deve-se a esses 57 Municípios, dos quais 29 são do Rio Grande do Sul, Senador Renato Casagrande.

Agradeço a compreensão de todos.

Muito obrigado.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu inscrevo V. Ex^a e peço a sua compreensão porque estamos chamando pela ordem.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que vai dispor de cinco minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a, como sempre, definindo o prazo curto para um pronunciamento de tal importância no dia de hoje, em que nós voltamos a legislar sobre um fato da maior importância: a possibilidade de criar Municípios que sejam factíveis, tanto econômica como socialmente no nosso País.

Quero, Senador Garibaldi Alves, voltar a parabenizá-lo, porque, na sessão de ontem, quando discutíamos a questão levantada pelo Senador César Borges, de outro projeto aprovado aqui no Senado e que não tramita na Câmara, que resolveria a situação de 57 Municípios, inclusive dois municípios da Bahia.

Um deles é o Município de Luís Eduardo e um Município do oeste do Pará, Mojuí dos Campos, que lamentavelmente está parado. Nós vamos resolver agora, mas lamentavelmente em Mojuí dos Campos ainda não houve eleição de Prefeito. O da Bahia já tem um Prefeito que está deixando o cargo e um Prefeito eleito agora para assumir no dia 1º de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, no Rio Grande do Norte, há um Município nessa situação. É o Município de Jundiá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Na mesma condição, mas está instalado? Já tem Prefeito eleito?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim. O Prefeito atual vai entregar a prefeitura ao que foi eleito agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se o Ministro Minc estivesse aqui, Senador Garibaldi, diria que era um Município pirata, porque, na realidade, ele acaba não existindo. Quero aqui parabenizar o Senador

Tasso Jereissati pelo parecer que S. Ex^a fez na CCJ e que traz ao plenário hoje.

O Senador Tasso Jereissati teve a competência, reconhecida por todos nós, de juntar diversos projetos que tratavam do mesmo tema – a criação de novos Municípios – e fazer um substitutivo. Com a sua competência, S. Ex^a examinou todos os detalhes, contemplou as propostas de cada um desses projetos, enriqueceu cada um deles e fez um substitutivo e melhorou, com certeza absoluta, o projeto original.

Eu próprio apresentei o Projeto nº 60, de 2008, que já trazia a idéia da regionalização para a criação de novos Municípios, regionalização tendo em vista o número de habitantes, que foi aqui discutido pelo Senador Zambiasi e pelo Senador Valter Pereira.

Senador Valter Pereira, no projeto que apresentei e cuja idéia o Relator acolheu e melhorou, porque reduziu as exigências, eu propunha que, para se criarem Municípios no Norte do País, esses novos Municípios precisariam ter 5 mil habitantes e 200 unidades habitacionais, centro urbano de 200 casas; para a Região Centro-Oeste seriam 10 mil habitantes e centro urbano de 400 casas; para a Região Nordeste, 15 mil habitantes e 600 unidades no centro urbano; para a Região Sul 20 mil habitantes e centro urbano de 800 casas; para a Região Sudeste 25 mil habitantes e centro urbano de mil casas.

O Senador Tasso Jereissati manteve a regionalização, porque não se trata, como disse o Senador Zambiasi, de discriminar; pelo contrário, ele está indo ao encontro do que diz a Constituição, que é diminuir as desigualdades regionais. Então, hoje nós já não podemos retornar. Por que nós estamos há 11 anos impedidos de criar novos Municípios? Porque no passado foram criados Municípios sem nenhuma lógica, sem nenhum critério. Por quê? Porque antigamente, Senador Valadares, quando se criava um novo Município em Sergipe, por exemplo, ele entrava na divisão do bolo do FPM da União, hoje não. Hoje cada Estado tem o seu percentual no FPM e, quando se cria novo Município, ele entra apenas na divisão do bolo do Estado. Se o Estado criar mais Municípios, ele não vai tirar os recursos de outro Estado para si; ele vai ter que dividir o seu próprio bolo, ou seja, se continuar criando Municípios sem condições econômicas de sustentação, criará pólos de miséria, só para ter prefeitos, vice-prefeitos, câmara de vereadores. Não é este o caso.

Então o Senador Tasso Jereissati está de parabéns!

Quero louvar aqui o parecer de S. Ex^a. Sou favorável à aprovação da forma como encaminhada ao plenário e fico feliz por votarmos este projeto hoje.

O Estado do Pará, que é o segundo maior Estado em dimensão territorial do nosso País – 1,25 milhão Km², tem 143 Municípios. Minas Gerais, do meu nobre colega Eduardo Azeredo tem mais de 800 Municípios. Sergipe tem 75 – me diz aqui o Senador Valadares. Mas nem por isso vamos sair criando, no Pará, Municípios inviáveis economicamente, que não tenham condições de auto-sustentação. Então é plausível que haja critérios técnicos que serão aprovados pelas Assembléias Legislativas para que se possam criar novos Municípios.

Finalizando, quero saudar o projeto e dizer ao meu amigo do Pará que, tão logo o projeto seja aprovado pela Câmara e sancionado pelo Executivo, teremos oportunidade de retomar a criação de Municípios. E os amigos de Mojuí dos Campos, de Moraes Almeida, em Itaituba, de Castelo de Sonhos, de Altamira, que estiveram conosco aqui, vão ter a certeza de que vão passar do sonho à realidade, transformando distritos em Municípios. Todos esses distritos têm mais de 15 mil, 20 mil habitantes. Não só eles, mas outros, no Estado do Pará, terão condições de se adequar à proposta do Senador Tasso Jereissati, a que somos favoráveis.

Parabéns ao Senado Federal por aprovar hoje, com certeza absoluta, o projeto que vai possibilitar, depois de 11 anos, a retomada da criação de novos Municípios.

Quero, ao terminar, Senador Mário Couto, fazer uma justa homenagem ao ex-Deputado Federal Nicias Ribeiro, que não conseguiu ser reeleito. Ele foi um lutador no Estado do Pará, onde é conhecido como o “pai dos Municípios”, pela criação, Senador José Nery, de quase todos os Municípios ao longo da Transamazônica e da Santarém–Cuiabá.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ele me deu subsídios para que eu pudesse apresentar o projeto que apresentei e que serviu para o Senador Tasso Jereissati propor o substitutivo que, como eu disse, melhorou, enriqueceu todos os projetos que foram pensados e aproveitados no parecer do Senador Tasso Jereissati.

Então, minhas homenagens aqui ao Deputado Nicias Ribeiro, que, tenho certeza absoluta, terá hoje uma notícia que o deixará muito feliz, porque, a partir da sanção deste projeto pelo Presidente da República,

poderemos voltar a criar Municípios para desenvolver este nosso País e o meu querido Estado do Pará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, aniversariante do dia. Goiás está em festa e o Brasil também.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Além de me associar aqui aos cumprimentos que V. Ex^a faz, também em nome da Mesa, à ilustre Senadora Lúcia Vânia, diga-se de passagem merecidos, porque V. Ex^a está homenageando uma mulher que muito dignifica o Senado da República, gostaria de indagar se V. Ex^a está chamando os inscritos pela ordem ou se está chamando os inscritos para discutir a matéria. Estou inscrito para discutir a matéria e quero usar da palavra nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito, mas, a prioridade é da aniversariante.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Perfeitamente. Concordo com V. Ex^a, com todas as homenagens.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, gostaria, em rápidas palavras, de agradecer e homenagear aqui o Senador Tasso Jereissati por este projeto. Trata-se de um projeto que vem regulamentar um substitutivo da Constituição e que, sem dúvida nenhuma, traz um grande alento para os Municípios.

Com este projeto, o meu Estado, Goiás, vai ser beneficiado com três Municípios que estão em uma fase de indefinição: os Municípios de Gameleira, Campo Limpo e Lagoa Santa.

Este projeto, além de regulamentar a situação dos Municípios que foram criados, mas estão pendentes dessa regulamentação, também atende aqueles que estão em fase de transição e atende aqueles que ainda serão criados. Portanto, é um projeto completo, é um projeto que vem, sem dúvida nenhuma, ao encontro do desejo dos Srs. Prefeitos.

Cumprimento V. Ex^a, também, pela agilidade com que colocou este projeto em votação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores que nós vamos prosseguir com a discussão. Mas, a esta altura, nós estamos temendo a falta de **quorum** para a votação. Se os Senadores e Senadoras concordam, nós poderíamos fazer a discussão hoje e deixar para votar em uma outra sessão. Mas é temerário a esta altura.

Consulto os Srs. Líderes.

O Líder José Agripino foi quem me trouxe essa preocupação. E eu gostaria de ouvir todos os Líderes; depois, continuaremos com a discussão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para manifestar minha opinião.

Como externei a V. Ex^a, Sr. Presidente, o **quorum** está baixo e não há unanimidade em torno da proposta. Eu, pessoalmente, acho a proposta boa. No nosso Estado, por exemplo, o Município de Jundiá terá sua situação regularizada com a aprovação deste projeto. Não é apenas por Jundiá, mas pelos jundiás do Brasil inteiro, que estão pendurados em uma pendência.

Este projeto tem o mérito de regularizar situações de Municípios que já estão com prefeitos eleitos, câmara de vereadores eleitos, com processo completado e, agora, vai disciplinar aqueles que estão em processo de transição e vai estabelecer regras para a criação de novos Municípios. Mas há dúvidas, o **quorum** está baixo e a sugestão que deixo com V. Ex^a é de prosseguirmos a discussão, encerrarmos a discussão e, numa próxima reunião, com o **quorum** alto, colocar em votação a matéria, que pode ser recuperada no seu mérito pelo Relator.

Dessa forma, iremos a voto para, com o **quorum** alto, vermos se há ou não 41 votos a favor. É a sugestão que dou a V. Ex^a: encerra o processo de discussão e deixa a votação para a próxima sessão com o **quorum** alto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto as demais Lideranças e o Relator da matéria se estão de acordo com a sugestão feita pelo Líder do Democratas, Senador José Agripino.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pelo PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem fala pelo PMDB?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – V. Ex^a está precisando trocar os óculos. V. Ex^a me procurou na esquerda, na direita e esqueceu de olhar para o centro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas V. Ex^a é um homem de centro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – É. Exatamente. O PMDB está no centro e V. Ex^a não olhou para o centro. V. Ex^a anda muito inclinado para a esquerda ultimamente.

Mas, Sr. Presidente, o PMDB entende a necessidade urgente de aprovação deste projeto, mas entende também os riscos a que estamos expostos se ele for colocado em votação com um **quorum** tão baixo, como está se verificando nesta sessão. De sorte que concordamos com essa cautela.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu também acho que é evidente a falta de **quorum** para votar uma matéria que exige 41 votos.

Pela importância daquilo que está sendo discutido e para não perdermos a oportunidade de votarmos e de aprovarmos este projeto, acredito que V. Ex^a deveria proceder desta forma: concluir a discussão do projeto e colocá-lo em votação em uma oportunidade em que tenhamos **quorum** garantido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também concordo. Acho que isso nos dá mais tempo para refletir os pontos do projeto. Concordo plenamente. De fato, neste horário, não sabemos quantos Parlamentares há no plenário.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Líder do PTB, Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – O PTB acompanha os demais Líderes em plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero levantar uma questão sobre o adiamento desta votação. Semana que vem precisamos ter **quorum** na Casa. Haverá segundo turno das eleições em várias cidades importantes dos nossos Estados, e fico temerosa de que não haja **quorum** suficiente para votar esta proposta, que é fundamental.

O meu Estado, Mato Grosso do Sul, tem uma cidade, Figueirão, que está nessa situação. Imagino como é que devem estar o Prefeito eleito, os funcionários, a cidade toda, nessa angústia de não saber se volta a ser distrito. Nesse caso, o que nós faríamos com todos aqueles que habitam essa cidade, que já se estruturou como cidade?

Tenho os meus receios de que, na próxima semana, não haja **quorum**. E, como não é terminativo aqui, mas volta para a Câmara dos Deputados, fico preocupada de que um mês talvez seja pouco para toda essa tramitação, haja vista o quanto nós já demoramos para votar esta proposta aqui no nosso plenário.

Era essa a minha preocupação que eu queria externar a V. Ex^a, além de dizer que este é o momento certo, se todos acorrerem, se os 66 que estão em Brasília estiveram aqui aptos a votar.

É um pedido que faço e uma angústia que exponho aqui para todos aqueles que trabalham e que lutam para que esta questão seja definitivamente sanada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, que acaba de falar, mas vai falar de novo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Falei a V. Ex^a que V. Ex^a não pode, como bem disse a Senadora Marisa Serrano, deixar de colocar em votação este projeto hoje.

Vamos fazer uma verificação de **quorum**. Vamos ver um destaque qualquer que tenha no projeto e vamos verificar o **quorum**, porque, na próxima semana, V. Ex^a sabe que não haverá **quorum** para votar. E já foi definido, Senador Garibaldi Alves, que, se o Legislativo não legislar sobre este tema até o final do ano, o Supremo vai fazê-lo. Então, é responsabilidade nossa, é compromisso nosso, do Legislativo. Nós temos, sim, de aproveitar. Nós temos **quorum** na Casa. A matéria é relevante. Vamos votar.

Se há dúvida com relação ao **quorum**, vamos fazer uma verificação em um destaque que haja para

o projeto, para que se possa ter essa confirmação do **quorum**. Agora, deixar de votar hoje não é da conduta de V. Ex^a, que disse ontem que, havendo **quorum**, votaria hoje. Nós temos **quorum**. Vamos votar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, o Senador Líder do PSol. Depois, o Senador Alvaro Dias.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvindo os Líderes, eu tenderia a concordar também com o adiamento da votação para o dia 28 de outubro, que é quando teremos, certamente, **quorum** aqui para votar. Porém, diante da impossibilidade de esse adiamento prejudicar o cumprimento da nossa definição, nossa decisão de aprovar um projeto tão importante quanto este, eu solicitaria a V. Ex^a consultar, de fato, todos os Líderes para verificarmos se temos, aqui, neste momento, ainda presentes 41 Senadores que se disponham a votar e aprovar o presente projeto de lei.

Portanto, creio que o mais acertado, o mais oportuno, é votarmos logo após o encerramento da discussão.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu creio que, se V. Ex^a abrisse, neste momento, o painel nós teríamos **quorum**. Se V. Ex^a concordasse em abrir o painel ao tempo em que os oradores usem da tribuna, se desejarem, eu imagino que nós teríamos o **quorum** suficiente para deliberarmos sobre a matéria. Se V. Ex^a entender que há risco, aí, sim, poderá fazer uma verificação de **quorum** antes de submeter à deliberação. Se V. Ex^a aguardar, evidentemente, os oradores que subirão à tribuna, obviamente o plenário sofrerá um esvaziamento maior e nós não teremos **quorum**.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A partir da palavra do Senador Osmar Dias, vamos decidir sobre a matéria.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho uma sugestão: há um requerimento pedindo o adiamento da matéria. V. Ex^a vai colocar esse requerimento em votação no plenário, não é isso? E nós vamos pedir votação nominal para o requerimento que pede adiamento. Aí nós vamos encontrar a resposta se há **quorum** ou não. Se todo mundo concordar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas V. Ex^a tem que fazer isso imediatamente. Se for dar a palavra a oradores...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu vou encerrar a discussão sobre a matéria e colocar em votação o requerimento.

Sobre a mesa, requerimento, solicitando adiamento da discussão, nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.243, DE 2008

Adiamento da discussão para determinado dia.

Nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 98/02 – Complementar, a fim de ser feita na sessão de 12 de novembro de 2008.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente. V. Ex^a não precisa necessariamente encerrar a discussão da matéria. V. Ex^a pode submeter à votação de imediato...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão.

O requerimento é de adiamento da discussão. Em votação...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A votação, de acordo com a solicitação do Senador Osmar Dias, será nominal.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Explique a votação, Sr. Presidente. Quem não concorda com o requerimento vota “não”. É isso? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem aprova o requerimento vota “sim”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quem quer votar o projeto hoje vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Quem quer votar o projeto hoje vota “não”.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O pedido de adiamento da discussão já está sobre a mesa, com a minha assinatura e a do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – “Não” vota o projeto hoje; “sim” adia. Está esclarecida a votação como deverá ser?

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... que a votação fosse nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Rejeitado.

Rejeitado o requerimento, passa-se à votação nominal.

Vamos abrir o painel.

Os Senadores que pedem a verificação, por favor, temos de identificá-los agora. (Pausa.) Senadores Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior, José Agripino, Lúcia Vânia. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – O PMDB recomenda o voto “não”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para colaborar com o processo de votação, eu recomendo aos meus companheiros que dêem presença e votem “não”. É nosso desejo votar, mas votar com **quorum** e com segurança de que a matéria será aprovada. Então, votar “não” significa dizer que queremos votar “sim”, desde que haja **quorum**.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSDB recomenda o voto “não”.

O DEM recomenda o voto “não”.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – A Minoria recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Minoria recomenda o voto “não”.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – O PSDB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSDB recomenda o voto “não”.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Eduardo Suplicy recomenda o quê?

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – O voto “não é a favor do adiamento, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – “Não” é para votar hoje. “Não” possibilita a votação hoje; o “sim” adia.

A sessão será prorrogada neste instante até às 20 horas.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, então o PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tião Viana. (Pausa.)

Senador Renan Calheiros. (Pausa.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É para solicitar aos Senadores do PT que se encontram em seus gabinetes que venham votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Os Líderes poderão fazer uma nova convocação.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, Líder em exercício do PMDB.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para respaldar aqui o apelo do Senador Augusto Botelho.

Realmente, já estávamos sentindo a ausência do PT. Só dois Senadores do PT, se não me engano, estão presentes, e o compromisso do PT com a federação é um compromisso muito arraigado.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, por favor, informe adequadamente que há, pelo menos, quatro e, portanto, se V. Ex^a... Já são cinco.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Já são cinco.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Já são cinco.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Então, o PT está resgatando o seu compromisso com a federação. Isso que é importante.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – E V. Ex^a poderá fazer o mesmo...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Chegou aqui a Senadora Serys.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – De tal maneira que V. Ex^a poderá, então... Senador Valter Pereira, quem sabe queira fazer a contagem do número de Senadores do PMDB então.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Os Senadores do PMDB que têm compromisso com a federação estão aqui; do PT também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Por quê? Os outros não têm?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Têm também. Têm também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria consultar o Senador Suplicy, saber da Líder do PT, Senadora Ideli, que estava hoje tão ativa nas comissões, pois não sei se ela viajou, se ela não quer vir ao plenário...

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Está trabalhando no segundo turno, lá em Santa Catarina, Senador. Eu não sou do PT, mas posso responder.

Sr. Presidente, o PR, dos quatro Parlamentares, tem três em plenário. Portanto, é um Partido que está amplamente majoritário aqui, cumprindo o seu compromisso com a federação. Se os outros Partidos fizerem a mesma coisa, nós teremos o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel.

A Senadora Marina Silva...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Arthur Virgílio está chegando.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Veja que o apelo à federação funciona, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu quero inclusive fazer um apelo aos Senadores. Eu acho que o apelo é muito óbvio. Depois desta

votação, faremos imediatamente a outra. É claro, não teremos mais discussão.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos acompanhando com interesse este projeto. Inclusive votei pelo não adiamento da sessão, porque o meu voto será favorável a este projeto, na minha opinião, oportuno, sensato, de iniciativa do Senador Mozarildo Cavalcanti e muito bem relatado pelo nosso querido Senador Tasso Jereissati.

No caso específico de Goiás, vamos resolver quatro situações importantes. Nós vamos definitivamente criar e confirmar a criação de quatro Municípios que já estão muito bem estruturados: Gameleira de Goiás, Ipiranga, Lagoa Santa e Campo Limpo de Goiás. Todos esses Municípios já estão com infra-estrutura muito bem definida, e o processo de emancipação foi importante para que pudéssemos chegar a esse ponto.

De modo que, em nome dessas populações e considerando extremamente justo que esses quatro Municípios permaneçam Municípios é que estamos aqui, ao lado da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Demóstenes, votando favoravelmente a este projeto que vai, definitivamente, consolidar a criação dos Municípios Campo Limpo, Gameleira, Ipiranga e Lagoa Santa de Goiás.

Muito obrigado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT–PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o objetivo desta votação era verificar se tínhamos quórum para votar a outra matéria. Já temos número suficiente. Acho que todos concordam que nós podemos votar a outra matéria.

Por isso, peço a apuração dos votos para partirmos para a outra votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas há o apelo de Senadores que ainda estão nos gabinetes e que estão correndo, no bom sentido, para votar. Pediram apenas cinco minutos. Então, vamos aguardar apenas cinco minutos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Então, dê-me a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Esses Senadores estão correndo muito devagar, mas tudo bem.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eles vão votar na outra. Não precisa tanta...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito, então, a oportunidade para dizer que o Governador Paulo Hartung, do Espírito Santo, teve uma reunião com a Ministra Dilma agora. Acompanhei o Governador na audiência, e a Ministra Dilma tomou a decisão de fazer um investimento importante no Estado do Espírito Santo, que é a dragagem do Porto de Vitória.

O Porto de Vitória é um porto com calado, profundidade pequena. Já foi feita uma dragagem, tem de ser complementada essa dragagem, e a idéia é elevar esse canal para 14 metros, para que o Porto de Vitória possa receber navios de maior porte.

Assim, fizemos um acordo em que o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, vai entrar com R\$ 55 milhões e o Governo do Estado vai entrar com R\$ 40 milhões. São R\$ 95 milhões em uma obra importante para nosso Estado do Espírito Santo.

Além disso, Sr. Presidente, há uma outra obra do PAC no Porto de Vitória, que é a ampliação do cais do Porto de Vitória, para que mais movimentação de carga seja feita nessa área do cais, num valor em torno de R\$ 70 milhões, e mais essa obra agora no valor de R\$ 95 milhões.

Portanto, quero saudar a decisão do Governo Federal, que fará mais um investimento importante no Estado do Espírito Santo; saudar a decisão do Governador Paulo Hartung, do Governo do Estado, de ser parceiro nessa obra, porque a área portuária hoje obstrui o desenvolvimento do Estado pela necessidade de investimentos. Portanto, esses investimentos acabam flexibilizando e dando condições para que o Brasil possa aumentar um pouco mais a importação e exportação para outros países.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel, atendendo ao apelo do Senador Valter Pereira.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

REQUERIMENTO Nº 1.243, DE 2008

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 15/10/2008

Num.Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 15/10/2008 19:24:58
Encerramento: 15/10/2008 19:40:13

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	NÃO				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	NÃO				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	NÃO				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO				
Bloco-P	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	NÃO				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	NÃO				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	NÃO				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	NÃO				
PTB	DF	GIM ARGELLO	NÃO				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	NÃO				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NÃO				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	NÃO				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	NÃO				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	NÃO				
P-SOL	PA	JOSE NERY	NÃO				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	NÃO				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	NÃO				
DEM	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO				
PT	AC	MARINA SILVA	NÃO				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	NÃO				
PDT	PR	OSMAR DIAS	NÃO				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	NÃO				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	NÃO				
PTB	SP	ROMEU TUMA	NÃO				
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	NÃO				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAS	NÃO				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	NÃO				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO				
Bloco-PT	AC	TÃO VIANA	NÃO				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	NÃO				
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	NÃO				

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 01
Votos NÃO : 44 Total : 45
Votos ABST. : 00

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votou SIM 1 Sr. Senador; e, NÃO, 44.

Não houve abstenção

Total: 45 votos.

O requerimento foi rejeitado.

Continua a discussão, que será encerrada neste momento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Concordo em votar, Sr. Presidente, só gostaria de falar pela ordem. Quero submeter à consideração de V. Ex^a. Sr. Presidente, a seguinte questão de ordem. Há uma emenda de minha autoria, emenda de Plenário, nos seguintes termos:

Art. 31. Ficam convalidados os atos de criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação dos municípios cuja realização haja ocorrido entre 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, desde que se encontrem no pleno gozo de sua autonomia municipal, com Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, eleitos e empossados.

§ 1º Ficam convalidados todos os atos da administração praticados no regular exercício de seus mandatos e atribuições.

§ 2º Ficam convalidados os plebiscitos para criação de município realizados no período estabelecido no **caput**, desde que se comprove sua viabilidade, nos termos dos incisos I, II e III do § 1º e os §§ 2º a 7º do art. 13, e observados, no que couber, os demais procedimentos previstos nesta Lei.

§ 3º Nos quatro anos que se seguirem à publicação desta Lei, o Município que não se enquadre na situação referida no **caput**, poderá adotar procedimentos para se enquadrar nas disposições desta Lei, ou retornar ao estado anterior, mediante ato aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, submetido à apreciação da Assembléia Legislativa estadual.

A questão que formulo a V. Ex^a é a seguinte: esta emenda já está conversada, apalavrada com o ilustre Relator Tasso Jereissati, para que se aproveitem os atos praticados. Acontece que nós estamos com o **quorum** apertado. Foram 45 votos apurados. Isso significa que, se for votado, primeiro, o projeto e, depois, a emenda, há o risco de não passar essa emenda. E essa emenda é fundamental para aqueles municípios que estão na fase de consolidação.

Então, a questão de ordem que formulo a V. Ex^a é para que o Relator já formalize sua manifestação – seu parecer – sobre esta emenda, para que se vote tudo junto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a será atendido, mas na votação do turno suplementar. Nós vamos ter três votações ainda. Eu faço um apelo aos Senadores e Senadoras, porque, na verdade, nós vamos ter quatro votações. Houve essa, que foi uma votação preliminar, e vamos ter mais três.

Com a palavra, o Relator.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente, queria fazer um apelo para que coloque em votação.

E o Senador Valter Pereira que não se avexe que será contemplado. Mas vamos colocar em votação.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para corrigir, na votação anterior, Sr. Presidente, o meu voto é “não”, para prevalecer a unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Encerrada a discussão.

Os oradores que estão inscritos poderão falar durante a votação.

Vamos abrir o painel.

Em votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.) – A votação agora é “sim”. Não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agora é “sim”.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PMDB recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PMDB recomenda o voto “sim”.

Vamos abrir o painel. Depois, virão as recomendações.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O Democratas vota “sim”.

Peço o comparecimento dos companheiros no plenário, e o voto recomendado pela Liderança é o voto “sim”, a favor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Democratas vota “sim”.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – A Minoria recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Líder da Minoria, Senador Mário Couto, recomenda o voto “sim”.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Líder do PDT, Senador Osmar Dias, recomenda o voto “sim”.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Pela Liderança do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PTB recomenda o voto “sim”, de acordo com a palavra do Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Perfeito, Presidente. O PTB recomenda voto “sim”.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Presidente, o PSOL vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSOL vota “sim”.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB vota, e vota entusiasmadamente, por ter sido do Senador Tasso Jereissati a relatoria desta matéria. O PSDB recomenda o voto “sim”, por entender que é inadiável a aprovação de algo que vai regular, disciplinar e moralizar a forma de criar Municípios, garantindo os que já existem e, ao mesmo tempo, terminando com uma certa “farra do boi”. Daqui para frente, com regras muito nítidas e morais, teremos ou não teremos Municípios novos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSDB, de acordo com o Líder Arthur Virgílio, vota “sim”.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pelo PR.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, quero encaminhar o voto pelo Partido da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Partido da República vota...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que nós já deveríamos estar votando a PEC nº 13, do Senador Sérgio Zambiasi. Isso não foi possível, e, acredito, estamos fazendo o dever de casa, dando possibilidade de os Municípios poderem ter a sua independência financeira, a sua independência administrativa, regularizando os Municípios que já foram criados.

Dessa maneira, o PR encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PR encaminha o voto “sim”, de acordo com a palavra do Líder Expedito Júnior.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PSB também encaminha o voto “sim” ao relatório do Senador Tasso Jereissati, com toda a certeza e com a segurança com relação à necessidade da regularização dos Municípios que já estão com a sua independência administrativa e financeira, mas com as preocupações de quem já viu muitos Municípios serem emancipados sem terem as condições, confiando que os critérios adotados coloquem ordem na casa com relação às emancipações dos novos Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PSB, de acordo com a palavra do Líder Renato Casagrande, vota com o Relator, Senador Tasso Jereissati: “sim”.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Após a palavra do Senador, eu gostaria de usar a palavra brevemente, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os Municípios, no Brasil e em todo o mundo, sempre representaram um instrumento de descentralização política e, em alguns países, uma forma de o povo se contrapor ao regime central ou fazer uma compensação entre aqueles que viviam nas comunas, nos Municípios, e aqueles que

detinham o poder muitas vezes de forma totalitária, como aconteceu na Alemanha e, de certa forma, nos Estados Unidos, onde havia, naturalmente, um avanço cada vez maior do poder da União.

Agora, Sr. Presidente, no Brasil, os Municípios sempre tiveram uma posição desfavorável, porque nós não tínhamos uma Federação, por exemplo, igual à dos Estados Unidos, nem uma pulverização dos municípios, como houve na Alemanha. Lá nós temos mais Municípios, cinco vezes mais do que no Brasil; nos Estados Unidos, umas sete vezes mais do que no Brasil; na França, igualmente. Enfim, nos Estados ou nas Nações muito desenvolvidas, há uma proliferação de Municípios, mas lá há uma organização administrativa, política, econômica e social que dá sustentabilidade ao funcionamento democrático das comunas, dos municípios, inclusive com a participação intensa na soberania de cada um desses países a que me referi.

No Brasil já existem mais de 5.500 Municípios. É um país com dimensões continentais, há Estados com populações rarefeitas ainda, como Amazonas, Pará, Mato Grosso, que ainda precisam de uma divisão territorial adequada para que o desenvolvimento chegue ao interior, à zona rural, e essas populações possam obter os frutos da riqueza produzida em cada Estado do nosso País.

Portanto, eu acho que a criação de Municípios no Brasil, com as devidas cautelas, deverá continuar acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, peço licença só para solicitar ao Senador Eduardo Suplicy que exerça o seu direito de voto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Agora de forma mais rígida, porque as regras estabelecidas no Substitutivo do Senador Tasso Jereissati consubstanciam a seriedade, a prevalência de determinados fatores e determinadas exigências, como as condições socioeconômicas, a população, a organização administrativa, que devem comandar a criação dos Municípios.

Na verdade, há uma regra com a qual fico um tanto quanto preocupado. É que, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, para a criação de Municípios há uma exigência de pelo menos dez mil habitantes; mas que o eleitorado seja igual ou superior a 50% de sua população. Se nós considerarmos que o Município é um ente criado para desenvolver aquela unidade administrativa, ou aquela unidade política, há uma certa diferenciação ao compararmos Municípios com a

mesma população e com o mesmo eleitorado no Sul do País, onde há um sistema educacional mais forte, com um potencial capaz de propiciar a criação de Municípios; ao passo que no Nordeste a situação social é totalmente desfavorável em comparação com a região centro-sul, em termos de educação, de condições socioeconômicas.

Por isso, eu acho que deveria ser reestudada essa questão. Como essa matéria vai passar ainda na Câmara dos Deputados, tenho certeza de que lá este problema vai ser fruto de muito debate.

E, por último, Sr. Presidente, não poderíamos deixar de fazer uma homenagem aos autores, não só o Relator, que se dispôs a estudar a matéria com afinco e apresentou um relatório que significa, acima de tudo, respeito à cidadania do Brasil, com também ao contribuinte do Brasil, de vez que haverá um cabedal de exigências que não vai, de forma nenhuma, permitir a proliferação sem limitação de municípios. Quero homenagear o Senador Mozarildo Cavalcanti, o primeiro autor – a proposta dele era a de nº 98, de 2002 –, o Senador Flexa Ribeiro – a proposta dele era a de nº 60, de 2008 –, e o Senador Sibá Machado, nº96, de 2008. A esses Senadores que estudaram esta matéria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Zambiasi também. Sr. Presidente, foi a Assessoria, desculpe-me, Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a, que realmente é um homem municipalista, que cuida do interesse dos Municípios do Rio Grande do Sul e do Brasil, merece também as nossas homenagens. Eu não sei o número do projeto de V. Ex^a, porque não me foi...

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Foi a PEC nº13. Sou apenas o primeiro signatário. Essa PEC é de origem das Assembleias Legislativas, com as assinaturas recolhidas em 2002. Então Deputado Estadual, Presidente da Assembleia gaúcha, colegas do Brasil inteiro me designaram como responsável, quando eleito nesta Casa, pela apresentação desta PEC que tramita até agora, aqui. Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Meus parabéns e minhas homenagens a V. Ex^a.

Voto favorável.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel. Em seguida, falará a Senadora Serys Slhessarenko.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA Nº 6-CCJ (SUBSTITUTIVO) AO PLS Nº 98, DE 2002 - COMPLEMENTAR

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO PARA A CRIAÇÃO, A INCORPORAÇÃO, A FUSÃO E O DESMEMBRAMENTO DE MUNICÍPIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (ART. 18, § 4º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) (TURNO ÚNICO)

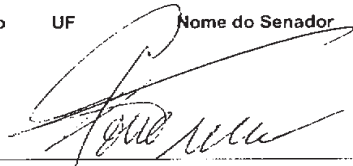
Num.Sessão: 1
Data Sessão: 15/10/2008

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 15/10/2008 19:45:15
Encerramento: 15/10/2008 19:56:30

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	SIM
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZÉREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLCY	SIM
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRÍPINO	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	NÃO
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
PT	AC	MARINA SILVA	SIM
PSDB	PA	MARIO COUTO	NÃO
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	SIM

Partido UF Nome do Senador Voto



Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 46
Votos NÃO : 02
Votos ABST. : 00

Total : 48

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Votaram SIM 46; NÃO, 2.

Não houve abstenção.

Total: 48 votos. (Palmas.)

Aprovada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, quero retificar o meu voto: votei “sim”.
O painel está errado, eu votei “sim”.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – V. Ex^a votou “sim” e isso vai constar da Ata dos nossos trabalhos.

Aprovada a Emenda nº 6, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Substitutivo), ficam prejudicados o projeto, as demais emendas a ele apresentadas e as matérias que tramitam em conjunto.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação do vencido para o turno suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.050, DE 2008

(Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar.

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar, que regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências (art. 18, § 4º da Constituição Federal).

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de outubro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves** – Senador **Fleixa Ribeiro** – Senador **César Borges** – Senador **Alvaro Dias**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.050, DE 2008

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 – Complementar.

Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, para regulamentar o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Art. 2º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios dependerão da realização de Estudo de Viabilidade Municipal e de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, e far-se-ão por lei estadual, obedecidos os procedimentos, prazos e condições estabelecidas por esta Lei Complementar.

Art. 3º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade territorial e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – criação: a emancipação de área integrante de um ou mais municípios pré-existentes, originando um novo município com personalidade jurídica própria;

II – incorporação: a completa integração de um Município a outro pré-existente, perdendo o município integrado sua personalidade jurídica, prevalecendo a do município incorporador;

III – fusão: a completa integração de dois ou mais municípios pré-existentes, originando um novo município com personalidade jurídica própria;

IV – desmembramento: a separação de área de um município pré-existente, para integrar-se a um outro município também pré-existente, prevalecendo a personalidade jurídica do município a que se integrar;

V – municípios envolvidos: aqueles que sofrerem alteração em sua área geográfica, decorrente de criação, incorporação, fusão ou desmembramento.

Art. 5º É vedada a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios quando implicarem inviabilidade dos municípios pré-existentes.

Art. 6º O procedimento para criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município será realizado no período compreendido entre a posse dos prefeitos e vice-prefeitos, na forma do inciso III do art. 29 da Constituição Federal, e o último dia do ano anterior ao da realização de eleições municipais.

§ 1º Os atos iniciados e não encerrados no período a que se refere o **caput** ficam automaticamente sobrestados, devendo ser reiniciados após a posse dos prefeitos e vice-prefeitos.

§ 2º São nulos os atos realizados fora do período de que trata o **caput**.

Art. 7º Os procedimentos para a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios se iniciarão mediante requerimento subscrito por elei-

tores residentes nas áreas envolvidas, nos termos e condições estabelecidos nesta lei.

Art. 8º Os estudos de viabilidade municipal para criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios deverão ser conclusivos quanto à viabilidade ou não e observarão o atendimento dos requisitos de viabilidade e procedimentos estabelecidos nesta lei.

Art. 9º A Assembléia Legislativa Estadual após a homologação do Estudo de Viabilidade Municipal, nos termos desta Lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, autorizará a realização de plebiscito nos municípios envolvidos.

§ 1º A Assembléia Legislativa Estadual solicitará ao Tribunal Regional Eleitoral a realização do plebiscito, que ocorrerá, preferencialmente, em conjunto com as eleições federais e estaduais imediatamente subsequentes à edição do ato legislativo que o autorizar, observado o que dispõe a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

§ 2º Rejeitada em plebiscito a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município, é vedada a realização de novo plebiscito sobre o mesmo tema no prazo de 10 (dez) anos.

Art. 10. Aprovada em plebiscito a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município, a Assembléia Legislativa Estadual, na forma de seu regimento interno, votará o respectivo projeto de lei, definindo entre outros aspectos:

I – nome, sede, limites e confrontações geográficas dos municípios envolvidos;

II – forma de sucessão e repartição de bens, direitos e obrigações dos municípios envolvidos;

III – forma de absorção e aproveitamento de funcionários públicos, assegurados os direitos e garantias adquiridas ao tempo da transformação.

CAPÍTULO II

Da Criação

Art. 11. O requerimento para criação de municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes na área geográfica que se pretenda emancipar para originar novo município, dirigido à Assembléia Legislativa Estadual.

Art. 12. Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa Estadual, após verificada a sua regularidade, providenciará a elaboração, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, do Estudo de Viabilidade do Município a ser criado e da área remanescente do município pré-existente.

Art. 13. O Estudo de Viabilidade Municipal tem por finalidade o exame e a comprovação da existência das condições que permitam a consolidação e desenvolvimento dos municípios envolvidos, e deverá comprovar,

preliminarmente, em relação ao município a ser criado, se foram atendidos os seguintes requisitos:

I – população igual ou superior a:

a) 5.000 (cinco mil) habitantes nas regiões Norte e Centro-Oeste;

b) 7.000 (sete mil) habitantes nas regiões Nordeste;

c) 10.000 (dez mil) habitantes nas regiões Sul e Sudeste;

II – eleitorado igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua população;

III – existência de núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de município;

IV – número de imóveis, na sede do aglomerado urbano que sediará o novo município, superior à média de imóveis de 10% (dez por cento) dos municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

V – arrecadação estimada superior à média de 10% (dez por cento) dos municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

VI – área urbana não situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações;

VII – continuidade territorial.

§ 1º Atendidos os requisitos estabelecidos no **caput**, dar-se-á prosseguimento ao Estudo de Viabilidade Municipal que deverá abordar os seguintes aspectos:

I – viabilidade econômico-financeira;

II – viabilidade político-administrativa;

III – viabilidade sócio-ambiental e urbana.

§ 2º A viabilidade econômico-financeira deverá ser demonstrada a partir das seguintes informações:

I – receita fiscal, atestada pelo órgão fazendário estadual, com base na arrecadação do ano anterior ao da realização do estudo e considerando apenas os agentes econômicos já instalados;

II – receitas provenientes de transferências federais e estaduais, com base nas transferências do ano anterior ao da realização do estudo, atestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo órgão fazendário estadual, respectivamente;

III – estimativa das despesas com pessoal, custeio e investimento, assim como com a prestação dos serviços públicos de interesse local, especialmente a parcela dos serviços de educação e saúde a cargo dos municípios envolvidos;

IV – indicação, diante das estimativas de receitas e despesas, da possibilidade do cumprimento

dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º A viabilidade político-administrativa deverá ser demonstrada a partir do levantamento da quantidade de funcionários, bens imóveis, instalações, veículos e equipamentos necessários ao funcionamento e manutenção dos respectivos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

§ 4º A viabilidade sócio-ambiental e urbana deverá ser demonstrada a partir do levantamento dos passivos e potenciais impactos ambientais, a partir das seguintes informações e estimativas:

I – novos limites do município a ser criado e da área remanescente;

II – levantamento da quantidade e tipologia das edificações existentes nas áreas urbanas;

III – levantamento das redes de abastecimento de água e cobertura sanitária;

IV – eventual crescimento demográfico;

V – eventual crescimento da produção de resíduos sólidos e efluentes;

VI – identificação do percentual da área ocupada por áreas protegidas ou de destinação específica, tais como unidades de conservação, áreas indígenas, quilombolas ou militares.

§ 5º Os dados demográficos constantes dos Estudos de Viabilidade Municipal serão considerados em relação ao último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 6º Os demais dados constantes dos Estudos de Viabilidade Municipal deverão ser fornecidos pelos órgãos municipais, estaduais e federais de Planejamento, Fazenda, Estatística e Meio-Ambiente, além de outros cuja competência ou área de atuação demandem sua participação.

§ 7º Não será permitida a criação de município se a medida resultar, para o município pré-existente, na perda dos requisitos estabelecidos no **caput**.

Art. 14. Os Estudos de Viabilidade Municipal serão publicados no órgão de imprensa oficial do Estado, a partir do que se abrirá prazo de 60 (sessenta) dias para sua impugnação, por qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, perante a Assembleia Legislativa Estadual.

§ 1º O sítio na internet da Assembleia Legislativa disponibilizará os Estudos de Viabilidade Municipal para conhecimento público, durante o prazo previsto no **caput**.

§ 2º Será realizada pelo menos uma audiência pública em cada um dos núcleos urbanos envolvidos no processo, durante o prazo previsto no **caput**.

Art. 15. Encerrado o prazo do **caput**, a Assembleia Legislativa deliberará sobre os estudos e suas impug-

nações, na forma de seu regimento interno, devendo decidir pela impugnação ou homologação.

Art. 16. Homologado o Estudo a que se refere o art. 13, comprovando a viabilidade, a Assembleia Legislativa autorizará a realização de plebiscito em consulta à totalidade da população do município pré-existente, inclusive da área a ser emancipada, observado o que dispõe o art. 9º

Art. 17. Aprovada em plebiscito a criação, a Assembleia Legislativa votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 18. Aprovada a lei estadual de criação do município, a eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores do novo município realizar-se-á na eleição municipal imediatamente subsequente, nos termos dos incisos I e II do art. 29 da Constituição Federal, e a instalação do novo município se dará com a posse do prefeito e vice-prefeito eleitos, observado o que dispõe o inciso III do art. 29 da Constituição Federal.

Art. 19. Enquanto não forem eleitos e empossados o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, nem editadas normas próprias, o município objeto de criação será regido e administrado pelas normas e autoridades do município de origem, observado o que dispõe o **caput** do art. 29 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

Da Incorporação e da Fusão

Art. 20. O requerimento para incorporação ou fusão de municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes em cada um dos Municípios que se pretenda fundir ou incorporar um ao outro, e será dirigido à Assembleia Legislativa Estadual.

Art. 21. Recebido o requerimento, a Assembleia Legislativa Estadual, após verificar a sua regularidade, promoverá o Estudo de Viabilidade Municipal para verificar o atendimento dos requisitos estabelecidos no **caput** do art. 13, e, comprovado o seu atendimento, providenciará o prosseguimento do estudo aplicando, no que couber, as disposições dos arts. 13 a 15.

Art. 22. Homologado o Estudo de Viabilidade Municipal, a Assembleia Legislativa Estadual, observado o que dispõem os arts. 9º e 16, editará ato legislativo autorizando a realização do plebiscito, para consulta às populações dos municípios envolvidos.

Art. 23. Aprovado em plebiscito a incorporação ou fusão, a Assembleia Legislativa Estadual votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 24. A incorporação ou fusão de municípios se completa com a publicação da lei estadual que a aprovar.

§ 1º A partir da data da lei estadual que aprovar a incorporação, o município incorporado passa a ser administrado pelas autoridades e se reger pelas normas do município ao qual foi incorporado.

§ 2º Nos casos de fusão, os municípios fundidos passam a ser administrados pelas autoridades e ser regidos pelas normas do município mais populoso.

Art. 25. Aprovada em lei estadual a incorporação ou fusão de município, a eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores do novo município realizar-se-á na eleição municipal imediatamente subsequente, nos termos dos incisos I e II do art. 29 da Constituição Federal, e a instalação do novo município se dará com a posse do prefeito e vice-prefeito eleitos, observado o que dispõe o inciso III do art. 29 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV Do Desmembramento

Art. 26. O requerimento para desmembramento de municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes na área a ser desmembrada e será dirigido à Assembleia Legislativa do respectivo Estado.

Art. 27. Recebido o requerimento, a Assembleia Legislativa Estadual, após verificar a sua regularidade, promoverá o Estudo de Viabilidade Municipal para verificar o atendimento dos requisitos estabelecidos no **caput** do ad. 13, tanto em relação à área a ser desmembrada quanto à área remanescente do município a ser desmembrado, e, comprovado o seu atendimento, providenciará o prosseguimento do Estudo aplicando, no que couber, as disposições dos arts. 13 a 15.

Art. 28. Homologado o Estudo de Viabilidade Municipal, a Assembleia Legislativa Estadual, observado o que dispõem os arts. 9º e 16, editará ato Legislativo autorizando a realização de plebiscito para consulta às populações dos municípios envolvidos.

Art. 29. Aprovado em plebiscito o desmembramento, a Assembleia Legislativa Estadual votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 30. O desmembramento de município se completa com a publicação da lei estadual que o aprovar.

Parágrafo único. A partir da data da lei estadual que aprovar o desmembramento, a área desmembrada passa a ser administrada pelas autoridades e ser regida pelas normas do município ao qual foi integrada.

CAPÍTULO V Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 31. Ficam convalidados os atos de criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação dos municípios cuja realização haja ocorrido entre 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, des-

de que se encontrem no pleno gozo de sua autonomia municipal, com Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, eleitos e empossados.

§ 1º Ficam igualmente convalidados todos os atos da administração praticados no regular exercício de seus mandatos e atribuições.

§ 2º Nos 4 (quatro) anos que se seguirem à publicação desta lei, o município que não se enquadre na situação referida no **caput** poderá adotar procedimentos para se enquadrar nas disposições desta lei, ou retornar ao estado anterior, mediante ato aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, submetido à apreciação da Assembleia Legislativa estadual.

Art. 32. São nulos de pleno direito os atos praticados em desconformidade com esta lei.

Art. 33. Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da matéria em turno suplementar. Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão em turno suplementar.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 1-PLEN (Ao PLS nº 98, de 2002 – Complementar)

Dê-se ao art. 31 do PLS nº 98, de 2002—Complementar, a seguinte redação:

“Art. 31. Ficam convalidados os atos de criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação dos municípios cuja realização haja ocorrido entre 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, desde que se encontrem no pleno gozo de sua autonomia municipal, com prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, eleitos e empossados.

§ 1º Ficam convalidados todos os atos da administração praticados no regular exercício de seus mandatos e atribuições.

§ 2º Ficam convalidados os plebiscitos para criação de município realizados no período estabelecido no **caput**, desde que se comprove a sua viabilidade, nos termos dos incisos I, II e III do § 1º e os §§ 2º a 7º do art. 13, e observados, no que couber, os demais procedimentos previstos nesta lei.

§ 3º Nos quatro anos que se seguirem à publicação desta lei, o município que não se enquadre na situação referida no **caput**,

poderá adotar procedimentos para se enquadrar nas disposições desta lei, ou retornar ao estado anterior, mediante ato aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, submetido à apreciação da Assembléia Legislativa estadual.”

Justificação

Durante o período decorrido entre a promulgação da Emenda à Constituição nº 15, em 12 de setembro de 1996 e a promulgação da lei que a regulamenta, cujo relatório ora apreciamos, ocorreram alguns poucos casos de criação de municípios, ou de outra alteração no estatuto jurídico de algum desses entes.

A emenda que ora apresentamos, portanto, apenas busca o aperfeiçoamento de medida que já consta do Substitutivo, e tem o mesmo sentido da Lei nº 10.512, de 2002, que assegurou a instalação de municípios que, à época da promulgação da Emenda nº 15, em 1996, e nos anos subseqüentes, já haviam sido criados conforme a norma vigente ou se encontravam em avançado processo quanto à sua criação.

Do mesmo modo, aqueles novos entes municipais, cujos processos de criação se encontram avançados, tendo alcançado e superado o momento da realização da consulta popular, mediante plebiscito, devem ter a finalização desses processos autorizada pela nova lei.

A medida que ora propomos, então, harmoniza-se com o espírito e a forma da proposição que examinamos e corresponde à tradição legislativa brasileira a esse respeito.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Valter Pereira** – Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati, relator da matéria, para proferir parecer sobre a emenda.

PARECER Nº 1.051, DE 2008 – PLEN

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para proferir parecer.Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, a emenda oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 98 – Complementar, pelo Senador Valter Pereira e pela Senadora Marisa Serrano, dignos representantes de Mato Grosso do Sul, pretende ampliar os casos de convalidação de atos relativos à criação de Municípios regulados, especificamente no art. 31 do Substituto ao referido PLS aprovado e consolidado nos termos do nosso parecer nº 968.

A emenda foi previamente discutida quando o projeto tramitava na CCJ, mas não chegou a ser apreciada por terem vencido os prazos regimentais. A emenda reproduz o texto do art. 31 do substitutivo aprovado na

CCJ e acrescenta §2º, renumerando o §2º para §3º ao referido art. 31, com a seguinte redação:

Ficam convalidados os plebiscitos para a criação de municípios realizados nos períodos estabelecidos no caput, de 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, desde que se comprove a sua viabilidade nos termos dos incisos I, II e III do §1º e dos §§2º a 7º do art. 13, e observados no que couber os demais procedimentos previstos nesta lei.

A emenda está compatível com as normas estabelecidas no substitutivo, propondo a convalidação dos plebiscitos já realizados, porém condicionando à comprovação da viabilidade da criação do município, por meio de estudo da viabilidade específico, que é uma das condições fundamentais exigidas pelos artigos do §4º do art. 18 da Constituição Federal.

Nosso parecer, portanto, é pela aprovação da Emenda. Gostaria de também de propor a emenda de redação no art. 15: onde estava escrito “encerrado o prazo do **caput**”, leia-se, coloque-se “encerrado o prazo do art. 14”.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº, DE 2008-PLEN

A Emenda oferecida ao PLS nº 98, de 2002 – Complementar, pelo Senador Valter Pereira e Senadora Marisa Serrano, dignos representantes de Mato Grosso do Sul, pretende ampliar os casos de convalidação de atos relativos à criação de municípios, regulado especificamente ao art. 31, do Substitutivo ao referido PLS, aprovado e consolidado nos termos do nosso Parecer nº 968, de 2008, da CCJ.

A Emenda foi previamente discutida quando o Projeto tramitava na CCJ, mas não chegou a ser apreciada por terem vencidos os prazos regimentais. A Emenda reproduz o texto do art. 31, do Substitutivo ao PLS aprovado na CCJ, e acrescenta um § 2º, renumerando o § 2º para § 3º, ao referido art. 31, com a seguinte redação:

“§ 2º Ficam convalidados os plebiscitos para criação de município realizados no período estabelecido no **caput** (de 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007), desde que se comprove a sua viabilidade, nos termos dos incisos I, II e III, do § 1º e dos §§ 2º a 7º do art. 13, e observados, no que couber, os demais procedimentos previstos nesta lei.”

A Emenda está compatível com as normas estabelecidas no Substitutivo, propondo a convalidação dos plebiscitos já realizados, porém condicionado à comprovação da viabilidade da criação do município através do estudo de viabilidade específico, que é urna

das condições fundamentais exigidas pelas disposições do § 4º, do art. 18, da Constituição Federal.

Nosso parecer é pela aprovação da Emenda.

Sala das Sessões, – Senador **Tasso Jereissati**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Tasso Jereissati, Relator da matéria, conclui pela aprovação da emenda, mas apresenta uma emenda de redação, emenda essa que será lida... Aliás, já foi apresentada.

É a seguinte a Emenda de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2 – RELATOR

(Ao PLS nº 98, de 2002 – Complementar
– Substitutivo)

No art. 15 do Substitutivo ao PLS nº 98, de 2002-Complementar, onde se lê “Encerrado o prazo do **ca-put**....” leia-se “Encerrado o prazo do art. 14....”

Justificação

A presente emenda tem como objetivo corrigir erro de redação verificado o constatado no referido art.

Sala das Sessões, – Senador **Tasso Jereissati**

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo e da emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrada a discussão, passa-se à votação em turno suplementar do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002, Complementar, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores, vamos abrir o painel para que V. Ex^{as} possam votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem, só para orientar a bancada do PMDB para votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O PMDB vota “sim”.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que este é um momento importante para muitos Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Serys, permita-me uma interrupção à palavra de V. Ex^a, é que preciso prorrogar a sessão para às 21 horas.

V. Ex^a volta com a palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Quero dizer que é um momento importante, porque a ansiedade e as dificuldades enfrentadas por esses Municípios, que estavam com a necessidade de regularização, eram muito grandes.

Senadores, vários que tiveram oportunidade de apresentar proposições nesse sentido, e o Senador Sérgio Zambiasi colocaram muito bem que faz um tempo considerável que há essa luta pelos Municípios do Brasil inteiro.

Eu participei da mobilização em muitos momentos, com representantes de Municípios de todos aqueles Estados onde existiam – existiam, porque já é passado. Acabou de ser aprovado, pelo menos, na primeira votação.

E eu quero aqui rapidamente, Sr. Presidente, saudar e tranquilizar os nossos Municípios de Mato Grosso, do Brasil todo, aqueles que tinham problema, mas especialmente os Municípios do meu Estado de Mato Grosso: Município de Itanhanga, Município de Ipiranga do Norte, Município de Vale de São Domingos, Santa Rita do Trivelato, Santa Cruz do Xingu, Nova Nazaré, Conquista d'Oeste, Serra Nova Dourada, Novo Santo Antônio, Bom Jesus do Araguaia, Nova Santa Helena, Colniza, Santo Antônio do Leste, Rondolândia e Curvelândia.

O nosso Estado de Mato Grosso tinha quinze Municípios nessa situação, afora tantos outros que poderão, daqui para frente, entrar em discussão, com os critérios advindos dessa nova proposição. Nesses quinze Municípios, que nós inclusive percorremos agora, por ocasião das eleições municipais, a grande preocupação era a disputa pelas prefeituras desses pequenos Municípios, existindo aquela ansiedade, a insegurança de como estariam realmente nos próximos tempos.

Felizmente, essa votação está acontecendo e aqui a gente sabe que só temos que parabenizar toda a população de cada um desses Municípios, no caso específico do meu Estado de Mato Grosso. É a população que queria, que buscava, era o Município que já estava organizado e que agora terá tranquilidade para continuar a busca e a conquista do seu desenvolvimento. Aliás, em Mato Grosso, desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, já que lá, infelizmente, em muitos Municípios nós temos situações difíceis com relação à questão ambiental. Mas essa questão está sendo superada e esses Municípios vão agora poder buscar o seu desenvolvimento econômico com tranquilidade.

Muito obrigada.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na votação passada, 48 Senadores e Senadoras votaram; agora, somente 45...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) – Vamos abrir o painel. Vamos confiar no compromisso com os Municípios do Senado Federal.

Senador Augusto Botelho, já votou?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT–RR) – Votei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – Então vamos abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO NOMINAL

SUBSTITUTIVO AO PLS Nº 98, DE 2002 - COMPLEMENTAR (TURNO SUPLEMENTAR)

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 15/10/2008

Num.Votação: 3
Hora Sessão: 14:00:00

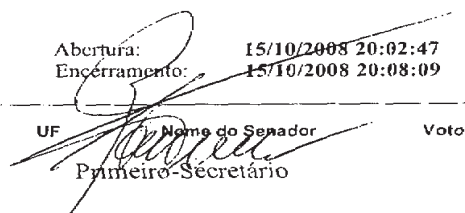
Abertura: 15/10/2008 20:02:47
Encerramento: 15/10/2008 20:08:09

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELWIR SANTANA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALKANER	SIM
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPICY	SIM
Bloco-PR	RC	EXPEDITO JÚNIOR	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	SIM
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
DEM	RN	JOSE AGRIPIANO	SIM
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	SIM
P-SOL	PA	JOSE NERY	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	SIM
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	SIM
PTB	AC	MARINA SILVA	SIM
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
Bloco-PT	MT	SÉRY SLESARENKO	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	SIM
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PSB	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	SIM

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 45
Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00

Total : 45


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, zero.

Nenhuma abstenção.

Total: 45 votos.

Vamos a uma nova votação nominal.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB–RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para constar o meu voto “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a votou “Sim” e o registro será feito na Ata dos nossos trabalhos.

Passa-se à votação das emendas de parecer favorável do Relator, Senador Tasso Jereissati.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os Líderes já podem recomendar como votação as suas bancadas.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, a Liderança do PMDB orienta sua Bancada para votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Bancada do PMDB vota “sim”, segundo o Líder Valter Pereira.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, a Minoria recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Líder da Minoria, Mário Couto, recomenda o voto “sim”.

Senador Renato Casagrande, Líder do PSB.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PSB já se manifestou, vai votar “sim” à matéria.

O PSB, pelo menos do meu Estado, quer parabenizar todos os Municípios que estavam pendentes da legalização, da regulamentação. Em especial, como capixaba, transmito um abraço à população de Governador Lindenberg, um Município próspero, importante, que está dependendo dessa regulamentação.

Portanto, transmito meu abraço ao Prefeito Asterval, à Câmara de Vereadores, às lideranças de lá e à população de Governador Lindenberg.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

Antes, quero fazer um apelo às Senadoras e aos Senadores, para que possam responder a um ofício enviado pela Presidência da Mesa a respeito do cumprimento da Súmula nº 13 do Supremo Tribunal Federal, porque é essencial que tenhamos essa providência.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Líder do PSOL.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, ontem, a Mesa se reuniu e acolheu a súmula vinculante do STF, e não poderia ser diferente.

Aliás, todos os entes federados, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, deveriam, sim, há muito, ter cumprido o que está expresso na Constituição brasileira.

Sr. Presidente, eu queria fazer uma referência ao Enunciado nº 13, também acolhido pela Mesa, que tenta salvaguardar o direito de servidores que foram nomeados, parentes de Senadores, antes da eleição dos Srs. Senadores. Quero dizer a V. Ex^a, e me parece que houve uma consulta da Mesa inclusive à Procuradoria-Geral da República, que, para mim, sinceramente, considero uma consulta inócua. Por quê? Achar que tratar esse tema, essa questão e considerá-la como direito adquirido é um grande equívoco.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que não prolongue essa agonia no Senado. Para que ficar adiando uma decisão que o Supremo já interpretou, decidiu e para a qual não cabe mais recurso algum?

Portanto, cabe a V. Ex^a tomar a decisão de demitir aqueles que, por ventura, não tenham cumprido essa decisão do Supremo, que, na verdade, antes de ser uma decisão do Supremo, é uma decisão da Constituição brasileira e que vem sendo sistematicamente desrespeitada nos últimos vinte anos.

É o apelo que faço a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço, de novo, um apelo aos Srs. e Sr^{as} Senadoras para que possamos votar a matéria. Eu peço até aos Srs. Senadores que não levem em consideração a minha palavra, do ponto de vista de que eu queria iniciar um debate aqui sobre isso. Na verdade, eu estou querendo é votar essa matéria. Eu já estou vendo que o **quorum** começa a cair, e nós precisamos votá-la. É a última votação. Então, vamos deixar todos os outros debates para depois da votação.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sobre o tema, que eu...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Mas, Sr. Presidente, enquanto não se atinge o *quorum*... Então, permita que os Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não, não, eu permito...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a chegou a me dar a palavra. E, depois, a palavra... V. Ex^a me deu a palavra.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Nem para encaminhar, Sr. Presidente?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a me deu a palavra e, depois, o Senador Nery pediu a palavra. Eu, como bom mineiro, esperei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Está bom. Eu quero só, Sr. Presidente, insistir que, enquanto nossos colegas do PSDB votam, fique bem claro o seguinte: ninguém está aqui, nós não estamos aprovando nenhuma farragem de Municípios. Ninguém está querendo que volte a acontecer o que aconteceu no passado, em que Municípios, sem condição, foram criados. O que estamos aprovando é uma regra rígida para que os Estados possam analisar o desenvolvimento de novas regiões, nas quais acabam surgindo uma nova aglomeração urbana, um novo distrito e um Município novo. É, na verdade, um novo eixo de desenvolvimento, um novo eixo de progresso. A experiência mostra isso.

Existem críticas que são válidas de que um novo Município gera novas despesas públicas. Mas é importante lembrar que hoje existe a Lei de Responsa-

bilidade Fiscal, é importante lembrar que hoje não se pode gastar mais do que 8% da receita com a Câmara Municipal, é importante lembrar que hoje não há um risco dessa forma.

Então, ao fazer a aprovação deste projeto de lei, deste projeto complementar, estamos, na verdade, devolvendo aos Estados uma prerrogativa federativa para que, dentro de regras mínimas, se analise a possibilidade ou não de criação de um novo Município. Não podemos ficar como estamos hoje, pois, desde 1995, está proibida no Brasil a criação de qualquer Município, ainda que ele seja grande, numa região nova do Centro-Oeste, do Norte ou mesmo em regiões já consolidadas como no Sul, Sudeste e Nordeste.

Portanto, que fique bem claro: estamos exatamente fazendo uma regra rígida, estamos fazendo um projeto que vai moralizar a criação de novos Municípios no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mão Santa, V. Ex^a deve exercer o seu direito de voto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Presidente Garibaldi, sobre o assunto, sobre a matéria em votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mário Couto; em seguida, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – V. Ex^a vai abrir o painel ou posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não. V. Ex^a pode falar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente eu quero parabenizar a Casa no dia de hoje, dizendo que, se pudéssemos o tempo todo legislar como estamos legislando hoje, traríamos benefício ao nosso País.

Infelizmente, as medidas provisórias trancam a pauta e não deixam os Senadores legislar. Quero deixar essa reflexão na noite de hoje, Sr. Presidente. Que V. Ex^a continue se esforçando. Sou testemunha do esforço de V. Ex^a no sentido de breicar as medidas provisórias, de diminuir o número de medidas provisórias que deixam os Parlamentares sem poder legislar neste Senado. Quero deixar essa reflexão, pedindo

a V. Ex^a que não perca a motivação de sempre estar atento a esse problema das medidas provisórias. Tenho certeza de que V. Ex^a vai conseguir. V. Ex^a já diminuiu, e nós vamos conseguir aquilo que V. Ex^a e todos nós desejamos, que é trabalhar.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, esse é o último turno?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou entrar no tema, Senador Valter.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – A minha angústia decorre do fato de que alguns já estão se despedindo.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou falar. V. Ex^a fala tanto. Eu falo tão pouco e, quando falo, V. Ex^a não quer me deixar falar.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – V. Ex^a e o Senador Flexa Ribeiro são realmente muito modestos e muito econômicos com essa tribuna. Só Deus pode testemunhar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Até pensei um dia em votar em V. Ex^a para Presidente. Já não penso mais. V. Ex^a é muito rígido.

Quero aqui fazer a mesma coisa que um Senador fez há poucos minutos. Não me recordo quem foi, mas acho que foi o Senador Casagrande, que parabenizou aqueles Municípios, aquelas vilas que têm condições de se tornar independentes e que, há muitos e muitos anos, esperam. Hoje, o Senado Federal diz que agora vão poder se tornar independentes, vão poder ser município e se desenvolver.

No caso do Pará – vou falar dos que eu estou me lembrando agora, dos que há muito tempo esperam –, Mojuí dos Campos, em Santarém; Castelo dos Sonhos, em Altamira; Moraes Almeida, em Itaituba, Senador Flexa.

Eu quero, em meu nome e em nome do Senador Flexa Ribeiro e do Senador José Nery, Senadores paraenses, parabenizar esta Casa e dizer que o Pará, com certeza, está aplaudindo a votação desta Casa na noite de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto.

Eu quero fazer algumas comunicações aos Senadores e às Senadoras.

Estava convocada uma sessão amanhã em homenagem aos 200 anos do Banco do Brasil. Essa

solenidade, entretanto, foi adiada. Não será realizada amanhã à tarde.

Está cancelada a sessão do Congresso Nacional que estava marcada para hoje no plenário do Senado Federal.

Amanhã, dia 16, haverá sessão deliberativa. Entretanto, na próxima semana, não haverá sessões deliberativas; haverá sessões não-deliberativas.

A próxima sessão deliberativa está marcada para terça-feira, dia 28 de outubro. Essa decisão foi tomada pela Presidência, de comum acordo com as Lideranças, que fizeram essa solicitação, tendo em vista a realização do segundo turno em 27...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em 26.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em 26... Não, eu estou querendo dizer o número de Municípios. Em 27 Municípios, se não me engano. Agora, na próxima terça-feira, retomaremos....

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, ainda haverá uma votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não haverá mais.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu pediria a compreensão do Senador Delcídio. Logo, darei a palavra a V. Ex^a. É apenas para uma última comunicação: na terça-feira, dia 21, haverá um debate na Comissão de Assuntos Econômicos sobre a crise do sistema financeiro internacional. Repito: na terça-feira, dia 21, às 10h da manhã, com a presença do Ministro Guido Mantega e do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de confirmar o meu voto “sim” nas duas votações anteriores, porque eu estava na Comissão de Orçamento e não pude estar presente.

Sr. Presidente, com relação à matéria que votamos hoje – nós votamos “sim”, a Bancada de Mato Grosso do Sul marcou presença e trabalhou pela apro-

vação desse projeto –, eu não poderia deixar de destacar o trabalho do Senador Eduardo Azeredo, que é extremamente determinado. Eu tenho absoluta convicção de que ele está convencido da importância desse projeto para o desenvolvimento do nosso País. S. Ex^a é um homem dinâmico, um homem eficiente, um homem que tem uma visão de Estado, uma visão de País, e eu não poderia deixar de destacar o trabalho dele, principalmente no convencimento dos seus companheiros, Senadores e Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para cumprimentar V. Ex^a e todos os Senadores desta Casa, porque hoje nós conseguimos, enfim, dar oportunidade, como disse aqui o Senador Mário Couto, àqueles vilarejos, àqueles distritos, às vezes maiores do que alguns Municípios que já existem nos nossos Estados – porque acontece isso no Estado de Rondônia, como eu já disse aqui, de buscarem as suas independências.

Eu gostaria de registrar aqui, em rápidas palavras, que o Distrito de Nova Califórnia, o Distrito de Extrema, o Distrito de Vista Alegre do Abunã, o Distrito de São Domingos, o Município de Costa Marques, o Município de Tarilândia, entre tantos outros, com certeza, são maiores que alguns Municípios já criados.

Então, eu gostaria de parabenizar V. Ex^a, Sr. Presidente, por essa determinação de fazer com que a Casa vote matéria tão importante. Há uma PEC para ser votada, que é a PEC da transposição dos servidores públicos do meu Estado. Eu sei o quanto V. Ex^a já me ajudou nisso, já tentou buscar o entendimento, o diálogo com a Câmara dos Deputados. Já foi votada pelo Senado, já foi votada pela Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados e só está esperando a vontade política, a determinação do Presidente daquela Casa de colocar essa PEC para ser votada, resgatando uma injustiça que fazem com os ex-Territórios, aliás, com o ex-Território de Rondônia, pois os demais ex-Territórios já foram atendidos.

Eu pediria, para finalizar, mais uma vez, o apoio de V. Ex^a, que poderia falar com o Presidente da Câmara dos Deputados para que vote essa PEC e faça justiça aos servidores do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Vamos abrir o painel para registrar o último resultado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui um registro: na votação anterior, digitei equivocadamente na votação o voto “não”, quando deveria ter sido “sim”, aliás, foi o contrário: deveria ser “não” e votei “sim”.

Eu não quero caluniar o sistema, como sói acontecer aqui em muitas e muitas votações. De maneira que peço a V. Ex^a que registre esse equívoco, porque foi realmente um equívoco meu; não foi um erro do sistema. Aqui, já se tornou um lugar-comum dizer: “o sistema digitou errado”. Não. Quem digita errado é quem realmente põe o dedo na tecla errada. Nesse caso, confesso que fui eu próprio que me equivoquei nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Maranhão, V. Ex^a será atendido. O seu voto será registrado “sim” ao projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti, relatado pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a permite que eu abra o painel? Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Com muito prazer, Sr. Presidente.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDAS NºS 1 E 2-PLEN AO PLS Nº 98, DE 2002 - COMPLEMENTAR (T. SUPL.)

Núm.Sessão: 1
Data Sessão: 15/10/2008

Num.Votação: 4
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 15/10/2008 20:09:22
Encerramento: 15/10/2008 20:28:41

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	SIM				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM				
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	SIM				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM				
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	SIM				
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM				
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
DEM	MT	JAYME CAMPOS	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	SIM				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM				
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	SIM				
DEM	PE	MARCO MACIEL	SIM				
PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	SIM				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	SIM				
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	SIM				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM				
PTB	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PSDB	PE	SERGIO GUERRA	SIM				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAS	SIM				
Bloco-PT	MT	SERYS SHÉSSARENKO	SIM				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM				
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM				
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	SIM				

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 45
Votos NÃO : 00
Votos ABST. : 00

Total : 45

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, nenhum.

Total: 45 votos. (Palmas.)

Aprovadas as Emendas nº 1 e 2 de Plenário ao PLS nº 98/2002, Complementar.

Com a palavra o Senador César Borges; depois, faremos a leitura do parecer da Comissão Diretora.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

Ontem tínhamos a preocupação de que essa votação pudesse se tornar uma realidade. Havia uma preocupação muito grande com relação à ansiedade dos nossos concidadãos desses Municípios que estavam pendentes dessa decisão. O Senado cumpriu o seu papel. V. Exª colocou em votação. Houve uma decisão muito sensata de se testar o **quorum**. O **quorum** estava baixo, mas conseguimos aqui uma unanimidade em relação ao projeto – 45 Srs. Senadores estão aqui marcando a história. Acredito que, se muitos tivessem a possibilidade de saber que haveria esta votação, seria aqui quase unanimidade no Senado. Estaríamos também votando favorável a este projeto. Vamos continuar acompanhando o encaminhamento desta nossa proposta – do Senado Federal – na Câmara dos Deputados, para que a Câmara possa entender que é fundamental a aprovação rápida deste projeto.

Encerro, Sr. Presidente, parabenizando, em nome de V. Exª, todo o Senado brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço, Senador César Borges.

Com a palavra o Senador Mão Santa, em seguida, o Senador Valter Pereira, depois o Senador Jayme Campos.

Perdoem-me. Estou tão desejoso de dar a palavra a V. Exªs que me esqueci que temos aqui a leitura do Parecer da Comissão Diretora e Redação Final.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Sobre a mesa, parecer, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antonio Carlos Valadares.

É lido o seguinte:

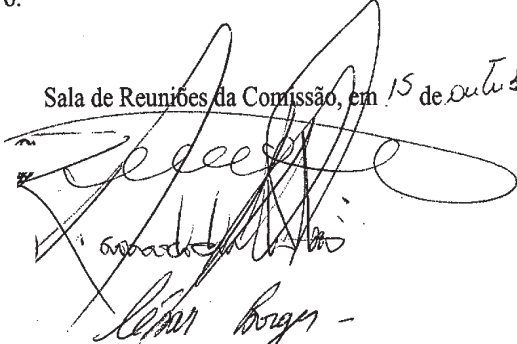
PARECER Nº 1.052, DE 2008

(Comissão Diretora)

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 - Complementar.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 - Complementar, que regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, e dá outras providências (art. 18, § 4º da Constituição Federal), consolidando as Emendas aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 15 de outubro de 2008.



ÁLVARO DIAS

ANEXO AO PARECER Nº 1.052, DE 2008

Redação final do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 - Complementar.

Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, para regulamentar o § 4º do art. 18, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta lei complementar dispõe sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Art. 2º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios dependerão da realização de Estudo de Viabilidade Municipal e de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, e far-se-ão por lei estadual, obedecidos os procedimentos, prazos e condições estabelecidas por esta lei complementar.

Art. 3º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade territorial e a unidade histórico-cultura do ambiente urbano.

Art. 4º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – criação: a emancipação de área integrante de um ou mais municípios pré-existentes, originando um novo município com personalidade jurídica própria;

II – incorporação: a completa integração de um município a outro pré-existente, perdendo o município integrado sua personalidade jurídica, prevalecendo a do município incorporador;

III – fusão: a completa integração de dois ou mais municípios pré-existentes, originando um novo município com personalidade jurídica própria;

IV – desmembramento: a separação de área de um município pré-existente, para integrar-se a um outro município também pré-existente, prevalecendo a personalidade jurídica do município a que se integrar;

V – municípios envolvidos: aqueles que sofrerem alteração em sua área geográfica, decorrente de criação, incorporação, fusão ou desmembramento.

Art. 5º É vedada a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios quando implicarem em inviabilidade dos Municípios pré-existentes.

Art. 6º O procedimento para criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Município será realizado no período compreendido entre a posse dos Prefeitos e Vice-Prefeitos, na forma do inciso III do Art. 29 da Constituição Federal, e o último dia do ano anterior ao da realização de eleições municipais.

§ 1º Os atos iniciados e não encenados no período a que se refere o caput ficam automaticamente sobrestados, devendo ser reiniciados após a posse dos Prefeitos e Vice-Prefeitos.

§ 2º São nulos os atos realizados fora do período de que trata o **caput**.

§ 7º Os procedimentos para a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios se iniciarão mediante requerimento subscrito por eleitores residentes nas áreas envolvidas, nos termos e condições estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º Os Estudos de Viabilidade Municipal para criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios deverão ser conclusivos quanto à viabilidade ou não e observarão o atendimento dos requisitos de viabilidade e procedimentos estabelecidos nesta Lei.

Art. 9º A Assembléia Legislativa Estadual após a homologação do Estudo de Viabilidade Municipal, nos termos desta Lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, autorizará a realização de plebiscito nos Municípios envolvidos.

§ 1º A Assembléia Legislativa Estadual solicitará ao Tribunal Regional Eleitoral a realização do plebiscito, que ocorrerá, preferencialmente, em conjunto com as eleições federais e estaduais imediatamente subsequentes à edição do ato legislativo que o auto-

rizar, observado o que dispõe a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

§ 2º Rejeitada em plebiscito a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Município, é vedada a realização de novo plebiscito sobre o mesmo tema no prazo de 10 (dez) anos.

Art. 10. Aprovada em plebiscito a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Município, a Assembléia Legislativa Estadual, na forma de seu regimento interno, votará o respectivo projeto de lei, definindo entre outros aspectos:

I – nome, sede, limites e confrontações geográficas dos Municípios envolvidos;

II – forma de sucessão e repartição de bens, direitos e obrigações dos Municípios envolvidos;

III – forma de absorção e aproveitamento de funcionários públicos, assegurados os direitos e garantias adquiridas ao tempo da transformação.

CAPÍTULO II

Da Criação

Art. 11. O requerimento para criação de Municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes na área geográfica que se pretenda emancipar para originar novo Município, dirigido à Assembléia Legislativa Estadual.

Art. 12. Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa Estadual, após verificada a sua regularidade, providenciará a elaboração, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, Estudo de Viabilidade do Município a ser criado e da área remanescente do Município pré-existente.

Art. 13. O Estudo de Viabilidade Municipal tem por finalidade o exame e a comprovação da existência das condições que permitam a consolidação e desenvolvimento dos Municípios envolvidos, e deverá comprovar, preliminarmente, em relação ao Município a ser criado, se foram atendidos os seguintes requisitos:

I – população igual ou superior a:

a) 5.000 (cinco mil) habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste;

b) 7.000 (sete mil) habitantes nas Regiões Nordeste;

c) 10.000 (dez mil) habitantes nas Regiões Sul e Sudeste;

II – eleitorado igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) de sua população;

III – existência de núcleo urbano já constituído, dotado de infra-estrutura, edificações e equipamentos compatíveis com a condição de Município;

IV – número de imóveis, na sede do aglomerado urbano que sediará o novo Município, superior à média

de imóveis de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

V – arrecadação estimada superior à média de 10% (dez por cento) dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população;

VI – área urbana não situada em reserva indígena, área de preservação ambiental ou área pertencente à União, suas autarquias e fundações;

VII – continuidade territorial.

§ 1º Os requisitos estabelecidos no **caput**, dar-se-á prosseguimento ao Estudo de Viabilidade Municipal que deverá abordar os seguintes aspectos:

I – viabilidade econômico-financeira;

II – viabilidade político-administrativa;

III – viabilidade sócio-ambiental e urbana.

§ 2º A viabilidade econômico-financeira deverá ser demonstrada a partir das seguintes informações:

I – receita fiscal, atestada pelo órgão fazendário estadual, com base na arrecadação do ano anterior ao da realização do estudo e considerando apenas os agentes econômicos já instalados;

II – receitas provenientes de transferências federais e estaduais, com base nas transferências do ano anterior ao da realização do estudo, atestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo órgão fazendário estadual, respectivamente;

III – estimativa das despesas com pessoal, custeio e investimento, assim como com a prestação dos serviços públicos de interesse local, especialmente a parcela dos serviços de educação e saúde a cargo dos Municípios envolvidos;

IV – indicação, diante das estimativas de receitas e despesas, da possibilidade do cumprimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3º A viabilidade político-administrativa deverá ser demonstrada a partir do levantamento da quantidade de funcionários, bens imóveis, instalações, veículos e equipamentos necessários ao funcionamento e manutenção dos respectivos Poderes Executivo e Legislativo municipais.

§ 4º A viabilidade sócio-ambiental e urbana deverá ser demonstrada a partir do levantamento dos passivos e potenciais impactos ambientais, a partir das seguintes informações e estimativas:

I – novos limites do município a ser criado e da área remanescente;

II – levantamento da quantidade e tipologia das edificações existentes nas áreas urbanas;

III – levantamento das redes de abastecimento de água e cobertura sanitária;

IV – eventual crescimento demográfico;

V – eventual crescimento da produção de resíduos sólidos e efluentes;

VI – identificação do percentual da área ocupada por áreas protegidas ou de destinação específica, tais como unidades de conservação, áreas indígenas, quilombolas ou militares.

§ 5º Os dados demográficos constantes dos Estudos de Viabilidade Municipal serão considerados em relação ao último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 6º Os demais dados constantes dos Estudos de Viabilidade Municipal deverão ser fornecidos pelos órgãos municipais, estaduais e federais de planejamento, fazenda, estatística e meio-ambiente, além de outros cuja competência ou área de atuação demandem sua participação.

§ 7º Não será permitida a criação de município se a medida resultar, para o município pré-existente, na perda dos requisitos estabelecidos no **caput**.

Art. 14. Os Estudos de Viabilidade Municipal serão publicados no órgão de imprensa oficial do Estado, a partir do que se abrirá prazo de 60 (sessenta) dias para sua impugnação, por qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, perante a Assembléia Legislativa Estadual.

§ 1º O sítio na internet da Assembléia Legislativa disponibilizará os Estudos de Viabilidade Municipal para conhecimento público, durante o prazo previsto no **caput**.

§ 2º Será realizada pelo menos uma audiência pública em cada um dos núcleos urbanos envolvidos no processo, durante o prazo previsto no **caput**.

Art. 15. Encerrado o prazo do art. 14, a Assembléia Legislativa deliberará sobre os Estudos e suas impugnações, na forma de seu regimento interno, devendo decidir pela impugnação ou homologação.

Art. 16. Homologado o Estudo a que se refere o art. 13, comprovando a viabilidade, a Assembléia Legislativa autorizará a realização de plebiscito em consulta à totalidade da população do município pré-existente, inclusive da área a ser emancipada, observado o que dispõe o art. 9º

Art. 17. Aprovada em plebiscito a criação, a Assembléia Legislativa votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 18. Aprovada a lei estadual de criação do município, a eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores do novo município realizar-se-á na eleição municipal imediatamente subsequente, nos termos dos incisos I e II do art. 29 da Constituição Federal, e a instalação

do novo município se dará com a posse do prefeito e vice-prefeito eleitos, observado o que dispõe o inciso III do art. 29 da Constituição Federal.

Art. 19. Enquanto não forem eleitos e empossados o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores, nem editadas normas próprias, o município objeto de criação será regido e administrado pelas normas e autoridades do município de origem, observado o que dispõe o **caput** do art. 29 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

Da Incorporação e da Fusão

Art. 20. O requerimento para incorporação ou fusão de municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes em cada um dos municípios que se pretenda fundir ou incorporar um ao outro, e será dirigido à Assembléia Legislativa Estadual.

Art. 21. Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa Estadual, após verificar a sua regularidade, promoverá o Estudo de Viabilidade Municipal para verificar o atendimento dos requisitos estabelecidos no **caput** do art. 13, e, comprovado o seu atendimento, providenciará o prosseguimento do Estudo aplicando, no que couber, as disposições dos arts. 13 a 15.

Art. 22. Homologado o Estudo de Viabilidade Municipal, a Assembléia Legislativa Estadual, observado o que dispõem os arts. 9º e 16, editará ato legislativo autorizando a realização do plebiscito, para consulta às populações dos municípios envolvidos.

Art. 23. Aprovado em plebiscito a incorporação ou fusão, a Assembléia Legislativa Estadual votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 24. A incorporação ou fusão de municípios se completa com a publicação da lei estadual que a aprovar.

§ 1º A partir da data da lei estadual que aprovar a incorporação, o município incorporado passa a ser administrado pelas autoridades e se reger pelas normas do município ao qual foi incorporado.

§ 2º Nos casos de fusão, os Municípios fundidos passam a ser administrados pelas autoridades e se regidos pelas normas do município mais populoso.

Art. 25. Aprovada em lei estadual a incorporação ou fusão de município, a eleição do prefeito, vice-prefeito e vereadores do novo município realizar-se-á na eleição municipal imediatamente subsequente, nos termos dos incisos I e II do art. 29 da Constituição Federal, e a instalação do novo município se dará com a posse do prefeito e vice-prefeito eleitos, observado o que dispõe o inciso III do art. 29 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

Do Desmembramento

Art. 26. O requerimento para desmembramento de municípios deverá ser subscrito por, no mínimo, 10% (dez por cento) dos eleitores residentes na área a ser desmembrada e será dirigido à Assembléia Legislativa do respectivo estado.

Art. 27. Recebido o requerimento, a Assembléia Legislativa Estadual, após verificar a sua regularidade, promoverá o Estudo de Viabilidade Municipal para verificar o atendimento dos requisitos estabelecidos no **caput** do art. 13, tanto em relação à área a ser desmembrada quanto à área remanescente do município a ser desmembrado, e, comprovado o seu atendimento, providenciará o prosseguimento do Estudo aplicando, no que couber, as disposições dos arts. 13 a 15.

Art. 28. Homologado o Estudo de Viabilidade Municipal, a Assembléia Legislativa Estadual, observado o que dispõem os arts. 9º e 16, editará ato Legislativo autorizando a realização de plebiscito para consulta às populações dos municípios envolvidos.

Art. 29. Aprovado em plebiscito o desmembramento, a Assembléia Legislativa Estadual votará a lei respectiva, nos termos do art. 10.

Art. 30. O desmembramento de município se completa com a publicação da lei estadual que o aprovar.

Parágrafo único. A partir da data da lei estadual que aprovar o desmembramento, a área desmembrada passa a ser administrada pelas autoridades e ser regida pelas normas do município ao qual foi integrada.

CAPÍTULO V

Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 31. Ficam convalidados os atos de criação, incorporação, fusão, desmembramento e instalação dos municípios cuja realização haja ocorrido entre 13 de setembro de 1996 e 31 de dezembro de 2007, desde que se encontrem no pleno gozo de sua autonomia municipal, com prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, eleitos e empossados.

§ 1º Ficam convalidados todos os atos da administração praticados no regular exercício de seus mandatos e atribuições.

§ 2º Ficam convalidados os plebiscitos para criação de município realizados no período estabelecido no **caput**, desde que se comprove a sua viabilidade, nos termos dos incisos I, II e III do § 1º e dos §§ 2º a 7º do art. 13, e observados, no que couber, os demais procedimentos previstos nesta Lei.

§ 3º Nos quatro anos que se seguirem à publicação desta Lei, o município que não se enquadre na

situação referida no **caput** poderá adotar procedimentos para se enquadrar nas disposições desta Lei, ou retornar ao estado anterior, mediante ato aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios envolvidos, submetido à apreciação da Assembleia Legislativa Estadual.

Art. 32. São nulos de pleno direito os atos praticados em desconformidade com esta Lei.

Art. 33. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 16:

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do rt. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.*

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

14

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971* (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB*. (prescrição em cinco anos de ação de prestação

de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003,

na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

26

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE)* (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

32

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que *sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.*

33**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

34**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

35**REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

36**REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa

ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

37**REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Garibaldi Alves, só queria cumprimentá-lo. Eu realmente já disse que V. Exª foi ungido por Deus. V. Exª, Garibaldi, entrou nessa Presidência num momento de dificuldades e combateu o bom combate, “navegar é preciso”, e V. Exª navegou com sabedoria. E, hoje, oferece à Nação um dos projetos de lei mais interessantes, que é o renascer de novos Municípios.

E queria aqui dar o meu testemunho, ô Garibaldi, de que, quando governei o Estado do Piauí, Deus me permitiu fazer nascer 78 novos Municípios, o que é um fato inédito. Mas isso não foi uma luz minha, não. Foi do Governador que nos antecedeu, que foi Senador da República, Freitas Neto. Eu era Prefeito da minha cidade. Ele começou. Havia 115 Municípios, ele criou 30, ficaram 145. E, quando comecei a governar o Piauí, fiquei encantado com esse projeto e dei continuidade a ele. De repente, nasceram 78 novas cidades no Estado do Piauí.

Atentai bem, Senador Casildo Maldaner, “o essencial é invisível aos olhos”, dizia Antoine de Saint-Exupéry. Além daquilo que você vê em uma nova cidade – as avenidas iluminadas, a praça para namorar, o mercado para comercializar, a escola para aprender, a cadeia para pôr ordem –, o mais importante é transformar aqueles homens de campo em líderes.

Há o aparecimento de um chamamento para a responsabilidade administrativa e surgem os Vereadores, os Vice-Prefeitos e os Prefeitos. Iria dar um exemplo; um quadro vale por dez mil palavras.

Presidente Garibaldi Alves, em uma das cidades pequeninhas que criei, Jatobá, apareceu um Prefeito, João Félix. Foi reeleito. E foi tão bom que foi Prefeito da cidade-mãe, Campo Maior, onde se deu a Batalha do Jenipapo, que garantiu esta unidade no Brasil. E foi reeleito.

Em outro Município, o de Joca Marques, pequeninho, uma mulher, uma bela mulher foi Prefeita, reeleita e, aí, passou para a cidade-mãe, Luzilândia, e lá conseguiu se reeleger também.

Então, além disso, transformamos aqueles homens do campo em verdadeiros líderes. E V. Ex^a tem tido tanto sucesso, que não duvido nada que aqui baixe o Divino Espírito Santo e a gente consiga fazer uma emenda, uma lei para que V. Ex^a possa ser reeleito.

Mas eu lembraria, Senador Garibaldi Alves – está aqui o nosso Jayme Campos –, a criação de Estados. Está aí muito palpável. Tocantins, além dos minérios, da pecuária e da agricultura, hoje é o maior centro de universidade a distância. Lá existe uma universidade, a EADCON – ficou próxima de Brasília –, que de lá vai Brasil afora, para o interior, a universidade à distância. E Mato Grosso do Sul – está aqui a grandeza dos que representam essa pujança. Então é hora, Garibaldi, de reanalisarmos aqueles projetos de aparecer novos Estados. O bom exemplo é que Mato Grosso do Sul e Tocantins enriqueceram o Brasil. Os Estados Unidos, que estão aí, com uma área geográfica quase como a nossa, têm 50 Estados; o México é menos da metade do Brasil e tem 35 Estados. Então, é hora.

Depois do êxito dessa integração municipal, V. Ex^a, que tem conquistas através de conquistas, deve fazer renascer esses projetos. E o Piauí quer se dividir, quer que seja criado, no sul do Estado, Gurguéia, um novo Estado.

Nós confiamos que, ainda neste seu mandato – confiando ainda que o Divino Espírito Santo baixe nesta Casa e que V. Ex^a possa ser reeleito –, V. Ex^a consiga a votação da criação dos novos Estados, entre eles o Estado do Gurguéia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Valter Pereira, em seguida, o Senador Gilberto Goellner.

Senador Delcídio, ainda quer usar da palavra?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sim, se possível.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, após as palavras do Senador Valter, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então vamos ter agora o Senador Valter Pereira. Dê-me só um minuto, Senador Valter Pereira, para eu definir a lista de oradores: o Senador Gilberto, que já está inscrito há muito tempo, o Senador Jayme Campos e o Senador Augusto Botelho. Não, Delcídio Amaral. Ele estava inscrito. Se fôssemos obedecer à ordem daquele livro ali que não está sendo muito respeitada...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Quer dizer, eu estou em último lugar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a deveria obedecer ao Evangelho: os últimos serão os primeiros.

Com a palavra o Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Constituição de 88 trouxe uma função essencial ao Senado da República. Deu-lhe o caráter, deu-lhe a função de representar a Federação, incluindo no princípio federativo o Município. Hoje, nesta memorável sessão, nós estamos na verdade cumprindo essa destinação constitucional de representar o Município brasileiro, que é a **celula mater**, que é onde o cidadão efetivamente mora, vive, cresce. Enfim, o Senado cumpriu hoje com a sua missão, não só porque o Supremo deu um prazo para que resolvesse essa questão em caráter definitivo, como também porque havia uma necessidade premente que todos aqui nesta Casa já tinham proclamado, já tinham reconhecido.

Veja, Sr. Presidente, faço questão hoje de fazer um ligeiro comentário sobre esta votação, porque, nas últimas semanas, eu li alguns comentários maldosos sobre esta votação. Li algumas análises equivocadas e distorcidas sobre a natureza e sobre a finalidade desta votação. E nós precisamos resgatar a verdade.

Em primeiro lugar, o projeto que aprovamos hoje dá à criação do Município um norte, que estabelece critérios, que define condições. Veja aqui, por exemplo, os arts. 12 e 13: “Recebido o requerimento a Assembléia Legislativa estadual, após verificada a sua regularidade, providenciará a elaboração no prazo de 180 dias do estudo de viabilidade do Município a ser criado e da área remanescente do Município preexistente.”

Então, veja V. Ex^a a seriedade que se está dando a esse assunto.

A Assembléia Legislativa não perdeu a sua função, não perdeu a sua competência. Ela vai continuar se manifestando, vai continuar exercendo a sua autonomia no Estado, porém vai ter que seguir um requisito, que é o da viabilidade. E essa viabilidade está representada pelo número de habitantes de cada uma das regiões. Essa viabilidade está representada também pelo número de eleitores, pelo número de imóveis, pela

arrecadação que o Município tem e pela área urbana que realmente ele pode exibir.

Então, Sr. Presidente, hoje há critérios. A partir de hoje, haverá obviamente...hoje se prevalecer a decisão do Senado na outra votação que vai ocorrer na Câmara dos Deputados, porque o que aprovamos hoje ainda depende da votação da Câmara dos Deputados. Mas aqui cumprimos uma missão sem ferir a autonomia da Assembléia Legislativa, sem ferir a autonomia do Estado, sem ferir a vontade soberana dos munícipes e, sobretudo, sem fazer demagogia. Aí é que vai a minha crítica. Aqui nós não estamos aprovando um projeto que vai dar uma licenciabilidade escancarada para se criar Município a bel-prazer do político. Na verdade, haverá critério e esse projeto aqui foi relatado depois de um diálogo muito grande, de um debate muito profundo que foi estabelecido na CCJ e neste plenário..

De sorte que hoje é um dia de grandeza para o Senado Federal, é um dia onde ele exerce essa sua função, esse seu poder de atender às demandas sentidas do Municípios.

Vou dar um exemplo a V. Ex^a para que entenda a importância. Aqui, hoje, fiz registro de uma delegação do futuro Município de Paraíso das Águas. Lá foi realizado um plebiscito. Esse plebiscito teve 96% dos votos válidos. Foi criado pela Lei Estadual nº 2.679, mas não foi instalado ainda. O Município, Sr. Presidente, que foi criado e que está ainda na condição de distrito, dista de Água Clara 220 km; dista de Costa Rica 62 km; dista de Chapadão do Sul 54 km. Já tem escola municipal para 350 alunos e uma escola estadual para 500 alunos. O Município tem 100% de drenagem, 100% de pavimentação, tem cinco usinas hidrelétricas, cinco PCHs: três em funcionamento e duas em construção. É um distrito que tem uma renda capaz de garantir a viabilidade do Município.

E, distante da sede é claro que, dificilmente, seria atendido, convenientemente, se permanecesse na condição de distrito.

E o mesmo acontece com o Município de Figueirão, distante 150 km da sede e que não é servido por estrada pavimentada e que vive a mercê da própria sorte. Portanto, com esta votação de hoje, nós estamos, na verdade, convalidando o Município de Figueirão, que já elegeu Prefeita; e o Município de Paraíso das Águas, que, certamente, a partir de agora, já vai ser consolidado como Município, vai ser convocada a eleição, obviamente, dependendo da outra votação que vai ocorrer na Câmara dos Deputados.

A delegação de Paraíso das Águas, comandada aqui pelo Vereador Xixi, o nosso Ivan, a quem quero cumprimentar e pedir que leve o abraço do Senador Valter Pereira, da Senadora Marisa Serrano, que, certamente, ao subscrever a emenda conosco teve um

engajamento firme, e o Senador Delcídio, que chegou aqui e fez questão de fazer registro de seu voto em favor da criação do Município, Levem o abraço do Senado, que foi sensível a esta causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Gilberto Goellner e, em seguida, ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só gostaria de fazer um registro, até porque o Senador Gilberto Goellner está indo para a tribuna. Eu só gostaria de registrar a presença dos ilustres representantes do Paraíso das Águas: o Ivan Pereira, nosso popular Vereador Xixi, o nosso Fernando Brito, o nosso Jair Boschetti.

E, ao mesmo tempo, cumprimentar toda a população de Paraíso das Águas pela vitória, pela aprovação, por 45 votos a zero, de um projeto em que eles trabalharam intensamente, não pouparam esforços aqui no Senado Federal no sentido de viabilizar a aprovação desse projeto. E é importante registrar que são os únicos representantes dos Municípios nesta sessão.

Portanto, quero, em nome do Vereador Xixi, nosso Ivan Pereira; do Fernando Brito; do Jair Boschetti, cumprimentar toda a população de Paraíso das Águas e desejar que Deus os ilumine, os abençoe sempre nessa caminhada e principalmente nesse novo tempo que toda a população de Paraíso das Águas esperava e, mais do que nunca, merece daqui para frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Senador Gilberto Goellner, pela oportunidade de aqui me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estávamos inscritos antes da Ordem do Dia, mas vejo que, por todo o esforço feito no dia e na noite de hoje, merecem aplausos os Senadores que participaram da regularização, da fusão, do desmembramento e da regularização dos novos Municípios brasileiros, os quais tanto esperavam por isso e até recorriam a leis estaduais para regularizar sua formação.

O que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são as medidas urgentes, emergenciais, para socorrer os produtores rurais em face da crise financeira internacional.

Os agricultores brasileiros da Região Centro-Sul estão se preparando para plantar a nova safra, num cenário que já era complicado devido à precária situação financeira de cada um deles, mas que, agora, se torna imprevisível devido à crise financeira internacional.

Essa crise coloca uma série de dificuldades diante dos produtores rurais: primeiro, a escassez de crédito oficial e do concedido pelas **tradings**, as compradoras, as fornecedoras de insumos; elevação abrupta do dólar frente ao real, o que eleva o preço dos insumos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, justamente quando os produtores rurais precisam adquiri-los, e cujo preço é atrelado à cotação do dólar.

A elevação do preço dos insumos faz com que o custeio da nova safra passe a exigir um montante de recursos muito maior do que o despendido nas safras anteriores, o que, por si só, já consumiria todos os recursos dos produtores.

Neste momento, os produtores estão totalmente descapitalizados e não têm condições nem de adquirir novos insumos, nem de quitar as parcelas dos financiamentos que estão vencendo.

Sr. Presidente, a elevação das cotações das **commodities** agrícolas, recentemente, trouxe otimismo a muitos produtores, e estes esperavam que, com os preços mais elevados, pudessem cobrir os custos decorrentes da elevação dos insumos adquiridos internacionalmente, garantindo, assim, a rentabilidade das explorações agropecuárias.

Acontece que o mercado reverteu-se, começou a cair, e foi deflagrada também uma grande crise financeira internacional ao mesmo tempo.

Assim, Sr. Presidente, prenuncia-se que, mais uma vez, vai repetir-se a situação que já aconteceu anteriormente: justamente quando os produtores precisam comprar os insumos, como agora, o dólar se eleva, aumentando os seus custos em real; e, paradoxalmente, quando os produtores rurais colhem a safra e necessitam vender a sua produção, a cotação do dólar cai, inviabilizando completamente as atividades agrícolas.

A redução da oferta de crédito rural na ocasião do plantio é motivada pela menor oferta de recursos públicos e de bancos privados – é o que está acontecendo agora – e também devido à lentidão da renegociação das dívidas rurais aprovada recentemente aqui, no Senado Federal.

Essa renegociação vem complicar ainda mais o nebuloso cenário enfrentado pelos produtores rurais, porque, tendo vindo no momento em que eles se preparavam para plantar a nova safra, deixou-os acuada: como pagar as parcelas anteriormente devidas, justamente quando necessitam desses recursos para viabilizar a safra? Essa é a grande questão.

Com o fechamento da oferta de novos financiamentos, os produtores não têm outra opção a não ser utilizar esses recursos para custear a própria safra. Então, os produtores enfrentam o dilema: ou pagam as suas dívidas anteriores e não conseguem custear a sua safra,

ou custeiam a sua safra, deixando de pagar as parcelas que estão vencendo, tornando-se assim inadimplentes, sujeitos a ter o seu nome lançado no Serasa, no Cadin, o que fechará, de uma vez, o seu acesso a novos financiamentos, imobilizando-os, portanto, financeiramente.

Muitos produtores, no desespero, estão optando, então, por reduzir o nível tecnológico de suas lavouras para minimizar e diminuir os custos, uma opção extremamente questionável, pois, assim agindo, estarão aumentando o risco de terem uma queda desproporcional na produtividade física e, por conseguinte, na lucratividade de sua safra.

Porém, Sr. Presidente, na atual situação, muitos produtores não têm mesmo outra opção, porque eles não podem mais reduzir a área plantada, pois os compromissos gerais já foram programados.

Em Mato Grosso, estudos mostram que, para o plantio da nova safra de soja, de algodão, de milho, de feijão, de arroz, será necessário um aporte de recursos, ainda agora, de R\$2,8 bilhões, já que os custos com essa atual safra estão 43% mais elevados em relação à safra do ano passado.

Isso vem na mesma ocasião em que os produtores rurais daquele Estado têm de desembolsar cerca de R\$1 bilhão para quitar as parcelas de financiamentos anteriores, oriundos, então, dessa renegociação de dívidas que foi aprovada aqui no Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o dilema que já citei: pagar e parar, ou ficar inadimplente e plantar a nova safra?

O Governo Federal suplementou a dotação dos recursos para os financiamentos rurais. São medidas emergenciais que já aconteceram nessa última semana, mas essa iniciativa não amenizará as dificuldades dos produtores mato-grossenses, do Centro-Oeste e do País, pois a participação dos recursos públicos no custeio da safra, só no Mato Grosso, é da ordem de 10% a 12%. A participação mais elevada nos financiamentos vinha sendo feita pelas **tradings**, que financiavam entre 60% a 70% desse custeio.

Uma das maiores dificuldades é com as *tradings*, pois elas não estão conseguindo captar recursos externos nem aqui dentro do País, para financiar as operações e o custeio da safra dos produtores.

Nesse contexto, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para fazer dois apelos ao Ministro da Fazenda e ao Presidente Lula.

O primeiro é que seja prorrogado o prazo para o pagamento das parcelas de crédito rural que têm o seu vencimento previsto para hoje, dia 15 de outubro. O segundo é que se viabilizem medidas para repassar recursos às **tradings**, a fim de que essas empresas tenham condições de repassar esses recursos

imediatamente aos produtores que queiram plantar e constituir as suas lavouras. E fazer com que todo o encaminhamento de recursos aos bancos privados e oficiais, como o aumento da exigibilidade bancária de 25% para 30%, que foi feito no dia de hoje e que vai vigorar apenas a partir do mês de novembro, dos depósitos à vista dos bancos, seja realmente fiscalizado e administrado pelos órgãos competentes, para que esses recursos cheguem efetivamente à mão dos tomadores, dos produtores rurais deste País.

São medidas urgentes que, sem dúvida, darão um alento aos produtores rurais e ainda evitarão uma frustração de safra futura. Se isso ocorrer, certamente elevará ainda mais a crise no campo brasileiro, acarretando menos oferta de alimentos à população e deixando de contribuir, como já vinha ocorrendo, com o fantástico superávit de exportação da balança comercial brasileira. É isso que nós tememos. Nós tememos pelo pior, devido à queda das **commodities**. O dólar vai-se estabilizar num preço menor, e a dificuldade que os produtores terão hoje de se credenciar perante os bancos para tomar crédito... A maior dificuldade está sendo esta: efetividade do plano de safra brasileiro vir a ser frustrada pela nova situação da crise financeira internacional.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, e espero que novas medidas de auxílio, com mais fiscalização e controle, façam parte das medidas governamentais e que realmente se dê auxílio efetivo aos produtores rurais, que são os heróis que, durante mais de dez anos, estão contribuindo para o superávit da balança comercial brasileira e têm feito com que o Brasil hoje se encontre numa condição confortável, com depósitos no exterior, com reservas cambiais. Essa atividade agrícola contribuiu com mais de 35% desse superávit comercial só nos últimos cinco anos.

Então, já que os outros países estão salvando bancos que especularam, no Brasil vejo que o Governo brasileiro vai precisar ajudar a produção, tanto a agrícola como a industrial, para que essa economia não deixe de fluir.

Sr. Senador do Estado de Roraima, eu gostaria de ouvir a sua opinião balizada, porque lá o senhor também tem problemas sérios.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador, eu gostaria só de parabenizar V. Ex^a, porque está trazendo aqui um assunto importante. Do meu ponto de vista – V. Ex^a expõe bem –, não adianta fazer salvação somente dos bancos. Se o Governo não tomar uma atitude para que a próxima safra seja plantada, não vai adiantar salvar os bancos, porque quem é responsável pelo superávit nacional, 30%, 35%, quase 40%, é a produção agrícola. Então, V. Ex^a está chamando atenção para um fato, e tenho certeza de que o Governo o ouvirá,

para impedir que haja uma quebra na safra do próximo ano. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a!

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Obrigado, Sr. Senador.

Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Caro Senador Gilberto, é muito oportuno o pronunciamento de V. Ex^a quando mostra sua preocupação com a nossa safra 2008/2009. Na verdade, nós precisamos ter um governo que, certamente, tenha compromisso com o agronegócio brasileiro. Nesse caso, particularmente, o Mato Grosso, que é um Estado produtor, um Estado que tem contribuído sobremaneira com a grande produção nacional, sendo o maior produtor de soja, o maior produtor de algodão – temos o maior rebanho bovino deste País –, nós precisamos ter a participação efetiva da instituição de crédito nacional. Espero que o Governo reveja sua posição. No dia de ontem, parece-me que o Banco do Brasil liberou mais R\$5 bilhões de crédito agrícola para a nossa agricultura. Imagino que a nossa agricultura tem contribuído sobremaneira com a balança comercial. Como bem disse o Senador Augusto Botelho, parece que representa de 33% a 36% da nossa balança comercial. Então, nada mais justo que tenhamos uma política que, certamente, possa contemplar aqueles que produzem, aqueles que geram riqueza, que geram emprego, que fazem uma melhor distribuição de renda do Brasil. De tal forma que eu quero aqui cumprimentar V. Ex^a, pois todos os dias tenho visto a sua luta incessante na defesa dos interesses daqueles que constroem a Nação brasileira por intermédio de uma grande produção agrícola. Parabéns, Senador Gilberto!

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Senador Delcídio.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Gilberto Goellner, não poderia deixar de destacar mais esse discurso de V. Ex^a, que trata de um tema tão importante para o País, que é o agronegócio. O Estado de V. Ex^a, como o meu Estado, tem no agronegócio o seu principal segmento econômico, não deixando de considerar os outros segmentos econômicos, tanto de Mato Grosso quanto de Mato Grosso do Sul, mas o agronegócio é preponderante nos nossos dois Estados. E V. Ex^a, mais uma vez, traz este tema para discussão aqui no Senado Federal, um tema que é importantíssimo para o País, para o nosso futuro, para a nossa gente. Nós estamos diante de uma crise internacional que, sem dúvida nenhuma, impactará a nossa economia, e o quadro exige uma atenção especialíssima do Governo Federal, de todos nós Senadores, Senadoras, Deputadas Federais, Deputados Federais, no sentido de zelar pela maior vocação que o nosso País tem, que é o agronegócio – a agricultura, a pecuária, a agregação

de valor à nossa produção primária. E precisamos ficar muito atentos. Ontem, o Governo liberou R\$4 bilhões, uma medida importante, mas temos todo um conjunto de medidas que devem ser adotadas, especialmente para preservar o agronegócio.

Independentemente dessa questão da crise e das atitudes, dos desdobramentos, a agricultura não pode perder tempo, porque ela tem toda uma sazonalidade que deve ser respeitada e que é intrínseca e específica da nossa agricultura. É muito pertinente a preocupação de V. Ex^a. O agronegócio hoje tem um papel fundamental para o País. Temos produtores extremamente competentes e eficientes, que deram a resposta que a população e todos nós brasileiros esperávamos no agronegócio, que muitas vezes vêm prejudicada a sua produtividade, a sua eficiência em função da logística, da infra-estrutura, que, hoje, no meu ponto de vista, é o maior desafio brasileiro para garantir a competitividade dos nossos produtos, que, mesmo com essas dificuldades, vão para o exterior, têm competitividade, contribuem na produção de alimentos, contribuem com a agroenergia, que é outro grande potencial do nosso País, porque temos tecnologia também e vamos ter uma presença marcante nessa área de agroenergia. E, a despeito de todas essas dificuldades, sem dúvida nenhuma, contribuimos com a produção de energia, a produção de alimentos, sem colocar nenhum risco à segurança alimentar do mundo, porque a nossa tecnologia é de ponta no caso da agroenergia. Ao contrário, por exemplo, do etanol, que sai do milho, que mexe na cadeia alimentar. Ao contrário dos subsídios europeus, que criam preços artificiais e desestimulam quem produz, por causa dos preços artificiais e dos subsídios que adotam. Portanto, nós não aceitamos, e é inadmissível essa conotação de que o Brasil prejudica a produção de alimentos. Muito pelo contrário. Nós aumentamos, cada vez mais, a produção de alimentos e aumentamos também, cada vez mais, a produção especialmente de etanol, de biocombustíveis como um todo, principalmente em função da aplicação do Brasil voltada para a agroenergia, que, não tenham dúvida, é o grande futuro do nosso País. Eu quero registrar, porque é muito importante o discurso de V. Ex^a na noite de hoje, mais duas questões: a Embrapa, o papel da Embrapa para o agronegócio. Ou seja, além das questões associadas ao plantio, ao financiamento, às dívidas, quer dizer, à tranquilidade que o produtor precisa ter, nós temos que investir em tecnologia, e a Embrapa tem um papel fundamental, com seus técnicos competentes. A Embrapa é uma ilha de excelência. Quero também falar sobre um outro assunto também vital para nós: insumos. V. Ex^a falou logo no início do discurso. Nós não podemos mais depender de insumos que quase na sua totalidade,

são 70%, 75%, nós importamos e que estão na mão de poucas empresas. Portanto, nós precisamos investir em pesquisa, nós temos que explorar nossas riquezas minerais nessa área de fertilizantes, até porque, com a alta do petróleo – agora houve uma redução, mas os níveis, os patamares são elevados –, esses insumos dependem também do petróleo. Conseqüentemente, subindo o preço do petróleo, esses insumos também terão seus preços...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Aviltados.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – ...majarados. Essa é a expressão mais adequada. Portanto, nós estamos aí diante de questões de absoluta importância para a consolidação do agronegócio no Brasil. Nós todos temos que ficar atentos, porque isso impacta diretamente não só o dia-a-dia dos nossos Estados, mas o dia-a-dia do Brasil. A grande vocação brasileira é o agronegócio. Nós não podemos brincar. Nós temos que ser rigorosos e, mais do que nunca, dar a tranquilidade que os produtores precisam – e eu digo os pequenos, os médios, os grandes –, as indústrias que agregam valor à nossa produção primária, para que realmente o Brasil se consolide como uma posição, como um país de ponta, especialmente naquilo que vai ser essencial para o mundo: produção de alimentos e energia. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Eu agradeço a intervenção, Senador Augusto Botelho, Senador Jayme Campos, Senador Delcídio Amaral.

Realmente estamos todos afinados pela preservação da produção, da sustentabilidade, da segurança alimentar do Brasil e da continuidade das exportações brasileiras, que também fazem falta para o mundo todo.

Nesse sentido é que eu conclamo novamente o Governo brasileiro a rever e ampliar todo e qualquer auxílio, para que essa nobre atividade que é produzir alimentos para o Brasil e para o mundo não seja aniquilada, como ocorreu com muitas outras atividades aqui no País, que, por força de concorrências internacionais, tiveram que se mudar do País, principalmente a indústria brasileira.

Agradeço ao Presidente o exagerado tempo que nos concedeu; mas, devido à importância do tema, tenho certeza de que o Brasil agradece, porque sabe que aqui na Casa há representantes afinados na defesa da agropecuária brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB-RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Serei breve, Sr. Presidente. Só quero manifestar a minha alegria e o meu contentamento de hoje aprovarmos o PLS nº 98, porque certamente voltamos a dar segurança jurídica aos Municípios brasileiros que viviam até então nessa intranquilidade.

Entendia e entendo que seria uma retrocesso na vida das pessoas que ali moram. No caso particular de Mato Grosso, nós resgatamos a dignidade das pessoas que moram em quinze Municípios daquele Estado. Além de darmos a segurança jurídica a essas comunidade, nós fizemos, com certeza, justiça, dando aos Estados, por meio de suas Assembléias Legislativas, autonomia para a criação de novos municípios – certamente eles estão preparados para isso – e, acima de tudo, respeitando as novas regras aprovadas nesse novo PLS.

Senador Garibaldi Alves, em momentos como este no Congresso Nacional é que certamente nós mostramos a altivez de todos nós Congressistas. Acima de tudo, mostramos a responsabilidade que esta Casa tem diante dos problemas que enfrentamos no cotidiano de cada cidadão brasileiro.

A todos nós, que estamos muito felizes, parabéns. Sobretudo a V. Ex^a, que hoje, com muita galhardia e competência, colocou esse projeto para que fosse votado.

Todos nós de Mato Grosso, ou seja, dos 15 Municípios de Mato Grosso, estamos muito felizes e satisfeitos. Temos certeza de que continuaremos sendo a célula máxima deste imenso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Augusto Botelho. Na verdade, ele não era o último, mas terminou sendo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, vou ser breve.

Sr. Presidente Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, no próximo sábado, dia 18 de outubro, será comemorado o Dia do Médico. Aproveito para fazer, da tribuna, uma justa homenagem aos médicos e médicas de todo o Brasil, especialmente de Roraima, afinal o médico está entre os profissionais mais importantes da atualidade.

Vários Senadores, como eu, são médicos e conhecem os desafios da profissão. Os médicos são responsáveis não só pela saúde física, mas também pela saúde mental das pessoas. Além disso, no Brasil, por força da nossa história, a função do médico teve que ultrapassar os limites da medicina para ocupar os espaços na política brasileira. Os médicos brasileiros

também tiveram de se preocupar com o corpo social e o corpo político do nosso País.

Esse é o papel que represento hoje no Senado Federal. Sou médico, mas estou Senador. Eu e vários outros Senadores que, além de exercer a medicina, representamos nossos Estados e defendemos os direitos do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar a oportunidade do tema para fazer um elogio ao nosso Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Recente relatório sobre atenção primária da Organização Mundial de Saúde (OMS) elogiou o Programa Saúde da Família do Governo Federal e recomendou a sua adoção como ação bem-sucedida na área. Os resultados alcançados pelo Programa no Brasil, segundo a OMS, projetaram o modelo como destaque internacional e referência na promoção da saúde.

Em 15 anos de programa, os indicadores de saúde tiveram melhora expressiva. Contribui, por exemplo, para a queda da mortalidade infantil em 50% e para o aumento do percentual das mulheres que fazem o pré-natal nos três primeiros meses, que cresceu de 62,4%, em 2000, para 77,1% em 2006. Além disso, nas áreas de maior cobertura, permitiu a diminuição de atendimentos hospitalares. Somente para casos de AVC (Acidentes Vasculares Cerebrais), entre 1998 e 2004, houve uma redução de 28% no número de internações, onde o Programa Saúde da Família cobre mais de 70% da população.

Atualmente, mais da metade da população brasileira é coberta pelas equipes de Saúde da Família. Na atenção básica, já é possível atender até 80% das necessidades em saúde da população e fazer uma ampla promoção da saúde.

Parabéns aos médicos e médicas do Brasil, especialmente aos médicos de Roraima, e parabéns ao Ministro Temporão pelo ótimo trabalho que tem feito à frente do Ministério da Saúde.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero registrar aqui a chegada do Senador Wellington Salgado e dizer também do meu sentimento de gratificação diante de tudo o que aconteceu hoje, aqui, na votação desse Projeto de Lei Complementar nº 68, que diz respeito ao procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, regulamentando, assim, o § 4º do art. 18 da Constituição Federal.

Na verdade, após vinte anos de vigência de nossa Constituição de 88, ainda temos muita coisa para regulamentar. Hoje, graças ao trabalho do Senador Mozarildo, do Senador Sérgio Zambiasi – e desculpem-me outros

autores de projetos, porque posso estar cometendo uma omissão –, sobretudo, graças ao trabalho do Senador Tasso Jereissati, tivemos a votação e a aprovação desse projeto que veio representar uma verdadeira tábua de salvação para Municípios do Brasil que, se não fosse essa regulamentação, estariam fadados a desaparecer.

E o Senado entendeu, então, de votar esse projeto, que agora vai para a Câmara dos Deputados, projeto esse que atende a um prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal, que, a partir de novembro do ano passado, deu dez meses para que pudéssemos concluir esse trabalho de consolidação.

Portanto, encerro nossos trabalhos no dia de hoje fazendo este registro. É preciso compreender que a criação de Municípios no Brasil sofreu distorções enormes; houve aquilo que se chamou de uma verdadeira farra na criação de Municípios, coisa que não acontecerá mais se a Câmara aprovar esse projeto, que foi relatado pelo Senador Tasso Jereissati e de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

É preciso assinalar que não há mais a possibilidade de acontecer o que aconteceu com relação à criação de Municípios, pois agora os critérios são muito rígidos: critérios de população, critérios de viabilidade econômica, plebiscito a ser realizado. Tudo isso constitui verdadeiras barreiras para que não tenhamos a proliferação ou a criação de Municípios. Os critérios são muito rígidos: critérios de população, critérios de viabilidade econômica, plebiscito a ser realizado. Tudo isso constitui verdadeiras barreiras para que não tenhamos a proliferação ou a criação de Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.244, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao lutador e empresário Ricardo Libório, pelo êxito alcançado pela academia que montou nos Estados Unidos da América.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Lutador e empresário Ricardo Libório, pelo êxito alcançado pela academia que montou nos Estados Unidos da América a American Top-Team-ATT.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

Ricardo Libório, campeão mundial de Jiu-jitsu, é uma legenda no mundo da MMA, Mixed Martial Arts.

Considerado por Carlson Gracie seu mais técnico aluno e o maior treinador de todos os tempos, ele, hoje, é também empresário vitorioso. Montou, nos Estados Unidos da América uma academia **American Top Team** formada principalmente por brasileiros. Conta com a estrutura de primeiro mundo, como ele mesmo fez questão de ressaltar. Ela esta instalada em área de aproximadamente seis mil metros quadrados, tendo dois ringues, dois tatames grandes um octagon oficial, sala de musculação – tudo voltado para a luta. Não é apenas uma academia, segundo Ricardo Libório, pois incorporou outras variáveis do negocio, inclusive venda de roupas e acessórios. Está com 150 crianças – que vão da escola para lá – e 750 alunos, que aprendem vários tipos de lutas. Ricardo Libório gera emprego para brasileiros e age com absoluto profissionalismo, sendo assim, digno representante do Brasil lá fora, razão pela qual faz jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.245, DE 2008

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008 que, “Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos”, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito da sua competência.

Sala das Sessões 15 de outubro de 2008. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

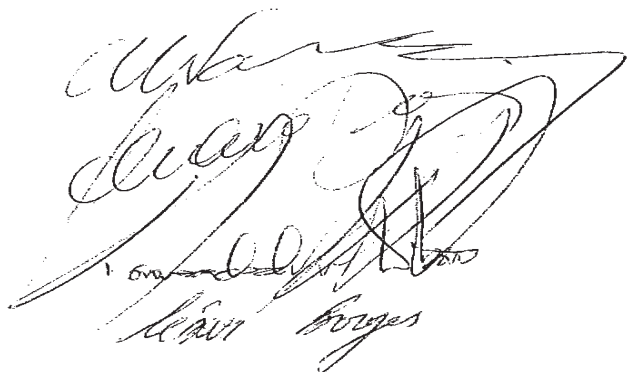
PARECER Nº 1.053, DE 2008 (Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796, de 2004, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do

Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796, de 2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá outras providências correlatas.

Sala de Reuniões da Comissão, 15 de outubro de 2008.



ANEXO AO PARECER Nº 1.053, DE 2008

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796, de 2004, na Casa de origem).

Institui a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituída a Campanha Nacional de Prevenção da Exposição Indevida ao Sol, com os seguintes objetivos:

I – conscientizar o cidadão sobre os riscos e as consequências da exposição indevida ao sol;

II – implementar as medidas necessárias para facilitar ou possibilitar o acesso do cidadão ao protetor, bloqueador ou filtro solar.

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput**:

I – o Poder Público veiculará, anualmente, nos meios de comunicação, campanha específica durante o período de férias escolares;

II – os fabricantes aporarão advertência nas embalagens ou etiquetas de produtos associados à exposição ao sol e na publicidade desses produtos.

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do **caput**:

I – por meio de leis específicas para essa finalidade, o Poder Público reduzirá as alíquotas dos tributos que incidem sobre o protetor, o bloqueador e o filtro solar ou isentará os produtos desses tributos;

II – o protetor, bloqueador ou filtro solar integrará o equipamento de proteção individual do trabalhador exposto ao sol por força de suas atribuições;

III – o protetor, bloqueador ou filtro solar será fornecido sem ônus ao portador, usuário do Sistema Único de Saúde, de doença causada ou agravada pela exposição ao sol.

§ 3º O regulamento estabelecerá os requisitos e as condições para a implementação do disposto nos §§ 1º e 2º.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

PARECER Nº 1.054, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008 (nº 4.572/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008 (PL nº 4.572, de 2004, na origem), de autoria do Deputado Federal Sarney Filho, institui o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, a ser celebrado anualmente no dia 14 de outubro, conforme determina seu art. 1º.

A proposição foi distribuída, tão-só, a esta Comissão, para decidir em caráter terminativo, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Destaca-se, por fim, que não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Tendo em vista a competência terminativa desta Comissão, cumpre ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, a proposição visa abrir espaço no calendário brasileiro de efemérides para destacar a importância do Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, conduta que infelizmente ainda conta com alguma aceitação social em nosso País.

O projeto é conveniente e oportuno. Como bem destacou o Deputado Sarney Filho na justificção: “Estima-se que, de cada dez animais traficados, apenas um chega ao seu destino final. Os outros nove acabam morrendo no momento da captura ou durante o transporte. Todos os animais traficados sofrem no esquema montado pelos traficantes, o qual inclui como práticas: desde anestesiá-los para que pareçam dóceis e mansos, até furar os olhos das aves para não enxergarem a luz do sol e não cantarem, evitando chamar a atenção da fiscalização”.

Assim, o “combate ao tráfico de animais passa necessariamente por uma conscientização da socie-

dade e dos órgãos ambientais sobre o dano ecológico e social provocado por essa atividade criminosa. Com essa perspectiva, a criação do Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, no dia 15 de outubro, oferecerá à sociedade brasileira a oportunidade e o estímulo para o debate dos problemas e a busca de soluções relacionadas a esse crime, que tem colocado diversas espécies de animais em vias de desaparecer para sempre da natureza. A data escolhida marca outubro como o mês efetivamente

dedicado aos animais. Deve ser lembrado que 4 de outubro é o Dia Mundial dos Animais, a mesma data em que se festeja o Dia de São Francisco de Assis, o protetor dos animais

III – Voto

Do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008, que institui o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

**ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 006/08 NA REUNIÃO DE 07/10/08
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: <i>Arns</i> (SEN. CRISTOVAM BUARQUE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	RELATOR
MARISA SERRANO	7- CICERO LUCENA
PAPALÉO PAES	8- EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	9- SÉRGIO GUERRA
	10- LÚCIA VÂNIA
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1-(VAGO)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)

PARECER Nº 1.055, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 66 de 2008, (nº 1.356/2007, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Associação Cristã de Moços.

Relator: Senador **Flávio Arns**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 66, de 2008, de autoria do Deputado Germano Bonow, estabelece que o Dia Nacional da Associação Cristã de Moços (ACM) seja celebrado, anualmente, em 20 de julho.

Em sua justificação, o autor defende a homenagem como reconhecimento pelos serviços prestados pela ACM, em especial às comunidades mais carentes do País. O autor esclarece ainda que a data de 20 de julho corresponde ao dia em que, em 1903, foi criada a Federação Brasileira das ACM, marcando a abrangência nacional da atuação da Entidade no Brasil.

Na Câmara dos Deputados, o PLC nº 66, de 2008, identificado como PL nº 1.356, de 2007, foi apreciado pela Comissão de Educação e Cultura e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado Federal, após ser apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o projeto de lei segue para decisão do Plenário.

II – Análise

Sem dúvida não se pode negar a importância do trabalho que a Associação Cristã de Moços realiza em todo o mundo. A ACM é uma instituição educacional, assistencial e filantrópica, sem fins lucrativos, que con-

grega pessoas sem distinção de raça, posição social, crença religiosa, política ou de qualquer natureza.

No mundo, atualmente, a entidade conta com cerca de 45 milhões de associados, em 124 federações nacionais afiliadas à Aliança Mundial das ACM.

Aberta a todos, a ACM foi responsável pela criação e difusão de diversas modalidades esportivas. Fundadora da Cruz Vermelha Internacional e protagonista em diversas ações humanitárias ao longo do último século, a entidade já teve dois de seus líderes agraciados com o Prêmio Nobel da Paz.

No Brasil, da mesma forma, a atuação da ACM tem sido de grande relevância. Presente no País desde 1893, a entidade tem-se revelado uma grande aliada no desenvolvimento educacional, esportivo, social e cultural do nosso povo. Sempre atendendo indistintamente a quem procura por seus serviços, a ACM proporciona oportunidades que transformam a vida de muitos de nossos jovens.

Com ênfase no contato social, a ACM adota uma abordagem multidisciplinar, visando ao desenvolvimento espiritual, intelectual e físico, especialmente dos jovens das comunidades mais carentes. Sua contribuição tem sido fundamental para o processo de inclusão social e para o resgate da cidadania de muitos brasileiros.

Por essa razão é justa e meritória a instituição de uma data nacional para homenagear essa Associação tão importante para o nosso povo.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, não há reparos a fazer ao PLC nº 66, de 2008.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2008.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 066/08 NA REUNIÃO DE 07/10/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Crístopam Buarque (SEN. CRISTOVAM BUARQUE)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS RELATOR	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
RÓSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CICERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	1-(VAGO)
-----------------	----------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

PARECER Nº 1.056, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2008 (nº 7.606, de 2006, na Casa de origem), que estabelece o dia 3 de maio como o Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Nos termos do que dispõe o inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte opinar relativamente a matérias que versem sobre datas comemorativas, objeto do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 77, de 2008.

De autoria do Deputado Chico Alencar, a proposição tramitou conclusivamente pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, recebendo de ambas parecer favorável a sua aprovação.

Seu cerne e único objetivo é o de instituir o referido dia 3 de maio como a data comemorativa das emissoras comunitárias de rádio e televisão.

O Presidente do Senado optou por submeter a matéria ao Plenário, para que sobre ela delibere, ao invés de atribuir competência terminativa a esta Comissão, o que lhe é facultado, ouvidas as lideranças, pelo disposto no inciso X do art. 48, em associação com o art. 91, § 1º, inciso IV, ambos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O projeto não recebeu emenda.

II – Análise

O dia 3 de maio é dedicado internacionalmente às liberdades de imprensa e de expressão, conforme definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O autor da iniciativa valeu-se da referida data para instituir no Brasil o dia comemorativo das emissoras de rádio e de televisão comunitárias, por elas se desapegarem dos cânones que caracterizam os demais veículos de comunicação, dependentes diretos dos patrocinadores, públicos ou privados, e por eles condicionados na composição de seus conteúdos.

As rádios e televisões comunitárias, ao contrário, se fundamentam no interesse público, na aproximação com a sociedade a seu redor, na luta pela defesa dos anseios populares, na veiculação de programação cultural vinculada à realidade e ao gosto das pessoas a quem se dirigem.

São, em suma, a representação da vontade popular, da liberdade de expressão e da legitimidade de sua proposta.

A homenagem se torna, assim, meritória sob todos os aspectos, em que pese sua existência representar intransponível confronto com os interesses das emissoras comerciais, suas adversárias mais evidentes.

Quanto ao mérito da iniciativa, portanto, nada há a reparar.

Da mesma forma, inexistem óbices de natureza constitucional, jurídica, regimental ou de formulação legislativa.

III – Voto

Por todo o exposto, o parecer é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2008.

Sala da Comissão, 7 de outubro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 077/08 NA REUNIÃO DE 07/10/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Cristovam Buarque (SEN. CRISTOVAM BUARQUE)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CICERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
RELATOR	

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	1-(VAGO)
-----------------	----------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

PARECER Nº 1.057, DE 2008

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2008 nº 6.575/2006, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Rotaractiano.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 124, de 2008, versa sobre a instituição do dia 13 de março como marco nacional comemorativo do rotaractiano, e foi distribuído à apreciação técnica da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Não foram oferecidas emendas à proposição

II – Análise

Embora lhe fosse facultado, pelo disposto no art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), conferir competência de decisão terminativa da matéria por comissão, pois que na origem a proposição recebeu esse tratamento, o Presidente do Senado Federal optou por também ouvir o Plenário.

Por sua vez, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), nos termos do art. 102 do RISF, é competente para opinar sobre proposições que tratam de datas comemorativas, como é o caso deste projeto de lei.

Rotaractiano; segundo orienta a justificação da proposta, é o jovem de ambos os sexos, entre 18 e 30 anos, participante do chamado Rotaract, programa criado, desenvolvido e patrocinado pelo Rotary Club International, e destinado à inserção de pessoas dessa faixa etária em projetos sociais destinados à criação de um “mundo melhor”.

Para o atingimento desse objetivo, considera-se não apenas a necessidade de desenvolvimento pessoal do rotaractiano, como também sua vontade e disposição para socorrer carências físicas e sociais de membros de sua própria comunidade, com o objetivo maior de promover um relacionamento fraterno entre os povos, por meio do fortalecimento de laços de amizade e da disponibilidade para a prestação de serviços, gênese

da matriz operacional dos clubes de serviço, como é o caso específico do Rotary.

Nos anos 60, vários clubes Rotary começaram a incentivar grupos de universitários para o trabalho filantrópico, no âmbito de uma atividade denominada Avenida dos Serviços à Comunidade.

Em face da importância dessa atividade, o conselho diretor e o presidente do Rotary Club Internacional para o biênio 1967-1968, Luther Hodges, criaram o Rotaract, como um dos programas oficiais da instituição. O primeiro clube a ser admitido foi o de North Charlotte, na Carolina do Norte, EUA.

Conquanto não conste nem do articulado do projeto nem de sua justificação, a designação do dia 13 de março como data nacional do rotaractiano coincide com o do lançamento oficial do Rotaract, em 1968.

Justa e meritória, a iniciativa servirá não apenas como homenagem, mas também para fins de divulgação do programa e incentivo a outros jovens dispostos a ir ao encontro do bem comum.

No entanto, para possibilitar o fiel cumprimento ao dispositivo regimental que trata da justificação de proposições, conforme inscrito no parágrafo único do art. 238 do RISF, e não havendo meios de alterar a justificativa que acompanha o projeto, proponho uma emenda destinada a esclarecer sobre a escolha da data em que se prestará o tributo ao rotaractiano.

III – Voto

Ante o exposto, o voto é favorável ao prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2008 com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 124, de 2008, a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Rotaractiano, a ser comemorado no dia 13 de março, data do lançamento internacional do programa Rotaract.

Sala da Comissão, 7 de outubro 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 124/08 NA REUNIÃO DE 07/10/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

linh SEN: CRISTOVAM BUARQUE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- MARINA SILVA
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
LOBÃO FILHO	6- CASILDO MALDANER
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- (VAGO)
VIRGINIO DE CARVALHO	3- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
(VAGO)	5- MARCO ANTÔNIO COSTA
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CICERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	RELATOR
FLEXA RIBEIRO	9- SÉRGIO GUERRA
	10- LÚCIA VÂNIA

PTB

SÉRGIO ZAMBIASI	1-(VAGO)
-----------------	----------

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- (VAGO)
-------------------	-----------

PARECER Nº 1.058, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, de autoria do Senador Papaleo Paes, que altera o caput do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão “fins não econômicos” por “fins não lucrativos”.

Relator: Senador **Marco Antônio Costa**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, de autoria do Senador Papaleo Paes, que altera o **caput** do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão “fins não econômicos” por “fins não lucrativos”, sob a justificação de que é dúbia, imprópria e controversa a atual redação do dispositivo, de cuja aplicação resultaria, para as associações, impedimento de exercer qualquer atividade econômica, ainda que destinada à própria manutenção.

II – Análise

O PLS nº 336, de 2007, não apresenta vício de ordem regimental, o que torna admissível a sua análise, com base no art. 101, incisos I e II, alínea **d**, do Regimento Interno desta Casa (RISF), que outorga à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania competência para opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos e, no mérito, sobre direito civil, no qual se enquadra o da proposição.

À União compete legislar privativamente sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), área integrante do rol das atribuições do Congresso Nacional, conforme prevê o **caput** do art. 48 da Carta Magna, que, dessarte, confere livre iniciativa aos Deputados e Senadores para sobre ela dispor, do que resultam atendidos os requisitos formais e materiais de constitucionalidade.

O projeto atende ao crivo de juridicidade, porquanto a edição de lei ordinária é, neste caso, o meio adequado ao objetivo pretendido; a matéria, se aprovada, inovará a ordem jurídica; está presente o atributo da generalidade; é dotado de potencial conectividade; e revela-se compatível com os princípios gerais do direito.

No que respeita à técnica legislativa, a proposição responde satisfatoriamente ao crivo da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 (alterada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril 2001), que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, nos termos do parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

No mérito, o PLS nº 336, de 2007, destina-se a aprimorar o texto do art. 53 do Código Civil, que impede as associações de exercerem atividades de natureza econômica. Essa limitação acaba por exigir a freqüente intervenção do Poder Judiciário para dirimir questões relativas aos contratos sociais das associações, condição nada recomendável, pois decorre do texto legal, que deveria ser claro e dispensar interpretações conflitantes.

Demais disso, é impossível excluir fatores econômicos da atividade humana. Até mesmo o indivíduo alienado da sociedade, o ermitão convicto e o misantropo irremediável sempre dependerão de uma caixa de fósforos, de um simples anzol ou de vestimentas – fabricados pela sociedade e alocados pela via econômica.

Enfim, não há sinônimo nas expressões “atividade econômica” e “fins econômicos”, razão pela qual se conclui que a redação do caput do art. 53 do Código Civil distorce o escopo de vedar atividades lucrativas às associações e, ao fazê-lo, também ofende o direito de instituições dessa natureza, o que as tem feito buscar, no Judiciário, interpretação menos draconiana do dispositivo, pois, ainda que não tenham fins econômicos, inexoravelmente, para existir, as associações têm de exercer atividade econômica.

Em suma, é questionável a utilização da locução “fins econômicos” na expressão do art. 53 do Código Civil. Se a pretensão é evitar que associações obtenham lucro de natureza financeira, então que se lhes vede a “atividade lucrativa”, e não a “atividade econômica”. Do contrário, estarão proibidas de alienar o próprio patrimônio, ainda que inservível, ou – se levada ao extremo à letra do artigo – impedidas até de adquirir patrimônio, pois comprar também é “atividade econômica”.

III – Voto

Diante das razões expendidas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007.

Sala da Comissão, 8 de outubro.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 336 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 08/10/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>[Assinatura]</i>
RELATOR:	<i>Sen Marco Antônio Costa</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SLHESSARENKO	1.INACIO ARRUDA
MARINA SILVA	2.FRANCISCO DORNELLES
EDUARDO SUPLYCY <i>[Assinatura]</i>	3.CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE	4.EXPEDITO JÚNIOR
IDELI SALVATTI	5.MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6.JOSÉ NERY (PSOL) ³
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[Assinatura]</i>	1.ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2.WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3.LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4.VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5.JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6.NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1.ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL ¹ <i>(Presidente)</i>	2.JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Assinatura]</i>	3.JOSÉ AGRIPINO
MARCO ANTÔNIO COSTA ⁶ <i>(Relator)</i>	4.ALVARO DIAS ⁴
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5.VIRGINIO DE CARVALHO
ARTHUR VIRGÍLIO	6.FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7.JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA <i>[Assinatura]</i>	8.MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[Assinatura]</i>	9.MÁRIO COUTO
PTB⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[Assinatura]</i>	1.MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
OSMAR DIAS	1.CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 336, DE 2007

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SILHESSARENKO					1 - INACIO ARRUDA				
MARINA SILVA					2 - FRANCISCO DORNELLES				
EDUARDO SUPLICY	X				3 - CESAR BORGES				
ALOIZIO MERCADANTE					4 - EXPEDITO JÚNIOR				
IDELI SALVATTI					5 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - JOSÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS	X				1 - ROSEANA SARNEY				
PEDRO SIMON					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCA	X				3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - VALDIR RAUPP				
VALTER PEREIRA	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADEL MIR SANTANA					1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
MARCO ANTÔNIO COSTA	X				4 - ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - VIRGINIO DE CARVALHO				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO	X				7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA	X				8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EPITÁCIO CAFETEIRA	X				1 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1
 SALA DAS REUNIÕES, EM 08 / 10 / 2008
 Senador MARCO MACIEL
 Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
 D:\ACCA\2007\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 26/08/2008)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente á união legislar sobre:

I – Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da Republica, não exigida esta para o especificado nos arts. 49,51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre.

.....
Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos
- VII – Resoluções;

Parágrafo Único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

.....
LEI COMPLEMENTAR
Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
LEI COMPLEMENTAR
Nº 107, DE 26 DE ABRIL DE 2001

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ofício nº 125/08-PRESIDENCIA/CCJ

Brasília, 8 de outubro de 2008

Assunto : decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que em reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, que “Altera o **caput** do art. 53 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão ‘fins não econômicos’ por ‘fins lucrativos’”, de autoria do Senador Papaleo Paes.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 125/08-Presidência/CCJ

Brasília, 8 de outubro de 2008

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007, que “Altera o **caput** do art. 53 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para substituir a expressão “fins não econômicos” por “fins lucrativos”, de autoria do Senador Papaléo Paes.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2007**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.054 a 1.057, de 2008**, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2008** (nº 4.572/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2008** (nº 1.356/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Associação Cristã de Moços*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2008** (nº 7.606/2006, na Casa de origem), que *estabelece o dia 3 de maio como o Dia Nacional das Televisões e Rádios Comunitárias*; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2008** (nº 6.575/2006, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Rotaractiano*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Gerson Camata, Papaléo Paes, Alvaro Dias, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, João Tenório e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, festejamos hoje o Dia do Professor – aquele profissional que, na visão do grande psicólogo e filósofo suíço Jean Piaget, “não é o que ensina, mas o que desperta no aluno a vontade de aprender”. Na verdade, o professor é muito mais que um transmissor de conhecimentos. Ele, como a família, é fundamental para a formação da criança. É um modelo, uma referência, alguém de quem guardaremos a lembrança pelo resto de nossas vidas.

Quem, entre nós, não se recorda de algum professor da sua infância? Quem não tem marcas profundas deixadas pelos docentes que passaram pela fase inicial de sua existência? São lembranças afetivas, mas também lições de vida. Eles nos legaram muito mais que a tabuada decorada com tanto esforço. Foram os guias que descortinaram um novo mundo, abriram nossos olhos para as possibilidades que ele oferecia, e mostraram que, apesar de hostil e difícil, havia nele um lugar para nós.

Celebramos hoje, portanto, o dia dedicado a quem nos inspirou e fez com que nos descobríssemos. Passaram-se 181 anos desde 15 de outubro de 1827, quando o imperador dom Pedro I – aproveitando o dia dedicado à educadora Santa Teresa d’Ávila – baixou decreto determinando a criação das “escolas de primeiras letras que forem necessárias em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos”.

O decreto estabelecia um currículo básico: “Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil”.

O Dia do Professor, contudo, só foi comemorado pela primeira vez, e de forma extra-oficial, em 15 de outubro de 1947, quando um grupo de mestres paulistas lançou a idéia, que acabou sendo oficializada por decreto federal em outubro de 1963.

Nos 45 anos transcorridos entre a assinatura do decreto e os dias de hoje, muita coisa mudou no ensino, em nosso país e no mundo. Surgiram novos recursos para a prática pedagógica, mudou a forma como os professores lidam com os conteúdos, as fontes de informação multiplicaram-se. Além disso, a escola assumiu um papel ainda mais importante na formação da criança, e com ela o professor, devido às mudanças que ocorreram na estrutura familiar. As mulheres incorporaram-se ao mercado de trabalho, a vida nas grandes metrópoles deixou cada vez menos tempo disponível para o convívio entre pais e filhos, os casamentos são menos estáveis, o que faz aumentar o número de crianças vivendo com apenas um dos pais.

Um professor do ensino fundamental tem diante de si, hoje em dia, uma responsabilidade que se pode qualificar, sem exagero, de colossal. Cabe a ele responsabilizar-se – em medida muito maior que seus colegas de décadas atrás – por crianças que adquirirão, por seu intermédio, uma concepção do mundo capaz de guiá-las pelo restante de suas vidas.

É por isso que não creio que exista missão mais digna, e também missão mais difícil e repleta de percalços que a do educador. Ele é a âncora, o espelho, o grande inspirador. É ele quem insere a criança no convívio com os outros, quem ensina os limites e nos incentiva a explorar as imensas possibilidades oferecidas pelo mundo exterior.

Temos ainda um longo caminho a percorrer em matéria de aperfeiçoamento do sistema de ensino brasileiro. Precisamos investir mais na formação de

docentes, com estímulo contínuo à qualificação, garantindo que os professores ganhem novos conhecimentos a cada dia.

Precisamos reconhecer a categoria como essencial ao País, pois o professor é o mais importante entre os fatores que determinam a qualidade da escola. Não faltam mestres que, mesmo enfrentando adversidades, concebem projetos inovadores de ensino, nas mais diversas disciplinas. Eles necessitam de incentivo e recursos, e suas idéias devem ser difundidas, aproveitadas, copiadas.

"Dar aula não é nada simples. Talvez seja a atividade mais sofisticada que a espécie humana já concebeu". A afirmação é do ministro da Educação, Fernando Haddad, em entrevista recente a uma revista. Para completá-la, eu diria que dar aulas é talvez a tarefa mais essencial para o desenvolvimento de uma nação. Sem educação de qualidade, nenhum país avança. É por isso que, no dia de hoje, os professores são merecedores do aplauso e do reconhecimento de todos nós.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado "O presidente e o cigarro", publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 14 de setembro do corrente.

O artigo do historiador e livre docente pela USP e Professor titular da Unicamp, Jaime Pinsky, é um libelo literário contra a postura do Presidente Lula diante do hábito de fumar. O articulista de forma elegante lamenta que um Presidente da República incentive os jovens a fumar ao criticar a Lei anti-fumo e a afirmar que "fumo onde quero, na minha sala".

Sr. Presidente, para que conste dos **Anais do Senado**, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O presidente e o cigarro

Boris casou-se com uma irmã mais velha da minha mãe, daí ter-se tornado Tio Boris. Meus pais sempre lembravam que ele era apenas um "tio de respeito", não um tio autêntico. Ao contrário dos parentes legítimos obcecados pelo trabalho e espartanos nos hábitos, ele era chegado a comidas diferentes, a uma cevejinha, a um jogo de pôquer. E mais: fumava muito. *Cigarro sem filtro, é claro. É sempre fiel à marca, Continental, então preferência nacional, como dizia a propaganda.*

Bigode tipo mexicano caindo pelos lados da boca, pernas finas, ventre pronunciado, fala lenta, *sotaque italiano do Bom Retiro "de baixo"*, meu tio tinha, no bairro em que morava, uma oficina mecânica especializada em conserto de máquinas de confecção de malhas. Quando uma quebrava em plena estação, os malharistas (judeus, gregos, árabes, os coreanos ainda não tinham chegado) pagavam qualquer coisa desde que pudessem contar com a máquina de volta. A oficina cresceu, Tio Boris arranhou um sócio, contratou meia dúzia de funcionários, alugou um espaço em plena Rua da Graça, no meio das malharias.

Os negócios iam bem e, embora a graxa não saísse totalmente de suas unhas, eu identificava cada vez menos o cheiro do óleo solúvel, usado na usinagem das peças metálicas, no corpo do meu tio. Agora, ele já encontrava mais tempo para conquistar clientes no café da esquina, deixando o sócio e os funcionários cuidando do dia-a-dia da oficina. Tio Boris tomava muito café. E fumava muito, cada vez mais.

Quando os médicos diagnosticaram o câncer no pulmão, não havia mais muito a fazer. Como eles diziam, era abrir e fechar. Avisado pelas primas, fui visitá-lo. Ele estava reduzido à metade e mal falava. Como nos filmes, pediu para que eu me aproximasse e balbuciou: "Foi o cigarro, Jaime, foi o cigarro. Para mim é tarde, mas você deve parar de fumar". Ao sair para a rua, me deparei com um garoto de 14 ou 15 anos que me pediu um cigarro. Eu tirei o maço do bolso da camisa, mais de metade dos cigarros estavam lá. Torci maço e cigarro com as duas mãos e detonei tudo, antes de jogar no lixo. O garoto xingou minha mãe, mas não me importei. Tio Boris morreu alguns dias depois. Eu nunca mais fumei.

João Tortello era o professor de português do velho *Estadão*, o Colégio Estadual Júlio Prestes de Albuquerque, de Sorocaba. Fala mansa, os erros cuidadosamente pronunciados, e uma atípica preocupação com a gramática, fazia do Tortello uma figura agradável. Mas ele era bem mais que isso. Exigia que escrevêssemos com vocabulário ampliado e brincava ensinando uma palavra nova por aula. E falava-nos da maravilha que era ler.

Naquela época, eu lia tudo que me caía nas mãos. Todo o Érico Veríssimo, todo o Jorge Amado, todos os russos disponíveis, agora os franceses, depois os grandes novelistas americanos. Ah, tinha ainda o José Linz do Rego e os contos de Kafka. E os de Edgar Poe. Minha casa não tinha televisão, a internet não existia e cinema apenas uma vez por semana. Restava a leitura. Tortello sempre me deu uma

atenção especial. E ficou espantado quando descobriu que eu não gostava de Machado de Assis. "Mas, Pinsky, você ainda não gosta de Machado?", ele me perguntava a cada santa aula. Do alto da auto-suficiência típica dos 15 anos, eu respondia que não gostava e nunca iria gostar. De fato, a leitura de um dos livros românticos de Machado me deu a impressão de que se tratava de um José de Alencar carioca e eu me recusava a ter contato com o Machado realista.

Tortello não esmorecia. Corrigia respeitosamente minhas redações, mas insistia para que eu conhecesse algum livro do grande Machado. O primeiro acabou sendo *O memorial de Aires*, que me deixou fascinado. A fina ironia, a falsa simplicidade da linguagem, os personagens magistralmente pincelados, os acontecimentos se sucedendo com a necessária lógica inesperada me conquistaram. Tenho sempre um Machado por perto, para compensar os textos mal escritos que minha profissão me obriga a ler.

Tortello nunca fez o elogio da ignorância: Para ele a cultura era um direito de todos. Ciente de sua responsabilidade ele forjou gerações e, quando encontro meus ex-colegas (vários deles em Brasília, por sinal), conversamos sobre o que é ser professor, de fato. Teria sido muito fácil para ele desistir de mim.

Meu Tio Boris, embora próximo da morte, assumiu a responsabilidade que tinha diante de um sobrinho. Teria sido muito fácil para ele dizer que fumava quanto desejasse, na própria sala, como o presidente. Ambos conheciam a importância do exemplo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apenhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “A UNE domesticada”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 20 de agosto de 2008.

A matéria destaca que aliada do governo, a UNE, União Nacional dos Estudantes, entidade que combateu a ditadura e que sempre foi oposição a todos os Governos, vai ganhar indenização para construir uma sede e com repasses de R\$8,8 milhões em cinco anos, deixa se der independente e se torna uma entidade satélite do Governo.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A UNE domesticada

Aliada do governo, a entidade que combateu a ditadura vai ganhar indenização para reconstruir sede

Mariana Sanches

A União Nacional dos Estudantes (UNE) tem um passado de destaque na política. Ajudou a garantir a posse do presidente João Goulart, em 1961, e a derrubar Fernando Collor, 30 anos depois. Seus líderes foram perseguidos e sua sede, no Rio de Janeiro, foi incendiada em 1º de abril de 1964, num dos primeiros atos repressivos do regime militar. Em 1980, o governo do último presidente militar, João Figueiredo, mandou demolir o que restara do prédio. Hoje, os tempos são outros. Um edifício de 13 andares com museu, biblioteca, cinema e teatro, projetado por Oscar Niemeyer, deverá ser construído como nova sede da UNE. Ao contrário dos safanões do passado, a mão amiga do governo federal pode afagar a entidade com os R\$ 30 milhões do custo da obra.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um projeto de lei que reconhece a responsabilidade do Estado na destruição do prédio que existia na Praia do Flamengo e sugere uma indenização para a UNE reconstruir sua sede. O valor não foi estipulado no texto. “A UNE, por tudo que fez neste país e significou na luta pela democracia, jamais deveria ter sido destruída”, afirmou o presidente Lula.

Assim como o governo petista, a UNE mudou nos últimos anos. Sua atividade mais visível não são os protestos, mas a confecção e venda de carteirinhas que garantem aos estudantes a meia-entrada em cinemas, teatros e shows. Comandada há 28 anos pelo Partido Comunista do

Brasil (PCdoB), ela tem servido como trampolim para seus dirigentes chegarem à política (*leia o quadro abaixo*). “O PCdoB decide as diretrizes e a UNE adota posturas passivas diante do governo porque o PCdoB é governista”, diz Vinicius Almeida, diretor da UNE ligado ao P-SOL. A entidade é acusada de ser omissa nas 15 últimas invasões de reitorias de universidades públicas.

De acordo com um levantamento realizado pela ONG Contas Abertas, a UNE recebeu R\$ 8,8 milhões do governo federal nos últimos cinco anos, em comparação a R\$ 1,1 milhão nos oito anos do governo FHC. “O repasse de recursos cria uma entidade dependente do governo”, afirma o historiador José Luis Sanfelice, da Universidade de Campinas (Unicamp). Segundo ele, a UNE hoje é parecida com a de 1937, quando foi criada e era subsidiada pelo governo Getúlio Vargas. “Continuamos tão independentes quanto antes”, afirma a presidente da UNE, Lúcia Stumpf. “A diferença é que agora há diálogo com o governo, o presidente nos recebe, algo que só aconteceu no governo João Goulart.” ♦

Trampolim eleitoral Os últimos sete presidentes da UNE acabaram na política partidária

1992/93	1993/95	1995/97	1997/99	1999/01	2001/03	2003/06
LINDBERG FARIAS	FERNANDO GUSMÃO	ORLANDO SILVA	RICARDO CAPELLI	WADSON RIBEIRO	FELIPE MAIA	GUSTAVO PETTA
Ex-deputado pelo PCdoB, é prefeito de Nova Iguaçu (RJ) pelo PT	Deputado estadual pelo PCdoB no Rio de Janeiro	Ministro dos Esportes, filiado ao PCdoB	Candidato a vereador pelo PCdoB no Rio de Janeiro	Secretário-executivo do Ministério dos Esportes, filiado ao PCdoB	Membro da direção nacional do PCdoB	Candidato a vereador em São Paulo pelo PCdoB

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “MINC e o lixo da Paciência”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 25 de junho de 2008.

A reportagem destaca que o Ministério Público questiona a licença ambiental concedida pela Secretaria do Ambiente do Rio de Janeiro, para a construção de um aterro sanitário no bairro de Paciência, próximo ao aeroporto de Jacarepaguá e a menos de dez quilômetros da Base Aérea de Santa Cruz, numa área de preservação ambiental e de segurança aeroportuária. Segundo a matéria, o então secretário de Meio Am-

biente do município e atual ministro da pasta, Carlos Minc, ignorou relatórios relativos à segurança de vôos ao conceder a licença.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

BRASIL

**Ministério Público questiona licença ambiental para
construir um aterro sanitário em área de preservação.
A autorização foi dada quando o ministro ocupava a
Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro.
Mino Pedrosa**

MINC

E o Lixo da Paciência

O geógrafo Carlos Minc Baumfeld assumiu o Ministério do Meio Ambiente com uma missão muito bem definida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva: para que o País realize as necessárias obras de infra-estrutura, é preciso acelerar os processos de concessões de licenças ambientais, sem, contudo, prejudicar a preservação ecológica. A principal credencial de Minc para essa missão é a sua atuação à frente da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, entre 2006 e maio último, quando mudou-se para Brasília. No governo estadual, Minc construiu a imagem de alguém capaz de agir com independência e dar celeridade à burocracia sem criar conflitos com os movimentos ambientalistas, dos quais ele é originário. Mas um processo conduzido pela Procuradoria da República e pelo Ministério Público do Rio de Janeiro questiona pelo menos uma das concessões ambientais liberadas pela Secretaria do Ambiente do Rio. Trata-se da permissão para a construção de um aterro sanitário, localizado no bairro de Paciência, próximo ao aeroporto de Jacarepaguá e a menos de dez quilômetros da Base Aérea de Santa Cruz, numa área de preservação ambiental e de segurança aeroportuária.

O projeto teve início em 2003, com o apoio do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Para a construção do aterro o prefeito do Rio, Cesar Maia – pai do deputado –, abriu licitação pública e, em maio daquele ano, através de um decreto, alterou o zoneamento da região. Mesmo assim, para que a obra fosse concretizada, era preciso a licença ambiental do governo estadual.

Os técnicos do Estado, porém, não a concederam. Entenderam que um **lixão naquela região não só colocaria em risco o meio ambiente como poderia prejudicar a segurança da navegação aérea.**

CERTIFICO que na 34ª Sessão Ordinária, ocorrida em 29/05/2006, presidida pelo Excelentíssimo Senhor Conselheiro THIERS VIANNA MONTEBELLO, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, ao conhecer a matéria, decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, Excelentíssimo Senhor Conselheiro NESTOR GUMARÃES MARTINS DA ROCHA, pela SUSTACÃO DO CONTRATO SOLICITADA À CMRJ, com remessa dos autos à mesma. Votaram os Senhores Conselheiros JAIR LINS

Elizabete Maria de Souza
Secretária das Sessões
Matrícula 40/900242 - TCMRJ

DECRETO Nº 27.508 DE 29 DE MARÇO DE 2007.

Anula procedimento licitatório realizado em 2004.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e,

DECRETA

Art. 1.º A licitação relativa ao novo aterro sanitário - Centro de Inalvenimento de Resíduos Sólidos - CTR, fica anulada definitivamente.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Rio de Janeiro, 5 de maio de 2007 - 443.ª ano da fundação da Cidade.
CESAR MAIA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional do Ministério Público
Núcleo Especial de Casos

1ª Promotoria do Aterro de Tenda Coletiva - Núcleo Especial de Casos

O encerramento das atividades do aterro de gramacho e o início das atividades de operação do novo aterro representam um impacto sócio ambiental grave que deveriam ter sido previstos, tanto pelo órgão técnico, quanto pelo órgão licenciador.

Duque de Caxias, 14 de abril de 2008.

MARCUS CAVALCANTE PEREIRA LEAL
Promotor de Justiça
Mat. 1.813

OBRA EMBARGADA Em maio de 2006 o TCM do Rio de Janeiro votou pela sustação do contrato. O prefeito anulou a licitação e, em abril de 2008, o Ministério Público sustentou que a obra ameaça o meio ambiente

Mesmo assim, Cesar Maia deu sinal verde para o começo das obras e o aterro sanitário, conhecido como o "lixão de Paciência", virou alvo de uma enorme confusão jurídica, que levou a Prefeitura do Rio a cancelar a licitação, em maio do ano passado. Mas graças a um emaranhado de recursos judiciais e de laudos técnicos contraditórios, as obras continuaram, embora em ritmo menor.

Apesar de a Justiça ainda não haver se manifestado sobre os pareceres contraditórios emitidos tanto por técnicos da Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema) quanto do Ibama, em 27 de maio deste ano, dia em que Minc deixou o governo estadual, a Secretaria de Estado do Ambiente concedeu a licença ambiental. Com isso, o caso ganhou uma nova polêmica jurídica e provocou a reação tanto de entidades ambientalistas como do Ministério Público. A decisão da Secretaria serviu de argumento para que as obras prosseguissem com a Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda., empresa que venceu a licitação em 2003 e que detém 12 dos 14 contratos da Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro (Comlurb), no valor de R\$ 671,7 milhões. O problema é que a licitação para a construção do aterro sanitário foi anulada pela prefeitura, depois de determinação nesse sentido feita por unani-

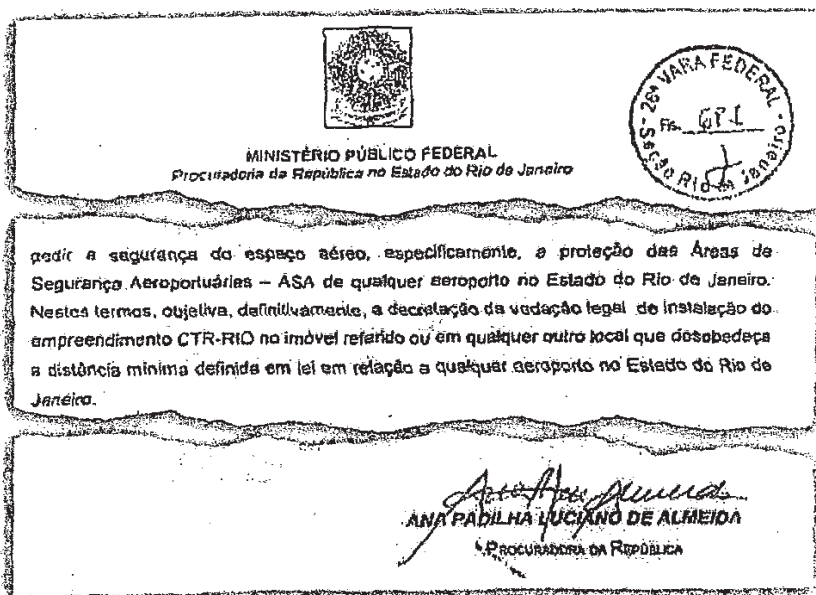
midade em 31 de maio de 2006 pelo Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. "Não me envolvo nas licitações da prefeitura e no caso do aterro sanitário fui procurado por alguém que perdeu a licitação, mas disse que não iria interferir", afirmou o deputado Rodrigo Maia à ISTOÉ na quinta-feira 19.

Se chegar a ser finalizado, o lixão de Paciência poderá ser o maior da América Latina, com 3,6 mil metros quadrados e capacidade para receber 90 milhões de toneladas de lixo. De fato, o Rio de Janeiro, assim como todos os grandes centros urbanos, precisa de aterros sanitários. Mas nesse caso, além do problema ambiental, o Ministério Público alerta para o fato de que Secretaria, comandada por Minc até o final de maio último, ignorou relatórios relativos à segurança de vãos ao conceder a licença. Por estar próximo à Base Aérea de Santa Cruz e ao Aeroporto de Jacarepaguá, a área onde está em construção o aterro é considerada Área de Segurança Aeroportuária (ASA). **A resolução número 004/95, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), proíbe terminantemente atividades de natureza perigosa nas ASAs.** Os aterros sanitários são enquadrados como atividade de natureza perigosa por seu potencial para tor-

nar-se foco de pássaros, ameaçando a segurança da navegação aérea. Também nesse sentido, o lixão de Paciência é alvo de divergências. No processo, há relatórios contraditórios quanto ao risco que o aterro poderá trazer para a aviação. No entanto, em abril deste ano, a procuradora da República Ana Padilha Luciano de Almeida emitiu parecer em que afirma que devem, sim, ser considerados os estudos que vetam a instalação do lixão no bairro de Paciência, em razão dos perigos que ele possa trazer à aviação, como já se manifestara antes o Ministério Público do Rio.

Na quinta-feira 19, o ministro Minc foi procurado pela reportagem de ISTOÉ, mas não respondeu às ligações, apesar dos recados deixados com o assessor Ronie Lima. Informou apenas que estava com a agenda lotada e que falaria posteriormente. Até o final dessa edição, ele não havia dado retorno, embora no mesmo dia tenha respondido por e-mail a um outro assunto abordado na revista sobre a preservação da Amazônia (leia reportagem na pág. 42).

PERIGO PARA OS AVIÕES
A Procuradoria da República alerta que o local em que se pretende instalar o aterro é uma Área de Segurança Aeroportuária, na qual são proibidas atividades perigosas



O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Funcionária da Casa Civil formatou o dossiê tucano”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 23 de maio de 2008.

A matéria destaca que Maria Soledad, chefe de gabinete da secretaria-executiva de Dilma, criou a planilha e que a PF deve concluir que houve atropelo às normas da administração pública na confecção da planilha com gastos do governo FHC.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Funcionária da Casa Civil formatou o dossiê tucano

Maria Soledad, chefe de gabinete da secretária-executiva de Dilma, criou a planilha

PF deve concluir que houve atropelo às normas da administração pública na confecção da planilha com gastos do governo FHC

ANDRÉA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Foi a funcionária da Casa Civil Maria de la Soledad Castriello quem abriu a planilha em Excel e deu feição ao dossiê de gastos do governo FHC.

Conhecida como Mariisol, ela é a diretora de Recursos Logísticos e chefe de gabinete de Erenice Guerra, a secretária-executiva e principal assessora da ministra Dilma Rousseff.

O documento foi criado no sistema de computadores do Palácio do Planalto já com as características que a própria ministra havia apontado como forma de gestão da sua área: falta de desperdício, a direção em ordem cronológica, a organização em colunas e os comentários com viés político. A coluna “observações”, apontada por Dilma como indicio de que o documento revelado em março pela imprensa podia ser uma montagem, estava desde a primeira versão do arquivo.

Segundo a **Folha** apurou, a Polícia Federal deverá concluir que houve atropelo às normas da administração pública na confecção da planilha com gastos exclusivos de Fernando Henrique, Ruy Cardoso e ex-ministros.

Segundo-se as regras internas da Casa Civil, um levantamento desse tipo deveria ter sido feito exclusivamente pela diretoria de Orçamento (de Gilton Saback), e não pela diretoria de Logística (de Mariisol) e pela secretaria de Administração (de Norberto Fontana).

Servidores de diferentes áreas da Casa Civil em depoimentos à PF ligados a integrantes da CPI dos Cartões, disseram que, a mando de Tenório, Mariisol requereu ao arquivo os processos relacionados a despesas do governo FHC. Coordenadora de uma sub-tarefa de dois funcionários, Mariisol foi encarregada de definir o formato da planilha a fim de confrontar os gastos de FHC com os do governo Lula, bem como fechar sua versão final.

Conforme os servidores, a motivação foi responder a uma demanda da CPI dos Cartões, que na ocasião nem sequer ha-

via sido constituída. O objetivo era buscar informações sindicais aos gastos do governo Lula com cartões corporativos divulgados pela imprensa. Daí a ênfase em artigos ditos de luxo e bebidas alcoólicas.

De acordo com os depoimentos prestados à PF e relatados à CPI, a equipe inseriu pouco a pouco os dados na planilha, acrescentando todas as suas linhas e colunas paulatinamente.

O dossiê foi vazado em 20 de fevereiro por José Aparecido Nunes Pires, chefe de Controle Interno, em e-mail encaminhado ao gabinete do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) – segundo ele, “por descuido”. Aparecido declarou à CPI nesta semana que recebeu o documento “pronto”.

No almoço, ele [José Aparecido] estava transtornado com a coisa e só falava: foi a Erenice [Guerra] que preparou um banco de dados seletivo

ANDRÉ FERNANDES
ASSASSINADO POR JOSÉ ALVARO DIAS (PSDB)

Ao que me consta, se organizaria um banco de dados da Casa Civil

JOSÉ APARECIDO NUNES PIRES
EX-ASSASSINADO DA CASA CIVIL

de funcionário que ele havia conhecido a Tenório.

Até o momento, Aparecido é o único indicado da investigação. Foi acusado pela PF de ter praticado o crime de violação de sigilo funcional. Significa dizer que ele não poderia ter repassado a nenhuma pessoa dados até então, teve acesso por conta do cargo que ocupa, independentemente de as informações terem caráter sigiloso.

A Casa Civil disse que Mariisol não quer se pronunciar sobre o assunto. Há mais de um mês, a **Folha** reitera pedidos de entrevista com a diretora e com outros servidores do ministério envolvidas no proce-

do de investigação.

>> 8.mar – Diante da imminente criação da CPI dos Cartões, Casa Civil cria pasta-tabela para levantar despesas do ex-FHC.

>> 11.fev – O “Palmeir” da **Folha** revela a operação.

>> 20.mar – Dilma avisa a Erenice Guerra que a lista a preparar levantamento de gastos do governo FHC.

>> 22.mar – A “Veja” divulga trechos do dossiê.

>> 24.mar – Dilma manda abrir sindicância para investigar o vazamento.

>> 28.mar – A **Folha** revela que Erenice Guerra, secretária-executiva da Casa Civil, deu a ordem para fazer o dossiê.

>> 4.abr – A **Folha** publica arquivo digital que prova que o dossiê está pronto na Casa Civil. Dilma pede uma auditoria e diz que o vazamento é criminoso.

>> 7.abr – PF abre investigação para apurar o caso do dossiê.

>> 7.mai – No Senado, Dilma muda sua versão e diz que os dados que vazaram não são mais considerados sigilosos.

>> 8.mai – A **Folha** Online revela que a PF e a Casa Civil identificaram o secretário de Cont. de Int. José Aparecido Nunes Pires, chefe o vazador do dossiê. Ele mandou as planilhas por e-mail a André Fernandes, assessor do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

>> 12.mai – Aparecido diz que mandou a e-mail por erro e que não tem mais nada. Secretário de Administração, Ele revela que foi Marcelo Velloso quem lhe passou as planilhas em pen-drive.

PF quer concluir inquérito antes de 7 de junho

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O delegado Sérgio Menezes, que preside o inquérito conduzido pela Polícia Federal que apura o propósito da elaboração e a responsabilidade pelo vazamento, para a imprensa, do dossiê que reúne informações sobre as despesas efetuadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, pretende concluir a investigação antes do prazo final que lhe foi concedido pela Justiça – o dia 7 de junho.

Por meio da assessoria de imprensa da Polícia Federal, Menezes informou que a investigação, até o momento, não apontou nenhuma ligação direta da ministra-chefe Dilma Rousseff (Casa Civil) com a elaboração do dossiê sobre o governo FHC, fato que, pelo menos por ora, deixa a fora da lista de futuros convocados para prestar depoimento.

Também não está entre as prioridades do delegado ouvir Erenice Guerra, secretária-executiva do ministério e braço direito de Dilma. Erenice é apontada como a responsável pela ordem dada a subordinados para elaborar o levantamento sobre os gastos do governo FHC para contrapor os dados aqueles do governo Lula, considerados abusivos.

Contradições

Até o momento, Menezes já ouviu sete servidores. Detectou contradições entre os depoimentos, mas disse, por meio da assessoria da PF, que não poderia comentar o conteúdo das declarações porque o inquérito corre sob sigilo de Justiça.

O delegado quer seguir primeiro os trâmites operacionais antes de ouvir os servidores que efetivamente dirigiram o trabalho de seleção e formatação do material: Gilton Saback, diretor de Orçamento, e Norberto Fontana, secretário de Administração. Maria de la Soledad Castriello, diretora de Recursos Logísticos é a única estrutura de trabalho que não está

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabo de examinar, com a devida atenção e necessária acuidade, o relatório que sintetiza as atividades de 2007 da Fundação Oswaldo Cruz. Como homem público, mas, acima de tudo, como cidadão brasileiro, sinto-me gratificado – emocionado mesmo – ao identificar em nosso País uma instituição que alia a excelência acadêmica e o rigor científico ao inabalável compromisso de servir à sociedade. Que ninguém duvide: não há um avanço sequer em termos de políticas públicas em saúde no Brasil que não conte com a valiosa contribuição da Fiocruz.

Ao longo do ano de 2007, a Fiocruz reafirmou sua tradição de operosidade e de absoluta competência em sua área de atuação. Ante a impossibilidade de me reportar a todos os setores nos quais demonstrou sua invulgar capacidade de trabalho e de produzir os já reconhecidos resultados, limito-me a destacar alguns desses feitos. Em primeiro lugar, saliento a ação pedagógica da instituição que, além de produtora de conhecimento, esmera-se por difundir-lo da maneira mais ampla possível, especialmente preocupada em formar profissionais aptos a desempenhar suas funções na área da saúde pública. Assim, num universo que supera os nove mil trabalhadores formados, mais de trezentos são mestres e doutores. Na atualidade, mais de mil e trezentas pessoas estão matriculadas nos cursos de pós-graduação **strictu sensu** da Fiocruz, o que significa a consolidação de um verdadeiro patrimônio técnico-científico brasileiro no campo da saúde.

No atendimento direto à população, os números são também impressionantes. Foram mais de quatrocentos mil pacientes atendidos em atenção especializada e básica; algo em torno de duzentos mil exames foram realizados, envolvendo amplíssima gama de agentes/agrivos; além disso, atuaram de maneira exemplar mais de vinte serviços nacionais de referência laboratorial.

O histórico compromisso da Fiocruz com o Sistema Único de Saúde foi respeitado e, não raro, ampliado. Nesse sentido, enfatizo a entrega ao Ministério da Saúde de mais de cem milhões de doses de vacinas e cerca de 10 milhões de frascos de biofármacos. Graças a uma instituição como a Fiocruz, o Poder Público consegue manter uma experiência de extraordinário alcance social que são as Farmácias Populares, que hoje somam mais de quatrocentas, espalhadas pelas diversas regiões brasileiras. É assim, Sr. Presidente, que a Fundação Oswaldo Cruz vai cumprindo fielmente seu mandato institucional, qual seja, o de suprir adequadamente o Sistema Único de Saúde com medica-

mentos básicos e estratégicos, além de vacinas e de reagentes para diagnóstico.

Enquanto atua na fabricação desses produtos, a Fiocruz não se descuida do contínuo aprimoramento de seu pessoal. Em média, cada pesquisador-doutor da instituição conseguiu publicar três trabalhos em revistas científicas indexadas, o que assegura a qualidade do material colocado à disposição do público leitor. Os treze programas de pós-graduação acadêmica e os seis mestrados profissionais foram muito bem avaliados pela Capes/MEC. Ao todo, são mais de três mil e trezentas teses defendidas na instituição.

Por fim, Sr. Presidente, louvo a decisão da Fiocruz de incorporar-se à política externa atualmente empreendida pelo Brasil. Ao fazê-lo, leva sua experiência e seu saber para além de nossas fronteiras, notadamente para nossos vizinhos sul-americanos e para a África. A esse respeito, destaco a cooperação encetada com Angola, para onde a Fiocruz estendeu seu primeiro mestrado fora do País, cuidando de formar os primeiros docentes da futura Escola Nacional de Saúde Pública na ex-colônia portuguesa.

Por tudo isso, ao registrar nos Anais do Senado o relatório das atividades da Fiocruz em 2007, cumprimento a todos os seus servidores pelo profissionalismo, pelo elevado padrão de qualidade, pela forma criteriosa com que retribui à Nação cada centavo público investido na instituição. O mínimo que posso dizer a eles, neste momento, é que o Brasil se orgulha da Fiocruz!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, dia 16, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista*

Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Sobrestando a pauta a partir de 17/10/2008)

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável,

nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aber-*

to para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal*.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado,

do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Cons-

tituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

13**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

14**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

19**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas*

como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

26

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

27

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

32

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, *concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas*

as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

33**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

34**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

35**REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

36**REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).*

37**REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 23 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

Senador Garibaldi Alves Filho

15/10/2008**Quarta****16:00****Ordem do dia - Sessão deliberativa do Senado**
Plenário do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2135 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 006527/97-3 (anexo 006686/97-4),

RESOLVE, fundamentado no inciso I, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiária por ter falecido, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão vitalícia concedida a NAIR SÁ CAVALCANTE MENDES, na condição de ex-esposa pensionada, e nos termos do art. 223, inciso I, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA, na condição de companheira, alterando a cota da pensão vitalícia de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor JUSTINO LIRA MDENDES, matrícula 120999, a partir da data do falecimento da pensionista, 28/09/2008.

Senado Federal, 15 de outubro de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(3,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁵⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
16. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(7,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.

2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).

3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).

4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽¹⁰⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Eleito em 8.8.2007.
3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
10. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁴⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).

11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽²⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) (10)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Marco Antônio Costa (DEM) (18)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. nº 174/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO (1,6,8)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
VAGO (3,4,7)	1. Inácio Arruda ()
João Ribeiro ()	2. Augusto Botelho ()
Maioria (PMDB)	
Mão Santa ()	1. Valdir Raupp ()
	2. Leomar Quintanilha ()
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma ()	1. Rosalba Ciarlini ()
Eduardo Azeredo ()	2. Papaléo Paes ()
PDT	
Cristovam Buarque ()	1. VAGO (5)

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella ^()
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque ^()	1. Pedro Simon ^()
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma ^()	1. Marco Maciel ^()
Eduardo Azeredo ^()	2. Flexa Ribeiro ^()
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽⁹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO**PROCURADORIA PARLAMENTAR****(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹¹⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹³⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽¹⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 19/07/2008**Notas:**

1. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 21.07.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 116 dias, a partir do dia 01.07.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

ATIVIDADE LEGISLATIVA; CLICAR: sessões plenárias; Congresso Nacional; Ordem do Dia

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
 Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

ATIVIDADE LEGISLATIVA; CLICAR: sessões plenárias; Congresso Nacional; Ordem do Dia

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

ATIVIDADE LEGISLATIVA; CLICAR: sessões plenárias; Congresso Nacional; Ordem do Dia



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 232 PÁGINAS